



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV SUP. ÚNICO AO Nº 13, QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2020

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DAS *FAKE NEWS*

Ata da 20ª Reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2020 4

Ata da 21ª Reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2020 57

Ata da 22ª Reunião, realizada em 19 de fevereiro de 2020 81

1.2 – COMISSÃO MISTA TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de março de 2020 175





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e trinta minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Nelsinho Trad, Irajá, Rogério Carvalho, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Ricardo Barros, Márcio Jerry, Juarez Costa, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Delegado Éder Mauro, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Alexandre Frota, Túlio Gadêlha, Paulo Ramos, Dr. Leonardo, Luis Miranda, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Pr. Marco Feliciano, Bia Kicis, Dário Berger, Julio Cesar Ribeiro, Luiz Pastore, Paulo Rocha, Marcos do Val e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Walter Alves, Filipe Barros, Caroline de Toni, Arthur Oliveira Maia e José Nelto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva. Finalidade:** Oitivas decorrentes dos Requerimentos, 18, 19, 20, 21, 211 e 310/2019-CPMIFAKENEWS. Oitiva do Enylson Flávio Martinez Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica/Vivo, em atendimento ao requerimento 21/2019; do Angelo Coelho da Silva Neto, Diretor de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética da Oi, em atendimento ao requerimento 19/2019; do Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da Tim, em atendimento ao requerimento 20/2019; do Fábio Andrade, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Claro, em atendimento ao requerimento 18/2019; da Alexandre Castro, Representante da SINDITELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, em atendimento ao requerimento 211/2019; do Gustavo Santana, Superintendente de Controle de Obrigações da Anatel, em atendimento ao requerimento 310/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/02/12>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis das redes de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se às oitivas decorrentes dos seguintes requerimentos: Requerimentos de nºs 18, 19, 20 e 21, de autoria da Deputada Luizianne Lins, que convoca Claro, Oi, TIM e Vivo; Requerimento nº 211, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que convida o SindiTelebrasil; e Requerimento nº 310, de autoria desta Presidência, que convida a Anatel.

Primeiramente, convido o Sr. Gustavo Santana, Superintendente de Controle de Obrigações da Anatel para compor a mesa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só em solidariedade a V. Exa. – e, talvez, por desconhecimento seu, com certeza –, ontem, na saída da nossa reunião, o senhor foi abordado por um suposto jornalista que questionou o senhor sobre a sua viagem à Rússia e à China. O senhor deu uma entrevista muito apropriada, muito correta. Em seguida, ele se apresentou como apoiador do Jair Bolsonaro, disseminador de *fake news*, e, logo em seguida à sua fala correta, ele colocou o depoente de ontem para dar uma entrevista esculhambando com a nossa CPMI.

Então, queria aqui expressar a minha solidariedade. O senhor deve ter sido... Muita gente procura o senhor para entrevista, porque é Presidente da CPMI, mas ele coloca o senhor junto com essa escória que, no devido tempo, será responsabilizada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agradeço ao Deputado Rui; inclusive, vou pedir à minha assessoria que levante essa matéria, porque não sei qual foi o jornalista, nem qual foi o canal.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Foi lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado.

Já estamos aqui contando com o Sr. Gustavo Santana, Superintendente de Controle de Obrigações da Anatel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo ainda que os demais presentes irão compor uma segunda Mesa: Angelo Coelho da Silva Neto, Diretor de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética da Oi; Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da TIM; Requerimento; Enylson Flávio Martinez Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica/Vivo; Fábio Andrade Vice-Presidente de Relações Institucionais da Claro; Alexandre Castro, representante da SindiTelebrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal)

Como o nosso representante da Anatel já está à mesa, eu vou passar a palavra para ele, num tempo de até 20 minutos, para que ele possa discorrer sobre o tema da tarde de hoje.

Com a palavra o nosso convidado.

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES (Para expor.) – Boa tarde, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas e toda a sociedade que nos acompanha pelos meios de comunicação da Casa.

Eu, em nome da Anatel, agradeço a oportunidade de trazer informações do setor para esta Casa. Vamos aqui trazer o máximo de informações que forem relevantes para esta audiência.

Meu nome é Gustavo Santana Borges. Eu sou servidor da casa Anatel há dez anos, dez anos de carreira, e ocupo hoje a função de Superintendente de Controle de Obrigações, que é o departamento da agência que aplica sanções e controla o cumprimento das leis e dos regulamentos expedidos pela agência.

Com relação a essa questão de cadastro, existe uma lei federal, a Lei 10.703, assinada em 2003, que determina que todas as linhas pré-pagas devem ter um cadastro do usuário. Posteriormente, a Anatel aplicou essa mesma regra num Regulamento, o nº 477, de 2007, no art. 58. De lá para cá, de 2003, desde a criação dessa norma legal até aqui, nós tivemos uma expansão fabulosa do número de acessos. A telefonia móvel se torna presente em todas as residências do País – não em todas, mas em grande parte. É um serviço que se popularizou de tamanha forma que nós tivemos um número de assinantes maior do que o número de população. Isso aconteceu porque aquelas ofertas de prestadoras levavam a que o consumidor tivesse uma linha de uma operadora A, uma linha da operadora B, uma linha da operadora C e uma linha da operadora D. Então, foi um movimento em que até cidadãos com menor condição econômica tiveram condição de ter um, dois, três *chips* com seu celular de telefonia pré-paga.

Agora, a Anatel percebeu, numa fiscalização em alguns anos anteriores, que havia fragilidades na base cadastral desses assinantes pré-pagos, e, então, determinou a instauração de processos sancionatórios e aplicou as devidas sanções às operadoras em relação a esse tema. E agora, mais recentemente, nós fomos novamente recebendo indícios de que havia também irregularidades nos cadastros, cadastros que não estavam adequados, e, a partir disso, fizemos um chamamento de uma fiscalização, observamos toda a base de cadastro das operadoras, fizemos uma análise de todo o processo de habilitação de novas linhas, e identificamos, novamente, irregularidades no sentido de que a base continha linhas associadas a CPFs inexistentes, a CPFs, por vezes, de pessoas que já haviam falecido, nome incompleto, endereço incompleto, alguns tipos de irregularidades nessa base cadastral.

Então, a partir disso, nós abrimos um novo processo sancionador e, mais para além da sanção que já tinha sido aplicada e além de uma nova aplicação de sanção, nós decidimos determinar a apresentação de um plano de ação setorial para as empresas, para que isso fosse definitivamente regularizado, uma vez que existe uma lei tratando do tema. Então, houve um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período de avaliação desse plano de ação, e, finalmente, ele foi aprovado pela Anatel para plena execução. Ele passou a ser executado já no ano passado, e este ano deve ser concluído o que foi acordado junto com o setor de telecomunicações. Todas as empresas de telefonia móvel que têm cadastro pré-pago estão aderentes a esse plano de ação firmado com a Anatel.

Se puder passar um eslaide, por favor...

O plano de ação, basicamente, tem duas grandes dimensões: uma é olhar para o cadastro que já foi feito, identificar irregularidades e tentar sanar essas irregularidades; e, do outro lado, é estancar a entrada de novos cadastros irregulares, buscar prevenir, evitar que sejam feitos cadastros irregulares. Então, em relação à base existente atual, a Anatel determinou que fossem identificadas todas as linhas irregulares, CPF inválido, CPF de pessoa que, eventualmente, já faleceu, nome incompleto, endereço incompleto, e que esses usuários fossem notificados pelas prestadoras, por mensagem, por ligação, na loja de atendimento, para que fizessem a atualização cadastral. Foi concedido um prazo, foi feita uma ampla campanha da Anatel, das prestadoras, divulgada em mídia, e, após esse prazo que foi concedido, com várias manifestações aos usuários, aqueles que não atualizaram foram bloqueados. Ou seja, metade dos que foram notificados atualizaram o cadastro, regularizaram o cadastro, e metade daqueles que foram notificados não o regularizaram e, portanto, foram bloqueados.

Agora, isso foi uma campanha de regularização desse cadastro, e a gente já determinou que as operadoras não trabalhem só nessa campanha, que isso seja uma rotina de verificação dessa base cadastral, para evitar que ela tenha esse tipo de situação. Mas, para além disso, não basta regularizar o passado se, no futuro, continuar ocorrendo a mesma coisa. Então, nós determinamos que os novos cadastramentos têm que passar por um maior critério antes de serem aceitos pela prestadora.

Então, anteriormente, em algum momento, as operadoras não checavam se aquele CPF era válido, se ele era de alguma pessoa já falecida ou não, e aí isso passa a ser *on-line*. Na hora em que você está fazendo o cadastro, a empresa já checa isso imediatamente na Receita Federal. Então, vai conferir o nome, se o nome completo bate com aquele CPF, vai exigir um endereço completo, e, para além disso, vão ser feitas as questões de validação daquela informação. Então, a prestadora vai poder perguntar – se você é, por exemplo, o Gustavo –, qual é o nome da sua mãe, a data de nascimento da sua mãe ou sua data de nascimento, informações que validem aquela informação, e aumentar o grau de restrição para um cadastramento indevido.

E, num segundo momento – isso está sendo desenvolvido já pelas operadoras e deve ser concluído ainda este ano –, também está sendo desenvolvido um aplicativo para que seja feito o cadastramento digital. Ou seja, isso não vai ser ainda obrigatório, imposto a todos os cidadãos que queiram fazer um pré-pago, mas isso vai ser iniciado com um percentual da base de o usuário poder fazer o cadastramento digital com biometria, usando os documentos digitais de governo, dentre outros, não é? Então, isso também está previsto para este ano e vai também melhorar a questão do cadastro da telefonia móvel.

E, para além disso, nós também determinamos que as operadoras colocassem um portal público à disposição de todos que tenham interesse para que o cidadão possa colocar o seu próprio CPF nessa consulta e checar se há linhas em nome dele que ele não reconhece. Então, eu, por exemplo, sou Gustavo, não tenho uma linha pré-paga em nenhuma prestadora: eu faço a consulta do meu CPF, e o *site* indica que tem uma linha na operadora B; bom, se não reconheço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela linha, então eu entro em contato com aquela operadora, indico que eu não tenho a titularidade daquela linha e a operadora tem até 24 horas para bloquear, desassociar o meu CPF daquela linha que eu não reconheço. Claro que a prestadora vai se certificar de que eu sou o Gustavo mesmo, pedindo informações de validação.

Então, esse portal – se puder passar mais um eslaide, por favor – está no ar, e a Anatel fez campanha de mídia com ele, está no *site* da Anatel. Ele se chama cadastrapre.com.br. Qualquer cidadão pode colocar o seu CPF, o CPF do seu filho, de sua mãe, de qualquer colega, marido e checar se existe alguma linha associada àquele CPF. Ele não vai dizer o número daquela linha, mas vai indicar que existe, sim, naquela operadora uma linha associada ao seu CPF, e aí o cidadão pode fazer a gestão de que não tem nada irregular, nenhuma linha que ele desconheça em relação ao seu CPF.

Pode passar mais um, por favor.

Também existe no portal da Anatel... Queria alertar aos senhores que todos os detalhes desse projeto – desse plano de ação que a Anatel está comunicando, que está acompanhando as ações – estão lá no *site* da Anatel, e existe o *link* para esse portal do cadastro pré-pago e todas as demais informações.

Mais um, por favor.

Também no *site* das operadoras, nós determinamos que elas colocassem informações sobre esse projeto, detalhamento de como regularizar, de como que o usuário pode entender melhor essa situação. Então, também estão apontados aí todos os *links*. Mas, numa busca simples num navegador de busca, o usuário consegue chegar a essas páginas, colocar o nome da sua operadora e cadastro pré-pago, e vai chegar a esses portais.

Bom, mais um eslaide, por favor.

Então, concluindo sobre o projeto pré-pago, nós fizemos uma fiscalização e constatamos falhas na base, com cadastros irregulares, e uma vulnerabilidade no processo de habilitação que permite que uma pessoa queira fazer uma indicação de um CPF de terceiro para aquela linha. Isso em todas as prestadoras de telefonia móvel. Foi aberto um processo sancionatório, que vai ser agravado, pois existe reincidência específica.

Já havia sido constatada essa irregularidade em anos anteriores. Foi determinada a apresentação de um plano de ação para as operadoras, que o apresentaram e está sendo executado. A Anatel acompanha a execução desse plano de ação. Agora é sempre importante ter, de pano de fundo, que, em termos de segurança, isso tem que ser um processo de melhoria contínua, porque quem está interessado em fraudar esse modelo vai sempre buscar um modo de fraudar. Então, as operadoras sempre vão ter que se certificar de que o processo está aderente. Então, estar prevenido contra eventuais fraudes.

Mas só para aproveitar, ainda dentro do meu tempo, dois eslaides a mais sobre outros projetos de segurança que a Anatel empenha. Se puder passar mais dois, por favor?

Existe um outro projeto, denominado Celular Legal, em que também existe uma campanha de mídia forte para ele. É um projeto constituído pela Anatel, fabricantes de telefone celular, prestadoras, Polícia Federal e Secretarias de Segurança Pública dos Estados. É um sistema que busca tirar de uso, tirar de circulação, aqueles celulares que foram objetos de furto ou de extravio, porque aquilo, uma pessoa, um ladrão, se rouba um aparelho celular, depois vai querer vender para outra pessoa e tudo mais e receber um dinheiro por aquilo. Se essa pessoa que foi furtada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for à polícia, à delegacia, ou à sua prestadora e alegrar esse furto, a prestadora vai bloquear o aparelho, de forma que aquele aparelho não vai poder ser utilizado pelo receptor final. Então, isso tira o valor daquele ativo e evita com que o aparelho seja utilizado indevidamente. Já foram mais de um milhão de aparelhos irregulares bloqueados dentro desse sistema em parceria com todos esses órgãos de segurança que nós comentamos.

E, mais um último eslaide... Mais dois, por favor.

Todos nós cidadãos ficamos, no ano passado... Percebemos esse número de ligações, recebendo várias ligações nos seus celulares no ano passado, de origem desconhecida. Muitas vezes você atende o celular, e aquela ligação ninguém atende, ninguém fala nada, você vê que ela cai, são chamadas com DDDs diversos do Brasil. Nós chamamos as operadoras a regularizar essa situação. Elas se posicionaram de que isso também não era... O *telemarketing* não é exercido só pelo setor de telecomunicações, mas também por outros setores, financeiro, varejista, etc.. Nesse caso, nós combinamos que, se fosse reduzida a parte de telecom, já seria um bom começo.

Então nós determinamos a elaboração deste portal, Não me Perturbe, em que todo cidadão pode ir lá, fazer um cadastro e indicar que não quer receber ligação de *call center* de operadoras de telecomunicações. Esse portal já teve 2,6 milhões de assinantes, de cidadãos pedindo para não receber essas ligações. O sucesso foi tremendo desse portal, e o próprio setor financeiro também aderiu a essa campanha e está também com esse mesmo portal.

Senhores, o que eu tinha para trazer sobre o projeto inicialmente era isso, sem torná-lo muito detalhado, mas estando à disposição para qualquer dúvida dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado ao nosso representante da Anatel.

Eu queria aproveitar para solicitar que pudesse compor a Mesa o Sr. Angelo Coelho da Silva Neto, Diretor de Tecnologia da Oi; o Sr. Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da TIM; o Sr. Enylson Flávio, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica/Vivo; o Sr. Fábio Andrade, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Claro; e o Sr. Alexandre, representante do SindiTelebrasil.

Eu sei que aqui hoje está um pouco apertado, são muitos, mas acho que dá para a gente dar sequência.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento aqui.

Veja bem, eu acho que a Anatel deve permanecer na Mesa para poder, inclusive, participar do debate, quando necessário, mas eu sugeriria, como são dois depoimentos, duas falas diferenciadas – porque uma coisa são as empresas, as operadoras, outra coisa eu acredito que seja a fiscalização do serviço e a regulação de uma forma geral, que é com a Anatel –, então, eu gostaria que V. Exa. abrisse, como Presidente, para quem quisesse fazer diretamente perguntas sobre o plano, porque, a minha fala, ou a de outros colegas, ela ou vai se dirigir à questão específica das empresas, que têm uma natureza, ou então a gente vai... Porque dividir o tempo para perguntar sobre isso... É muito importante a presença do Superintendente da Anatel aqui,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque há soluções que só a Anatel vai ter, e as empresas vão ter que cumprir; é outra coisa, elas vão ter que cumprir...

Então, eu queria só que a gente tivesse um tempo para fazer alguns questionamentos sobre o que o Sr. Gustavo Santana, que é Superintendente da Anatel, colocou aqui. Eles podem ficar sentados aí.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ok., Deputada. Eu vou acatar a vossa questão de ordem. Os Deputados ou Senadores fazem todas as perguntas seguidas, e ele responderá de uma vez só a todos.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas podem se sentar, a gente não é contra vocês se sentarem à mesa, não; são só os momentos diferenciados, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, para comunicar a esta CPI duas decisões que a Bancada do PT tomou – naturalmente aberta para a participação e o apoio de outras bancadas, de outros Parlamentares.

A primeira é que nós estamos apresentando à Procuradoria-Geral da República uma notícia-crime contra o depoente do dia de ontem que aqui prestou, na nossa avaliação, um falso testemunho, e nós queremos realmente que haja um processo de averiguação, de investigação, e um processo criminal contra ele, que aqui, inclusive, agrediu a reputação de pessoas que nem sequer aqui estavam para se defender. Vi hoje, não sei se é verdadeira a matéria, que a própria Relatora também deve tomar uma atitude semelhante. Então, são coisas que se somam.

E também, em nosso entendimento, no momento adequado o depoente deve retornar aqui a esta Casa quando nós estivermos de posse da comprovação, ou não, das informações que ele aqui deu.

E a segunda, Sr. Presidente: não sabemos se V. Exa. teve oportunidade de ver, mas a *Folha de S.Paulo* publica matéria hoje também extremamente grave, dando conta de que Parlamentares, inclusive integrantes desta CPI, são administradores de grupos de WhatsApp especializados na divulgação de notícias falsas, inclusive sobre outros Parlamentares, sobre membros do Supremo Tribunal Federal, enfim, sobre o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, algo que é completamente incompatível com o decoro parlamentar.

Por essa razão, nós estamos entrando com uma representação junto ao Conselho de Ética – no caso, o PT está entrando – contra pelo menos o Parlamentar que faz parte desta CPI e que é um dos administradores desse grupo.

É só para que V. Exas. tenham conhecimento dessas iniciativas que nós tomamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador.

Então, eu vou abrir...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, como é do conhecimento público, ontem, após a nossa oitiva do depoente, houve uma manifestação oficial





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da jornalista que foi aqui atacada, em que contestou ponto por ponto as acusações feitas pelo depoente a ela, o que constitui, portanto, no mínimo, uma possibilidade de testemunho falso. E é nessa situação que hoje comuniquei a V. Exa. também que achava que a Comissão deveria tomar um posicionamento. Como nós não temos hoje uma reunião administrativa, propus a V. Exa. que nós pudéssemos analisar depois, imediatamente, hoje ainda, a apresentação de uma representação ao Ministério Público por falso testemunho.

De qualquer forma, quero comunicar que, independentemente das ações que a CPMI possa vir a tomar, nós podemos, individualmente, qualquer Parlamentar, tomar essas decisões. Então, quero reiterar aqui – já havia comunicado a alguns Parlamentares membros da nossa CPMI –, e, aproveitando o comunicado do Senador Humberto, que também faço aqui essa comunicação para que nós possamos, além de outras providências que vamos tomar em nome da CPMI após a apresentação do testemunho de ontem, e que hoje poderão ser robustecidas pelos depoimentos dos representantes das operadoras aqui presentes...

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

Eu quero salientar ainda, sobre esse tema de ontem, que a nossa assessoria está entrando em contato com a jornalista Patrícia Campos. Já há um requerimento aprovado para ela por esta Comissão como convidada, e, se ela confirmar, na próxima terça-feira ela pode ser a nossa convidada para até esclarecer o que ocorreu aqui ontem, porque realmente foi muito desabonador. Foi uma coisa, digamos assim, de baixo calão, uma pessoa acusar uma outra, principalmente na ausência. Isso não é ato de coragem. Quando a pessoa acusa outro na ausência, para mim isso não é ato de coragem; isso é ato até de – me desculpe o termo usado na minha Bahia – frouxidão.

Então, caberá também a nossa jornalista brasileira, com todo respeito à prerrogativa de jornalista, vir a esta Comissão se assim ela desejar. Nossa assessoria, repito, está entrando em contato para ver se ela confirma ou não a vinda dela na próxima terça-feira.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Claro que ela virá se assim entender, mas eu, pessoalmente – não sou procurador dela –, acho que... Pelo clima de como as coisas transcorrem aqui, pelo baixo nível, pelos ataques, não creio que fosse conveniente ela se expor, porque ela não virá aqui simplesmente para dar um depoimento; ela virá aqui para receber provocações maiores do que as que recebeu na ausência. Então, é evidente que a decisão é dela, mas eu não faria esse convite nesse momento. Mas o senhor já tomou a iniciativa, cabe a ela agora saber se vem ou não vem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Cabe a esta Comissão, na minha condição aqui de magistrado, dar o direito de defesa a qualquer um que por acaso seja atingido em uma audiência anterior.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Eu já convidei. Já está convidada desde o começo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu queria aproveitar e reiterar o pedido que ontem o Senador Rogério fez – e anteriormente o Senador Humberto Costa já havia feito – para que o senhor marque a data para vinda do Secretário Fabio Wajngarten.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esse requerimento do convite à jornalista Patrícia é de autoria da Deputada Luizianne, não é isso?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela Liderança.) – Senhores e senhoras, senhoras e senhores, está mais do que na hora de esta CPMI se posicionar e não admitir aqui dentro ameaças como as que eu vi ontem.

Ontem nós assistimos a um sujeito mentiroso, tendencioso, um falso moralista, engraçadinho— porque fez graça aqui com a cara daqueles que aqui estavam —, um covarde chamado Hans River, que descaradamente atacou a respeitada jornalista Campos Mello e que fez da CPMI um circo, aplaudido por aquela turma da Disney, que fica aqui. Ele veio aqui e mentiu, Presidente. O senhor mesmo chamou a atenção dele naquele momento. Além do insulto e do ataque à jornalista, mentir na CPI é crime. E ele sabe disso? Fica essa pergunta.

Foi repugnante, foi nojento o ataque à jornalista. Mostra como querem tirar o foco de coisas importantes e como são covardes. Espero que a gente tome medidas legais aqui dentro. Foi de uma patifaria enorme. E, logo depois, todas as provas foram republicadas, desmentindo aquele imbecil que estava sentado aí.

E com um detalhe: a ex-mulher dele, horas depois que ele saiu daqui, veio a público mostrar que ela fora ameaçada, inclusive agredida, na separação, ou seja, como podemos levar um sujeito desse a sério?

Foi muito grave o que aconteceu aqui e, na sequência, na Câmara, onde o Embaixador Pirulito foi vaiado não só pela esquerda, como pelo centro e por parte da direita também. Foi vaiado lá ao atacar e reforçar aquilo que foi falado aqui da jornalista.

Eu acho que nós não podemos admitir essa falta de respeito, essa agressão verbal que a jornalista sofreu. E ainda insinuou que ela ofereceu sexo pela matéria — o depoente, aquele delinquente que atacou uma jornalista, que feriu uma mulher, uma brasileira.

O capítulo de ontem mostra o despreparo desse Governo, a falta de caráter de alguns Deputados que são conservadores, são de família, tudo é em nome de Jesus, porque agora virou "tudo é em nome de Jesus", desculpem, mas tudo é em nome de Jesus. São os arautos da justiça, da moral, da verdade. Corja de mentirosos, falsos moralistas, hipócritas, que estavam aqui ontem, inconsequentes e covardes. São covardes! Esse é o reflexo de ter no poder o Bolsonaro, um caso sistêmico de um Governo do mal. Hipócritas, dissimulados, covardes! E eles são cúmplices daquela armação que nós vimos ontem aqui.

Desculpem os senhores que estão aqui hoje, que vieram prestar serviço a todos nós, mas eu preciso falar sobre esse fato.

Além de tudo, aquele pierrô aqui da CPMI disse que vai pedir a minha cabeça na PGR. De novo? Porque no ano passado eles pediram. Querem me tirar daqui por quê? Por que querem me tirar daqui? Qual é o medo deles? Porque eu falo a verdade e não compactuo com aquela imundície que eles estão fazendo aqui.

Agora, os resultados aparecem aqui. E querem me enquadrar no abuso de autoridade. Conforme os arts. 36 e 37 do Regimento Interno da Câmara — está aqui o Regimento; e vocês





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devem conhecê-lo mais do que eu, inclusive –, a CPMI destina-se a investigar fatos relevantes para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do País e tem poder de investigação equiparado aos de autoridades judiciais, tais como determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar ...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... de órgãos públicos – e foi o que eu fiz – informações e documentos, requerer a audiência de Deputados e Ministros de Estado, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, e etc. Eu solicitei primeiro a esta Comissão, à CPMI, legalmente a quebra de sigilo de contas em redes sociais. Foi votada aqui e foi aprovada a quebra de sigilo. Foi votada e foi aprovada. E posteriormente, em paralelo, solicitei à Polícia Federal.

Sabe o que é isso aqui? Isso aqui são os ataques de três meses que a Polícia Federal considerou simples ataques, ataques desconexos, ataques que não ferem ninguém. Está aqui, olhem só o que foi mandado.

Então, à Polícia Federal eu pedi que investigasse as mesmas contas. A Polícia Federal não entendeu isso. Ela acha que não houve nenhum tipo de crime. Tudo bem, nós aceitamos; mas a CPMI entende diferentemente: que aqui há crime. Mesmo os de injúria, calúnia, difamação... A PF não encontrou nada aqui, mas nós sabemos que existem. E nós temos esse poder, sim, de fazer isso. Não se trata aqui de perseguição, de caça às bruxas. Nós tivemos outro entendimento. A PF diz que são apenas documentos simples que nós enviamos para lá, que eu enviei para lá. Mas todos nós aprovamos. Então, todos nós aqui dentro, Deputados, Deputadas, Senadores, estamos cometendo abuso de autoridade? Querem o quê? Querem nos ameaçar com isso, indo à PGR tentar cercear aqui o direito da CPMI de investigar. Existe até no Código Civil; o art. 19 diz que pode usar, para fins lícitos, pseudônimos, nomes, mas que sejam veiculados sabidamente a uma pessoa, não a um palhaço qualquer ou a uma figura abstrata. Então, está errado isso.

Nós estamos diariamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vou concluir.

Nós estamos diariamente sendo atacados, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras. Inclusive, o STF está sendo atacado por pessoas assim. E aí vem um bando aqui nos ameaçar veladamente, porque aquilo é uma ameaça velada.

Então, eu nunca quis transformar a CPMI em caça às bruxas, muito pelo contrário. O trabalho que nós estamos fazendo aqui é um trabalho sério, é um trabalho de muito tempo, de muita pesquisa, de muita investigação. Então, nós temos, sim, direito. Nós não ameaçamos ninguém. Isso tem que ficar claro aqui e tem que ser falado – só estou terminando aqui –, porque justamente hoje saiu publicado que Deputados que estavam aqui ontem possuem uma rede, está aqui provado, de WhatsApp em que eles falam e em que eles combinam os ataques e promovem *fake news* – Deputados que estavam sentados aqui ontem. O senhor entende? – são Deputados que, de alguma forma, vêm aqui defender, pedir e tentar de alguma maneira interromper o nosso trabalho, e nós não podemos aceitar isso. Não é o papel dessa situação aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Deputado que vende a vaga no Céu se manifestando vem aqui e agride jornalista. O outro frustrado sexualmente insinua aqui que a jornalista troca sexo por uma matéria, depois vai ao Plenário e faz a mesma coisa. Nós não podemos mais aceitar. Está na hora de esta CPMI dizer por que veio. Não podemos chegar aqui e ser agredidos, não podemos chegar aqui e conviver com essa mentira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

Vamos dar sequência às nossas perguntas.

A primeira oradora inscrita é a Deputada Luizianne Lins, que irá se dirigir aqui ao nosso Superintendente de Controle da Anatel, Sr. Gustavo Santana.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Parlamentares que as perguntas devem ser feitas seguidamente e o nosso representante da Anatel irá responder em conjunto.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, ao nosso convidado a gente agradece aqui a vinda.

Eu queria depois fazer só uma ressalva quando começarem a falar as pessoas que representam as operadoras: é que esses requerimentos eu apresentei no início da CPMI, mas era uma convocação de todos vocês, não um convite. Depois a gente vai discutir no momento em que eles forem se colocar para saber qual é... Porque a gente foi... Inclusive, foi procurado por um representante de uma forma geral das operadoras que cada um de vocês vai falar, mas a responsabilidade sobre o que nós estamos investigando em relação a todos vocês é mais ou menos a mesma coisa, como mediadora dessa coisa toda. Não é uma coisa particularizada de cada empresa. É isso que eu quero colocar.

Então, é uma coisa que a gente tem que analisar, porque em que momento as empresas podem responder ou não por determinados procedimentos que nós estamos aqui... É só em nível de curiosidade, mas eu quero só registrar isso porque...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Desculpa.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Tranquilo.

Então, eu estou só registrando isso para a gente analisar porque, como a gente está investigando uma coisa muito grave – e é uma coisa que o mundo todo está investigando, não é só o Brasil –, a gente precisa realmente ter algumas medidas concretas em relação a isso que podem ser efetivas para o futuro da humanidade e, inclusive, do Brasil.

Na hora, eu quero colocar para ver o entendimento que nós vamos ter sobre isso. *A priori*, eu não tenho nenhum problema de ser um convite desde que cada um seja responsável pelo que está colocando aqui.

Eu gostaria de perguntar, primeiro, Sr. Gustavo Santana: quanto tempo o senhor é Superintendente da Anatel? O senhor poderia responder rápido e depois eu faço a pergunta junto com os outros colegas.

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES (Para expor. *Fora do microfone.*) – Há duas semanas.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Duas semanas.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Microfone, por favor.

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – Há duas semanas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pela informação que eu tive, o senhor é funcionário de carreira. É isso?

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – Sim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Da Anatel?

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – Da Anatel.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu perguntei isso porque a efetividade ou não das medidas que foram colocadas por V. Exa. no momento em que apresentou a perspectiva de trabalho... A gente não sabe qual é o grau de confiabilidade não de V. Exa., mas de confiabilidade de que vai ser efetivado. Por isso é que eu fiz essa pergunta.

O SR. GUSTAVO SANTANA – Sim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas eu queria colocar o seguinte: que seja esclarecido qual é o poder real e institucional – institucional primeiro e real depois – da Anatel na fiscalização sobre as operadoras, porque, de fato, eu preciso ouvir as empresas, as operadoras, as empresas brasileiras e multinacionais que tratam da telefonia no Brasil para eu entender a responsabilidade por alguns procedimentos que são adotados.

Como foi falada aquela coisa de você ficar recebendo o dia todinho, de vários lugares do País, alguém para oferecer alguma coisa, etc. e tal. Até aí tudo bem. Quando você fala com gente, ainda é outra coisa –pelo menos está gerando emprego. Está gerando emprego porque tem gente que está sendo contratada para falar. E agora é um robô que fala o seu nome. Por combinação de algoritmos, sai o seu nome, mas é um robô. Além de você já não ter tempo de estar atendendo a pessoas, mesmo com toda delicadeza que tem, às vezes há dificuldade porque ainda é um robô. E isso não para, é o dia todo. Eu quero saber... Depois eu vou perguntar, afinal de contas, quem é responsável. E a pergunta a V. Exa. sobre a Anatel em relação a isso é: qual é o poder que a Anatel tem de fazer já que V. Exa. apresentou isso agora na sua explicação?

A segunda coisa – eu acho que aí as operadoras também vão poder falar sobre isso – é o seguinte: essa questão dos CPFs atrelados ou não à conta. Eu acho que esse limite é muito tênue. A gente tem que ter cuidado com isso. Mas ontem, pelo que foi relatado pela testemunha que veio depor aqui, inclusive, sobre vários questionamentos, uma coisa ficou muito clara para todos nós e, principalmente, para quem está num processo de investigação – entendo que alimentou muito a nossa Relatora, que tem feito um belo trabalho de acolhimento de dados –, que é o seguinte: disparos em massa são reais. Ontem foi mostrado aqui todo o *modus operandi*, como ele acontece.

Eu sei que, nem por si só, o disparo em massa não é irregular, ele não é ilegal. Existem situações em que é possível, que é provável, etc. e tal, como robôs. É bom que a gente diga, porque fica essa coisa. Como nós estamos vivendo este momento de obscurantismo, as coisas ficam todas confusas. Eu comprei até este livro para ver se eu entendo, *A Morte da Verdade*. Quer dizer assim: fica o dito pelo não dito, para que as pessoas realmente não tenham... "É verdade?", a gente pergunta. "É verdade?".

Então, eu gostaria de saber, no caso específico, voltando aqui para essa história dos CPFs, hoje o CPF do WhatsApp, o CPF, aliás, de telefônica, você dá o seu telefone e tal, mas você pode desvincular o CPF... Aliás, o WhatsApp vai mesmo que você vá para outra linha com o seu próprio CPF, mas o WhatsApp fica descolado, isso é real. Depois vocês têm que... Vocês estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendendo, não é? Você pode ter... Eu posso ter o meu WhatsApp, eu deixei no outro telefone, eu perdi ou mudei de linha, mas o número que eu tinha antes continua sendo o número do meu WhatsApp, e a pessoa que vai comprar ou vai adquirir a nova linha não vai ter acesso ao WhatsApp, porque ele já está sendo usado por outro.

No entanto, isso causa um transtorno tão grave para o cidadão comum, porque, na verdade, o cidadão, assim, o que comprou a linha... Porque alguém pode estar passando WhatsApp no nome dele, porque o número era relacionado a ele, era o CPF dele que estava cadastrado naquele número. Vocês estão entendendo, não é?

Então, isso é uma coisa que eu gostaria de saber. Inclusive, é uma pergunta que eu acho que o Presidente deve encaminhar para outros países, como é que estão lidando com isso, especificamente em relação ao WhatsApp. Eu estou falando especificamente do WhatsApp porque é uma coisa que hoje é generalizada no Brasil, quase 100% dos brasileiros usam. Por isso, eu gostaria de saber essa segunda questão: qual é o poder que a Anatel tem de pedir – não sei se às operadoras ou se à própria empresa WhatsApp – a questão de você vincular, assim como foi proposto no plano. Mas, mais uma vez eu quero saber, caso V. Exa. não consiga efetivar – mas a gente vai cobrar –, qual é o poder que a Anatel tem sobre isso também.

As outras perguntas vão ser destinadas às operadoras. Por fim, como é que a Anatel está vendo, de uma forma geral, não só as operadoras – porque também vamos falar de uma série de coisas que também têm comunicação, que estão sob a guarda da Anatel, de uma forma geral –, como pretende lidar ou se V. Exa. tem algum plano, tem alguma ideia de como é que nós pretendemos lidar, daqui para a frente, com a questão da privacidade dos dados? A política de privacidade das empresas, porque, na sua grande maioria... E está lá, dito pelas empresas. É porque é muito grande, não é fácil, não é acessível, e você está mais é querendo acessar o serviço digital que está vindo para você. Você não sabe que o preço que está sendo pago é alto, porque você está dando todos os seus dados, e esses dados vão ser negociados com uma empresa, com outra empresa, e assim vai.

Mas a gente aceita, e o aceite tem sido responsável para dizer: "Você aceitou; portanto, você não está...". Assim: a lei não vai valer porque você aceitou. Mas isso é um problema, porque até você entender o que realmente está posto ali, você tem um monte de coisas, tem preguiça de ler ou, então, tem a velocidade. Então, como é que pode ser mais claro isso, logo de começo, você estar autorizando que os seus dados sejam comercializados? Ponto. Eu queria saber, de fato, qual é a forma, porque aí, se você quiser, não tem problema. Eu conheço gente que adora que as informações cheguem para ela do jeito que ela quer. Eu entendo isso: "Eu queria tanto comprar isso, bem que chegou". Mas nem sabe que todas as informações dela estão sendo monitoradas ali, e está voltando para ela o que ela, de fato, busca. Na verdade, o algoritmo se transforma em um espelho de si mesmo, é uma coisa muito interessante.

Mas eu queria saber, nesse ponto, como é que se pensa em lidar, porque são questões muito complexas, numa velocidade alucinante. A tecnologia, a gente não pode frear, e nem deve. Eu acho que a gente tem que se apropriar dela da melhor forma. E a Anatel, para nós, é o que nós temos de público, no sentido de regulação, embora também com a iniciativa privada e tal, mas que a gente possa ter uma luz para imaginar como é que vai ser esse Brasil do futuro, porque os países estão se preparando para isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é à toa – e eu finalizo com isso –, por exemplo, que na China não exista o Google, o não sei o quê; eles têm lá o sistema deles próprios e acabou. É lá que funciona tudo o que tem direito, do ponto de vista tecnológico, mas é deles o sistema, não entram outros. Eu não estou defendendo; eu estou só dizendo que foi a forma como eles encontraram para se protegerem. E nós? Vamos nos proteger dos abusos, mesmo tendo acesso a toda a tecnologia – e hoje eu acho que o mundo, cada vez mais, deve ser socializado, porque a guerra de distribuição do saber e do poder é sistemática. A gente luta pela distribuição do poder, mas também do saber, que é fundamental.

Então, ficam esses questionamentos, porque são coisas que me intrigam e que eu, de fato, como legisladora, como Prefeita que fui, de uma cidade muito importante, grande, que foi Fortaleza, com tudo isso, me vêm à cabeça muitos questionamentos, inclusive porque sou mãe. O mais importante também, para mim, é entender como é que vai ser essa sociedade dos nossos filhos, dos nossos netos, esta sociedade que a gente está aqui, neste momento, vendo, mas ela vai seguir, e a gente vai passar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para fazer a sua pergunta ao representante da Anatel.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Eu preferiria fazer aos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, no outro bloco.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, colegas Parlamentares.

Eu vim a esta reunião hoje, aqui, com o objetivo de prestar um esclarecimento e dar um testemunho, que eu acho que pode ser enriquecedor, sobre o tema que nós estamos falando aqui.

Nós realmente vivemos hoje num mundo de rápida transformação, pela convergência das tecnologias, e todas elas convergem, ao fim e ao cabo, à tecnologia da comunicação. Hoje, o mundo é o mundo da comunicação, pessoas com pessoas, pessoas com máquinas, máquinas com máquinas, coisa com coisa, é o mundo em que nós estamos vivendo hoje. E este mundo, evidentemente, tem características muito próprias. E nós temos todo um arcabouço legal que regula as relações na sociedade. Esse arcabouço legal que regula essas relações se modifica e se atualiza num processo muito lento, levando a esses desencontros, como é esse que motiva, inclusive, a existência desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O processo comunicativo é muito simples. Existem duas coisas no processo comunicativo. Existem outras, mas as duas é que são essenciais. A primeira é a infraestrutura que distribui a mensagem, e há aquele outro fator, que é fundamental, que é o conteúdo da mensagem. O conteúdo da mensagem é de criação intelectual, é de interesse e motivações próprias e utiliza todos os meios disponíveis, inclusive essa parafernália toda de operadoras, de celulares móveis, de internet, etc.

Porém o que eu queria dizer aqui é que quem recebe e entrega a mensagem não conhece o conteúdo. O conteúdo só é acessado por outros mecanismos – judiciais, etc. Aí há mecanismos para realmente fazer o acesso a esse conteúdo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As operadoras nada têm a ver com o objeto desta CPMI. Não estou defendendo operadora. Muito pelo contrário. Estou dizendo tecnicamente o que acontece.

Esta CPMI cuida dos desvios de conteúdo de mensagens, da informação que está contida no conteúdo da mensagem.

Então, basicamente, eu queria fazer essa introdução e dizer o seguinte: recentemente, fui alvo da ignorância e da má-fé, de mãos dadas, de *fake news*.

Eu vou contar toda a história, é rápido, se V. Exa. me permite, se os Parlamentares não ficam enfadados, eu vou contar rapidamente a história.

Foi assassinado um cidadão, um pastor de uma igreja, esposo de uma Deputada nossa, que está aqui, Deputada Flordelis, que todos conhecem, antigos Parlamentares. Foi assassinado no dia 16 de junho do ano passado. Na madrugada, foi assassinado, etc.

Entre os instrumentos de investigação, um muito importante instrumento de investigação é justamente saber que conexões tem esse cidadão ou tinha esse cidadão, com quem ele se comunicava, quais eram os seus níveis de relação. Isso é fundamental. E o seu celular, o seu iPhone normalmente é o instrumento onde ficam registrados todos os contatos – os conteúdos, nem sempre –, mas todos os contatos, com certeza, e alguns conteúdos, dependendo do aplicativo que seja utilizado.

Basicamente isso.

Pois bem. Minha esposa, na manhã em que morreu... Como a Deputada é uma cantora evangélica e nós temos uma empresa, a família, que distribui música, ela tem um contrato conosco. De manhã, nada mais natural, nós temos uma relação há mais de dez anos, ela tentou ligar para a viúva para condolências, etc. Ligou, fez a sua ligação, não foi atendida evidentemente. Mas, depois, recebeu uma ligação de volta. Em dois, três minutos, conversou e encerrou o assunto.

Esse é o fato.

Foi feito um rastreamento, naturalmente, no telefone do pastor, do falecido, e esse telefone, por acaso, era esse mesmo telefone que chamou a minha esposa de volta no retorno de ligação naquela manhã. Pois bem.

Esse caminho dessa ligação, uma única ligação, esse caminho dessa ligação... Ela saiu, entrou na internet através de um protocolo IP, um protocolo de internet, devidamente caracterizado, circulou, entrou na minha residência numa rede de *wi-fi*, que todos nós temos, e foi ao telefone de minha esposa conversar. No rastreamento, ficou esse registro.

Aí a ignorância e a má-fé, juntas, interpretam que esse telefone dessa pessoa que foi assassinada, que foi depois extraviado, perdido, não foi mais encontrado, estaria na minha casa, na minha residência, simplesmente por ignorância desse processo e do que fica registrado nessa caminhada de uma ligação ou de uma chamada, no caso, telefônica.

Existem outras maneiras de comunicar.

(Soa a campanha.)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Já estou encerrando.

Há outras maneiras de comunicar.

Então, esse é um fato que gerou tremenda *fake news*. Não sei como foi originado. E a imprensa toda, no Brasil inteiro... Evidentemente Senador da República, esposa de Senador da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República, empresária, essa coisa toda, quer dizer, tem visibilidade, aí se busca cinco minutos de holofote, então, três jornalistas do Sistema Globo, por acaso, fizeram uma *fake* monstruosa dizendo que esse telefone teria ido para a minha casa, estaria na minha casa e, duas, três horas depois, teria vindo para Brasília. Nem em filme de *Flash Gordon* se consegue fazer esse transporte material das coisas.

Mas o fato foi esse que aconteceu. Isso é uma *fake news*. Agora a *fake news* não foram o telefonema. A interpretação foi errada. *Fake* foi o conteúdo engendrado pelo jornalista sobre o que teria acontecido. Esse conteúdo, que foi para a mídia, que foi para a mídia tradicional, foi para as redes sociais, esse é a *fake news*.

Então, queria fazer este esclarecimento, queria fazer este registro para mostrar como a gente está exposto nos dias de hoje. E nós temos de aguentar o galho. Não há saída, porque é irreversível este processo. O que nós temos é que nos apressar, fazer uma legislação que vá nos ajustando cada vez mais e vá estabelecendo as novas relações nas sociedades, como elas têm de ocorrer, tendo em vista esse fato desse novo momento da tecnologia.

Então, falar em inteligência artificial, em robô, em coisas, etc., tudo nós estamos no fim reduzindo à comunicação, à infraestrutura para levar a mensagem e a conteúdo de mensagem.

Esse é o objeto desta CPMI.

Muito obrigado, Presidente.

Era o registro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou passar aqui para o nosso representante da Anatel responder à pergunta feita.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Temos. Este aqui é só o primeiro bloco, com o representante da Anatel.

Depois, há as operadoras, para quem quiser fazer pergunta.

Então, foi somente a Deputado Luizianne que fez uma pergunta.

Como ela não está presente, fica prejudicada a resposta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque nós dividimos em dois blocos. Primeiro bloco, da Anatel. Depois, vão entrar as operadoras. Aí todos podem voltar a fazer perguntas, mas, se o senhor quiser fazer pergunta à Anatel...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para o próximo bloco.

Vou passar aqui para o Sr. Gustavo, para responder à Deputada Luizianne.

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES (Para expor.) – Bom, senhores. Eu anotei as perguntas atentamente e vou tomar o cuidado de responder a todas.

Sobre o papel da Anatel e a eficácia do projeto, começando pela primeira pergunta, o projeto tem uma iniciativa clara, ele já tem as evidências de que existiam irregularidades. Isso já está materializado. Nós tivemos resistência inicial das prestadoras em adotar ações para diminuir esse tipo de problema, mas isso foi ultrapassado...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – É, porque nós já havíamos identificado essa irregularidade anos atrás. Já havíamos sancionado e encontramos novamente. Então, nós, além de sancionar, partimos para a determinação de um plano de ação para que as empresas resolvam essa situação de uma vez.

Então, a Anatel está acompanhando. Nós temos uma equipe de fiscalização muito eficaz. Nós temos acesso a todas as documentações, a todas as bases de dados das prestadoras, com o rito próprio determinado no nosso regimento. Então, nós temos plena capacidade de identificar as irregularidades.

E, uma vez que existem as irregularidades, nós passamos pelo processo legal de sancionamento. Mas, para além disso, não basta só o sancionamento, é necessário que a empresa mude a conduta. Então, nós conseguimos fechar um plano de ação, que as prestadoras apresentaram, e está em marcha, estão executando.

A Anatel está acompanhando. Se esse plano de ação não for executado ao todo ou não for eficaz, esse sancionamento deve ser agravado. Então, a Anatel tem em suas prerrogativas legais tanto a opção de sanção de multas, sanções diversas, obrigação de fazer, aplicação de multa diária, cautelares. Tem uma série de prerrogativas face às prestadoras. A gente confia, sim, que, uma vez que o projeto está sendo executado, a Anatel garante que ele vai ser concluído e tudo mais.

Agora, conforme eu tinha citado, quem está agindo de má-fé buscando fazer um cadastro irregular vai continuar tentando burlar um sistema de cadastro. Então, isso não é um projeto que se estanca ao cabo aqui no final desse ano. É um projeto que continua, você tem sempre que assegurar que o cidadão que está fazendo aquele cadastro corresponde ao verdadeiro.

Sobre, por exemplo, as *robocalls*, para mostrar a eficácia da questão. Todos nós passamos por aquelas ligações indesejadas, um monte de ligação, uma tormenta de ligações todos os dias, e nós não temos controle sobre ligações que são feitas por creches, vendedores de todo tipo, de varejo. Então, nós não temos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – Robôs... Mas assim, nós reconhecemos que o setor de telecom é parte considerável da origem dessas ligações. Então, nós chamamos as operadoras a apresentarem um plano de ação. Esse plano de ação veio com algumas ações propostas pelas prestadoras, mas a Anatel foi além e determinou, por uma medida cautelar, que elas fizessem aquele portal. Hoje todo cidadão que assina aquela manifestação "não me perturbe" não recebe mais ligações do setor de telecomunicações.

Depois, o setor financeiro aderiu. Então, já cobre uma parte significativa dessas origens.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Sr. Gustavo, esse não me perturbe é onde?

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – É naomeperturbe.com.br, salvo engano, mas eu confirmo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – É de utilidade pública.

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – Sim, nós fizemos uma campanha massiva sobre esse portal. Eu já assinei e parei de receber um bocado de ligações. Então, foi eficaz.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A prestadora tem até 30 dias para tirar o seu nome de todas as listas de origem de chamada. E eu assinei, comigo funcionou. Todas as notícias que eu tive foi de que funciona. É naomeperturbe.com.br.

Então, os projetos que a Anatel empenha têm a eficácia... Aquele portal que eu mencionei também, Cadastro Pré. Eu já tive colegas que identificaram o CPF deles associado a linhas desconhecidas. Nós buscamos as operadoras, elas retiram. Então, são projetos que trazem efetividade, trazem resultado para o consumidor.

Agora, foi questionado sobre a questão do WhatsApp em si, sobre o WhatsApp associar ao número de telefone e a questão do CPF. Um esclarecimento que a gente precisa ter é que a Anatel regula o setor de telecomunicações, e isso pressupõe a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, que o Sr. Senador Arolde estava comunicando. Agora, o conteúdo da mensagem, o WhatsApp, o Facebook e o Google, eles usam da internet para prover serviços, mas não são regulados pela Anatel, então, eu não tenho alcance, como Anatel, a esses provedores.

Agora, há muitos tipos de golpes envolvendo justamente o WhatsApp, chamam de engenharia social. Os golpistas usam da fragilidade do conhecimento, muitas vezes, do consumidor, e pregam peças pelo WhatsApp, mas a Anatel muitas vezes é até chamada a se manifestar sobre isso, e a gente tem uma certa limitação porque o WhatsApp, de fato, não é regulado. Então, o que nós fazemos – não é regulado pela Anatel – é prover informação ao público sempre que entendemos que precisamos ir.

Agora, o WhatsApp não se vincula ao cadastro que o usuário tem na operadora. A operadora não repassa para o WhatsApp aquele cadastro. O WhatsApp aproveita daquele número para pegar, para identificar aquele usuário do WhatsApp, mas a operadora não passa o CPF daquele número, não passa o endereço, essas coisas. Então, de fato, a questão do WhatsApp foge da competência legal da Anatel de atuação.

Agora, sobre a privacidade dos dados. A preocupação com o mundo que nós estamos vivenciando é uma preocupação muito clara, muito justa. Foi aprovado pelo Congresso, inclusive, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados decorrente da Lei Nacional de Proteção de Dados e nós, como Anatel, estamos entendendo que essa autoridade terá jurisdição, digamos assim, sobre diversos setores da economia, inclusive podendo regular as questões de privacidade, como a informação tem que ser repassada para o consumidor e esse tipo de coisa. Agora, enquanto as empresas de telecomunicações... Se as empresas de telecomunicações por algum motivo falharem na privacidade dos dados das empresas, porque elas têm a obrigação, daí, sim, a Anatel tem o poder de sancionar, cobrar e punir aquele desvio de dados. Isso é importante nesse ambiente de internet.

O que acontece agora é uma ameaça cibernética, chamamos de segurança cibernética. A Anatel está trabalhando num regulamento de segurança cibernética que deve ser aprovado ainda este ano, mas ele, novamente, fica restrito ao setor de telecomunicações, às empresas provedoras daquela infraestrutura de banda larga e de telefone móvel, etc., mas o setor de internet... A internet, hoje, no Brasil, é regulada pelo CGI (Comitê Gestor da Internet), então nós não temos essa jurisdição.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – CGI? CGI é o quê?

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – O CGI é o Comitê Gestor da Internet.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Fica aonde essa estrutura? No Governo? Que estrutura?

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – Ele não é do Governo, não é uma esfera de Governo. Ele é uma composição de diversos participantes, mas não é uma estrutura de governo. A internet foi modulada em vários países nessa forma, desvinculada do Governo. Iniciado nos Estados Unidos e depois replicado em alguns países como no Brasil.

Então, o Governo, salvo engano, precisaria confirmar, acho que não tem nem assento nesse comitê gestor. Existem várias representações que têm assento, mas o Governo não. A Anatel agora, sim, passou a ter cadeira nesse Comitê para fazer o debate com os demais que fazem parte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – Mas não é das empresas não, o CGI. Ele é da... Obrigado.

Membros atuais... Então... Peço perdão, isso foi ajustado. Ele tem representantes, sim, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Casa Civil. Isso, então...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – É como se fosse um conselho misto, não é?

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES – Sim, um conselho misto. Exato, exato. Do terceiro setor, há várias cadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nesse momento, eu vou passar para o representante do SindiTelebrasil, ele quer fazer uma apresentação para que a gente possa, após essa apresentação, fazer perguntas aos diretores das telefônicas aqui presentes.

Por favor, a Secretaria da Mesa, acione o microfone do nosso convidado.

O SR. ALEXANDRE CASTRO (Para expor.) – Eu queria cumprimentar e desejar boa tarde a todos, cumprimentar o Senador Angelo Coronel e, na sua pessoa, cumprimentar todos os demais Parlamentares presentes, cumprimentar os colegas da Mesa, cumprimentar aqueles que nos veem e nos ouvem aqui presencialmente e também pela internet, de forma remota.

O objetivo da minha apresentação aqui é trazer aos senhores uma série de conceitos e colocações referentes à internet que mostram exatamente quais são os limites de atuação e os limites técnicos também de cada agente que atua nesse ecossistema da internet.

Então, eu queria apresentar já o primeiro eslaide. É um eslaide que sempre traz muita confusão para as pessoas que não atuam diretamente, do ponto de vista técnico, nesse assunto.

O Marco Civil da Internet é uma lei que estabeleceu o fundamento, estabeleceu o princípio, estabeleceu objetivos e garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Então, basicamente, o Marco Civil da Internet é a Bíblia da internet aqui para nós brasileiros.

Esse Marco Civil da Internet alcançou três provedores, três agentes que atuam na cadeia de internet no Brasil. O provedor de acesso de internet: esse provedor de acesso é um prestador de serviços de telecomunicações. O provedor de conexão à internet, que não é um serviço de telecomunicações, ele basicamente, assim como o provedor de acesso oferece, faz todas as instalações, os cabos, os roteadores, todos os equipamentos necessários a garantir o acesso de cada usuário à internet, à rede mundial como um todo... O provedor de conexão tem uma outra função. Qual é a função? É habilitar ou não habilitar a efetiva navegação do usuário. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apesar de o usuário ter o acesso, eventualmente ele pode ser bloqueado e não ser permitida a sua navegação, e quem faz isso é o provedor de conexão à internet. Não é um serviço de telecomunicações, é um serviço de valor adicionado, e é importante que todos entendam que esses dois serviços, tanto o acesso à internet como a conexão à internet, podem ser prestados pela mesma entidade. Então, quase todas as prestadoras de serviços de telecomunicações executam os dois serviços, eles fazem tanto o acesso como fazem também a liberação da conexão. O provedor de aplicação é o terceiro agente que atua. Quem é esse provedor? São todos aqueles que oferecem serviços *on-line* na internet: os desenvolvedores de aplicativos, o WhatsApp, o Facebook, o Instagram, as redes sociais de uma maneira geral, os bancos e assim por diante. Também é caracterizado como serviço de valor adicionado e são considerados, então, provedores de aplicação.

Próximo eslaide, por favor.

Então, é importante dizer que o Marco Civil da Internet veio para regulamentar, para legislar sobre esses agentes e sobre a internet. Um dos pontos que foi bastante discutido no Marco Civil da Internet foi o conceito de neutralidade de rede. O conceito de neutralidade de rede aprovado pelo Marco Civil da Internet, no seu §3º, art. 9º, estabelece claramente que o provedor de conexão, que eu acabei de mencionar, e o provedor de acesso, que eu mencionei também, que podem ser empresas de telecomunicações, estão proibidos de bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados. É como o Senador Arolde comentou: as informações que são transmitidas, retiradas ou inseridas na internet são um conjunto de *bits* e *bytes* que são colocados dentro de um pacote que a gente chama de pacote de dados, e esses pacotes de dados são transportados pelas empresas de telecomunicações.

As empresas, pelo marco civil, não podem monitorar, não podem acessar, não podem analisar, nem filtrar esse conteúdo. Então, eu não sei o que está passando ali, se está passando um conteúdo ilegal que efetivamente estimule o crime de ódio, que estimule o crime de pedofilia ou mesmo *fake news*; tampouco a gente pode bloquear.

Um outro ponto que também está colocado no Marco Civil da Internet é a questão relativa aos registros de conexão à internet e de acesso a aplicações. Bom, o que coube às prestadoras de telecomunicações foi a obrigação de guardar os registros de conexão – depois eu vou entrar um pouquinho mais em detalhe sobre o que é registro de conexão à internet – pelo prazo de um ano. Então, não é menos de um ano, nem mais de um ano, nem no mínimo um ano, nem no máximo um ano. É um ano para guardar esses registros. E nós estamos proibidos, os provedores de conexão – as empresas de telecomunicações também prestam serviços de provedores de conexão à internet –, de guardar os registros de acesso e aplicações. O que é isso? É dizer, por exemplo... E eu acessei a internet e acessei um determinado *site*. Esse *site* que foi acessado eu não posso guardar. Essas informações do destino eu não posso guardar. As empresas de telecomunicações estão proibidas de guardar pelo Marco Civil da Internet.

E para ser coerente, o que a lei estabeleceu? Olha, se eu estou proibindo eles de analisarem os conteúdos, se eu estou proibindo eles de analisarem, monitorarem e filtrarem esses conteúdos, eles não podem ser responsabilizados por danos decorrentes desse conteúdo que é gerado por terceiro e que a gente transporta. Então, o marco civil é bem claro nessa conceituação. E a empresas cumprem integralmente o que está estabelecido no marco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Bem rápido: é a mesma coisa em relação aos aplicativos? Vai para o *site*. O registro também de entrar em aplicativos e essa questão toda....

O SR. ALEXANDRE CASTRO – Todo *site* que disponibiliza um conteúdo, que disponibiliza um serviço *on-line*... Isso vai ser caracterizado quando você acessa aquele *site*: você vai pegar alguma informação, você vai mandar alguma informação. Essa informação nós não temos acesso a ela.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu entendi. Eu quero saber se essa mesma regra vale para os aplicativos.

O SR. ALEXANDRE CASTRO – Os provedores de aplicação – eu vou mostrar lá na frente – têm obrigação – alguns deles, nem todos, têm obrigação – de guardar os registros de aplicação só. Claro, como eles recebem o conteúdo, eles tratam o conteúdo em si, eles têm acesso ao conteúdo. Eles sabem o que está sendo passado ali, o que eles estão recebendo, o que é que eles estão mandando para cada usuário. Nós, as empresas de telecomunicações, não temos essa possibilidade. Claro que existe uma exceção, que é a decisão judicial. Decisão judicial se obedece dentro dos limites técnicos de atuação das empresas.

Próximo eslaide, por favor.

Esse eslaide aqui é só para mostrar que as empresas de telecomunicações fazem o puro e simples transporte. São como os Correios. Os Correios recebem as cartas, encaminham as cartas para os destinos, porém, não leem as cartas. O que está escrito dentro do envelope não é lido. A mesma coisa acontece com as empresas de telecomunicações. Quem recebe o conteúdo é que vai saber a carta, e quem mandou a carta é que vai saber o que está escrito naquela carta. Os Correios não sabem, nem as empresas de telecomunicações, quando transportam os pacotes de dados, também sabem.

Próximo.

Então, em resumo, os provedores, tanto de acesso como de conexão, transportam os pacotes sem acessar ou interferir no conteúdo das informações.

Então é impossível para a gente identificar, como eu já mencionei, se aquele conteúdo é um conteúdo ilícito, se é um conteúdo fraudulento, se é uma *fake news*, se é um crime de ódio, etc.

Isso está de acordo com o §3º do art. 9º do Marco Civil da Internet.

Próximo.

Bom já o marco civil define então algumas condições, algumas informações, alguns dados pessoais que são objeto, que podem ser objeto de solicitação. São os registros de conexão, que eu já mencionei, as comunicações privadas...

O que são as comunicações privadas? É o que você escreve na mensagem, por exemplo, no WhatsApp, o que você escreve na mensagem, aquilo é uma comunicação privada. Você manda e recebe informação. É uma comunicação privada. Fazendo uma analogia com a telefonia, seria a conversa propriamente dita. Também os dados sensíveis e qualquer outra informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.

Existe uma exceção para a obrigação de a gente fornecer esses dados mediante determinação judicial. São os dados cadastrais que estão no segundo *bullet*. O segundo *bullet* estabelece, pelo marco civil, que a gente pode fornecer os dados cadastrais sem necessidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma determinação judicial. Pode disponibilizar às autoridades administrativas que detenham competência legal. E aí surgiu um problema, logo depois da aprovação da lei, que era o seguinte: quem são essas autoridades administrativas, que têm essa competência? Porque as empresas têm uma responsabilidade muito grande, são 300 milhões de clientes, são dados, são inúmeros dados, milhões de dados que são transmitidos, é uma responsabilidade muito grande com a segurança e com a privacidade dessas informações.

Quando a gente começa a disponibilizar isso para qualquer um requerente, sem determinação judicial, a gente tem uma preocupação com relação a essa corresponsabilização.

Então, logo depois da aprovação, a gente ficou esperando a regulamentação do Marco Civil da Internet. Isso veio em 2016, e aí a gente então passou a fornecer, de forma célere, para delegados, para Ministério Público, essas informações dos dados cadastrais, sem necessidade de determinação judicial. É importante dizer também...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Quais são as autoridades administrativas?

O SR. ALEXANDRE CASTRO (Para expor.) – É um Delegado de Polícia Federal, é o Ministério Público...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Qualquer Delegado de Polícia?

O SR. ALEXANDRE CASTRO – A gente hoje está oferecendo para delegados que tratam do assunto de internet, por exemplo. Está certo? Só dados cadastrais. Lembro isto: só os dados cadastrais. Todos os outros dados, só por determinação judicial.

É importante dizer também que o setor estabeleceu, criou estruturas específicas para fazer o atendimento de todas as determinações judiciais. Como vocês vão ver à frente, não são poucas. São inúmeras determinações judiciais. E para garantir a celeridade, foram criadas realmente essas estruturas. Mas é importante que seja feita uma harmonização do formato. A gente vem trabalhando nisso, buscando uma harmonização do formato, para que o pleito venha seguido de um padrão, para que seja mais rápido e mais fácil atender à determinação judicial. Às vezes a gente recebe um documento com 50 páginas, e a gente tem que ler aquilo tudo e muitas vezes a gente entra em contato com o juiz para poder entender exatamente o que se está querendo. Então a harmonização é um pleito do setor e que até hoje a gente não conseguiu implementar.

Próximo.

Bom, então, mais uma vez a gente reforça que o setor de telecom garante a privacidade e o sigilo, ao mesmo tempo em que atende e respeita integralmente as demandas judiciais, conforme vou detalhar.

Próximo.

Uma das coisas que são normalmente solicitadas à gente é o conteúdo das comunicações privadas. Então, por exemplo, há uma comunicação pelo WhatsApp e o pessoal solicita: "Eu quero a interceptação dessa comunicação que está sendo feita entre duas pessoas ou dois grupos pelo WhatsApp". Estou só citando o WhatsApp como um exemplo, porque normalmente ele é citado. Bom, o que é preciso que se diga primeiro: as empresas não guardam as comunicações privadas, a gente não armazena isso. Então, se alguém quisesse acessar a comunicação privada de coisa que já aconteceu no passado, não existe essa possibilidade, porque a gente não armazena. O que a gente pode fazer é dali para a frente: recebeu a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinação judicial, dali para a frente a gente pode efetivamente fazer a interceptação. E de que forma a gente faz a interceptação? A gente redireciona. O que a gente está transportando, a gente redireciona para a autoridade requisitante, para quem o juiz estabeleceu que deveria receber esse material.

O nosso limite técnico – e aí é importante que seja entendido – é disponibilizar isso que a gente está transportando. Eu não tenho condições, o setor de telecomunicações não tem condições de dar acesso às autoridades do que está realmente escrito ali, da fotografia, da mensagem, etc., porque, muitas vezes, ela é criptografada, é uma criptografia forte, você não tem como descriptografar isso, as empresas. Quem pode fazer esse trabalho de descriptografar e dar acesso à informação propriamente dita é o provedor de aplicação, não a operadora de telecomunicações. Então, a verdade é essa. Lá na telefonia – quando a gente tinha telefonia –, se os caras estivessem falando em javanês, eu ia passar a informação em javanês para as autoridades. Se está criptografado eu vou passar para as autoridades a informação criptografada. É inviável, tecnicamente, a gente fazer a descriptografia da mensagem.

Próximo.

Para vocês verem como não é pequeno o número de solicitações de interceptações. A gente recebe 60 mil ofícios por mês. Esses ofícios contêm, no total, aproximadamente 1 milhão de solicitações e informações. Nós fazemos as... E de interceptações de usuários. A gente hoje tem, no global, pelas empresas, 450 funcionários só para tratar isso com sigilo, com segurança, para garantir a privacidade das informações. Esse número de 68 milhões, hoje, já está até em 100 milhões, em função de investimentos que já foram realizados em 2018 também, buscando desenvolver sistemas, *softwares*, etc., que garantam, então, a celeridade do atendimento dessas solicitações de interceptação.

Próximo.

Agora vou falar um pouquinho do bloqueio. Muita gente fala: "Ah, mas o cara está disponibilizando um conteúdo ilegal, uma *fake news* ou um estímulo ao crime de pedofilia, etc. Então, eu gostaria que as empresas bloqueassem aquele *site*". Bom, primeiro só posso fazer isso mediante decisão judicial. Segundo, para você fazer o bloqueio você precisa saber o endereço dos servidores que estão mandando, que estão disponibilizando esse conteúdo. Está certo? Então, eu tenho que receber da autoridade judicial os endereços, e as empresas fazem o bloqueio daqueles endereços que foram informados. Se o sujeito que está disponibilizando conteúdo ilegal fica pulando de endereço IP para endereço IP... Então, se ele sai de um servidor, começa a disponibilizar isso em outro servidor e assim vai fazendo, nós não temos condições de ficar seguindo os passos dele. Então, o que a gente faz é garantir, é bloquear aquilo que a autoridade, que o juiz e a autoridade responsável pela investigação da ilegalidade nos mandam.

Próximo eslaide, por favor.

É importante que se diga também que 85% desses dados ilegais que circulam nas nossas redes são provenientes do exterior, muitas vezes de *sites* que a gente não consegue identificar de onde vêm. Esse é um dado da SaferNet. A gente não consegue identificar quem é, o cara não tem responsável técnico aqui no Brasil. Efetivamente, fazer o bloqueio, a eficácia acaba sendo pequena, porque eles são espertos o suficiente para ficar mudando o tempo todo do local onde fazem a disponibilização desse conteúdo ilegal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente corre um risco ainda porque, se a autoridade administrativa me passar um endereço errado, eu vou bloquear um serviço que não tinha nada a ver com isso. Então, é um assunto delicado a questão do bloqueio. Por essa razão até é importante dizer que o Marco Civil da Internet privilegiou muito a liberdade de expressão. Então, fazer bloqueio sem determinação judicial poderia caracterizar uma forma de censura prévia, uma censura privada, o que não é interessante para o País.

Próximo eslaide.

Falando agora do registro de conexão, que a gente tem um ano para guardar. Quais são as informações que a gente passa para a polícia? A gente passa o instante da conexão. Então, no momento em que o Alexander Castro se conectou à internet, é passada a data, a hora, o minuto, o segundo e o fuso horário, para que não haja dúvidas em relação ao exato momento dessa conexão. Eu identifico, no caso até de móvel, o número do telefone, eu identifico o endereço IP utilizado, qual foi o endereço utilizado, e eventualmente, se necessário for, a porta lógica para poder caracterizar realmente quem é a pessoa. Depois, mais tarde, se houver interesse, eu posso explicar o que é essa porta lógica. Ou seja, os registros de conexão não contêm informação de que aplicações, quem que esse cara, o Alexander Castro, acessou, qual foi o *site* que ele acessou, porque a lei me proíbe. A gente não pode fazer, existe uma proibição legal.

Próximo eslaide, por favor.

Agora eu vou falar rapidamente sobre um assunto que é a fraude de subscrição. É uma coisa diferente, totalmente apartada de tudo que eu falei até agora. Tudo que eu falei até agora vale tanto para a banda larga móvel quanto para a banda larga fixa. O Marco Civil da Internet não entra no mérito da tecnologia, se aquilo ali vale só para banda larga móvel ou para banda larga fixa. Não existe isso. O Marco Civil da Internet vale para qualquer uso da internet, seja por móvel ou por fixo. A fraude da subscrição ocorre muito no caso de móvel. O setor vem, como o representante da Anatel teve oportunidade de colocar, o setor vem atuando no sentido de dar maior robustez e minimizar a fraude de subscrição. A gente sabe que a gente vive num ambiente com altos índices de fraudes, não é só no nosso setor, é em todos os setores da economia, e a gente vem combatendo isso não só na banda larga móvel, não, também na fixa.

Próximo eslaide, por favor.

Então, como foi colocado pelo representante da Anatel, a gente fez todo um trabalho de cadastramento do cadastro pré-pago. A partir de maio a gente começa a implementar o cadastramento *on-line* mais. Esse cadastramento *on-line* vai ter uma crítica em cima. Se o camarada ligar para a nossa central de atendimento e disser: "Eu acabei de adquirir um *chip* pré-pago, meu nome é Alexander Castro, meu CPF é esse, meu RG é esse". Essas informações são checadas *on-line*, imediatamente, em relação ao que a gente tem no cadastro, ou seja, esse CPF já está sendo utilizado por alguém? Esse RG... Informações relativas... Esse CPF está com algum problema na Receita Federal? Coisas desse tipo. Essas críticas estão sendo feitas, vão passar a ser feitas, a partir de maio de 2020.

E a última fase, que vai ser implementada em 2020, vai ser o cadastramento digital. É importante ressaltar o que foi colocado aqui pelo representante da Anatel: vai haver um portal, está disponível um portal, para que cada cidadão entre lá, nesse portal – hoje já está disponível –, para poder avaliar se o seu CPF está... Eu já fiz isso, inclusive agora, aqui, 15 minutos antes,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fiz essa checagem; se o meu CPF ou da minha esposa estão associados a algum *chip* pré-pago. Isso também é uma possibilidade maior de garantia, para evitar a fraude de subscrição, ou pelo menos minimizar.

O setor também tem trabalhado junto com a Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações, a ABR Telecom, no combate a diferentes tipos de fraudes, incluindo a de subscrição. Então, fraudes do tipo... Por exemplo, está sendo citada aqui a questão das chipeiras, etc. Então a ideia é que as empresas – hoje isso já existe, o sistema da ABR Telecom já está rodando –, que seja verificado se algum tráfego está sendo anormal em relação a determinado *chip*. Se esse tráfego está sendo anormal, cai na malha fina, há uma verificação por parte das empresas sobre esse tráfego anormal; se muitos *chips* estão associados a um mesmo CPF, isso também cai na malha fina e se verifica se há algum indício de fraude. Então, dentro da ideia de...

A gente tem outros dois sistemas, que são o Cemi e o Siga, que hoje bloqueiam os aparelhos móveis que estão impedidos, que foram objeto de roubo, ou mesmo aparelhos que são piratas – que é o que o Siga faz –, que usam uma numeração... Cada aparelho de celular tem uma identificação chamada Imei, se esse Imei que está sendo utilizado é um Imei falso, que não está dentro da numeração oficial da GSMA mundial, esse aparelho, então... O usuário recebe uma comunicação, dizendo: "Ó, o senhor tem um problema técnico na sua linha e o senhor, por favor, procure a operadora, porque, senão, em 75 dias esse seu telefone vai ser bloqueado". Alguém pode questionar: "Mas 75 dias é muito". Bom, a gente já está discutindo também isso com a Anatel no sentido de tentar buscar reduzir esse prazo na medida dos investimentos que precisam ser feitos para se garantir a redução desse prazo.

Enfim, o que a gente gostaria de colocar basicamente é isso. A gente se coloca... O SindiTeleBrasil representa as empresas que oferecem banda larga, internet móvel ou fixa; a gente se coloca à disposição de vocês. E agora eu entendo que as perguntas podem ser, eventualmente, direcionadas às empresas e, se for o caso, a mim também. Eu me coloco à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu agradeço a explanação do Sr. Alexandre Castro, e vamos agora para a série de perguntas para os representantes das operadoras de telefone.

Antes, porém, eu vou fazer uma primeira pergunta, antes de passar para a nossa Relatora, a respeito desse controle de habilitação de *chip*. Por exemplo, no ano retrasado, eu fui vítima de três pré-pagos habilitados no meu CPF em Salvador. Eu estive depois na loja quando eu descobri, pediram para fazer uma declaração de punho próprio, eu fiz de punho próprio. Eram três números da TIM e um da Oi. E solicitei a filmagem da loja, para ver se descobriam quem era o meliante – ou foto, alguma coisa – e também quais foram os documentos meus que foram apresentados.

Infelizmente, eu não recebi nenhuma informação das operadoras. Aí, nós apresentamos um projeto de lei aqui no Senado segundo o qual, para se habilitar um *chip*, deve-se exigir a presença da pessoa e também seu CPF.

Eu ouvi atentamente a questão de que existe já um crivo, que o CPF é checado no *site* da Receita, mas, muitas vezes, uma pessoa vai a óbito, e a Receita não dá baixa naquele CPF de imediato, leva um bom tempo para dar baixa. E ontem, aqui, nós ouvimos de um cidadão que foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoente, ele mesmo comprovando que trabalhava numa empresa de disparo em massa onde havia números de CPF da época de 1920 – para ele, pessoas mortas, ninguém sabe, mas, com 90 anos, 95 anos, há a probabilidade de essas pessoas realmente não estarem no nosso meio – e que eles compravam *chips* em caixas fechadas e saíam habilitando com uma base de CPFs de mortos e de "laranjas" e, com isso, disseminavam *fake news* e divulgações de campanhas políticas em nível de Brasil.

Eu gostaria de saber aqui das operadoras de telefonia o que vocês acham desse projeto de nossa autoria onde eu coloco esse crivo da presença física com o CPF e os outros documentos, evidentemente, e qual é a possibilidade que existe, para que a gente proteja a sociedade brasileira, de que não se tenha essa facilidade tanto na compra de *chip* quanto na habilitação desse *chip* via internet ou por telefone sem a operadora certificar-se de que aquela pessoa existe e que aquele CPF é do seu verdadeiro portador.

Então, fica a pergunta aqui para os nossos convidados, e depois eu passo para a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

Vamos começar pelo nosso Diretor da TIM, da esquerda para direita, Leandro Guerra.

O SR. LEANDRO GUERRA – Boa tarde a todas e a todos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, só um esclarecimento. Nós vamos fazer interpelação à SindiTeleBrasil ou a um a um dos representantes das empresas?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, como nós temos Congresso Nacional daqui a alguns instantes, daqui a uma hora, eu acredito que seria ideal que todos fizessem as perguntas e que cada representante da operadora desse a resposta. Podemos fazer em bloco e, depois, somar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Então, nós antecipamos as perguntas e eles respondem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É, eles respondem no final, para podermos dar celeridade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Tá. Então, seria...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E, como o nosso Presidente do Sindicato já abriu mão, já que ele fez a explanação, para que os representantes das operadoras respondam, caso também ele queira...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Então, em vez de o senhor devolver a palavra à Mesa, o senhor devolveria a palavra ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Na condição de Presidente, eu fiz a minha pergunta porque foi um caso real.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ah, sim, está certo!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois, eu vou passar para que vocês façam as perguntas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Está certo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Sr. Leandro Guerra.

O SR. LEANDRO GUERRA (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos e a todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é um tema da maior relevância. A gente realmente tem buscado sempre melhorar esse processo. Ele não é infalível, como o senhor pôde ver. Nesse caso que o senhor mencionou, depois eu gostaria até de fazer uma pesquisa internamente com essa situação concreta para poder entender a motivação. De qualquer maneira, essa questão do cadastro na loja com documento é importantíssima, e eu acho que é viável a gente ter essa alternativa, sim.

Nós estamos estudando justamente esse projeto de lei internamente, para ver como a gente pode viabilizá-lo efetivamente operacionalmente. E até fazendo uma menção ao projeto que a Anatel está desenvolvendo, a fase três do projeto, que deve começar a entrar em operação em dezembro de 2020, vai justamente nesse ponto, Presidente, da digitalização de documento no momento da habilitação. Então, acho que é um ponto que vai trazer melhoria e robustez ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, já que o senhor é o representante da TIM, pode pegar a minha carta de punho próprio, que eles pediram para anexar.

O SR. LEANDRO GUERRA – Eu agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra agora ao representante da Oi.

Esse pelo menos eu tive azar: não deram baixa e ainda continua – entrei no pré-cadastro – o telefone frio. Dei azar com a Oi.

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO (Para depor.) – Boa tarde, Senador. Meu nome é Angelo Coelho, eu sou Diretor de Segurança da Informação e Tecnologia da Informação da Oi, trabalho há 18 anos nessa função. Boa tarde a todos os Parlamentares e todos os presentes.

Infelizmente, esse é um fato isolado que eu posso lhe garantir que eu vou trazer à tona, para a minha propriedade de tratar o caso. Como foi dito pelo Gustavo, da Anatel, a gente ainda pode fazer ativação de *chip* de pré-pago remotamente. Hoje um *chip* pode ser comprado numa banca de jornal e ele pode ser ativado com qualquer CPF, se passando por qualquer pessoa – o que caracteriza um crime. Não necessariamente eu teria essas imagens numa loja, já que isso a gente ainda não tem como obrigação. Apesar do projeto que a gente está seguindo tecnicamente desenhado pela Anatel, está dentro do prazo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Não poderia voluntariamente fazer isso?

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO – Sim, é o que a gente começou a fazer na limpeza... A limpeza de base de dados desse cadastro é regular, há uma manutenção, principalmente por causa da própria base de falecidos, pessoas que já saíram. Isso é uma iniciativa interna, mas o consumo, como pode ser visto, os números que são vendidos e as quebras de sigilo que a gente tem são muito grandes. Isso faz parte, sim, de uma dinâmica interna para revisar todo o processo. E, como foi dito pelo meu colega Leandro, da TIM, a partir do segundo semestre, esse é um tema que a gente não só vai cumprir, como já está cumprindo.

Depois eu conversei com o senhor, Senador, para ver onde foi, qual foi a URA, se a gente consegue alguma rastreabilidade. Mas, de novo, a ativação hoje pode ser feita por qualquer criminoso, o que nos impede de achar esse criminoso. E, sim, a gente pode levar esse objeto para uma investigação legal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao representante da Claro, Vice-Presidente baiano Fábio Andrade.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. *Fora do microfone.*) – Tem algum carioca aí? (*Risos.*)

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO (*Fora do microfone.*) – Eu.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. *Fora do microfone.*) – Vamos registrar: carioca. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É porque todo brasileiro é baiano. Tudo nasceu lá.

O SR. FÁBIO ANDRADE (Para depor.) – Boa tarde, Presidente, Senador Angelo Coronel; Relatora, Deputada Lídice da Mata; Senador Humberto Costa; Deputado Rui Falcão; Deputada Luizianne Lins; Senador Arolde; Deputado Paulo Ramos; uma boa tarde para vocês e para todos os espectadores das redes de comunicação da Casa.

Nós da Claro apoiamos todas as medidas que visem proibir ou dificultar a ação fraudulenta. Nós vemos com muito bons olhos essa questão do projeto da Anatel, que, a cada ano, a cada mês, tem aumentado o estágio de exigências. Eu acredito que até o final de 2020 vai haver um estágio de exigência maior para cadastrar um *chip*. A gente tem que ter a preocupação sempre com o modelo de negócio, para que as exigências não destruam o modelo de negócio, que por fim pode prejudicar o próprio brasileiro. É nosso papel tentarmos dificultar a fraude, dificultar o bandido. E esse projeto da Anatel, até o final de 2020, vai por esse caminho.

Eu acredito que o uso da tecnologia, através dos aplicativos, fazendo reconhecimento facial através da câmera do celular e enviando sua identidade via digital vai ser o cume desse projeto. Eu acho que vai aumentar de maneira muito importante a dificuldade da fraude, que sempre vai haver, mas é nosso trabalho, é nosso dever e é nossa intenção dificultar. A criatividade do bandido é muito grande, então, a gente vai apertar de um lado e, a cada momento em que forem criados novos casos... Eu acho que, a partir de 2020, nós vamos ter ferramentas para poder dificultar a ação dos bandidos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Diretor da Vivo, Sr. Enylson Martinez.

O SR. ENYLSO FLÁVIO MARTINEZ CAMOLESI (Para depor.) – Obrigado, Senador Angelo Coronel, obrigado, Deputada Lídice, Deputada Luizianne, pelo requerimento. Acho que é um momento importante para esclarecer o papel de cada um na sociedade. A gente, como ator social, ator econômico, estará sempre presente quando convocados ou convidados para dar os devidos esclarecimentos.

De fato, a fraude é um dilema que todos tentam combater. A gente cria métodos, processos e sistemas, e o fraudador muitas vezes busca os espaços, os *gaps* para cometer esse ilícito. O que nós temos visto nos últimos anos é um aperfeiçoamento dos sistemas, das ferramentas e dos processos que visam combater a fraude, não só por parte da Anatel, mas também por parte das empresas de telecomunicações. No caso da Vivo, nós estamos desenvolvendo ferramentas – acho que 2020 vai ser um divisor de águas nessa questão –, que vão desde a identificação biométrica para aumentar o nível de acerto na identificação documental da pessoa que está habilitando o *chip* pré-pago. No *chip* pós-pago, a Vivo já vem fazendo coleta de alguns dados, desde que consentido pelos usuários, pelas pessoas que estão habilitando *chip*, de dados biométricos, que poderão ser confrontados no futuro numa eventual habilitação do mesmo CPF





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aquela linha. Então, nós estamos de fato no meio de uma curva de transformação e de segurança.

E a gente acredita que, ao longo de 2020, a gente vai ter vários resultados tanto em processos quanto em sistemas que vão tornar essa questão mais rígida, sempre observando que nós temos uma sociedade muito diversa, em que pessoas são muito diferentes e têm acesso a um sistema de forma muito diferente. Uma pessoa consegue ir à loja para habilitar – elas estão, no caso da Vivo, em 1,6 mil lojas –, mas outras fazem uso de outras formas, como ir a uma banca de jornal. Tudo isso visando facilitar a vida do cidadão, mas é importante reafirmar que a gente está investindo pesadamente em sistemas e em processos, inclusive de reconhecimento de coleta biométrica, para tornar mais efetivo e mais robusto o sistema antifraudes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou passar também para que o nosso Alexandre Castro, o presidente, faça algumas considerações para passarmos às perguntas.

O SR. ALEXANDRE CASTRO (Para expor.) – Não, é só para reforçar até a fala do Enylson aqui de que as empresas efetivamente estão atuando na minimização da fraude de subscrição, seja no pré-pago, como eu mencionei... Então, a ideia é chegar em novembro realmente com uma possibilidade de você receber digitalmente os documentos, e até uma eventual foto, a identificação facial do usuário que está querendo implementar, ou instalar ou ativar um *chip* pré-pago.

No caso do pós-pago várias consultas são feitas já para cair numa malha fina no que diz respeito, por exemplo, à quantidade de *chips* no mesmo CPF. Então isso, com certeza, hoje já está implementado, porque não há nenhum impedimento legal para se vender 10, 50, 100 *chips* para uma pessoa. Eu, como pessoa física, e as pessoas jurídicas podemos adquirir isso: eu me identifico, eu coloco lá, compro esses *chips*, responsabilizo-me pelo uso deles e distribuo para uma escola, distribuo para pessoas carentes; eu posso fazê-lo. Agora, ou que não pode ser feito é o uso indevido desses *chips*.

Então, as empresas, não necessariamente associam uma fraude a uma quantidade de *chips* associada a um mesmo CPF. Os que elas fazem é: jogam na malha fina e fazem uma avaliação. Isso corre por todas as empresas, não fica restrito à Vivo, nem à Claro, nem à Oi, nem à TIM. Todas as empresas são comunicadas através de uma unidade central, que é a ABR Telecom. O processo, então, realmente está... As empresas estão realmente atuando nisso aí.

Como eu mencionei, são quatro sistemas que a gente hoje tem em funcionamento: esse trabalho do cadastramento pré-pago, que em novembro vai estar completamente operacional e com muito mais confiabilidade; há a questão do pós-pago, em que a gente já está atuando na malha fina; há a questão do Siga e a questão do Cemi, que eu já expliquei aqui. Ou seja, são quatro ferramentas que hoje a Anatel acompanha, a Anatel participou de todo o processo de desenvolvimento dessas ferramentas, e a gente entende que, se não eliminar, pelo menos vão minimizar significativamente essas fraudes de subscrição.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo, para encerrar este primeiro bloco, ao Superintendente da Anatel, Gustavo Santana; depois, à Relatora.

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES (Para expor.) – O prezado Senador Angelo nos fez esta questão sobre um projeto de lei para exigir que o cadastro seja feito presencialmente, com a presença do documento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre isso, Senador, infelizmente, eu não poderia, neste momento, dar uma posição da Anatel. Eu preciso internalizar, levar ao Conselho Diretor da agência para que faça uma análise técnica e a gente possa se manifestar. Mas, com certeza, a agência tem técnicos que estudam essa matéria, sabem como isso funciona em todo o mundo, então teremos todo o prazer em poder trazer o máximo de informações possível para o andamento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está bem, obrigado.

Passo a palavra à nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente. Não pretendo me estender muito.

Quero agradecer a presença dos senhores convidados e convocados para participarem desse momento de análise e de investigação que o Congresso Nacional faz, de uma prática extremamente danosa à sociedade brasileira e danosa a todas – em todo o mundo – as sociedades de cada país, principalmente baseadas em uma linha de democracia e de democratização do acesso da comunicação entre os povos, entre as pessoas, entre os indivíduos.

Obviamente que nenhuma plataforma, nenhuma tecnologia foi desenvolvida com a intenção negativa. Desde o surgimento do telefone até os dias atuais, o desenvolvimento das telecomunicações sempre está colocado no desafio de enfrentar o mau uso. No entanto, nós estamos justamente num momento em que há o desafio, com esse desenvolvimento tecnológico, com o surgimento das novas plataformas de comunicação, de como esse mau uso pode levar a prejuízos significativos para a sociedade.

Nós já temos aqui na CPMI os casos vinculados ao *cyberbullying*, os casos vinculados aos crimes cometidos contra a infância, crimes de estímulo à autoflagelação, até mesmo ao suicídio. E, mais recentemente, tomaram muito corpo na vida da sociedade brasileira os crimes cometidos no processo eleitoral, tanto os crimes de ódio, de difamação, de injúria, quanto a prática de *fake news*, ou seja, da desinformação. Há os crimes contra a honra, mas também o crime de desinformar. Essa é uma caracterização ainda não clara do ponto de vista penal. Nós ainda temos uma conceituação de crime de injúria, mas imagino que, pela sua forma, seu *modus operandi*, acabe tendo que ser caracterizado de uma outra maneira.

Então, eu vou centrar em algumas poucas perguntas – algumas até já foram tratadas nas exposições –, principalmente em função de que ontem nós já tivemos aqui uma exposição – e é de conhecimento público também, feito por outras denúncias, diversos meios de comunicação e alguns Deputados – do *modus operandi* da organização, da associação criminosa para disseminar *fake news* para qualquer fim, inclusive fins vinculados à saúde pública, em que muitos são vítimas – campanhas contra vacinação e recentemente até o coronavírus.

O nosso Presidente tomou a iniciativa de, nas próximas semanas, nós já termos esse debate aqui com a participação da Organização Mundial da Saúde, o próprio Ministério da Saúde, enfim... E durante o período eleitoral de forma muito intensa, mas não se restringindo a esse período eleitoral. Há hoje uma prática de ataques permanentes através das redes sociais, das plataformas criadas para essa comunicação de grupos no mundo. E, no Brasil, isso virou uma febre.

Ontem nós tivemos aqui uma explicação de uma testemunha saída desse submundo para expressar aqui como essa operação ocorre. E, nesse depoimento, o crime está mais associado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente ao controle dos dados, porque, tanto na matéria da *Folha de S.Paulo* bastante anterior ao seu depoimento, em que ele havia dado a entrevista à jornalista, quanto ontem, ele confirma a existência no seu trabalho, na empresa em que ele foi contratado, de um número... A empresa de *marketing* digital Yacows. E que foram utilizados cerca de 10 mil CPFs de idosos, com data de nascimento entre 1933 e 1953, 1954. Então, pessoas em torno de 65 anos a 88, 89 anos; de *chips*...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É, algumas exatamente podem não estar vivas. E no cadastro de *chips* de várias operadoras. E, mais do que isso, ele, no processo sigiloso, nos documentos sigilosos a que esta CPMI teve acesso e que ele também ontem trouxe à baila aqui, há imagens que chocam, porque são caixas e caixas e caixas de milhões de *chips* que foram adquiridos por essa empresa, adquiridos de uma forma que não sabemos ainda explicar.

É claro que as empresas estão convocadas, e nós teremos oportunidade também de investigar essa questão. Mas justamente por isso é dito que podem se comprar de maneira infinita números de *chips* e *chips*. Cada pessoa pode comprar 1 milhão de *chips*, mil *chips*? Não há nenhum nível de restrição?

Eu faço a pergunta, claro, ao representante do conjunto das empresas, o SindiTelebrasil, Sr. Alexandre Castro, se não há nessa... É claro que ninguém previa que os *chips* pudessem ser usados dessa maneira. Eu parto do princípio de que todos temos boas intenções. Mas, a partir do momento em que essa prática é denunciada, não há nenhum pensamento de que ação nós podemos ter para haver algum tipo de restrição? Porque ontem foi falado aqui sobre a chipeira, e ele fotografou, mostrou como tudo funcionava. Parecia um filme de terror, com as chipeiras agregando, em cada *chip*, quatro, cinco números de cada operadora – no caso, ele dizia que em algumas podiam três, em outras, quatro, etc. – e em CPFs que não foram autorizados. É claro que há muitos cadastros.

Hoje você entra num grupo de WhatsApp para fazer uma ação qualquer, até de utilidade pública, e, imediatamente, seus dados aparecem. Aliás, outro dia eu fui comprar numa farmácia, e a moça me perguntou se eu tinha algum cartão que ela pudesse identificar para me dar um abatimento no preço do remédio. Eu disse: "Olha, eu estou sem os cartões aqui". E ela disse: "Não, me dê seu CPF". Eu dei o CPF, ela disse: "A senhora é torcedora do Bahia, está aqui o seu cartão do Bahia, tem 5% de desconto".

Então, veja...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Se fosse do Vitória, teria desconto?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu imagino que sim, se eles tiverem uma gestão competente, como o nosso clube tem. (*Risos.*)

Então, os dados migram de um lado para o outro, sem que o dono do dado tenha o direito de definir sobre ele, embora haja uma lei de privacidade de dados.

Nós temos, no Brasil, além disso, que a autoridade que deveria cuidar da proteção dos dados ainda não foi implantada. É uma necessidade que esta CPMI certamente exigirá.

Mas a minha pergunta é direto sobre essa experiência que nós tivemos ontem: como é feito o cadastro desses *chips*? Os senhores sabem de que maneira se cadastram esses *chips*? Como é feita a entrega de documentos de *chips* cadastrados? Já se falou um pouco sobre isso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. Como as empresas podem contribuir na identificação de quem faz o cadastro? Como as empresas podem ajudar a detectar o volume de compras de *chips* feitas por pessoas jurídicas?

Eu quero também chamar a atenção para outra coisa, já que nós estamos discutindo a possibilidade de novas tecnologias, antevendo o uso da tecnologia da biometria, que hoje não é algo tão seguro, principalmente porque nós estamos com a população que vai envelhecendo rapidamente. Eu, por exemplo, aqui, cadastro permanentemente as minhas digitais. Aqui, no Senado, ainda não o fiz. Às vezes, não posso dar a minha presença; tenho que ser autorizada, porque há uma parte da população que, ao envelhecer, vai perdendo a digital. Então, é preciso pensar em novas formas de controles tecnológicos.

Além disso, e principalmente, é preciso haver uma disposição de inteligência do conjunto das empresas do setor de colaborar com a sociedade, para que nós possamos impedir a prática desse mal que está acontecendo no Brasil e no mundo inteiro. Os países hoje já se dedicam à criação de uma legislação que vá desde a definição do crime de desinformação... Alguns países começam a discutir de forma mais aprofundada a necessidade de regulamentar as plataformas com uma ação pública, não apenas permitir a autorregulação dessas plataformas. Também é preciso haver uma discussão mais profunda sobre a privacidade de dados. E é por isso tudo que eu queria ouvir a fala dos senhores, através do Sr. Alexandre, a respeito dessas perguntas.

Que novas formas nós podemos ter para impedir aquela cena que nós vimos aqui ontem? Refiro-me às milhares de caixas fechadas, como se fosse a compra de algodão ou de qualquer outro produto, e as pessoas não conseguiam nem imaginar o número de *chips* que podiam estar ali. Ouço qualquer um que puder responder.

O SR. ENYLSO FLÁVIO MARTINEZ CAMOLESI (Para depor.) – Tentando colaborar com a Deputada Lídice, vamos lá.

Eu acho que nós temos aí algumas brechas, sem dúvida nenhuma, processuais e técnicas de que um criminoso se aproveita, contando inclusive às vezes com a impunidade. Eu acho que há dois caminhos, são coisas muito novas que estão acontecendo na sociedade, Deputada, e eu acho que tem de haver um esforço, sem dúvida nenhuma, das empresas.

A Deputada Luizianne comentou dos filhos. Nós temos que ter um processo educacional muito forte sobre como e o que se deve passar para frente no uso da internet ou de uma rede social. Isso é um processo cultural longo que requer muita educação, muita informação, porque, sem dúvida nenhuma, se o usuário... E aqui nós não estamos eximindo as empresas de sua responsabilidade, e vou falar sobre elas, mas há outro lado de que o fraudador se aproveita: a certeza que ele tem de que aquela mensagem vai ser passada para frente. Então, iniciativas educacionais são muito importantes nessa hora, para que quem receba uma mensagem cheque-a minimamente, isso tem que ser um processo cultural.

A vivo, por exemplo, vem fazendo muitos esforços nesse sentido. Ela tem um portal que se chama Dialogando. Dentro desse portal chamado Dialogando nós temos vários vídeos que tentam, de certa maneira, ensinar como fazer bom uso da tecnologia, como mitigar ou minimizar o efeito de *fake news*. Então, o processo educacional, que só vem com o tempo e é cultural de uma sociedade, é elemento muito importante no combate a tudo isso. Fomos até premiados por esse portal. A família e *fake news*, como lidar com conflitos: há vídeo que fala sobre isso; plataformas sociais, combate a *fake news*. Então, educar é um instrumento, uma ferramenta importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão, a questão da fraude, que encontra na desinformação da população um potencializador do seu ato fraudulento. A fraude é aquilo... Nós estamos investindo em muitas ferramentas. Hoje, por exemplo, o que fazemos hoje, Deputada, é diferente do que fazíamos um tempo atrás. Estamos aprendendo como fazer hoje. A pessoa não sai de uma loja com uma quantidade ilimitada de *chips* pré-pagos, por exemplo. O *chip* pós-pago é um pouco diferente, porque tem outra característica na identificação, e geralmente as fraudes acontecem com os *chips* pré-pagos. Então, você tem limitadores. Hoje na loja da Vivo você só pode habilitar três *chips* pré-pagos presencialmente lá na loja.

É óbvio que... A senhora traz esses dados de 1933 a 1953, claramente as pessoas se aproveitam de idosos, de pessoas que, inclusive, não fazem esse tipo de checagem nessas ferramentas eletrônicas, porque aqui eu estou incluindo...

Meu pai, por exemplo, ele é um cara tecnologicamente incluído, mas eu sei que nem todo mundo é assim, principalmente no interior do Brasil. Então, aproveitam-se, às vezes, da dificuldade que elas têm de manipular uma informação, de manipular uma ferramenta, para usar o nome delas para criar um *chip*. Ele é criado legalmente, a gente faz checagem na Serasa disso, desse dado, uma checagem na Receita Federal. De fato é um CPF válido, de fato aquela pessoa existe. Depois ele faz a ativação disso, só que alguém está usando o dado dele para isso.

Então, sem dúvida, essas ferramentas, esses novos processos de cruzar essa informação com uma imagem previamente coletada para saber se aquela informação pertenceu mesmo àquela pessoa... Nós estamos falando que num futuro próximo, e bem próximo, talvez este ano, Deputada, pessoas, ao se dirigirem a um ponto de venda, seja ele uma loja ou uma banca de jornal, terão acesso a um aplicativo no *smartphone* delas, e elas terão que passar algumas informações para fazer parte de uma base cadastral que poderá, amanhã ou depois, ser confrontada caso elas venham novamente a habilitar ou um fraudador tente usar os dados delas numa habilitação.

Em nome da Vivo eu digo – eu não pude ver tudo o que aconteceu ontem aqui, porque foi muito recente, mas, de fato, nós não fornecemos essa quantidade de *chips* para uma única personalidade jurídica ou para uma pessoa física muito menos. É claro que o nosso ambiente de fraudes não nos permitiria isso, então, há de se pressupor que ele conseguiu isso de forma ilícita, e é isso que a gente prega aqui. Nós estamos do lado da lei, e às vezes também somos vítimas de certas situações. Nós temos, por exemplo, empresas que enviam SMS, ou dados, que são chamadas de torpedeiras, nós temos seis empresas cadastradas no nosso banco. É lógico que essas empresas contratam outras, mas, do que a gente pôde ouvir rapidamente ontem aqui, isso não passa por uma relação contratual lícita. Provavelmente a pessoa montou um aparato lá se aproveitando disso para cometer ilícitos.

Então, de fato, se acionados judicialmente, nós vamos colaborar com a Justiça, como temos colaborado nos últimos anos. Para a senhora ter uma ideia, nós tivemos mais de três milhões de solicitações, ao longo de 2019, de colaboração com a Justiça, seja ele qual for: quebra de sigilo ou fornecimento de dados cadastrais. Nós temos uma equipe dentro da Vivo de 85 pessoas que trabalham 24 x 7 para atender a essas demandas policiais e jurídicas.

Agora, de fato, é uma situação que não passa por uma relação contratual com a Vivo, e a pessoa se aproveita dessa situação que temos para criar um aparato de ilegalidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO ANDRADE (Para depor.) – Relatora, eu gostaria de complementar a fala do meu colega.

Aquelas imagens de ontem são imagens de *chips* inabilitados, porque todas as empresas têm limites de habilitação de *chips* por CPF. Então, realmente, aquela quantidade de *chips* foi objeto de alguma fraude, mas aqueles *chips* inabilitados – é uma foto ruim – não são *chips* que estão em funcionamento. Cada CPF, cada empresa, tem um número X, limitado, de CPFs, três, quatro ou cinco CPFs. Então, é uma fraude que precisa de outra fraude para você habilitar aquela caixa de *chips* inteira. Então, é para ficar claro que nem sempre o *chip* virgem que é vendido é o *chip* que pode virar fraude, entendeu?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

Eu quero chamar a atenção – sou a Presidente da Comissão do Idoso durante este ano todo – para o fato de que os idosos estão sendo, cada vez mais, as vítimas principais dos crimes cibernéticos. Nós temos denúncias de todos os tipos, inclusive muito relacionadas com o sistema financeiro e de promoção de endividamento.

Mas, neste caso objetivo aqui... Eu queria até depois sugerir que todas as imagens pudessem ficar disponíveis para as empresas, para que vocês pudessem contribuir com essa investigação, até voluntariamente – na Comissão e também depois, através das empresas –, porque as empresas de comunicação também não existem para ter esse fim. Elas existem para promover a comunicação, o *marketing*, enfim, peças promocionais ou produtos – no caso, na política.

O SR. LEANDRO GUERRA (Para depor.) – Deputada, este é o nosso dever como empresa e como cidadão: contribuir para esse processo. Não tenha dúvida.

Eu acho que o Enylson foi muito feliz. Eu acho que há uma questão educacional do bom uso da internet. É como a senhora colocou: a tecnologia muitas vezes pode fazer muito bem ou, infelizmente, com má intenção, pode trazer o mal.

Mas eu acho que há um ponto muito relevante aqui, que é a questão do cadastro do pré-pago, que a gente está discutindo. E, na realidade, a gente está olhando essa questão do pré-pago como se fosse o vilão ou um problema. Na realidade – isso foi colocado, acho, na fala do Gustavo antes –, o pré-pago no Brasil é um grande caso de sucesso. É um ótimo exemplo de democratização, de massificação do acesso à banda larga, especialmente para população de baixa renda. Se não fosse o pré-pago, muitos brasileiros não teriam acesso à internet. Então, a gente tem aqui um ponto que é muito bom. Temos esse desafio, que, ressaltado, não é só do Brasil – esse tema não está presente só aqui no Brasil, essa questão de ter um cadastro 100%.

E eu queria chamar atenção para outro ponto: mesmo que nós tivéssemos um cadastro 100%, sem nenhuma inconsistência, ainda assim, quanto a essa questão de *fake news* ou de outro crime cibernético, ainda não estaria garantido que não haveria essa situação. Por uma razão muito simples, que eu acho que foi explicada pelo Alex muito bem: a individualização do autor ou da origem dessa comunicação criminosa depende de mais informações do que a operadora tem.

Nós temos dado uma contribuição fantástica. Isto eu posso falar sem sombra de dúvidas: a TIM tem a segurança como pilar dela na operação. Todos os pedidos de quebra de sigilo de autoridades são correspondidos. A gente tem até pesquisa de satisfação das autoridades nesse sentido. Só que a questão é que o circuito não fecha se não se tiver uma informação que esteja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá presente. Somente quem tem essa informação, Deputada, é o provedor de conteúdo. Então, a autoridade, quando vai fazer essa busca, esbarra nessa dificuldade. E a questão de o endereçamento IP no Brasil ter sido também caso de sucesso, porque são milhões de usuários... O IPv4, que é a versão do protocolo internet, que a gente tem uma parte dos acessos hoje, precisa ser multiplicada. E, nessa multiplicação, precisa-se dessa informação que está lá no provedor de conteúdo. Então, este é o "x" da questão: se nós não tivéssemos hoje nenhum problema com cadastro do pré, nós ainda teríamos, assim mesmo, esse ponto na mesa para solucionar. Queria chamar atenção para esse item.

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO (Para depor.) – Deputada, ratificando o que os meus colegas falaram, o nível de segurança e antifraude das operadoras é muito grande. Todas as operadoras trabalham no mesmo nível de fraude. No ano passado, a gente cuidou de mais de 2,5 milhões de ordens judiciais.

Então, é fato que eu acabei assistindo a toda oitiva de ontem e o que me chamou muito a atenção é que ele disse: "Tão logo eu colocava os *chips* das operadoras do Brasil..." E aí ele citou o nome de todas. Ele falava: "Eu utilizava *chips* internacionais, porque os das operadoras do Brasil eram bloqueados". Isto é, sempre que se acionam os alarmes de fraude de qualquer operadora que esteja aqui nesta Mesa, é desativado automaticamente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É verdade isso.

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO – Inclusive, sobre o favorecimento, ele falou até de uma operadora específica fora do Brasil – não me cabe aqui falar –, mas é um nível de preocupação muito grande que a gente tem.

Esse nível de trabalho 24 horas – eu chego a usar um vocabulário para a senhora – é insano. Eu estou há 18 anos no comando da segurança cibernética da OI, e posso lhe dizer que essa é uma preocupação muito grande da OI junto à Anatel, junto ao Comitê Gestor de Internet e junto a todas as operadoras.

E, claro, eu acho que sempre existe uma oportunidade para a gente elevar a maturidade de segurança. Como a senhora mesma mencionou, a gente está num momento de transição tecnológica muito grande, a gente está facilitando tecnologicamente o uso, como é em outros países. Eu acho até que a gente tem alguns controles que têm até mais cuidado, a gente vê alguns países que não têm tanta preocupação. Mas, sim, todo o plano da Anatel já está sendo seguido. Seguimos a primeira fase, estamos insanamente seguindo a segunda parte, a terceira é uma preocupação não só para o pré-pago, mas para o cadastro positivo.

A senhora perguntou qual é a preocupação sobre o cadastro. É tão importante que, nesta Casa, está sendo conduzida a LGPD, que é a Lei Geral de Processamento de Dados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO – Lei Geral de Proteção de Dados.

A OI tem um comitê interno para cuidar exatamente desse tema, com a preocupação de todos os nossos clientes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu acho que todos já responderam à nossa Relatora. Temos agora, para fazer perguntas...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente, só para lembrar a V. Exa., para não precisar depois: às 16 horas eu vou ter que me afastar para uma atividade relacionada com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação da nossa Comissão. V. Exa. ficou de designar um outro Relator para a continuidade do trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada.

Vamos ouvir a Deputada Luizianne, o Deputado Paulo Ramos, o Senador Humberto Costa, que são os inscritos. Eles fazem as perguntas, depois os nossos convidados respondem em bloco aos três Parlamentares.

Com a palavra a autora do requerimento, Deputada Luizianne Lins, do PT do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A gente brinca que há cearense em todo lugar, mas não há nenhum cearense aí na Mesa!

Eu, primeiro, queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É para não confundir com mineiro ou paulista! (*Risos.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Eu gostaria de agradecer a presença de todos, a atenção ao nosso convite.

Agora, eu gostaria também de afirmar aqui que, quando a gente aceitou a vinda coletiva e como convite, não necessariamente como convocação, foi pelo entendimento de que, como o presidente do SindiTeleBrasil colocou, o Sr. Alexandre Castro, na verdade é como se vocês fossem os transmissores, digamos assim, os transportadores da informação. Isso ficou claro para mim, mas não diminui também a responsabilidade de todos buscarmos, coletivamente, a solução dessas coisas.

Eu quero deixar claro também, primeiro, que sou absolutamente favorável à tecnologia. Eu estou aqui completamente conectada: estou com iPad, estou com dois telefones aqui e, fora o computador da Câmara, eu estou com o meu aqui. Então, assim... Não sou dependente, há horas em que eu... O livro aqui é mais *low profile*, mas, de certa forma, eu não sou contrária à tecnologia, só acho que precisamos – é individual esse processo, cada um precisa saber – de limites, porque ela nos tira, às vezes, da vida real, de fato, e até descompassa com a nossa existência muitas vezes, quando a gente vive só com ela e em função dela. Então, às vezes... Eu não sou uma viciada em redes sociais, não sou nada disso. Então, a primeira coisa que eu queria dizer era isso.

A segunda é que eu sou uma pessoa que, de certa forma, é completamente favorável à desburocratização. Eu também não sou uma pessoa que acha que, nos processos, para a gente poder ter competitividade, competência ou até mesmo eficiência – melhor dizendo –, necessariamente seja preciso um processo burocrático.

Então, por exemplo, eu fiquei pensando, na hora em que o Sr. Gustavo Santana falou: poxa, mas e se houver alguém que não possa ou não queira se deslocar, e vai lá... Como é que vai botar essa digital – veio-me na cabeça – lá, para poder associar a um CPF, essa coisa toda? Eu fico logo pensando na prática e na vida real das pessoas. Isso é uma coisa com que eu me preocupo.

Portanto, eu acho que a gente tem que beber na fonte de todas as experiências que estão acontecendo, cada vez mais, e que podem ir minimizando os problemas, mesmo mantendo a linha da desburocratização, da facilidade. Por exemplo, essa coisa, objetivamente, de você poder comprar um *chip* numa banca de jornal, você botar o seu CPF e, a partir dali, você ser um usuário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pré-pago, eu acho isso uma coisa completamente razoável, até uma coisa tranquila, fácil. Isso foi bom para as operadoras, porque, de uma certa forma, massificou.

E eu quero também deixar claro, porque eu estudo isso, sou professora de Comunicação... Estou Deputada Federal, mas sou professora de Comunicação Social da UFC, da Federal do Ceará. E eu digo isso por quê? Porque também procuro entender como se dá esse processo de por que, por exemplo – ontem eu falei sobre isso –, a nossa principal forma de ataque, como a gente chama, à democracia em função das chamadas *fake news*, no Brasil, se deu por WhatsApp. Eu ontem coloquei isso. Isso se dá porque nós temos um país ainda com um grau de desigualdade social muito grande, e, em país de Terceiro Mundo, a disputa, a guerra política vem através do WhatsApp, como eu falei ontem. Lá nos Estados Unidos, do Trump, foi pelo Facebook. Lá no processo do Brexit, do Reino Unido, foi pelo Facebook. Aqui foi via WhatsApp. Há vários indícios que precederam aquela crise e aquele golpe que aconteceu na Bolívia recentemente, contra o Presidente Evo Morales... Não vou entrar no juízo de valor disso, mas, na prática, foram milhares de perfis falsos no Twitter – era Twitter lá. Então, essa entrada do WhatsApp nos países de Terceiro Mundo se dá em função, inclusive, de que vão contra os interesses de vocês, corporativos, como empresa, que é você poder utilizar o celular, fazer uma ligação telefônica ou passar mensagens ou fazer ligação de vídeo independentemente das operadoras. De certa forma, porque... Tudo bem, você tem a conexão e tal, mas você pode utilizar mesmo se o seu telefone estiver com a conta atrasada. É isso que eu costumo dizer. Você não teve condições, a conta está atrasada, mas você está usando o seu WhatsApp de graça, digamos assim. Isso aí também é uma coisa que tem que ser entendida. E o WhatsApp não está dando aquele serviço de forma gratuita na prática; ele está se colocando na sua vida como um veículo portador das informações e portador das mercadorias que alguém quer oferecer, por isso compra o serviço dele. Objetivamente acontece assim. É assim, o mercado funciona assim.

Outra coisa que eu queria colocar a partir disso, é que eu também defendo, assim como ouvi que os senhores também colocaram, que nós precisamos cada vez mais ter uma educação crítica para as novas tecnologias, educação crítica para as redes sociais. Isso eu digo porque – também já repeti isso várias vezes, mas não custa a gente fazer o raciocínio todo, não fazer só a fotografia, fazer o filme todo –, quando eu fazia Jornalismo na Universidade Federal do Ceará, na década de 90, o que se discutia era a televisão como grande... "Ah, a televisão é um monstro. Isso é bom ou é ruim?" E os estudos chegaram à conclusão de que não era bom nem era ruim, era meio, assim como as redes sociais não são boas nem ruins, são meios, e podem ter grande poder de fazer muita coisa boa como ter um alto poder destrutivo, e com algumas características específicas dela.

Eu destacaria duas como sendo as mais fortes. Uma é a portabilidade. Eu não saio por aí com uma televisão debaixo do braço... Você tinha limite, você não podia estar trabalhando diante de uma TV, assistindo a seu programa favorito, só se fosse por acaso, brechando. É totalmente diferente de eu ter isto aqui no meu bolso o tempo todo. Isto é fácil: aqui eu vejo, boto de novo no bolso, essa coisa toda. Isso permite que o cidadão esteja conectado o dia todo. Então, a portabilidade é um marco, um paradigma dessa nova tecnologia.

Há outra coisa que me impressiona cada vez mais, que eu acho incrível. Imaginem, logo que terminei a faculdade, passei pela primeira vez num concurso, inicialmente... Para editar um vídeo, para transmitir um vídeo, você usava um *mainframe*. As ilhas de edição... Tudo bem, eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já peguei o final disso, mas eu consegui ainda ver... Eu vi a transição para o computador que editava, mas as ilhas de edição eram enormes, elas precisavam de computadores, de *mainframes* que às vezes pegavam uma parede inteira. E hoje você faz isso... Uma criança pode editar e transmitir! Então, a segunda característica marcante deste momento é a conectividade, ou seja, as redes sociais permitem que você conecte isso com aquilo com aquilo outro, que vai não sei de quê, que chega não sei onde. Isso é bom por um lado, tem todas as virtudes da conectividade planetária, digamos assim, mas, por outro lado, também cria um problema: o que é ruim é também potencializado com essa mesma velocidade. Portanto, é capilarizado, e sem uma, digamos assim, seletividade de idade, de comportamento... Na verdade é uma coisa para a qual não existe nenhum filtro, eu quero colocar nesses termos.

E digo muito que o grande paradigma fundante de tudo é a internet... Foi a internet que possibilitou as redes, que possibilitou a conexão e possibilitou muitas coisas, mas a popularização dela é recente. Eu estou querendo dizer isso porque, de meados da década de 90 para cá houve a popularização da internet, e cada vez mais vão ficar aparecendo aplicativos e redes sociais que vão usar esse paradigma fundante, que é a internet, e vão estar se recriando.

Por exemplo, o YouTube. A gente sabe hoje, a gente já tem vários estudos – não vários, mas há estudos que já estão se aprofundando... O YouTube, gente, é de 2005, é muito, muito jovem. Só para dar uma ideia: assumi a Prefeitura de Fortaleza em 2005 – eu fui oito anos Prefeita –, mas, em 2005, quando estava nascendo o YouTube, para nós ele funcionou, por exemplo, apenas para registrar... A gente queria, já no final do primeiro governo – foram dois –, registrar os vídeos que marcavam aquele momento da prefeitura. Servia como se fosse só um depósito de vídeo. Hoje a juventude, o meu filho, os filhos de vocês certamente, que são pessoas jovens e tal... Imagino que os filhos de vocês estejam, cada vez mais, desinteressados da TV. Até quando eles querem assistir conteúdo da TV, é por aqui, diferentemente de mim – eu, particularmente, adoro uma telona. Mas por quê? A televisão ficou um pouco aborrecedora em vários aspectos, ela ficou chata, e hoje ela tenta resgatar quem está nas redes pela própria TV, para ver se volta a audiência ou, pelo menos, para ver se se equilibra. Isso é um fato.

Então, eu volto para vocês de novo: a responsabilidade de vocês, mesmo nessa sequência que o Sr. Alexandre Castro coloca... Ela também tem responsabilidade diretamente no papel que vocês fazem, inclusive como transmissores, digamos assim, independentemente disso. Portanto, se a gente puder trabalhar juntos, será muito melhor, porque a gente vai preservar uma coisa a que ninguém, seja qual for a classe social, o sexo ou o credo, vai ficar imune – não vai! Porque, como ela está no ar... Ninguém vai ficar imune. Então, é bom que a gente cuide do futuro juntos, independentemente de qualquer coisa.

Eu estou dizendo isso porque eu sei exatamente do que eu estou falando. Por exemplo: por Fortaleza passa o maior cabeamento de fibra ótica da América do Sul todinha. É sob as águas do Ceará – em particular, da minha cidade –, na praia do Futuro, em Fortaleza, que está o maior cabeamento de fibra ótica da América do Sul.

Então vamos ver como é que a gente faz essa força-tarefa. Quando vocês vieram aqui se colocar, eu entendi, de fato, que não se tratava de caçar bruxas, a empresa A, B, C ou D. Eu acho que isso é um problema, e vocês têm que, como ramo, como investidores ou como ramo, também estar presentes para poder colaborar com isso. E se trata de colaborar no sentido de, por exemplo, uma educação para as novas redes. Porque assim, por exemplo... Eu já peguei





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, anotei tanto o que o Sr. Gustavo apresentou – este "não me aborreça" ou "não me perturbe", qualquer coisa desse tipo –, como até mesmo esse aqui da Vivo, que é o Dialogando. Mas eu estou sabendo disso porque eu estou aqui. A gente precisa saber como massificar isso através das próprias operadoras.

E uma segunda coisa que eu queria que vocês observassem é o seguinte. Eu acompanho também as matérias de 2018, em que as próprias empresas... Havia a história da queima dos *chips*. Tipo assim, o *chip* era usado várias vezes, aí a operadora queimava o *chip*, ele ficava inútil. Aí o que a gente viu ontem é que o pessoal só fazia afastar, afastava o *chip* queimado – "Esse aqui não dá mais, a operadora já descobriu que nós estamos fazendo isso". Enfim, como se fosse assim: "Joga para lá."

Eu nem vou dizer a vocês... Porque eu também ouvi aqui – não sei exatamente qual foi a operadora ou se foi a associação de vocês, quem foi que falou, qual corporação em si – que não houve um aumento, naquele período "x" eleitoral, não foi detectado um aumento de volume de *chips* encontrados, uma coisa mais ou menos assim. Eu até acho que realmente não pode, porque, se o *modus operandi* daqui por diante for esse, eu não duvido que sejam comprados sistematicamente, como algo normal, centenas de milhares de *chips* todo mês para um dia serem usados. Também ninguém pode adivinhar, nem vocês. Eu estou concordando com isso. Agora, que a gente precisa ficar atento, precisa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E, finalizando aqui – está terminando o meu tempo –, a gente precisa ficar atento, porque essas empresas... Vocês estão sob a legislação especial do Brasil, a legislação nacional. Essas grandes empresas, que não têm sequer uma sede física – elas hoje estão na nuvem também –, muitas vezes têm as leis próprias delas e entram de qualquer jeito nos países, independentemente de qualquer coisa. Agora, o país que tem... Não vou dizer juízo, mas o país que entende do que está refém, ou do que pode ficar refém, cria legislação para poder se proteger. Porque, assim... Vou falar de qualquer um. Porque a empresa "x" – vou falar hipoteticamente – não tem lei nenhuma; a lei dela é ela mesma. É esquisito, não é? Para o bem público de uma forma geral, até para o bem das outras empresas que são concorrentes... Por que ela tem a sua própria legislação? E por que a legislação dela deve imperar sobre a legislação dos países em que ela está?

Eu cito aqui McLuhan, teórico da Comunicação que falava da aldeia global. Ele dizia que a gente era... Falava que o jornalismo distanciava... Ele falava que a imprensa, a mídia de uma forma geral, distanciava as pessoas e que, na verdade, nós estamos voltando a ser uma grande aldeia global. Ele já previu isso antes da internet. Ele previu isso quando estavam surgindo os primeiros meios digitais de comunicação. Ele já dizia que a gente ia chegar nisso.

Então, para que a gente – realmente finalizando – minimize o impacto disso tudo, eu acho que é preciso... Solicito Presidente, que já se solicite para esse conjunto de empresas – não sei se via sindicato de vocês ou especificamente – a gente fazer um grupo de trabalho, Sr. Presidente, em que os representantes das empresas possam estar presentes para que a gente possa ir construindo e criando algumas questões que possam depois virar normas, ou virar legislação, ou virar observações da CPMI, para que a gente vá ajustando. E como a gente pode





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer uma força-tarefa de esclarecimentos públicos sobre a utilização das redes digitais? Porque eu sei que é difícil demais, não é simples, burlar tecnologia, é difícil, mas alguns conseguem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu entendo que, para nós, é fundamental a parceria de vocês. Eu vejo as empresas tão envolvidas, às vezes – eu finalizo mesmo, Sr. Presidente –, em patrocínios culturais, em coisas bacanas que estão acontecendo aí. Então, eu acho que uma força-tarefa no sentido de a gente buscar o esclarecimento sobre essa visão crítica... Visão crítica não quer dizer que você esteja criticando, visão crítica quer dizer que você está preparando as pessoas para elas lidarem com essas novas tecnologias, em especial os jovens, para lidarem com as redes sociais.

Então, eu queria sugerir a questão desse grupo, que a gente possa se juntar para poder construir essas coisas juntos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos do PDT do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Presidente, somente quero dizer que vamos ter agora a tela de TV dobrável, vai ser possível carregá-la para onde se quiser, dobrar, botar no bolso – só para fazer uma brincadeira aqui com a Deputada Luizianne.

E há a questão da interatividade. João, que amava Maria, que amava Rui, que morreu de aids...

Mas, a bem da verdade, ontem para nós foi um dia importante, não pelos escorregões, pelos ilícitos cometidos pelo depoente, não somente por isso, mas por aquilo que ele demonstrou, pela fotografia com milhares e milhares de *chips* – e *chips* com a procedência identificada.

A pergunta que eu faço: é possível falsificar um *chip*, assim como se falsifica cigarro, como se falsifica bebida alcoólica, como se falsifica qualquer coisa? Por quê? Porque a CPI, além de ter o dever de desenvolver um esforço muito grande no sentido de contribuir para que amanhã tenhamos uma legislação que sirva muito mais como prevenção, está investigando ilícitos já cometidos. O nosso papel aqui é descobrir aqueles que já praticaram os crimes, dispararam em massa *fakes*, que estão usando as redes para a questão de pedofilia. É claro que a sociedade vai ficando assustada, mas, ao mesmo tempo, sucumbe. Assim, contra má-fé não há salvação. Por maior que seja o avanço tecnológico, alguém vai burlar em benefício próprio – ou de suas taras.

Mas a grande questão é a responsabilidade: quem é que deve ser responsabilizado por uma prática criminosa concretizada por meio do sistema disponível nas redes sociais, pelo disparo em massa de ofensas às pessoas? As companhias têm alguma responsabilidade nisso? Elas servem de instrumento para a prática delituosa.

A identificação de quem disparou... Porque aqui nós temos fatos concretos que estão sendo investigados, e a nossa questão, paralelamente ao debate teórico, é alcançar aqueles que já praticaram os ilícitos, que se utilizaram dos robôs.

Eu até defendo que haja responsabilidade solidária. Nem me refiro aos fatos já acontecidos, mas que as empresas sejam responsabilizadas pelo uso dos seus instrumentos, dos seus mecanismos, para a prática de ilícito. E aí? Por quê? Porque, no fundo no fundo, fica





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre muito fácil dar as explicações convincentes para a exclusão da responsabilidade. Mas nós temos tido situações que são efetivamente inaceitáveis.

Então, em relação aos fatos já acontecidos, gostaria de saber se as companhias já contribuíram com alguma investigação que foi concluída pela Polícia Federal que tenha identificado aqueles que praticaram os crimes. No aspecto político, que está aqui, das campanhas eleitorais, nós sabemos o que aconteceu, mas também é preciso saber em relação a outras práticas delituosas. Nós estamos tratando aqui de outras questões, mas é preciso dizer que também é dever nosso a preservação do Estado democrático de direito, e é o Estado democrático de direito, numa democracia representativa, a legitimação da vontade popular. Se existe alguma coisa que contribua para a deformação, se existe prática delituosa que deforme a percepção do cidadão e o leve a fazer uma escolha induzido, isso tem que ser cuidado por nós.

Eu imagino que, se não existisse o que houve, especialmente na última campanha, não teríamos esta CPMI. Mas a grande questão é que o processo decisório recebeu uma contribuição expressiva de prática delituosa, e aí não sei como os representantes veem a questão da responsabilidade solidária. Se amanhã houver uma lei que diga que vão responder também, talvez surja um esforço maior no sentido da identificação. Assim: sistema bancário, está aí, se fez uma movimentação financeira acima de 10 mil, comunica ao órgão. E uma compra de milhares e milhares de *chips* de uma mesma empresa? Quem é que adquiriu para revender? Quem é que fabricou? Como é que é isso? Como é que isso se dá no sentido da identificação de quem está se utilizando de milhares e milhares de *chips*, de CPFs de pessoas inclusive já mortas? Como é isso? Como isso acontece na vida sem que aqueles que são os fornecedores e os que instrumentalizam essa prática sejam excluídos de responsabilidade? Como é que isso fica? É a minha indagação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à Deputada Natália Bonavides, do PT do Rio Grande do Norte.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente Angelo.

Eu queria informar, como inclusive já foi dito aqui na Comissão, que diversos e diversas Parlamentares aqui da CPMI estão entrando com uma queixa-crime por falso testemunho contra o depoente que esteve aqui ontem.

Eu quero, Presidente, de forma muito especial, reafirmar mais uma vez a nossa solidariedade à jornalista, renomada e premiada, Patrícia Campos Mello, que foi vítima de mentiras terríveis. Esse episódio que aconteceu aqui simboliza muita coisa, Presidente: simboliza o desrespeito com que este Governo tem tratado a imprensa, tem tratado os jornalistas e as jornalistas. O Deputado filho do Presidente prontamente reproduziu e buscou amplificar as mentiras que foram ditas aqui pelo depoente. E com um objetivo óbvio, com o objetivo cristalino de tentar desqualificar uma jornalista que fez um trabalho seriíssimo e foi quem primeiro expôs o submundo que foi a campanha de Bolsonaro. Esse tem sido o padrão de atuação desse Governo: tentar desqualificar as pessoas que expõem os escândalos que eles ainda têm coragem de dizer que não existem. Mas, claro, como foi contra uma mulher, tinha que haver os requintes de crueldade, de objetificação, de sexualização, e eu também quanto a isso me solidarizo, até porque sei bem o que é passar por esse tipo de coisa. Então, também de um machismo canalha a jornalista Patrícia foi vítima.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, mentir em CPMI é crime. É uma forma, inclusive, de atacar esta instituição do Congresso; é uma forma de atacar o trabalho institucional desta Comissão, e, por isso, nós entraremos com a queixa-crime. Mas acredito que não baste nós pedirmos reparação sobre o que ocorreu, é preciso que a gente pense em como não permitir que esse tipo de coisa ocorra novamente. Nesse sentido, eu gostaria de fazer uma solicitação à Mesa Diretora dos trabalhos.

Eu acredito que o que aconteceu não pode se repetir, e eu acredito que a autoridade do Presidente da Comissão deve se assemelhar à autoridade de um juiz que conduz e preside uma audiência judicial. Eu acho que não é possível que alguém venha a esta Comissão disposto a mentir, sabendo que alguém lá fora tem provas contundentes que desfazem tudo o que foi dito aqui, e que, mesmo sabendo disso, sinta-se completamente à vontade e sem constrangimentos de vir aqui para falar as mentiras que falou. Então, eu solicito que outra postura seja adotada para o bem do andamento da Comissão, que os fatos graves que a gente viu aqui não sejam mais permitidos. O depoente veio para mentir. Veio para atacar Lula, atacar o PT. Veio tentar desqualificar a jornalista que foi quem primeiro expôs o esquema da campanha de Bolsonaro. Menti sobre quando começou a trabalhar na empresa Yacows. Menti sobre ter feito a campanha de uma pessoa que nem havia sido candidata. Então, foi com essa disposição que ele veio, e eu acho que isso deve ser duramente repudiado, duramente rechaçado pelos membros desta Comissão.

Faz-se necessário que, nos próximos depoimentos que acontecerem aqui, não se permita um ambiente que faça com que alguém se sinta assim tão à vontade para desrespeitar as prerrogativas regimentais, legais e constitucionais que esta Comissão tem.

Presidente, eu gostaria de reafirmar a solidariedade com a jornalista Patrícia pelos ataques que sofreu não só aqui na Comissão, mas também depois, com a milícia virtual, que nós estamos investigando aqui no âmbito da CPMI.

E gostaria de reafirmar a nossa disposição de fazer com que a CPMI tenha resultados efetivos para prevenir que o que acontece hoje em nosso País se perpetue. A gente não está aqui só para entender o que aconteceu nas eleições de 2018. A gente sequer está aqui só para prevenir que a mesma coisa aconteça nas eleições de 2020: a gente também está aqui porque essa máquina de mentiras nunca foi desativada. Ela está em pleno funcionamento, ela está em pleno vigor. E ela está funcionando para interferir em todo tipo de debate público, desde a destruição de reputações de pessoas públicas do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, de quaisquer pessoas que se contraponham a esse projeto de destruição que representa o Governo Bolsonaro, até mesmo para interferir nos debates e votações aqui do Congresso, como foi o caso da reforma da previdência e de tantos outros, sobre os quais a gente tem visto mentiras circularem de forma massificada na sociedade.

Dito isso, Presidente, eu me somo aos Parlamentares que me antecederam, pedindo desculpas por não estar aqui presente quando do depoimento dos senhores, mas saibam vocês que eu estava acompanhando pelo celular – já que é disso que a gente está falando –, estava acompanhando o depoimento. E eu compartilho da preocupação dos colegas quanto à facilidade que hoje se tem para ter acesso aos *chips*, para poder cadastrar esses *chips* fazendo uso de fraude.

E eu me somo inclusive à colocação do Deputado que me antecedeu, porque realmente as fotos a que nós tivemos acesso foram bastante estarrecedoras. Imagine que o volume de um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chip, quando ele é vendido, é o volume mais ou menos de um cartão de crédito. Imaginem quantos desses cabem numa caixa de papelão! São muitos, não é? São muitos em uma caixa. E a gente viu, em fotos, várias caixas, e isso foi em uma empresa, na verdade, em uma sala de um andar de uma empresa.

Nós gostaríamos de entender como é possível esse tipo de aquisição. O que é preciso para você ser uma empresa que tem a capacidade de encomendar, junto às operadoras, caixas de *chip*? Não é preciso, então, ser uma loja que vá revender o *chip*? Qualquer pessoa pode encomendar caixa de *chip*?

Além disso, algo que já foi abordado aqui também – vocês também já mencionaram. Qual seria a pertinência de o cadastro desse *chip* ser feito de forma pessoal, como tantos serviços requerem esse cadastro de forma pessoal? Nós queríamos realmente entender, porque foi bastante chocante a gente ter dimensão de que não se trata de alguns mil, não se trata de algumas dezenas de milhares, mas de centenas de milhares, e isso em uma empresa só.

Nós acreditamos que o combate a *fake news* é algo desafiador, cuja responsabilidade recai sobre, sim, o Poder Legislativo, sobre, sim, o Poder Judiciário, mas também sobre as empresas que prestam algum serviço que se relacione com essa cadeia. Por certo e por óbvio, vocês não têm nenhuma responsabilidade sobre o tipo de conteúdo que é disseminado através desses procedimentos, mas vocês estão em uma das pontas desse ciclo em que poderia ter alguma forma melhor de controle sobre quem tem possibilidade de acessar de forma massiva, por exemplo, os *chips*.

Então, eram essas as minhas contribuições.

Eu agradeço a atenção das senhoras e dos senhores.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, há alguém inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há o Deputado Gadêlha.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então eu me inscrevo depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Túlio Gadêlha, do PDT de Pernambuco.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Senhoras e senhores, convidados, primeiramente é muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O último orador inscrito é o Deputado Rui Falcão, do PT de São Paulo, para que a gente possa passar aos nossos convidados e encerrar a reunião na tarde de hoje.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Primeiramente: é muito importante a presença de todos aqui. De fato, cabe a esta Casa a defesa do Estado democrático de direito. E a gente, diferentemente, talvez, da sociedade como um todo, da maioria das pessoas, pôde acompanhar, nesse processo eleitoral, o quanto foi prejudicial à democracia e aos que defendem a verdade essa estratégia, a construção dessa máquina que disseminou *fake news* durante o processo eleitoral. Por isso é muito importante ter aqui os representantes das empresas, para a gente poder ter os devidos esclarecimentos, como bem colocou a Deputada Natália, acerca de como é possível que apenas uma empresa possa fornecer uma quantidade absurda de *chips* para uma outra empresa operar esse sistema de disseminação, de difusão de notícias, de matérias e de mensagens que desinformam as pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo isso porque acho que precisamos entender como esse sistema tem funcionado de fato, mas precisamos também ter das empresas algumas informações mais sensíveis, como, por exemplo – eu pergunto diretamente aqui aos representantes – a seguinte.

Durante o período eleitoral, existiu uma quantidade significativa de *chips* ativos. No gráfico de vocês – digamos assim –, existiu algum pico de *chips* ativos durante esse período eleitoral ou no período que antecedeu as eleições em 2018? Se houve, depois esse pico se reduziu? Existe uma variação conforme o calendário eleitoral? Ou esse número permanece estável durante todos os anos?

Faço essas perguntas porque ontem recebemos um depoente que afirmou que o número era superior a cem mil *chips* apenas para essa empresa, e ele mostrou caixas e mais caixas. Isso, de fato, nos preocupa. Como se tem o controle desse material, desses equipamentos? O que as empresas propõem, ou sugerem, fazer para que a gente consiga reduzir e identificar esse rastreamento de *chips* comprados, adquiridos de forma ilegal, com CPFs falsos?

Eu acho que essas são algumas respostas que nos ajudariam bastante a proceder aqui na Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Rui Falcão, para encerrar a série de perguntas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu não quis me manifestar até agora. Primeiro vou fazer duas perguntas simples ao Sr. Alexandre Castro e, depois, quero fazer uma consideração.

A minha pergunta é a seguinte. O senhor disse que tem milhares e milhares de requisições judiciais. É isso? Eu perguntaria se há dados que mostram essa evolução, como começou, se há um crescimento nos últimos meses.

Outra coisa: para que são necessários 75 dias? Um prazo de 75 dias para cancelar alguma coisa, é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, para eu poder fazer a pergunta: 75 dias para?

O SR. ALEXANDRE CASTRO (Para expor.) – Hoje o prazo observado é de 75 dias para fazer o bloqueio dos usuários.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E quando alguém fica inadimplente, qual é o prazo para cortar a conta?

O SR. ALEXANDRE CASTRO – É porque esse caso não é um caso de inadimplência. A gente pode prejudicar, se fizer o bloqueio, gente que não tem...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, eu sei, mas é só para fazer uma comparação dos prazos.

O SR. ALEXANDRE CASTRO – É porque a questão, no caso da inadimplência, é isolada, é individual. No caso que eu citei aqui, do Siga, ele pode envolver dezenas de clientes. Se a gente bloquear todo mundo, a gente vai prejudicar muitos inocentes em relação ao processo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Depois você me dá a segunda resposta.

Mas eu me abstive até agora de falar sobre o caso de ontem porque toda a história começou comigo, e "ainda bem", entre aspas, que ele agrediu uma jornalista, porque, senão, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

calúnia que ele assacou contra este Deputado teria passado em branco, a não ser pela defesa solidária feita pela Deputada Luizianne Lins no momento e também pelo Deputado Túlio Gadêlha, pois o depoente me chamou de "Gadêlha", embora dissesse me conhecer bastante – "Gadêlha" ou "Gabeira".

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. *Fora do microfone.*) – "Gabeira".

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – "Gabeira", não é? E disse me conhecer bastante. Acusou-me de racismo, quando eu jamais teria uma atitude dessa, todos conhecem minha história. E o pior é que depois membros desta CPML ecoaram a mentira e também ecoaram os ataques feitos à jornalista Patrícia Campos Mello. Falei com ela hoje de manhã, falei com o marido dela também, conheço ambos, me solidarizei, e ontem fui à tribuna para me reportar a um Deputado que estava aqui, falou pela Liderança, e disse lá da tribuna... Eu fiquei em dúvida se respondia àquilo, àquelas calúnias. Primeiro porque não sabia se a vilania, se a baixeza, se a canalhice de quem subiu à tribuna para me atacar na ausência merecia algum tipo de resposta. Então, havia essa primeira dúvida.

A segunda dúvida envolvia certo temor, porque são pessoas que andam aqui com cinco, seis seguranças, cuja família tem ligações com as milícias, que têm participação no assassinato da Vereadora Marielle Franco e do seu motorista, Anderson, na queima de arquivo daquele miliciano assassinado lá na Bahia, o Adriano Nóbrega, ex-capitão do Bope, expulso e condenado a 14 anos e que foi condecorado com a Medalha Tiradentes por pessoa dessa família. Então, eu fiquei em dúvida se valia a pena eu me rebelar e fazer a denúncia, se não viria algum tipo de represália a esta pessoa aqui.

Mas, Presidente, eu acho que, diante de atos autoritários, diante de riscos de fascistização, que caminham rapidamente no País, nenhum de nós pode se calar. Nós lutamos contra a ditadura militar, colocando em risco as nossas vidas, e muitos morreram, foram torturados e desapareceram para defender a democracia, que agora está em risco novamente. Então, nós não devemos nos calar, e foi por isso que eu fui à tribuna. Pensei bastante, pensei na minha família, pensei na minha segurança e concluí: eu não vou ficar calado. Não se pode acusar alguém da forma como se fez comigo, muito menos fazer o que aquele meliante ontem fez aqui com a jornalista Patrícia Campos Mello.

Então, eu queria aproveitar este momento aqui para, mais uma vez, dar conhecimento disso e dizer que também resolvi subscrever a representação à Procuradoria-Geral para avaliar as condições para denunciar esse indivíduo, esse indigitado depoente. Acho que, posteriormente, no relatório final da CPML, nós devemos também indiciá-lo, porque está previsto que é crime uma testemunha mentir, e V. Exa. várias vezes o alertou que, se ele não soubesse, ele não respondesse, silenciasse; ele não estava obrigado a responder nada; ele estava obrigado a dizer a verdade quando falasse. Ele não o fez. Então, não foi por falta de advertência, e estava acompanhado de um advogado inclusive. Então eu acho que nós teremos que, no devido momento, indiciá-lo, propor a esta CPI indiciá-lo.

E acho que é importante também que os senhores tenham conhecimento de como esse tipo de crime indiretamente pode afetar os senhores, que não têm responsabilidade, mas... Vejam, ele fez questão de ficar. Eu perguntei quantos *chips* tinha, e ele ficou ironizando comigo: "Rá, rá, rá! Tenta contar isso aqui!", e mostrava as caixas. Ele mostrou um vídeo aqui: caixas e mais caixas, desse tamanho assim. "E quantos *chips* o senhor acha...?" "Eu não consigo contar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui ó, aqui tem um da Claro, aqui tem um da Oi, aqui tem...". Ele fez questão de mencionar quatro operadoras nominalmente: Claro, Oi, Vivo e...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Nextel?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não mencionou a Nextel não. Mencionou a Nextel? (*Pausa.*)

Eu acho que era Tim, Claro, Vivo e Oi que ele mencionou. Bom, não importa, mencionou várias, para todos os gostos aqui. E nas pilhas de *chips* imprestáveis também, havia de todas as operadoras, que ele fazia questão de apontar. Fora as caixas fechadas, que continham milhares e milhares... Alguns eram *chips* comprados no exterior. Nós perguntamos se eram *chips* comprados em Israel, e ele disse que eram de vários países, não sabia de onde.

Então, é um fato lastimável, e eu me somo aqui às preocupações relatadas anteriormente pelos Deputados e Deputadas no sentido de que haja uma contribuição dos senhores, das suas empresas, para que a gente possa, sem em nenhum momento violar o marco civil da internet, em nenhum momento violar a liberdade de expressão – muita gente fala que não pode fazer nada porque estão censurando, que o PT quer censurar e tal –, conter essa onda de crimes que afeta a todos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerramos a série de perguntas. Vamos passar agora para os nossos convidados responderem.

Como começamos a primeira série pela direita e, depois, pela esquerda, vamos começar agora pelo centro, para deixar tudo aqui democrático.

Então, com a palavra Fábio Andrade, Vice-Presidente da Claro.

O SR. FÁBIO ANDRADE (Para depor.) – Boa tarde. Eu queria cumprimentar o Deputado Túlio e a Deputada Natália, que chegaram, e eu não havia cumprimentado antes.

Eu vou procurar responder-lhes em bloco porque eu acho que as dúvidas se assemelham.

Primeiramente eu queria frisar novamente que existem *chips* virgens e *chips* ativados. Os que foram mostrados ontem eram *chips* inativos. Os *chips* inativos, para se tornarem ativos, precisam passar por outro processo, que também envolve fraude, mas envolve um segundo passo na questão da fraude.

E eu também queria dizer que me parece que aquelas imagens são um pouco antigas, coisa de dois anos atrás, alguma coisa assim, e, de lá para cá, as empresas têm tomado algumas precauções para aprimorar o modelo de segurança de chip.

Primeiramente, a gente tem procurado fazer com que nenhum vendedor nosso de *chips* compre mais *chips* do que a média de venda deles. Esse é um cuidado que a gente tem tido em razão de *fake news*, em razão do custo exagerado de fraude, porque a empresa também gasta muito dinheiro para combater as fraudes. E uma das maneiras que a gente procurou para combatermos *fake news*, que é o motivo de nós estarmos aqui, é nós termos uma média de cada vendedor e procurar fazer com que não seja vendido a esse vendedor mais do que 10% da média dele de *chips* efetivamente ativados.

Agora, existem facilidades que o sistema promove? Sim. Você pode ir a uma banca de jornal comprar vinte, você pode ir a uma outra loja e comprar mais trinta. Por aí você vai somando, vai burlando os mecanismos de defesa. As fragilidades existem, e nós estamos trabalhando para que tanto a compra do *chip* virgem quanto a ativação, cada vez mais, sejam dificultadas para os meliantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós falamos há pouco, antes da presença de vocês, sobre um processo que a Anatel está desenvolvendo e que deve culminar no final do ano, sobre o aprimoramento da ativação do *chip*, que exige uma fotografia, que exige digitalização de documentos. Então, acho que o processo atual vai ser aprimorado, sem dúvida. Nós reconhecemos que ele tem falhas.

Eu também pesquisei, Deputado Túlio, e verifiquei que, no período eleitoral, há um aumento da venda de *chips*. Fui informado inicialmente de que, como essas empresas de mídia digital estão recorrentemente comprando *chips*, habilitando e desabilitando, não é um número que seja graficamente possível ver no período eleitoral. Então, essas empresas de mídia já existem, existem em grande quantidade, e elas também fazem outro tipo de negócio, não só envolvendo a maracutaia na eleição, mas desenvolvendo vendas comerciais de produtos. Então, é recorrente esse tipo de empresa comprar uma quantidade de *chips*, e não fica claramente...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Permita-me um aparte.

O SR. FÁBIO ANDRADE – Certo.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Talvez eu tenha me expressado mal. Não é apenas com relação à aquisição da quantidade de *chips* e, sim, com relação aos *chips* ativos, àqueles que estão em uso.

O SR. FÁBIO ANDRADE – O Deputado Paulo não ouviu o que o senhor falou.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Ele quis dizer quanto ao tráfico de dados, se aumenta o tráfico de dados, por exemplo.

O SR. FÁBIO ANDRADE (Para depor.) – Eu volto a falar sobre a questão da recorrência dessas empresas. Essas empresas que fazem esse esquema eleitoral também trabalham para grandes magazines, para outros tipos e modelos de negócios elas frequentemente estão fazendo esse tráfico de dados e esse uso de *chips*. Então, não é que a empresa, sendo a eleição em outubro, em setembro comece a disparar uma quantidade infinita de *chips*. Não. Ela vem desde janeiro frequentemente vendendo gravata, vendendo celular, bateria e fazendo outros produtos. Então, não é assim. Pelo menos à primeira olhada, a gente não conseguiu identificar esse acréscimo.

Como a gente tem investido na segurança? Na ativação dos *chips*, e com o cuidado de não vender a cada fornecedor mais de 10% do que ele comumente venda. Então, se uma pessoa tem uma média de 300 mil *chips* ativados por mês e faz para a Claro um pedido de 400 mil *chips*, vai para a malha fina e a gente vai tentar identificar o porquê disso.

Acredito que tenha respondido, em bloco, essas questões aí.

E aos outros colegas, se tiverem alguma coisa a acrescentar, eu agradeço.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Desculpe, Dr. Fábio, só uma pergunta novamente com relação à ativação, porque eu acho que o senhor não nos respondeu se existe algum pico de ativação de *chips* no período eleitoral ou no período que antecede as eleições.

O SR. FÁBIO ANDRADE – Não, inicialmente nós não detectamos isso não. Não é um fato que gere um aumento de gráfico, que seja visível.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Com é que se dá a remuneração da companhia? Ganha o dinheiro como, em toda essa... A finalidade... Vendeu o chip. Como é que ganha? De onde vem o recurso? Como é que o cidadão que usa paga? Como é que a companhia afere o crescimento das vendas, o crescimento das suas receitas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO ANDRADE (Para depor.) – Cada *chip* que é ativado gera uma receita. Se você compra um *chip*... Acho que hoje em dia custa R\$15, e você tem uma parte de imposto que é mais ou menos R\$8,00, que você devolve ao Governo. Então, na venda do *chip*, a empresa não ganha absolutamente nada, porque tem o custo do *chip*, o transporte, a logística, e você ainda paga ao Governo uma taxa a cada *chip* que é ativado. A partir do momento em que você ativa um *chip*, ele começa a gerar receita, se você bota um crédito ou se você faz uma conta pós-paga. Isso aí geralmente reflete na receita.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então quanto mais usar...

O SR. FÁBIO ANDRADE – Como todo negócio, não é?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Fábio, uma última pergunta.

Teria como a empresa Claro fornecer a esta CPMI, em sigilo, essas informações da venda de *chips* semanais e de ativações desses *chips* nos últimos dois anos para que a gente possa fazer essa análise?

O SR. FÁBIO ANDRADE – Deputado, eu acho que o senhor pode fazer esse requerimento formalmente à empresa. Se não houver nenhum motivo relativo a sigilo comercial ou alguma coisa do tipo, inicialmente nós não vemos dificuldade.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Perfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo agora, para responder, ao representante da Oi, meu xará: Angelo Neto.

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO – Boa tarde a V. Exas!

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Só um momentinho.

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO – Claro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, há um fato importante do qual eu queria que o senhor tomasse conhecimento também: acabo de ver aqui um tuíte de cinco minutos atrás do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia.

Diz ele aqui: "Dar falso testemunho numa comissão do Congresso é crime. Atacar a imprensa com acusações falsas de caráter sexual é baixaria com característica de difamação. Falso testemunho, difamação e sexismo têm de ser punidos no rigor da lei."

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza será o rigor da lei após o indiciamento. Não tem como...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FÁBIO ANDRADE – Eu gostaria de fazer um reparo ao Deputado Túlio também sobre a dificuldade que a gente tem na questão de ativação.

Às vezes você ativa um *chip*, numa conta de WhatsApp na rede celular ativa, e você passa a usá-lo depois pela internet. Então, você também tem dificuldade de aferir o crescimento da receita de dados porque a pessoa ativa e, no caso das chipeiras, geralmente o consumo e o tráfego são feitos pela rede wi-fi, então ela já sai da rede de celular. Isso envolve "n" empresas no Brasil que entregam internet wi-fi. Então, a dificuldade... Às vezes pode-se dizer: ah, ativou xis mil *chips* e não teve um crescimento da receita de dados? Não, porque ele não está usando a rede de dados para mandar as mensagens, pode estar usando a rede wi-fi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que ficou faltando complementar essa informação. É para o senhor ver o nível de dificuldade que a gente tem de aferir as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Retorno a palavra para o Diretor da Oi, Sr. Angelo Neto.

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO (Para depor.) – Contribuindo aqui desde o início com a pergunta da Deputada Lídice, eu acho de grande relevância essa campanha de conscientização.

Eu fiz uma associação rápida, quando a senhora estava falando, sobre a campanha do uso de segurança nos carros. Quando tinha 10 ou 15 anos, isso não era uma coisa comum para a gente. Hoje, no *mindset* da minha filha, eu tenho uma filha de 22 anos, ela já entra no carro, inclusive, no banco de trás, e coloca o cinto. E a gente ali, naquela época, teve uma campanha de conscientização muito grande.

Eu acho que sim, essa é uma obrigação da sociedade, do Governo, Estado-maior, das empresas de uma forma geral. E isso é algo que a gente já está intensificando dentro da companhia e agora a gente tem que fazer parte desse grupo para intensificar sim com os nossos consumidores.

Houve algumas perguntas aqui. O Deputado Paulo Ramos perguntou se é possível falsificar um *chip* na fabricação. O *chip* não é possível ser falsificado. A compra é ilícita mesmo, como o meu colega da Claro falou. Não é que seja vulnerável a venda do *chip*, mas se usa de oportunidade para fazer compras indevidas. Você vai numa banca de jornal, você vai numa farmácia, você vai no supermercado e, dependendo do número de pessoas que está fazendo essa compra, você chega sim a um grande número de *chip* que vai ser comprado, e não necessariamente vai ser ativado. Porque você pode começar a comprar e só vai ativar depois de um determinado período.

O que fortalece para a gente é, após essas eleições, e não derivado das eleições, acabou coincidindo muito, a gente intensificar o projeto de segurança com a Anatel. Então, é tão verdade aqui que no vídeo de ontem foi dito que toda vez que usavam as operadoras nacionais eles eram bloqueados. Isso porque o sistema faz uma correlação muito grande do tipo de fraude por uma série de vetores que são comparados das operadoras e um bloqueio automático vem sendo feito, inclusive com o cadastro.

Sim, há uma oportunidade muito grande de melhorar o cadastro, não tenha dúvida, principalmente no momento da ativação. Concordo com os senhores que o sistema tem que trazer flexibilidade, mas, sim, ele tem que trazer um controle e é o que a gente está fazendo com a Anatel para garantir que esse cadastro indevido não seja potencializado por pessoas de má-fé.

Hoje a gente tem um trabalho muito forte com as autoridades. Sempre que chega uma ordem judicial, a gente também trata, além dos controles de segurança que a gente faz na própria companhia.

E, reforçando, porque as perguntas acabaram sendo em cima da venda intensiva de *chips* e outra é sobre o uso. Deputado Túlio, hoje existe uma sazonalidade e, nos últimos tempos, a mudança de comportamento para o uso da internet. Hoje o consumo de conteúdo... E, aí, como a gente garante a neutralidade da rede, dado o Marco Civil da Internet, a gente não consegue dizer qual é o consumo. Mas o que aconteceu nos últimos – posso arriscar aqui errar – dois anos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi o uso de dados. E aí eu trago muito para a minha filha e o grupo de relacionamento dela, que tem mais ou menos 20, vinte e poucos anos, que é o grupo que frequenta a minha casa. Eu vejo muito consumo para vídeos, como Netflix, Amazon Prime, o próprio Netflix. O uso dos últimos dois anos foi muito intensificado, mas em função de *streaming*.

Então, separar hoje o conteúdo que foi utilizado para *streaming* ou que foi utilizado para o WhatsApp poderia estar mascarado nessa transição que a gente está tendo, tecnológica. Mas eu acho que, sim, a gente pode, com a Anatel, trabalhar em mais controles. E eu acho que, como a Deputada Lídia falou para a gente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Luizianne.

O SR. ANGELO COELHO DA SILVA NETO – Luizianne. Perdão. A Luizianne falou – peço desculpa a V. Exa. – de a gente trabalhar com a Casa para assim massificar os controles de segurança e os crimes cibernéticos. Hoje, além de todo o trabalho que a gente faz com a Casa, os controles que a gente trata dentro da empresa 24 horas para cuidar de fraude, a gente também está fazendo um trabalho com a própria Anatel e o Exército, que é o guardião cibernético.

O guardião cibernético, sim, cuida do crime cibernético de uma forma geral. Ele não está associado ao controle de dados, mas a um controle para garantir a neutralidade da rede, e é uma preocupação muito grande da Oi – reforço aqui, com minha particularidade, por estar, há 18 anos, acompanhando.

Falou-se aqui, não lembro que Deputado, de *mainframe*. Eu trabalho desde essa época de *mainframe* aqui com todos os cuidados de segurança. Hoje, continuamos utilizando, sim, *mainframe* e potencializamos ainda mais esses controles que evitam fraude, mas temos uma alarmística muito grande para reagir a qualquer fraude que seja identificada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao nosso Diretor da Tim, Sr. Leandro.

O SR. LEANDRO GUERRA (Para depor.) – Obrigado, Presidente.

Eu acho que também vou responder em bloco. Eu acho que facilita um pouco.

O primeiro ponto que eu acho que é importante referendar aqui é o pilar que a Tim tem na parte de segurança cibernética. Essa, para nós, é uma das maiores obrigações e preocupações que nós temos com a nossa base de clientes. A Tim envia todos os esforços para garantir a segurança da informação dos nossos clientes. A gente tem uma área específica para tratar desse tema que é totalmente fechada. Ela trabalha 24 horas por dia, sete dias por semana. Se chegar no domingo à noite um requerimento de informação de uma determinada autoridade judicial, a gente vai responder prontamente, no prazo estabelecido. Então, isso custa muito. É um investimento que a empresa vem fazendo durante muito tempo. Eu acho que é importante destacar isso. Quer dizer, existe uma responsabilidade grande da Tim nesse processo, uma preocupação, responsabilidade e compromisso com nossos clientes.

A Deputada Natália trocou num ponto interessante.

Deputada Natália, o pré-pago no Brasil é um caso de sucesso. E uma das razões de ele ser um sucesso é essa capilaridade de venda e a simplicidade da venda. Isso nos traz o desafio do cadastro, sem dúvida nenhuma. A gente tem aqui a oportunidade de melhorar esse processo. Isso está sendo desenvolvido. Eu acho que a Anatel está fazendo um bom trabalho de coordenação desse processo. Para a senhora ter uma ideia, nessa fase 1, que foi comentada aqui, da nossa base, nós descadastramos, bloqueamos 150 mil acessos, porque existia alguma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inconsistência no cadastro, e esse processo é contínuo, como bem colocou aqui o representante da Anatel.

Com relação ao que a Deputada Luizianne colocou, eu acho que ela foi muito feliz. Essa é uma questão que tem muitos atores envolvidos. Tem o Governo, tem as operadoras, tem a Anatel... A solução é complexa, não é uma solução simples. Então, a gente, quando descobre, digamos assim, ou tem uma demanda, recebe uma demanda de um crime cibernético, de uma denúncia, de um pedido de quebra de sigilo, há muitas situações que, apesar de a empresa guardar durante cinco anos o registro... E é isto que eu queria destacar aqui, porque os dados de conexão que o Alex colocou e o que o Marco Civil obriga é que deve ser guardado por um ano o dado de conexão, mas a gente guarda por cinco anos, mas outros elos da cadeia não têm essa mesma preocupação.

Então, a gente tem que ter, sim, eu acho, um debate amplo com outros atores para poder chegar a soluções que sejam adequadas para a realidade. E a tecnologia é isso que foi colocado. Quer dizer, a tecnologia está sempre se desenvolvendo. Infelizmente, também os fraudadores se especializam e é nosso dever também proteger, mas existe aqui um grande desafio. Repito: não é um problema só do Brasil, essa é uma questão que se enfrenta em outros países também.

E deixar aqui, por último, a nossa condição, da Tim, de contribuir e colaborar com todo esse processo. É uma responsabilidade, de novo, social nossa também como empresa e nos colocamos à disposição, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao representante da Telefônica, Sr. Enylson Martinez.

O SR. ENYLSO FLÁVIO MARTINEZ CAMOLESI (Para depor.) – Obrigado, Presidente.

Vou tentar varrer todos os questionamentos para que não fique nenhum Deputado sem esclarecimentos sobre a pergunta.

Deputada Luizianne, como havia dito, de fato, a gente acha que dois caminhos aí precisam ser reforçados. A questão da educação da sociedade para lidar com isso. A sociedade tem que estar do lado dos bons – vamos dizer assim – no sentido de não propagar, de saber lidar e fazer o uso responsivo da internet. Nesse sentido, já adiantamos que estamos totalmente à disposição para montar qualquer grupo de trabalho para passar as nossas experiências, como a senhora colocou, no sentido do uso responsivo e da educação do uso da rede.

Como eu havia dito, nós temos o nosso portal Dialogando e lá tem: "*Fake news*: educar para combater." Vários vídeos educacionais que inclusive pegam a questão do idoso: "Terceira idade conectada também está no alvo das *fake news*", "*Fake news*: o mal da era digital", "Plataformas sociais no combate às *fake news*". Temos uma biblioteca já de conteúdos que podem ser utilizados e, de fato, a questão é impulsionar os acessos a eles. Eu acho que não é uma questão só da Vivo, mas de toda a sociedade. Então, estamos totalmente à disposição para contribuir em qualquer grupo de trabalho que esta Casa venha a promover.

De fato, o Deputado Paulo Ramos coloca algumas questões que a gente acha muito pertinentes e o próprio Deputado Túlio reforça o nível de responsabilização. A gente tem responsabilidade, sim, sobre uma série de etapas desse processo e, de fato, temos contribuído muito nas investigações de tudo isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, já falando um pouco sobre o Deputado Túlio, dos dados em si, se nós não notamos, numa primeira análise, nenhuma evolução de anormalidade de ativações de *chips*, o que a gente tem visto no último ano, o que a gente tem visto, sim, é um número cada vez maior de solicitação de investigações. Reforço o dado que eu havia passado no início: de 2013 a 2019, a quantidade de solicitações que a equipe Vivo Antifraude e de atendimento à Justiça atendeu subiu três vezes: saiu de 1,1 milhão para 3,5 milhões. Isso envolve não só *fake news*, mas todos os tipos de fraude.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – De quanto tempo?

O SR. ENYLSO FLÁVIO MARTINEZ CAMOLESI – De 2013 a 2019.

Então, houve um aumento. Isso também está associado ao aumento intensivo da rede, ao acesso às ferramentas, etc., mas isso para denotar que a nossa equipe cresceu muito, de apoio ao sistema jurídico, judicial brasileiro, e a gente vem tentando ao máximo atender tempestivamente a todos os pedidos que chegam.

A questão, por exemplo, que a Deputada Natália falou, sobre a questão do cadastro presencial. Deputada, realmente é uma preocupação nossa. Nós temos aí quase uma dicotomia: se, por um lado, às vezes, para você fazer um cadastro presencial, você precisa pegar um ônibus, se deslocar duas horas; por outro, como levar – vamos dizer – segurança para que não seja preciso gastar esse dinheiro, principalmente a população mais simples, e poder fazer isso no dispositivo eletrônico que ela comprou? Eu acho que esse é o desafio, e é nisso que a Vivo está focando também, para que no segundo semestre nós tenhamos ferramentas que atendam a um cadastro eletrônico com o máximo de segurança viável, ou tecnicamente viável, de um *chip* pré-pago. Então, é tentar conciliar a necessidade que a população mais carente tem de acesso a isso com segurança. É nisso que a gente está focando para o segundo semestre, não é?

Ainda sobre o Deputado Rui, as requisições judiciais, enfim, Deputado Rui Falcão, nós estamos à inteira disposição. Como eu disse, os nossos números para atender requisições judiciais são imensos e vão desde quebra de sigilo até fornecimento de dados cadastrais e, de fato, esse é um trabalho contínuo que a gente tem feito.

Então, para terminar, a gente se coloca à inteira disposição dos Deputados e desta Comissão, Senador. Caso alguma pergunta precise de um aprimoramento, a gente está à disposição para complementar esses esclarecimentos e participar de qualquer esforço desta Comissão no sentido de avançar na discussão, seja de um grupo de trabalho ou qualquer outro trabalho que esta Comissão decida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerramos aqui as nossas perguntas e respostas às quatro operadoras.

Então, vamos encerrar a nossa reunião na data de hoje.

Coloco em votação a Ata da 19ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A ata está aprovada.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Antes de terminar, depois, queria pedir a V. Exa. uma atenção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu encaminhei requerimentos de convocação, ou pelo menos um; encaminhei vários, mas queria que V. Exa. analisasse com cuidado, para submeter à apreciação dos membros da Comissão, o meu requerimento de convocação, ou de convite, ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General Heleno. Encaminhei esse ofício, porque nós temos... No início desta CPI, surgiram muitos depoimentos envolvendo o disparo de mensagens a partir do gabinete do Presidente da República, e o Ministro da Segurança Institucional é que é responsável por esse controle. Então, eu gostaria que V. Exa. analisasse para submeter o requerimento à apreciação dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convidamos para a próxima reunião, a ser realizada no dia 18/02, às 13 horas, para debater o tema *fake news* na área de saúde, com representantes da Sociedade Brasileira de Imunizações e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Informo ainda que, no dia 19/02, está marcado o depoimento dos dois sócios da Yacows, Sra. Flávia Alves e Sr. Lindolfo Antônio Alves Neto, também às 13 horas, da quarta-feira.

Eu quero agradecer a presença do Sr. Gustavo Santana, Superintendente da Anatel; agradecer a presença do Diretor de Tecnologia da Oi, Sr. Angelo Neto; agradecer a presença do Diretor de Relações Institucionais da Tim, Sr. Leandro Guerra; agradecer a presença do Diretor de Relações da Vivo, Sr. Enylson Martinez; agradecer a presença do Vice-Presidente da Claro, Sr. Fábio Andrade; agradecer a presença do representante do SindiTelebrasil, Sr. Alexandre Castro, por terem atendido o nosso convite.

Então, declaro encerrada a presente reunião, desejando a todos que retornem para os seus lares sob o comando do nosso Senhor Jesus Cristo.

(Iniciada às 13 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 52 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e dezoito minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Eduardo Girão, Rui Falcão, Delegado Éder Mauro, Lídice da Mata, Arthur Oliveira Maia, Dr. Leonardo, Dário Berger, Bia Kicis, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Paulo Paim, Carlos Chiodini, Pr. Marco Feliciano, Fred Costa e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Walter Alves, Luizianne Lins, Filipe Barros, Caroline de Toni, Marcelo Ramos, Celso Russomanno, Alexandre Frota, Túlio Gadêlha e José Nelto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva. Finalidade:** Oitivas decorrentes dos Requerimentos nº 172 e 311/2020-CPMIFAKENEWS. Oitiva da Ricardo Machado, Representante da Sociedade Brasileira de Imunizações, em atendimento ao requerimento 311/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/02/18>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 11, de 2019, do Congresso Nacional, para investigar

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 11, de 2019, do Congresso Nacional, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 311, de 2019, de minha autoria, que convida a Sociedade Brasileira de Imunizações para debater nesta CPMI os efeitos da *fake news* sobre a saúde pública e sobre a confiança nas vacinas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), que inicialmente havia confirmado presença para esta reunião, informou ontem à noite que seus representantes, em razão de compromissos profissionais, não poderiam comparecer na data de hoje.

Convido o Sr. Ricardo Machado, representante da Sociedade Brasileira de Imunizações, para compor a Mesa.

E registro aqui as presenças do Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso; da nossa Relatora, Lídice da Mata; e do nosso grande mineiro paulista, Deputado Rui Falcão. Também agradeço a presença dos senhores jornalistas e assessores, por estarem aqui prestigiando esta reunião.

Concedo a palavra ao convidado por 15 minutos, ou mais se assim for necessário, para a sua exposição inicial. Logo após, vamos para o debate, com perguntas, para que o nosso convidado possa responder.

Que a gente possa contribuir com esse tema, que realmente é muito problemático e vem atentando contra a vida da sociedade brasileira.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos.

A Sociedade Brasileira de Imunizações agradece o convite para colaborar com esse tema de tamanha relevância para a saúde pública brasileira, no que diz respeito à questão das vacinas.

Eu tentei sistematizar um resumo dos achados nos nossos esforços para entender melhor os impactos de *fake news* na escolha e na negação das vacinas, o qual vou apresentar para os senhores aqui agora.

Antes de mais nada, eu queria falar um pouquinho sobre a SBIm, que é uma entidade científica sem fins lucrativos fundada em 1998. É membro da Vaccine Safety Net, que é um órgão criado pela Organização Mundial da Saúde para certificar *sites* que informam sobre imunização no mundo inteiro. Nós somos os únicos, no Brasil, certificados pela OMS e fomos os primeiros em língua portuguesa.

É também colaboradora do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, com o objetivo de atualização científica, elaborar calendários e manuais técnicos, colaborar com as ações de saúde pública, zelar pela ética e valorizar as imunizações como instrumento de promoção de saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A divulgação de *fake news* está nos deixando doentes? Essa era uma pergunta que fazíamos e para a qual tentamos buscar algumas respostas, como aconteceu com a pesquisa realizada com o objetivo de mensurar a percepção da população brasileira sobre vacinação e como as fontes de informação impactam as escolhas sobre vacinas. Essa pesquisa foi realizada entre 19 e 22 de setembro do ano passado, 2019, com uma amostra de 2.002 brasileiros com 16 anos ou mais, uma margem de erro de dois pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. A coleta de dados foi feita pelo Ibope, em entrevistas pessoais, com questionários conduzidos pelos próprios pesquisadores do Ibope.

Aqui é um perfil da população estudada. A gente teve 52% dos entrevistados do sexo feminino, 48% do sexo masculino, pessoas das classes A, B, C, D e. A faixa etária, como eu já disse, a partir dos 16 anos, pessoas de todo o Território nacional.

Os principais achados, fontes de informação: o que a gente percebeu é que a maior parte da população brasileira, 68%, ainda se informa sobre vacinas pelas mídias tradicionais. Contudo, 48% relataram usar as redes sociais, Facebook, YouTube, Instagram, WhatsApp e outros aplicativos de mensagens simultâneas e instantâneas para se informar sobre vacinas. Conversas com amigos e familiares vêm em terceiro; Ministério da Saúde, em quarto; e médicos, em quinto. Isso é um fator que nos chamou bastante a atenção.

Quando a gente fala que 48% usam as redes sociais, a gente deve considerar também o impacto dessas mesmas redes nas conversas com amigos e familiares. Essas pessoas divulgam as informações por meio das redes sociais, e há também igrejas e outros grupos religiosos que acabam sendo impactados por esse meio, o que faz a gente entender que esse percentual de 48% é, na verdade, bastante superior.

Quando a gente divide entre homens e mulheres, vê que o percentual de homens que se informam pelas redes sociais e WhatsApp é de 49%; de mulheres, 47%.

Quando a gente olha para a população em geral estudada, vê que 67% acreditam em pelo menos uma informação falsa sobre vacinas. Então, no estrato total da amostra, a gente tem que quase sete em cada dez pesquisados acreditaram em pelo menos uma informação falsa sobre vacinas. Quando a gente olha apenas aqueles que dizem se informar sobre esse assunto nas redes sociais e WhatsApp, esse percentual sobe para 73%.

Quanto às pessoas que são parcial ou totalmente inseguras em relação às vacinas: aqueles que recebem notícias negativas sobre vacinas por redes sociais somam 72%, contra apenas 27% entre aqueles que não usam esses meios para se informar. Quando a gente olha os que se dizem totalmente inseguros, é de 59% o percentual daqueles que se informam pelas mídias sociais e de 38% os que não recebem notícias negativas por redes sociais ou WhatsApp.

Considerando aqui a percepção de segurança das vacinas *versus* as fontes de informação. Aqueles que sentem algum grau de insegurança em relação às vacinas: 51% contra 39%. Os 51% são aqueles que usam os meios digitais – redes sociais, WhatsApp – para se informar. Quando a gente pergunta "sente total segurança em relação à vacina?", inverte: 58% daqueles que não se informam pelas redes sociais sentem total segurança, e 49% – cai o percentual – entre aqueles que se informam pelas redes sociais.

Não se vacinaram por razões relacionadas à desinformação: na população geral, a gente está falando de 57%. Quando a gente pega aqueles que se informam através das redes sociais, esse percentual já sobe para 63%, e as desinformações mais citadas são: "não achei





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessária", "medo de eventos adversos pós-vacinação" – de eventos adversos graves, que é o EAPV –, "medo de ficar doente com a vacina" – que é um tópico extremamente associados às notícias falsas, de que as vacinas causam doenças – e "as notícias e histórias ou alertas *online*".

Deixou de se vacinar ou de vacinar uma criança sob seus cuidados. Isso a gente está pegando da amostra total: 87% disseram que "não", 13% disseram que "sim".

Quando a gente olha o que significam esses 13%, segundo os dados do IBGE, em população acima dos 16 anos, estamos falando, senhores, de nada menos do que 21 milhões 250 mil brasileiros acima de 60 anos. Trinta e oito por cento deles fizeram isso por falta de planejamento ou esquecimento, o que está um pouco relacionado também ao âmbito da desvalorização do quanto aquilo é importante para você. A gente sabe que, quanto mais importante, mais a gente planeja para fazer e, quanto menos a gente avalia ser importante, menos atenção a gente dedica.

Os principais achados quanto a atitudes em relação às vacinas: "não achei que a vacina fosse necessária", "falta de informação", "medo de ter algum efeito colateral grave", "difícil acesso aos postos"... Esse é um problema real, hoje a população relata a dificuldade de levar os filhos nos horários comerciais, principalmente as mães que trabalham e não têm como sair – porque estão trabalhando no horário comercial, isso já está sendo revisto pelo PNI –, mas isso aparece lá em quinto lugar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Existe também o problema do abastecimento, que é um problema mundial e que afeta o Brasil de forma muito importante.

Quando a gente olha a frequência de contato dessas pessoas com mensagens negativas sobre vacinas, vê que 38% dos brasileiros afirmam ter contato com esse tipo de mensagem de "quase todos os dias" a "de vez em quando". É um percentual bastante expressivo também.

Esses dados foram os dados com que a SBIIm (Sociedade Brasileira de Imunizações) colaborou com a Avaaz, que foi quem desenvolveu essa pesquisa conosco. E, a partir daí, eles seguiram com uma análise no sentido de buscar a desinformação mais comum sobre vacinas nas mídias sociais, e considerando a desinformação como o ato de informar errado, dados falsos que induzem ao erro, sem entrar no mérito da intenção de seus criadores.

A metodologia para a continuidade desse estudo foi analisar o período de 2016 a 2019. Foram escolhidos como linha de corte os vídeos no YouTube com mais de 10 mil visualizações e foram pegadas também 30 notícias que já haviam sido verificadas pelos órgãos de correção de fatos – o próprio Ministério mantém hoje uma equipe dedicada isso, e há agências também que fazem isso, como Fato ou Fake, Lupa, Aos Fatos, entre outras. Então, eram notícias que já haviam sido geradas como notícias falsas e que haviam sido corrigidas já.

Dessas 30 notícias falsas, houve uma repercussão de mais de 2 milhões de visualizações no YouTube. No Facebook, elas foram visualizadas mais de 23 milhões de vezes, com compartilhamento de 578 mil. No WhatsApp, ao menos metade desse conteúdo analisado foi compartilhado por esse meio, sem falar nos *sites* que se dedicam a hospedar essas notícias.

Numa análise mais aprofundada no YouTube, foram encontrados 69 dos principais vídeos antivacinação que atingem coletivamente, no período estudado, 9 milhões de visualizações e 40





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil comentários. Então, isso traz uma noção exata do impacto que *fake news* geram na população.

Apenas um vídeo contra a vacina HPV, que talvez seja uma das mais polêmicas hoje, teve quase 20 milhões de visualizações e 762 mil reações. E a publicação do Ministério da Saúde que desmentia e que trazia a realidade acerca desse fato alcançou, no período do estudo, apenas dez compartilhamentos.

Todos os estudos mostram – estudos internacionais inclusive – que a desinformação se espalha até seis vezes mais rápido do que a verdade. Então, a gente percebe que, apesar dos esforços do Ministério da Saúde e das sociedades científicas para desmentir um fato, a gente está sempre correndo atrás.

A origem. Quase 50% da amostra de *fake news* corrigidas pelos verificadores brasileiros foi traduzida literalmente ou com base em informações originalmente publicadas em inglês nos Estados Unidos.

Há um dado bastante ilustrativo. As páginas com mais interações nas redes sociais a partir de 2016 aqui no Brasil são a Cruzada pela Liberdade – a gente está falando de 762 mil interações e 350 mil seguidores, senhores –; o Grupo O Lado Obscuro das Vacinas – 64 mil interações, mais de 13 mil membros, mais de 1.970 *posts* contrários às vacinas –; e Contra Nova Ordem Mundial – 54 mil interações e 22 mil seguidores.

A desinformação mais recorrente no universo estudado é a de que as vacinas obrigatórias – e aí é basicamente a frase citada – são um plano secreto e maligno da "nova ordem mundial" para dominar a sociedade. A gente experimentou um pouco isso na introdução da vacina da influenza, da gripe, em idosos. A adesão no início foi muito baixa porque acreditava-se ser uma ação do Governo para acabar com os idosos e, com isso, reduzir aposentadorias. E o Governo teve de fazer um trabalho, uma programação de imunização e de conscientização, muito grande para mostrar que isso não era verdade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – As vacinas causam autismo: foi um mito criado por um médico que perdeu o registro de Medicina, um médico inglês. O artigo dele foi cassado, mas, apesar disso, o estrago continua acontecendo até hoje. Para quem não sabe, ele tinha uma associação com empresas de advocacia que estavam estudando processo contra laboratórios farmacêuticos. Então, esse artigo foi um artigo fraudado para mostrar evidências falsas de que havia uma associação entre a vacina e o autismo. Isso cessou, acabou, mas o estrago permanece até hoje.

"Metais como mercúrio estão presentes em grande quantidade e podem intoxicar o organismo. Vacinas prejudicam o organismo, enquanto terapias e produtos naturais seriam a verdadeira maneira de prevenir doenças." Ou seja, muitos deles afirmam que, através da medicina natural, é possível manter um sistema imunológico tão eficiente que ele não vai ser abalado pela ação nem de vírus nem de bactérias.

A divulgação de *Fake news* está nos deixando doentes? A gente tem um resumo aqui para isso.

Sete em cada dez pessoas acreditam em desinformação ou numa informação imprecisa sobre vacina; 13% não se vacinaram – aqueles 21 milhões que eu citei. A maioria das pessoas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que pensam que as vacinas são totalmente ou parcialmente inseguras viram informações negativas nas redes sociais ou no WhatsApp. E os vídeos de desinformação no Facebook alcançam 23 milhões de visualizações; no YouTube, mais de 9 milhões entre 2016 e 2019.

Este dado é da Secretaria de Vigilância Sanitária, do Programa Nacional de Imunizações, que traz a cobertura vacinal em crianças menores de um ano, acima de um ano e em gestantes.

É fácil perceber que, a partir de 2015, principalmente 2016, todos os números vermelhos mostram as baixas coberturas vacinais para essas vacinas que são essenciais na infância. E quando a gente olha aqui a última vacina, dTpa, que é contra difteria, tétano e pertussis, que é a coqueluche, para a gestante, que é uma vacina...

A vacinação da gestante é essencial não só para a proteção da gestante, mas porque, através dos anticorpos que ela desenvolve durante a gestação, ela oferece transferência desses anticorpos para o bebê nos primeiros meses de vida, em que ele nasce totalmente limpinho, sem proteção alguma, a não ser a daqueles anticorpos herdados da mãe.

A gente percebe ali 44,97% em 2015, sobe depois um pouquinho para 62% em 2018. Lembrando que as médias perseguidas pelo...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – ... Ministério da Saúde são de pelo menos 90% – oitenta e pouco, dependendo da vacina – a 95% de cobertura.

Já estou acabando.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Pode ficar à vontade.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – A gente humildemente traz algumas considerações que sugerem que possam ser estudadas pelos senhores no sentido de colaborar para que a gente consiga juntos enfrentar a questão da *fake news*.

Então, o que caberia, entre outras ações, ao Ministério da Saúde, ao Programa Nacional de Imunizações, às organizações científicas, como a SBIIm, à Sociedade Brasileira de Pediatria, à Sociedade Brasileira de Infectologia e tantas outras e às organizações civis?

Revisar as ações de comunicação das campanhas nacionais de vacinação que já não comunicam mais com eficiência a importância das vacinas.

Ampliar o repertório de informação disponível no meio digital sobre a importância da segurança e da eficácia das vacinas.

Eu digo sempre para os nossos profissionais da saúde, quando estamos reunidos em treinamentos, que a gente precisa ter o mesmo empenho que os antivacinistas têm. Qual a diferença? É que todos nós que atuamos com saúde e acreditamos nas evidências científicas defendemos a vacinação, mas os antivacinistas fazem da não vacinação uma causa. Precisamos fazer da vacinação uma causa. É essa a diferença!

Ampliar as parcerias de mobilização social. Não se pode mais hoje pensar em campanhas ou em qualquer atividade de comunicação que não incluam todas as agências, inclusive os agentes comunitários, que estão muito mais próximos e têm muita credibilidade junto as populações.

Criar mais e novas campanhas de conscientização e educação sobre *fake news*. Há um dado bastante interessante que mostra que 62% dos brasileiros não sabem reconhecer uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notícia falsa. Então, nós precisamos educar, porque toda *fake news* tem a mesma característica, ela tem um formato bastante característico e a gente precisa ajudar a população aprender a identificar isso, a colocar aquela pulguinha atrás da orelha.

As plataformas de redes sociais.

É fundamental que elas aumentem a transparência em relação ao que é anúncio e outros conteúdos pagos; que coíbam a ação de robôs, informem quando isso ocorrer e limpem os algoritmos, porque uma vez que um determinado *post* alcança uma performance muito alta, ele passa, os algoritmos passam a oferecer esse *post* porque entendem que existe uma relevância naquele assunto já que ele está sendo muito compartilhado. E aí, se você não corrige essa disfunção, fica muito difícil a gente fugir daqueles seis vezes mais compartilhados do que a verdade.

Comunicar à audiência, todos nós que acessamos a internet, sobre *fake news* e apresentar aos impactados a informação correta, porque se eu sou impactado pela notícia falsa, mas não sou impactado pela correção que o Ministério da Saúde fez, pela correção que a Sociedade Brasileira de Imunizações, fez fica muito difícil a gente alcançar essa população toda e reduzir esse estrago que é feito pela notícia falsa.

Identificar e remover as contas falsas ou inautênticas. Existe uma estratégia: vários deles se reúnem em *sites* diferentes para que um gere relevância nos mecanismos de buscas para o outro e são, muitas vezes, perfis de uma mesma iniciativa só para conseguir gerar relevância no meio digital.

Elaborar e apresentar relatórios de correções e informar medidas adotadas. Ou seja, mais uma vez, a transparência é essencial.

Aos legisladores. Ampliar o debate sobre marcos sólidos e democráticos baseados na transparência e na proteção das liberdades. Estabelecer meios legais de responsabilização das plataformas de mídia digital para garantir o quê? Que as correções feitas pelas comunidades científicas alcancem as pessoas afetadas pela desinformação e também impeçam que os algoritmos potencializem a desinformação. O apoio às ações do Ministério da Saúde, do Programa Nacional de Imunizações e das instituições científicas. E manter a sociedade atualizada sobre as ações com vistas a coibir a divulgação de *fake news*.

Aqui, senhores, talvez poucos saibam do que tratam essas fotos. A imagem em amarelo ilustra melhor o que está nas imagens em preto e branco, que é o chamado pulmão de aço: pessoas que contraíam poliomielite e que ficavam com deficiência pulmonar a ponto de não conseguirem respirar fora desses aparelhinhos. Essa é uma realidade que a gente percebeu, essa daqui também, e que, graças à imunização, graças à campanha de vacinação, foi erradicada do País e está em vias de erradicação no mundo. A pólio, depois da varíola, vai ser a segunda doença erradicada do mundo. A erradicação ocorre quando você elimina a circulação do vírus do Planeta. Não podemos deixar que esforços contrários à qualidade da saúde pública tragam essa realidade de volta. E essa não é uma realidade distante.

Naquela tabela que eu mostrei aos senhores, estava lá a poliomielite também. E as taxas de vacinação da poliomielite estão baixas, muito baixas, muito aquém do desejado. Então, não é uma fantasia termos esse quadro de volta.

Aqui está o certificado da Organização Pan-Americana de Saúde, em 2006, atestando a eliminação do vírus do sarampo do território da Américas, incluindo o Brasil. E esse dado aqui é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2019, um outro dado de distribuição de casos de sarampo durante todo o ano de 2019. Foram confirmados, em 2019, mais de 18 mil casos de sarampo no Território nacional, uma doença que, em 2006, estava eliminada do País e que só retornou por conta do grande contingente da população sem proteção.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – As *fake news* estão nos deixando doentes? Sim. Não é correto achar que apenas as *fake news* são responsáveis pelo quadro de baixas coberturas vacinais. É uma situação multifatorial. Existe um problema de abastecimento, que é mundial. Mesmo se vocês percorrerem clínicas de vacinação privadas, elas sofrem tanto quanto os postos de saúde, as unidades básicas. Faltam vacinas em todos os lugares, não só no Brasil. Esse é um problema a que nem a indústria está respondendo com eficiência.

A gente entende que a desinformação sobre nossa saúde não é partidária. Ela diz respeito à vida de todos nós. Essa é uma crise que pode ser corrigida, mas apenas se todos estivermos atuando juntos – sociedade científica, comunidades acadêmicas, instituições governamentais e plataformas de redes sociais, principalmente –, trabalhando para conter a epidemia de desinformação que tem potencial devastador para a saúde pública no Brasil.

Esse era o resumo que nós trouxemos para vocês. Eu, aqui, falando, apresentando isso como Sociedade Brasileira de Imunizações, agora, peço licença para, em alguns segundinhos só, me reportar como cidadão. Eu me lembro de que, quando criança, e acredito que todos os senhores também, recebemos de nossos pais e avós a orientação de que mentir é feio, não é isso? E a gente precisa recuperar a essência dessa afirmação e desse aprendizado.

O que a gente vive hoje com o crescimento de *fake news* é consequência, sim, muito mais de uma grande crise institucional, em que a população perde a confiança em todas as instituições, não só nas políticas, mas na classe médica inclusive.

A gente faz campanhas na SBIm em que a gente tem muita interação através do Facebook, usando as ferramentas para comunicar o poder da vacinação. Uma delas se chamava "Quem é sênior vacina", voltada para o público acima de 60 anos. E, em todas as nossas campanhas, não é incomum surgirem comentários do tipo: "Se o Governo está oferecendo, é porque coisa boa não é". Então, a gente precisa – todos, a sociedade unida – recuperar a credibilidade perdida nas instituições de saúde, nas instituições educacionais e nas instituições políticas, porque somente dessa forma a gente vai conseguir combater isso e retomar a crença da população na verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Dr. Ricardo.

Antes de passar para a nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata, eu vou aproveitar também para fazer algumas perguntas a V. Sa. para que a gente possa dar mais substância ao debate.

No estudo apresentado pela SBIm (Sociedade Brasileira de Imunizações), em parceria com a Avaaz, sobre *fake news* e saúde, 13% dos entrevistados, conforme você falou há pouco, afirmaram que alguma vez já deixaram de vacinar uma criança que estava sob seus cuidados. Para o cidadão comum, 13% parece ser um número baixo, já que os outros 87% nunca deixaram,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, em termos de imunização da população, qual o efeito que esses 13% podem ter sobre o todo do povo brasileiro?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Senador, quando a gente extrapola para projeção do IBGE de qual é o total da população incluída acima de 16 anos, a gente está falando de mais de 21 milhões de brasileiros. A gente precisa olhar esses dados com bastante atenção: 5% da população de São Paulo significam um bolsão enorme, capaz de gerar uma epidemia. Então, a gente está falando de um contingente muito grande. Existe outro fator que precisa ser considerado. A vacinação é para muita gente, moralmente, um cuidado de que não se pode abrir mão. Então, é difícil você admitir publicamente que deixou de levar o seu filho para vacinar. Por isso a gente acha que essa resposta é subestimada. Muitos dos entrevistados acabaram com vergonha de admitir que não levaram, que esqueceram de levar o filho para vacinar. Então, há esses dois fatores também aí, comportamentais...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, 13% podem ser uma epidemia no País?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Podem. E 21 milhões de pessoas não imunizadas, se você estiver falando sobre um cenário em que você tem 21 milhões de pessoas que a gente pode considerar vulneráveis... O que acontece? Por que se buscam as altas taxas de coberturas vacinais? Porque você vai ter um volume tão grande da população imunizado que a circulação do vírus é reduzida, e isso ajuda a proteger quem não pode se vacinar por algum motivo, por um problema de saúde, por baixa do sistema imunológico ou por alguma coisa nesse sentido. Então, quando esses números baixam, acontece o que aconteceu com o sarampo: a gente tinha a doença eliminada, caiu a cobertura vacinal – eu não sei dizer exatamente, mas estava em oitenta e poucos e caiu para menos do que isso –, e a gente viveu no País 19 mil casos de sarampo em 2019, no Rio de Janeiro, em São Paulo, nos grandes centros urbanos e não apenas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nesse estudo apresentado nessa tarde, dos que disseram não vacinar com base em desinformação, 60% admitiram que as redes sociais e os aplicativos de mensagens estão entre as três principais fontes de informação. Diante disso, qual plataforma tem se mostrado o veículo mais propício para disseminação de notícias falsas na área de saúde?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Quando a gente olha um crescimento hoje do apelo do vídeo, o Facebook é uma plataforma que tem crescido muito em uso entre brasileiros. O Facebook tem sido talvez a principal plataforma de distribuição.

Agora, existe um dado interessante: é impossível você mensurar, porque as mensagens são criptografadas, o quanto se distribui por meio do WhatsApp. Se nós olharmos para a nossa rotina, quem aqui costuma falar ao telefone? Muito poucos. A gente hoje não ouve a campanha do celular tocar, porque a nossa mensagem é sobretudo por via de áudio, vídeo, por meio do WhatsApp. E o WhatsApp é uma plataforma que a gente não consegue mensurar, porque as mensagens são criptografadas.

Então, a gente imagina o Facebook em primeiro lugar, o YouTube está crescendo exponencialmente por conta do apelo do vídeo – cada vez mais, as pessoas estão querendo ler menos e assistir mais –, e o WhatsApp, que é um universo imenso, porque a gente não vive sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele, o brasileiro é um dos povos que mais usam redes sociais e um dos líderes do uso de WhatsApp.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mais uma perguntinha aqui, Ricardo: o estudo que foi feito identificou diversos *sites* e páginas em redes sociais responsáveis por propagar desinformação a respeito de vacinas, como exemplo, Notícias Naturais, Coletividade Evolutiva, Sempre Questione e aquele que é chamado como grande estrela antivacina no Brasil, que é o Jaime Bruning...

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que tem um canal no YouTube que é bem....

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – ... bem assistido e acompanhado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... bem assistido.

Vocês procuraram os responsáveis por esses *sites*, além do próprio Sr. Jaime Bruning, para, de alguma forma, responsabilizá-los judicialmente? As plataformas que hospedam essas páginas, *sites* e canais têm cooperado no combate a *fake news*?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Então, essa análise desses canais e chegar a essas pessoas foram um trabalho feito exclusivamente pela Avaaz, e o objetivo do estudo era exatamente trazer à tona para que todas as esferas possíveis possam se mobilizar nas ações que julguem competentes, possíveis, cabíveis, para impedir a disseminação de notícias falsas. Uma delas é trazer até o conhecimento dos senhores, para que as medidas também possam ser tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Certo.

A última perguntinha aqui.

Eu queria até aproveitar com a nossa Relatora, nossos colegas membros desta CPMI: acabei de apresentar requerimento pedindo informações sobre o *site* Verdade Mundial, Amplitude News, Notícias Naturais, Sempre Questione, Realidade Fabricada, Coletividade Evolutiva, solicitando aqui inclusive informações de quem são os verdadeiros proprietários desses *sites* e também dos canais do YouTube, para que a gente possa ver esta Comissão fazer alguma ação para inibi-los.

Pela ordem, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, se me permite, eu gostaria de subscrever junto com o senhor o mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tranquilo, à vontade.

Última pergunta aqui da minha lavra, Sr. Ricardo. Estamos em meio a uma epidemia do coronavírus. É possível identificar a disseminação de desinformação a respeito dessa doença por meio das redes sociais? A SBIIm (Sociedade Brasileira de Imunizações) tem monitorado de alguma forma a disseminação do coronavírus nas redes?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Sim, é possível, inclusive no mundo inteiro. O Japão, inclusive, baniu determinados perfis que estavam já divulgando informações falsas sobre o coronavírus, inclusive sobre a morte do pesquisador que identificou o vírus. Aqui a SBIIm lançou, na semana passada, um comunicado às instituições médicas e à população, porque já estava correndo um boato de que as vacinas contra a gripe, a influenza e as vacinas contra pneumococos, que são os principais agentes causadores de pneumonia, trariam alguma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção contra o coronavírus. E contra o coronavírus não existe vacina. Essas vacinas são extremamente importantes para proteger das doenças para as quais elas se destinam.

Então a gente lança esses comunicados e tenta. Mas o poder da Sociedade Brasileira de Imunizações frente a um País como o Brasil e às redes sociais é muito limitado. A gente, por exemplo, criou um *site* chamado *familia.sbin.org.br*, cujo objetivo é informar tudo sobre vacinas, todas as vacinas disponíveis, todas as doenças que elas previnem, efeitos adversos reais, mitos e verdades, inclusive com fatos, com o processo de segurança das vacinas, como são produzidas, e vídeos de pessoas que contraíram doenças imunopreveníveis porque não estavam protegidas. Esse foi um esforço da Sociedade Brasileira de Imunizações para exatamente oferecer à população um local de segurança para se informar. Esse *site* foi reconhecido e certificado pela Organização Mundial da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só mais uma pergunta: quem banca a Sociedade Brasileira de Imunizações?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – A Sociedade Brasileira de Imunizações é uma instituição sem fins lucrativos que tem associados que atuam nas áreas de imunizações. Aí você vai ter várias especialidades, médicos, enfermeiros sobretudo, pesquisadores, farmacêuticos, biólogos, bioquímicos... Ela tem uma anuidade que é paga por esses associados e busca apoio para ações. Então, por exemplo, as campanhas de comunicação que a gente consegue fazer, só consegue porque a gente busca apoio na indústria farmacêutica, entre outros agentes, principalmente na indústria farmacêutica. E todos esses apoios são declarados. Se você entrar lá no *site familia.sbin.br* está lá: a campanha Vacina é Proteção para Todos recebeu o apoio dos laboratórios "x", "y" e "z". Apoio na forma da lei, dos *compliance*s dessas empresas e do que determina a lei, exclusivamente para viabilizar a realização da campanha e a contratação de profissionais para atuarem nessas campanhas, porque todo o conteúdo veiculado pela SBIm é de responsabilidade exclusiva dos profissionais que dirigem a Sociedade Brasileira de Imunizações.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vocês já chegaram a impetrar alguma ação contra algum desses blogues, *sites* que disseminam *fake news* a respeito de que não vacinem?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Não. Ainda não. Esse esforço, a gente não tinha. A gente só teve condições de chegar a esse nível de conhecimento porque a Avaaz se dispôs a fazer, até onde a gente entende, um único levantamento hoje no mundo a esse respeito. No Brasil não há nada igual. Então foi a primeira vez que foi possível, porque a gente não teria condições de pagar ao Ibope uma pesquisa com duas mil pessoas no Brasil inteiro. Essa é uma pesquisa muito cara. A SBIm entrou com o conhecimento científico, para ajudar na análise dos dados e ajudar a formular as questões que seriam interrogadas à população, para que elas pudessem ser perguntadas de forma correta do ponto de vista científico. Essa foi a colaboração da SBIm, e na interpretação dos dados, do impacto disso na saúde pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., obrigado.

A indústria farmacêutica deveria atuar com mais recursos financeiros para ajudar a combatê-las.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Gostaríamos muito, porque realmente os recursos de que a SBIm dispõe são muito poucos diante do tamanho do trabalho que precisa ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Bom, eu passo palavra à nossa nobre Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, a exposição do representante da Associação Brasileira de Imunizações foi muito ampla. E eu gostaria, inclusive, de solicitar que ele nos deixasse esse documento para que pudesse ser incorporado ao relatório, especialmente no que diz respeito às recomendações, porque tem que passar por uma análise técnica também, para ver as que são possíveis, até porque entra em um dos debates grandes que a nossa comissão enfrenta, que é a possibilidade de a própria plataforma ter a iniciativa de retirar conteúdos da rede. Esse é um grande debate. Algumas organizações da área da liberdade na rede consideram que é dar um poder excessivo a essas plataformas, que isso deve ser regulado pelo Estado e com a Justiça. Não tem nada a ver com a questão da saúde, mas com a regra geral. Talvez até nós pudéssemos pensar numa recomendação mais específica para a área de saúde, porque há uma diferença entre o que é espalhar uma notícia falsa, uma campanha antivacinação, por exemplo, e um pronunciamento apenas de médicos naturalistas, vamos dizer assim, ou de médicos...

Quero saudar a Senadora Kátia Abreu, que vem à nossa Comissão neste momento, minha querida amiga; saudar também o outro Senador, que também...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eduardo Girão.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eduardo Girão.

E eu creio que essas recomendações... Eu pediria que nós pudéssemos tê-las incluídas no relatório, para podermos debater a eventualidade de tentarmos a busca de uma regulamentação das ações das plataformas, que teriam que ser adequadas a essa situação de saúde, por exemplo.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Uma vez que as organizações científicas reconhecidamente estabelecidas no País, com o direito de avaliar a qualidade da informação, informem que aquilo não se trata da verdade, que aquilo é um ato contra a saúde pública, eu acho que fica fácil a plataforma entender que ela tem, sim, o direito de chegar, sem ferir as liberdades, a liberdade de expressão, o direito de comunicação da população, a retirar aquele conteúdo do ar, embasada pelas entidades científicas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Estabelecendo uma forma contínua de checagem dessas...

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Dessas informações.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ...de checagem dessas informações com essas entidades.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – E aí a senhora colocou muito bem, porque há uma diferença extremamente grande entre a expressão de opinião e uma campanha contra. A pesquisa teve muito cuidado em não misturar as duas coisas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Por isso eu tenho poucas perguntas. E gostaria de acrescentar à sua estatística dos casos de sarampo que ontem foi divulgado, a Rede Globo divulgou, mais um caso...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – No Rio de Janeiro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... de uma criança que morreu no Rio de Janeiro por sarampo.

Não sei se vocês acompanham também as campanhas de Governo, porque em algum momento pode ser que algumas pessoas também sejam impactadas pela informação de que aquela doença está totalmente controlada, como é o caso da poliomielite, e diga: "Não vou vacinar o meu filho porque essa doença é controlada, não mais existe no Brasil".

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Essa análise é perfeita. A gente vive... Hoje a gente costuma dizer na SBIm que as imunizações estão sofrendo pelo próprio êxito, porque, na medida em que essas doenças muito críticas na infância foram desaparecendo, a crença, o medo da doença foi desaparecendo também. Então fica fácil você se esquecer de levar a uma campanha de vacinação. E aí a gente toca num assunto que é a questão da mudança na tônica da comunicação dessas campanhas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim. Há necessidade de que os governos mantenham permanentemente...

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – A frequência...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... a frequência de informação e, principalmente, as campanhas pró-vacinação, esclarecendo a população do porquê, senão termina o êxito da vacinação transformando-se no seu principal inimigo.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Perfeito.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas, só para também fazer umas duas perguntas aqui, porque a muitas delas, das que eu tinha previsto, o senhor já respondeu na sua apresentação, não reparei se vocês chegaram a identificar quais, nessa pesquisa, são os principais grupos antivacinação no Brasil?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Sim, os principais grupos... A gente, no Brasil, ao contrário de em países como os Estados Unidos e alguns da Europa, não tem a atuação maciça de grupos antivacinação. A população brasileira acredita, de um modo geral, que vacinas são importantes. O que a gente tem é uma fragilização dessa crença por meio das notícias falsas. E isso partindo principalmente desses grupos que foram identificados no relatório. Aliás, para todos que quiserem e puderem acessar, o relatório está disponível na íntegra em PDF no *site* sbim.org.br, para qualquer pessoa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pode repetir?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – É sbim.org.br. Neste *site* é possível a qualquer pessoa fazer o *download* completo do relatório sobre a pesquisa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Muito obrigada.

Um dado diz que o Estado de São Paulo, em 2015, teve dois casos de sarampo e, nos anos de 2016 e 2017, não apresentou nenhum caso. Houve uma divulgação recente desta estatística. Ela é verdadeira?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – O dado... Deixa eu tentar ver se tenho esse número, porque, de cabeça, eu realmente não sei, mas acho que por aquela tabela que eu mostrei aqui talvez a gente possa responder.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Porque ele dá conta de que, então, em 2018, teriam acontecido cinco casos. Já em 2019, foram quase 15 mil casos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Eu não tenho, infelizmente eu não tenho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sendo que...

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Esse dado que eu tenho aqui é um dado geral. É dado Brasil e é de baixa cobertura vacinal, mas não é de ocorrência de sarampo. O que eu tenho de sarampo é da totalidade no País.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor poderia também informar se há uma diferenciação de casos nos diversos Estados brasileiros? Qual Estado ou Estados, os dois principais Estados onde houve uma maior explosão de sarampo? Para que pudéssemos analisar também o resultado de vacinação nesses Estados. Se há essa, digamos assim, junção de informação por parte dos senhores.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – A gente teve... A Dra. Ana Rosa é Presidente da Regional do Distrito Federal da Sociedade Brasileira de Imunizações.

Doutora, eu gostaria de pedir o seu auxílio nessa resposta. Os Estados que mais tiveram sarampo foram Acre, Rondônia...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Ah, eu vi isso...

A SRA. ANA ROSA DO SANTOS (*Fora do microfone.*) – Roraima.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Roraima, principalmente por conta da fronteira.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A Região Nordeste também.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – E foi uma coisa que nós trabalhamos muito na SBIm, dizendo que os venezuelanos, entrando no Brasil com sarampo, não eram a causa. A causa do sarampo no País é a população brasileira sem vacinação, porque, se a gente tem cobertura vacinal alta, quando entra um caso, esse caso não gera surto, ele é isolado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Muito obrigada.

O senhor, portanto, confirma esta referência que fez com que nós pudéssemos convocá-lo, através do Senador Angelo Coronel, que é o enorme impacto negativo de *fake news* sobre as campanhas de vacinação, portanto, o impacto negativo na saúde do povo brasileiro.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Sem dúvida. Como eu disse anteriormente, é multifatorial essa questão e um dos fatores mais importantes é *fake news*. A gente viu isso nas campanhas de HPV, uma vacina introduzida de que, não faz muito tempo, o Governo teve que se desfazer, de doses que venceram, porque a população não vai buscar a vacina com medo de morrer, de ficar parálitica, porque alguns casos não associados à vacina ocorreram e disseminou-se a informação de que a vacina HPV gerava paralisia, por exemplo, e as mães e os pais ficam com medo de levar os filhos para vacinar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Por último, recentemente, o Fantástico divulgou também informações a respeito de uma possível participação de uma pessoa chamada Jaime Bruning nesse processo de interdição da vacinação no Brasil. O senhor tem alguma coisa a falar a respeito dele? Vocês conseguiram identificar na pesquisa feita ou em alguma outra?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Então, a análise dessa parte foi feita exclusivamente pela Avaaz. Ela o identificou entre os maiores disseminadores de informações antivacinação. Essa matéria do Fantástico foi consequência, inclusive, do conhecimento desse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório da pesquisa. A equipe de jornalistas tentou contato com ele, foi até a clínica – eu assisti a essa matéria também –, mas ele não gravou entrevistas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra à nobre Senadora do Estado do Tocantins, ex-Ministra, futura integrante do PSD, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar a nossa competente Relatora, Deputada Lídice da Mata, cumprimentar V. Exa., dois grandes Parlamentares do Estado da Bahia e também o Dr. Ricardo Machado.

Eu tenho duas perguntas, dois questionamentos. Com relação à questão de *fake news*, na área de saúde, o meu colega Rui disse que você teria dito que vem muito dos Estados Unidos, com tradução para cá. Qual seria a motivação disso?

A segunda questão: vocês acionam a Polícia Federal para fazer uma investigação mais apurada, mais séria, vamos assim dizer, e levar a maiores consequências? Porque isso é quase um terrorismo, se não me engano, isso se assemelha ou deve ser enquadrado no crime de terrorismo.

O terceiro questionamento é sobre o HPV. Hoje, na CAE, nós discutimos muito um projeto de lei sobre a obrigatoriedade da vacina para matrícula escolar: "Ah, mas isso é inconstitucional, todo mundo tem o direito à educação". Há também o direito à saúde, né?

Então, esse foi o debate, e eu questionei sobre o HPV. Eu estive com o Ministro da Saúde, numa longa conversa sobre essa vacina, e ele, então, me confessou que, de fato, a vacinação contra o HPV teve uma queda mortal no Brasil, porque a tiraram das escolas e a passaram para os postos de saúde, deixando ao desejo dos pais ou dos responsáveis levar a criança ao posto de saúde. E existe um preconceito, uma coisa ideológica muito forte de que essa vacina seria uma autorização para a atividade sexual. Certo?

Então, eu quero dizer que vocês... A sociedade brasileira nunca questionou o Ministério a respeito de uma grande campanha nacional? Segundo os números do próprio Ministro, 15% dessas meninas que não estão vacinando terão câncer de colo de útero. Isso é uma questão de saúde pública.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Sem dúvida.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar.) – Então, não é mais gosto, ideologia. Eu lembro que a minha avó contava que a mãe dela, quando vinha a vacina, escondia as crianças debaixo da cama. Nós não estamos vivendo mais nesse mundo. Certo? A minha bisavó escondia os meninos debaixo da cama.

Então, é uma questão de saúde pública sim! Se a mãe e o pai querem desenvolver e curtir o seu preconceito, eles têm que pensar se vão ter dinheiro para poder pagar, no particular, a sua saúde, mas, normalmente, vão para o SUS. E quem paga é todo o povo brasileiro, que não tem nada a ver com esse preconceito e com essa ideologia. Sobre a atividade sexual, não compete a nós dizer a hora e quando. Isso é uma questão familiar. A vacina não está induzindo a isso. A vacina não está empurrando as meninas para isso. Ao contrário, nós estamos zelando pelo futuro delas.

Então, com relação a essa queda na cobertura do HPV, eu não acredito que foi só *fake news*, não acredito. Eu acredito muito mais em se ter tirado a vacinação das escolas. Chegava





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o pessoal da saúde e vacinava as meninas todas. São crianças de 12 anos. Então, eu queria que o senhor falasse alguma coisa sobre isso.

Muito obrigada.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Eu vou tentar responder desde a origem: por que usam o conteúdo vindo dos Estados Unidos? Acredito que porque lá, por ser um movimento antigo, exista um repertório muito grande já disponível, que é muito mais fácil traduzir. A gente vive na sociedade do copia e cola, não é? Então, é muito mais fácil aderir a uma tese e copiar o material que já está lá pronto.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Qual a motivação deles lá?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – São várias. Existem motivações de ordem religiosa, existem motivações de ordem comercial, porque, não raro, você tem um *site* que é contrário, que lhe oferece um anúncio, um *site* que lhe oferece a possibilidade de ter proteção por vias naturais, que não prejudicam o seu organismo. Há associações de pais de crianças autistas que acham que seus filhos se tornaram autistas por conta da vacina. Então, é multifatorial. A motivação é imensa.

Sobre a Polícia Federal, com relação à Sociedade Brasileira de Imunizações, não houve nenhum contato com a Polícia Federal. A gente é muito pequeno e se desdobra em muitas frentes. A gente entende que conseguiu trazer uma colaboração muito grande, ao analisar os dados sob a ótica da ciência, para que essa pesquisa tivesse validade e pudesse ser usada por todas as autoridades competentes.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar.) – Desculpa, Presidente!

Você tem notícias de que a Polícia Federal já atuou nessa investigação...

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Não tenho, desconheço.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar.) – ...sobre terrorismo cibernético com relação à saúde?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Não, desconheço. A gente ouve isso muito em outros casos de invasões de perfis, essa coisa toda, mas, na área de saúde, eu desconheço.

Com relação à vacina do HPV, ela é um caso muito particular no âmbito das vacinas, primeiro porque eu acho que houve um... Quando se fala de um posicionamento errado... Não sei se os senhores sabem, mas a vacina contra a hepatite B é indicada nas primeiras 12 horas, 24 horas de vida. Se uma criança, ao nascer, contrai o vírus da hepatite B, cerca de 90% dessas crianças vão desenvolver a forma crônica da doença e vão possivelmente morrer dela. Por isso...

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar.) – Quantas horas?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Nas primeiras 12 horas, 24 horas de vida; digo da hepatite B. É uma vacina contra o câncer também, contra o câncer causado pelo agravamento da hepatite, que é a cirrose, que pode desenvolver câncer.

A vacina contra o HPV é uma vacina contra o câncer também, que pode ser...

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – O do colo do útero.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – O do colo do útero.

A SRA. ANA ROSA DO SANTOS (*Fora do microfone.*) – Não só.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Ah, não só! Sim. Desculpe! Pode ser o câncer de pênis, o câncer de ânus, o câncer de orofaringe, da boca e garganta, o câncer de vagina. Esqueci algum, doutora?

A SRA. ANA ROSA DO SANTOS (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – São esses os principais tipos de câncer associados ao HPV que a vacina consegue proteger.

Essa vacina teve uma grande aceitação logo que foi introduzida no Programa Nacional de Imunizações com a vacinação em escolas.

Em Bertioga, no interior de São Paulo, ocorreu um fato que é comum: houve um número enorme de adolescentes que desmaiaram e desenvolveram uma série de transtornos decorrentes, não associados à vacina, mas que podem ocorrer em qualquer situação coletiva em que há um estresse coletivo. São reações psicogênicas descritas pela ciência há muitos anos e que podem ocorrer com a vacinação da difteria, tétano e coqueluche se houver um monte de gente vacinando junto. Na hora em que um vê a seringa, tem medo, sua, desmaia, principalmente adolescentes, que reagem muito em grupo. Aí o outro sente medo e desmaia também, e começa um efeito dominó. Todos os estudos realizados no Brasil em relação aos casos suspeitos de reação adversa relacionada ao HPV, ou no mundo inteiro, nenhum deles associou qualquer transtorno desse à vacina.

Nos países que já usam a vacina HPV há mais de dez anos, já estão colhendo frutos do controle da infecção pelos tipos de HPV que causam o câncer de colo de útero. Por exemplo, a Inglaterra anunciou, há uma semana, que está prestes a eliminar os dois vírus HPV contidos na vacina que causam o câncer do colo de útero. Talvez seja a primeira nação a ficar livre do câncer do colo de útero, um tipo de câncer que pode eliminar todo um projeto de vida, porque pode não só matar – e ele demora anos para se desenvolver – como inclusive levar a interromper um sonho de maternidade, por exemplo.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Há 100% de cobertura?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Na Inglaterra. São programas na Inglaterra, na Austrália, que são países que já introduziram isso há muito tempo. Inclusive, muitos desses países estão vendo a repercussão também nos meninos, mesmo com um número menor de meninos vacinados. É importante lembrar que a vacina HPV é para homens e para mulheres, tirando da mulher a única responsabilidade de prevenção do HPV. O homem se infecta. Existem estudos que mostram – eu agora não me lembro, não sei se a Dra. Ana Rosa sabe de cor – um percentual enorme de adolescentes que, na sua primeira experiência sexual, não no primeiro dia, já se infectam pelo HPV.

Existem mitos. O HPV não é transmissível exclusivamente pela penetração, basta o contato pele com pele. Então, aquela relação em que não há penetração pode sim ser foco de transmissão do HPV. Agora, a vacina é muito mais eficiente a partir dos 9 anos de idade, na faixa etária mais tenra. O pai não leva o filho ou a filha para se vacinar contra uma doença sexualmente transmissível, que é o câncer do colo de útero ou o câncer de pênis. Ele leva o filho para se vacinar contra a possibilidade de ter câncer de pênis.

O número de pênis amputados no Nordeste do Brasil é um dos mais altos do mundo. Tanto o HPV quanto o câncer de pênis, por exemplo, são sim doenças relacionadas a questões de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

higiene e a questões de falta de controle, porque, por exemplo, a vacinação sozinha, no caso do câncer do colo do útero, funciona muito bem atrelada ao rastreio, que é o exame papanicolau ou preventivo, que a mulher deve fazer periodicamente depois de certa idade, porque ele vai conseguir identificar lesões precursoras do câncer do colo do útero, aí ele vai poder atuar preventivamente. A vacina evita essa infecção mesmo em pessoas que já foram infectadas, porque a vacina protege contra os dois principais tipos de vírus que causam o câncer do colo do útero. Então, às vezes, foi infectado por um tipo e não pelo outro.

Agora, volto a dizer: o que houve nesse momento? Quando houve esse caso em Bertioga, com a vacina recém-chegada no Programa Nacional de Imunizações, houve uma cobertura imensa. A imprensa está errada? Não, a imprensa noticiou o fato de que aquelas meninas poderiam ter tido esse problema por conta da vacina. E a gente chega àquele fato: prova-se que não. E aí essa verdade não aparece tanto quanto a dúvida. O impacto foi muito maior.

Muitas escolas começaram a não querer passar por esse problema nas suas instalações. Eu não sei qual é a relação e a capacidade do Ministério da Educação em obrigar, por exemplo, a escola. Até onde eu sei, não é obrigatório, é uma adesão, e isso é feito nos três Poderes, quer dizer, quando chega ao nível municipal ou estadual... A vacinação é feita em nível municipal. Não é isso, doutora? Então, há várias esferas relacionadas à gestão da vacinação nas escolas.

Todos os estudos internacionais e inclusive brasileiros mostram que a melhor forma de vacinar o adolescente é, sim, levando a vacinação para a escola, principalmente aquelas vacinas que são dadas em mais de uma dose. A vacina HPV iniciou com três doses, verificou-se que, nas faixas etárias mais tenras, bastam duas doses para gerar resposta imunológica de longa duração. Mas esse é um problema inclusive nos postos de saúde, porque você tem que fazer com que o pai e a mãe voltem para se vacinar ou vacinar seus filhos numa segunda etapa, e essa segunda etapa, no caso do HPV, acontece daí a seis meses.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – A idade é de 9 anos até...

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – De 9 a 16 anos para meninas e de 11 a 14 anos... Hoje já mudou? É até 15 anos para os meninos.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – É de 11 a 15 anos?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – É de 11 a 15 anos, doutora?

A SRA. ANA ROSA DO SANTOS (*Fora do microfone.*) – É de 11 a 15 anos.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Isso vale para meninos.

Aí fica, mais uma vez, já que esta audiência é gravada, um apelo aos pais: que entendam que eles estão protegendo seus filhos contra a possibilidade de cânceres sérios. E, quando a gente fala de câncer do ânus, não estamos falando de atividade homossexual exclusivamente, porque aí surge outro preconceito: meu filho não é gay, não vai ter câncer de ânus. Ele pode ter câncer de ânus sim, mesmo sem ter uma prática homossexual, ou não. Hoje é difícil, porque você fala da questão da sexualidade, que é de cada um.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – É no reto, não é?

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – É no reto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você pode ter câncer da orofaringe, da cavidade oral, de boca, você pode ter câncer de pênis. Então, nada justifica ter um filho ou uma filha sob o risco de, daqui a 15 anos ou 20 anos, desenvolver uma doença que pode levá-lo à morte e que poderia ter sido prevenida e não foi por preconceito ou por falta de informação.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, do Estado do Ceará.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Desculpa, Senador! Eu posso complementar a resposta da Senadora Kátia?

Sim, o Programa Nacional de Imunizações fez um esforço imenso para combater todo esse cenário, inclusive em parceria com a Sociedade Brasileira de Imunizações.

Nós, em conjunto, realizamos três edições de uma campanha chamada Onda Contra Câncer.

Eu vou explicar só para vocês entenderem onde reside o problema.

Eu conversei com uma mãe de São Paulo, de classe média alta, já depois de cinco anos de lançada a vacina na rede pública, depois de muitas campanhas, inclusive campanhas feitas pela Sociedade Brasileira de Imunizações – eu tenho total controle delas; eu sei que foram realizadas e onde foram divulgadas –, e essa mãe me disse: "Eu só descobri há pouco tempo que o Governo oferece essa vacina. Eles precisam divulgar mais". Eu falei: "Está na televisão, os jornais noticiam as campanhas, o Governo faz as campanhas, a gente faz campanhas, e, mesmo assim, ainda desconhecem que a vacina está disponível, e muitos que conhecem não vacinam por medo".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes da fala do Senador Girão, eu queria registrar a presença aqui do Deputado Arthur Maia, que volta a esta CPMI para abrilhantar esta Comissão.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Rapidamente, Presidente, cumprimento V. Exa. e a Deputada Lídice da Mata pela condução dos trabalhos.

É muito esclarecedor. Parabéns também pela explanação, Dr. Ricardo Machado!

Muitas pessoas estão assistindo, e é uma forma de, através do diálogo, com base em estatísticas, em ciência, levar para as pessoas informações importantes.

Além de a *fake news* prejudicar fortemente, como a gente viu, com a sua explanação, e causar um estrago na questão da saúde pública, há o lado mental, porque já está provado cientificamente, através da física quântica, que, com o que você pensa, você já começa a construir uma realidade. Há vários estudos sobre notícias negativas, o impacto emocional na depressão que hoje nós vivemos.

O Ministério da Saúde disponibilizou, já faz algum tempo – é bom aproveitar este momento para esclarecer –, o projeto Saúde sem Fake News. Não custa nada a gente fazer aqui, rapidamente... É um serviço que foi disponibilizado para combater *fake news* sobre saúde. O Ministério da Saúde, de forma inovadora, está disponibilizando um número de WhatsApp, o chamado "zap", para envio de mensagens da população. Vale destacar que o canal não será um serviço de atendimento ao consumidor ou um tira-dúvidas dos usuários, mas um espaço exclusivo para receber informações virais que serão apuradas pelas áreas técnicas e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respondidas oficialmente, se são verdade ou se são mentira. Há algumas aqui, alguns testes já feitos. Qualquer cidadão poderá enviar, gratuitamente, mensagens com imagens ou textos que tenham recebido nas redes sociais, para confirmar se a informação procede antes de continuar o compartilhamento. Eu queria deixar bem claro aqui o número desse "zap", que é (61)99289-4640. Já há aqui vários exemplos de *fake news* que foram desmascaradas, foram desacreditadas com o estudo do Ministério da Saúde, já com resultado, e outras que eram verdadeiras.

Então, é muito importante esse esclarecimento, para a gente não compartilhar o mal, porque, Senadora Kátia Abreu, como a gente costuma falar, o mal contamina, o bem contagia. Então, é muito boa essa reflexão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Leonardo, grande psiquiatra do Mato Grosso.

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT. Para interpelar.) – Cumprimento a nossa querida Relatora da CPMI, Deputada Lídice da Mata, e o grande Senador Angelo Coronel, que representa todo o Brasil e não só o querido Estado da Bahia. É um prazer estar com vocês.

Cumprimento todos os Senadores e Deputados.

Agradeço a presença da Sociedade Brasileira de Imunizações em nome do Dr. Ricardo Machado.

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Eu queria só aproveitar para dizer que eu não sou médico, pessoal. Eu sou jornalista e coordeno a comunicação da sociedade há quase 20 anos. É só para registrar. Obrigado.

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT. Para interpelar.) – Era só para registrar.

Eu tenho o prazer de ser médico na área de psiquiatria, mas trabalhei muito tempo no Programa Saúde da Família.

A Sociedade Brasileira de Imunizações traz um tema correto: a presença hoje das informações incorretas, a dita *fake news*, está adoecendo o Brasil?

A apresentação eu pude acompanhá-la depois. Os dados são claros, visto que a pesquisa aponta que o brasileiro é mais suscetível a informações falsas, e a sua grande maioria busca as redes sociais hoje, todas que existem, para obter informação. E nós temos, paralelamente ao crescimento do uso das mídias sociais para informação, o decréscimo da cobertura vacinal. Então, além de ser multifatorial o tema de você querer ou não vacinar, com a liberdade de poder escolher, ele é um fenômeno mundial, tanto que foi explicado aqui que a grande maioria dos textos são cópias norte-americanas ou de outros países, que têm uma movimentação contra a nova ordem mundial, digamos assim, de sua ideologia em querer falsear informações científicas para atingir o maior número de pessoas.

Nós sabemos que as empresas conseguem mapear as mensagens com maior compartilhamento. E, visto que *fake news* é algo importante na discussão desta Comissão, eu gostaria que ela tivesse muita participação como em outros momentos, mas é importante discutir, porque isso está adoecendo a população brasileira. Essa afirmação é clara, é só ver os gráficos, os números, o aumento do uso, a informação, e a pesquisa aponta isso claramente.

Quanto ao HPV, isso é multifatorial também, e, nesse grupo de faixa etária de infecção, há a prevalência entre 15 e 24 anos, mas pouca gente sabe que, na população adulta, a vacinação contra o HPV pode ser aplicada. Não é do protocolo do ministério, porque, epidemiologicamente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos que pensar em saúde pública. Então, o nosso foco é essa faixa etária, que é mais suscetível. Dos vários tipos de HPV que existem, há alguns que causam mais lesões, verrugas, há outros que causam realmente o câncer. Uma pessoa adulta, uma mulher ou um homem adulto, poderá, sim, fazer a vacinação paga na iniciativa. Então, pouca gente tem essa informação e não busca a vacina. E, ainda mais, tivemos um fenômeno mundial contra crianças, que é o foco da proteção. Isso é pior ainda. Então, vemos um crime grave, um crime contra a sociedade, contra as crianças.

Esta CPMI tem que tentar buscar uma inovação mundial, porque o mundo procura buscar, Senador e nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata, uma solução para atuarmos. Eu só vejo uma maneira: termos a parceria das empresas que têm as plataformas de redes sociais. Se elas não estiverem junto – elas identificam a mensagem que foi replicada, para quem chegou, e ela se multiplica muito mais rápido do que a verdade; aqui a apresentação mostra isso –, se elas não entrarem para mapear onde a mensagem chegou e para fazer com que chegue a verdade, nós não vamos conseguir isso, porque só a informação...

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Não vai dar conta.

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT. Para interpelar.) – Pronto, o Ricardo já falou aqui, ele que é um profissional da comunicação: não vai dar conta.

Nós estamos incorrendo em um crime, crime contra menores, crime contra crianças, e a própria família que está desinformada não vai dar o melhor para aquela criança. Então, é um crime muito grave para o qual até a Constituição prevê penas sérias.

Quero registrar que, até hoje, em Mato Grosso, há uma grande operação contra a pornografia infantil. É uma grande operação que está no meu Estado para combater outra vertente do que são os crimes cibernéticos, ou *cyberbullings*.

Então, é muito grave, é um problema sério, e acho que a gente tem que trazer isso abertamente, como eu estou fazendo, como um profissional médico, uma pessoa que atua na saúde pública, como pai, porque isso me preocupa. Algumas outras doenças... Está adoecendo? Sim! São doenças que, quando eu estudei – não faz tanto tempo assim –, na faculdade, não vi; eu só as vi por livros. E hoje vejo os meus novos colegas médicos vendo na prática essas doenças que estavam erradicadas. É sério, é grave, e esta CPMI precisa tomar uma ação inovadora, Senador Angelo Coronel, porque o mundo a busca. Mas não vejo alternativa, é preciso responsabilizar também as empresas com essas plataformas digitais, para fazer com que a verdade chegue.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado mineiro Rui Falcão, do PT, de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Estou satisfeito com a intervenção, muito elucidativa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então concedo a palavra ao nosso – eu sei que vai estreitar hoje – Deputado Artur Maia, do Democratas, da Bahia.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. Para interpelar.) – Muito boa tarde, Sr. Presidente Angelo Coronel, minha cara Relatora Lídice da Mata, Dr. Ricardo Machado!

Não há dúvida de que, dentre todos os males que a *fake news* tem causado, essas notícias falsas e temerárias acerca da saúde são as que podem trazer maiores prejuízos para a população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dia, particularmente nessa questão em relação à vacina, eu já tinha ouvido algumas pessoas comentarem, mas mais em tom de brincadeira do que objetivamente como uma posição pessoal. Nós temos uma secretária em nossa casa, uma pessoa muito querida, a Maísa, que trabalha conosco, e outro dia ela veio me dizer que a vacina faz mal. É uma moça de vinte e poucos anos.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. *Fora do microfone.*) – A do HPV?

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. Para interpelar.) – Não, as vacinas de uma forma geral.

Foi uma mensagem que ela recebeu na igreja dela. E isso me deixou perplexo, porque é uma pessoa humilde, mas é uma pessoa inteligente, uma pessoa que vê televisão, que lê jornal, enfim, que tem acesso à informação. Então, é muito preocupante.

A vacina está associada aos primórdios do Iluminismo. Outro dia, eu estava lendo a biografia de Catarina, a Grande, a czarina russa, Catarina II, e uma das posições, além de várias outras em relação à educação etc., que a qualificava como uma das defensoras do Iluminismo foi justamente o fato de ela ter levado para a Rússia médicos que, na época, ministravam práticas muito primitivas, até para evitar a rubéola. Não era a rubéola. Era a peste negra, era...

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – A varíola.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) – Era a varíola.

Justamente pegavam as pessoas que não morriam. Pegavam ali a chaga já quase seca, quando a pessoa se salvava. Isso consistia justamente em...

O SR. RICARDO MACHADO (Para expor.) – Em inocular...

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) – ... pegar uma agulha, furar a pessoa que ficou boa e furar, depois, a pessoa sã. Foi uma prática... A vacina evolui, com Pasteur, a partir, basicamente, dessa ação, desse trabalho.

Então, você repare que a vacina, ao longo da história, está associada ao afastamento de uma visão mais religiosa ou vinculada a crenças e a credices e ao fato de a condição humana assumir a ideia da lógica, do racionalismo, que vem embutido justamente nas ideias do Iluminismo.

Então, obviamente, quando a gente vê pessoas militarem, em redes sociais, com o propósito deliberado de desconstruir essas posições, isso significa ser contra a evolução humana, significa nós voltarmos a muitos e muitos séculos atrás, Senador Angelo Coronel, meu Presidente, orgulho da Bahia aqui, que está presidindo esta Comissão.

Eu quero dizer o seguinte: nós, aqui, nesta Comissão, temos debatido muito questões políticas de *fake news*, associadas a calúnias, a difamações políticas, mas a presença de V. Sa. aqui, hoje, traz um elemento muito mais objetivo e preocupante, e não há dúvida de que a sua fala, o seu esclarecimento, incentiva muito mais esta Comissão a, na conclusão do seu parecer – e eu sei que a Relatora terá a capacidade de fazer isso –, propor encaminhamentos capazes de dar ao nosso ordenamento jurídico instrumentos que possam combater práticas como essa.

Parabéns pelo seu trabalho e por sua fala aqui na Comissão!

O SR. RICARDO MACHADO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao último orador inscrito, o Deputado mineiro ou paulista Rui Falcão, do PT.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, primeiro, eu queria valorizar muito a presença da Senadora Kátia Abreu, do Deputado Arthur Maia, do Senador Eduardo Girão, do Prof. Dr. Leonardo, saudando os demais presentes, porque acho que viram a importância... O Senador Otto Alencar... Aliás, há três baianos aqui na Mesa. Eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São quatro. O Deputado Arthur Maia também é da boa terra.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não, falo da Mesa.

Mas quero valorizar muito a presença deles e dela, porque, normalmente, este tipo de audiência não tem sido muito valorizada nesta CPMI, e nós vimos a importância dos esclarecimentos, como o Iluminismo tem sido deixado de lado, Deputado Arthur Maia.

Quando o senhor diz que está havendo um retrocesso, que não há uma evolução, nós estamos vendo aí a ideia de que a Terra é plana! A Terra é plana...

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. *Fora do microfone.*) – O mertiolate tem de voltar a arder. (*Risos.*)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pois é.

Então, eu acho que o Iluminismo está sendo massacrado nos tempos atuais. E é bom que o senhor reviva que, já desde Catarina, a Grande, o Iluminismo começava a fazer a humanidade evoluir.

Então, eu queria aqui primeiro justificar a pouca... A nossa bancada hoje está ausente, não porque não valorize isso, mas porque o Presidente Lula está hoje em Brasília, numa reunião com a nossa bancada. Eu fui escalado para representar aqui a nossa bancada, que sempre está presente em todas as audiências. Então, eu queria justificar isso.

E, ao mesmo tempo, noto a ausência total daquela bancada que guerreia aqui, que ataca jornalista. Hoje até o Presidente, de forma infame, atacou a jornalista Patrícia Campos Mello em termos baixos, sexistas, misóginos. Se tivesse como responsabilizar esse inimputável, seria este o momento, porque, em outros momentos, também já deu ensejo a isso, mas hoje ele atingiu a baixeza da sarjeta.

Então, eu queria fazer esse registro aqui.

Quero cumprimentar o Dr. Ricardo.

Inclusive, Dr. Ricardo, eu tomarei a liberdade – os senhores não puderam, por falta de recursos, tomar nenhuma iniciativa, seja junto à Polícia Federal, seja junto a esses *sites* falsos – de ver se localizo algum advogado que pudesse fazer *pro bono* esse trabalho para os senhores. Se o senhor me autorizar, eu vou procurar alguém que possa se dirigir aos senhores para oferecer esse tipo de trabalho.

O SR. RICARDO MACHADO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.!

Eu queria agradecer a presença do Sr. Ricardo, representante da Sociedade Brasileira de Imunizações, a presença de todos os Srs. e Sras. Senadores e Deputados, a presença aqui também do Senador Otto Alencar, que estreia nesta Comissão. Espero que os estreantes deem agora mais...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Como suplente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas suplente também faz parte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que é um tema muito importante. Eu sei que o tema aqui só ferve quando se fala em política. Amanhã, por exemplo, eu tenho certeza de que isto aqui vai dar talvez quórum máximo. Mas não é porque é um assunto dessa natureza, que atenta contra a vida das pessoas, que ele tem que ser deixado para segundo plano.

Esperamos que este Congresso Nacional comece realmente a olhar mais para esse quesito de *fake news* sobre a saúde pública brasileira, deixando o povo brasileiro mais vulnerável a cada dia.

Nada mais havendo a tratar, como não há quórum para deliberar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 13 horas, com o depoimento dos dois sócios da Yacows, Sra. Flávia Alves e Sr. Lindolfo Antônio Alves Neto.

Declaro encerrada a presente reunião.

Registro, em tempo, a presença do Delegado Éder. Não deu para ele fazer perguntas ao nosso convidado, mas já fica para a próxima.

(Iniciada às 13 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Otoni de Paula, Caroline de Toni, Carla Zambelli, Carlos Jordy, Delegado Éder Mauro, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Túlio Gadêlha, José Nelto, José Medeiros, Pr. Marco Feliciano, Bia Kicis, Dário Berger, Confúcio Moura, Luiz Pastore, Eduardo Bolsonaro, Rodrigo Cunha, Luis Miranda, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Paulo Paim e Carlos Chiodini. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Humberto Costa, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Walter Alves, Celso Russomanno, Alexandre Frota, Arthur Oliveira Maia e Dr. Leonardo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Oitiva da Flávia Alves, Sócia-proprietária da empresa YACOWS, em atendimento ao requerimento 234/2019. **Resultado:** Oitiva não realizada. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Oitiva do Lindolfo Antônio Alves Neto, Sócio-proprietário da empresa YACOWS, em atendimento ao requerimento 234/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/02/19>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente Reunião destina-se às oitivas decorrentes do Requerimento nº 234/2019, de autoria do Deputado Rui Falcão, que convoca os sócios-proprietários da empresa Yacows para prestarem depoimento.

Primeiramente, solicito à Secretaria que conduza ao recinto, para compor a Mesa, o Sr. Lindolfo Antônio Alves, sócio da empresa Yacows.

Em seguida, após o depoimento, será chamada para depor a outra sócia, a Sr. Flávia Alves. *(Pausa.)*

Eu pergunto ao Sr. depoente se deseja fazer algum esclarecimento inicial, antes de partirmos para a fase... *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – Eu gostaria de uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem ao Dr. José Caubi Diniz Júnior.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – É uma questão de ordem, fundada no Estatuto da Advocacia, no art. 7º, inciso X.

O Sr. Lindolfo, quando da intimação, não ficou claro se ele estaria vindo na condição de investigado ou de testemunha. A defesa entende que ele estaria na condição de investigado. Sendo assim, com base no art. 5º, inciso LXIII, da Constituição, gostaríamos que fosse deferido o pedido da defesa para que eventualmente o Sr. Lindolfo permaneça calado. Isso não quer dizer que ele não vá responder às perguntas. Foi preparada uma mídia para explicar como funciona a empresa e alguns termos técnicos e ele pretende responder todas as perguntas e questionamentos que forem feitos.

Apenas parece que, baseado no art. 5º da Constituição, é razoável que não produza prova. Há diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal nesse quesito. Ademais, nós já colaboramos e estamos sendo investigados em diversos inquéritos. Há um inquérito que tramita aqui em Brasília... O senhor me permite só estabelecer o número? *(Pausa.)*

Tem o mesmo objeto da CPMI. É o Inquérito 008/2019-3. Esse inquérito tramita na Superintendência Regional, em São Paulo, referente à eleição do Governador João Doria; há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três ações de investigação judicial eleitoral, que tramitam no Tribunal Superior Eleitoral, em que também a empresa e os sócios são investigados. Ação 0601771-28, Ação 0601782-57 é uma ação de investigação judicial eleitoral; há ainda um inquérito que tramita na Polícia Federal, na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, que é o Inquérito Policial 1.308, de 2018; e, por último, há uma ação de impugnação de mandado eletivo, que tramita no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, de número 0600008-32, de 2019.

Considerando que a empresa e os sócios já são investigados nessas ações, esse fato fundamenta o pedido da defesa para que não produza prova contra si. Agora, nós queremos deixar claro que nós responderemos às perguntas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um minutinho, nobre Deputado Rui Falcão.

Dr. Júnior, esta Comissão quer que o nosso depoente, já que no requerimento não está explícito, faça o compromisso de dizer somente a verdade. Evidentemente, nós não vamos querer que ele produza prova contra si. Então, se tiver algo que venha a produzir prova, ele mesmo produzir prova contra si – é uma redundância aqui o que eu estou falando –, ele pode se manter calado, mas o compromisso de falar a verdade eu não vejo por que o nosso depoente ser omissor nesse ponto.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Excelência, é o art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Uma vez que o investigado já é investigado em outros inquéritos, não é possível que produza prova. Aqui tem até precedente: é o HC 171.399/DF, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, que trata de um caso especificamente idêntico a esse, na CPI de Brumadinho, onde S. Ex^a deferiu o pedido de *habeas corpus* baseado exatamente nas premissas e nos fundamentos que eu trouxe a V. Exa. Apenas nós não impetramos um *habeas corpus* preventivo, porque a empresa quer colaborar, a empresa quer responder aos fatos que são atribuídos a ela.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, doutor, se a empresa quer colaborar, eu não vejo por que o nosso depoente não fazer o compromisso.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – A empresa quer colaborar, mas, fundado no que já foi trazido, apenas o direito de não responder a questões que julgue serem produção de prova contra si.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Claro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O compromisso de falar a verdade é uma coisa de que esta CPMI não pode abrir mão, porque falar a verdade é o que nós queremos aqui nessas reuniões que nós estamos tendo ao longo desses 90 dias.

Questão de ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Nós, que convocamos o Sr. Lindolfo, não se trata nem de concordarmos, está previsto na Constituição, é direito constitucional consagrado. Ainda que ele viesse como testemunha, também teria o direito de permanecer em silêncio. Então, de nossa parte, nenhuma objeção de que ele dê as informações que julgar cabíveis e que se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cale quando julgar conveniente, quando achar que pode... Então, de nossa parte, além de, independentemente de a gente concordar ou não, está previsto na Constituição Federal. Mesmo que a Constituição esteja sendo atropelada a cada dia, mas nós continuamos respeitando a Constituição e os direitos nela inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Só dizer, Presidente, que o depoente tem o direito de permanecer em silêncio, essa é uma garantia inalienável do cidadão e dos acusados em geral. Então, se ele quiser permanecer em silêncio, não há óbice nenhum, mas também não há óbice que ele preste compromisso, quando ele for responder a alguma das solicitações. Uma coisa não é impeditiva da outra. É só isso que eu queria comentar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esta Presidência indefere a questão de ordem do nobre advogado.

Pergunto ao nobre depoente se ele firma o compromisso de falar somente a verdade nas perguntas que lhe forem questionadas, claro, desde que não venha a se autoincriminar.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Excelência, uma questão de ordem.

Vou insistir, porque é incompatível um termo de compromisso e, ao mesmo tempo, não produzir prova contra si. O depoente quer colaborar, apenas não quer prestar depoimento com fundamento na Constituição Federal. É previsto claramente na Constituição Federal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com licença, só quero fazer um questionamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente... Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... ao advogado da parte. O que eu não estou entendendo é o seguinte: o que o senhor está dizendo é que ele tem o direito de permanecer em silêncio, que é um direito constitucional, independentemente de ele ter feito um *habeas corpus* ou não. O que eu não estou entendendo é o seguinte: o senhor está querendo dizer que o seu cliente não vai querer depor sobre nada?

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Não, não. É o contrário. Ele vai querer esclarecer os fatos, vai querer depor. O que não se quer... O quer se quer é, por exemplo, por analogia, é que ele seja ouvido na qualidade de informante, que é o que é previsto no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal, ou seja, sem prestar o compromisso de dizer a verdade.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas qual a razão de ele não prestar o compromisso? Só para a gente tentar entender, do ponto de vista legal.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Porque ele é investigado em outras situações e a Constituição Federal faculta que ele não produza prova contra si. O que nós não queremos é permanecer calados na Comissão, nós vamos responder às perguntas de V. Exas. Apenas é incompatível esse quesito da Constituição com o compromisso de dizer a verdade.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu acredito que... Com todo respeito, só para tentar entender. Se ele não quer responder a determinada pergunta, ele fala: prefiro permanecer em silêncio, não vou responder. Mas isso, de forma alguma, a gente pode entender que ele está querendo se incriminar. Ele simplesmente vai ficar em silêncio sobre essa pergunta. Agora, eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vejo que seja incompatível ele prestar o compromisso de dizer a verdade quando ele for falar e ficar em silêncio quando ele não quiser responder. É simples assim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, pela ordem. Presidente pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, parece-me que é um tema em que não controvérsias. O que a nobre defesa, o nobre representante da defesa aqui apresentou é um princípio constitucional elementar, transparente, um dos mais elementares dos princípios constitucionais, o direito ao silêncio.

Então, parece-me, Presidente, que até para nós avançarmos no procedimento, apelo a V. Exa. que defira a questão de ordem apresentada pela defesa, porque a questão me parece clara, cristalina, límpida. O senhor depoente falará no que considerar que pode falar. Nos temas em que ele entende que se incrimina, ele utilizará a prerrogativa do silêncio. Eu acho que é uma questão tão clara na Constituição que não me parece que nós estejamos criando uma polêmica sobre algo que não há polêmica. É algo claro da Constituição.

Então, o apelo que faço, Presidente, é para nós podermos avançar do ponto de vista de ouvir o depoente, de ouvir a exposição e os membros desta Comissão poderem indagá-lo. Parece-me que seria muito mais pertinente deferir a questão de ordem apresentada pela defesa e seguirmos nos procedimentos do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Senador, esta Presidência entende que qualquer pessoa que venha a depor nós queremos que ela fale somente a verdade. Eu só quero o compromisso do nobre depoente de falar a verdade nas perguntas que lhe forem feitas. Evidentemente, que ele pode ficar calado se algo vier a incriminá-lo. Isso é uma coisa normal, trivial.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado. Aliás, primeiro a Deputada Bonavides e depois o Deputado Éder Mauro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Eu acho que toda essa discussão se resume à condição em que o depoente aqui está. Quem tem a obrigação de jurar e de dizer a verdade são as testemunhas e quem tem direito a ficar em silêncio são os investigados. O próprio advogado do depoente trouxe aqui que o depoente é réu em vários processos, é investigado em vários processos. Parece-me que aqui ele também vem com essa condição de investigado. Então, não há o que a gente discutir sobre o que pode ou não. Isso tudo já está previsto na Constituição. Eu acho que gente poderia seguir adiante.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para uma questão de ordem, o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fico surpreso de ver os Deputados da esquerda, o Senador ...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Randolfe Rodrigues.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – ... Randolfe se posicionar pelo deferimento da defesa. Eu volto aqui a trazer o ditado da própria esquerda: o pau que dá em Chico dá em Francisco, ou vice-versa. Mas é engraçado que, quando é alguém que vem depor aqui nesta CPMI e que possa querer incriminar ou direcionar cinicamente alguma coisa ao Governo Bolsonaro, aos filhos do Presidente Bolsonaro, aí eles pulam dali do lado esquerdo e querem a verdade, querem que seja testemunha e tudo mais. Quando é o contrário, eles fazem a defesa de que o depoente só fale se quiser.

Nós conhecemos, doutor, o seu papel e por ser da área de direito a gente sabe disso. Por mim e por todos nós aqui, eu tenho certeza de que o cidadão vai depor, se na qualidade de testemunha, até porque eu solicitei uma vez que o depoimento do Deputado fosse retirado da condição de testemunha para de apenas informante e até hoje eu ainda não tive resposta desse posicionamento. Então, tanto faz o Sr. Lindolfo depor como testemunha ou como informante ou até ficar calado, porque o silêncio pode depor contra ele. Por mim, não há problema nenhum. Nós estamos aqui para trazer a verdade e fazer com que a CPI não se direcione como um papagaio, como eu sempre falo, para um lado só.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre depoente quer fazer alguma explanação inicial? A questão de ordem já foi deferida. O senhor, ao iniciar a sua fala, deve fazer o compromisso perante esta Comissão de falar somente a verdade.

Com a palavra o nobre depoente, o Sr. Lindolfo Antônio Alves Neto, se quiser fazer alguma explanação; senão, passaremos para as perguntas dos nobres membros da Comissão.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Posso fazer uma nova questão de ordem, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para uma questão de ordem, o advogado, Dr. Júnior.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Por orientação do advogado, o depoente não prestará o compromisso de dizer a verdade. Esclarecerá as perguntas, porque se encontra na condição de investigado. E também...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Doutor.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, que fique registrado que o advogado disse que ele não prestará compromisso de falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Doutor, eu queria esclarecer ao senhor que ele está, neste momento, pelo deferimento da questão de ordem desta Presidência, na qualidade de testemunha. E ele terá que fazer o seu compromisso de falar somente a verdade, porque, senão, V. Exa. sabe que calar a verdade é crime. E esta Presidência não quer, em hipótese alguma, fazer constrangimento ao depoente. Só queremos que ele fale a verdade e firme o compromisso. Agora, calar a verdade, V. Exa. sabe que está no Código Penal, art. 342.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, mais uma.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, da Deputado Caroline de Toni.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só presta compromisso quem é testemunha. E, no caso, ele não está sendo chamado como testemunha. Ele está sendo chamado como investigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esta Presidência deferiu que ele foi convocado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No requerimento, não diz. Ele está como testemunha.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, a gente só fala, em termos jurídicos, que a pessoa só presta o compromisso quando ela é testemunha. Quanto ao investigado, ou ele pode permanecer calado, ou ele pode responder, mas ele não tem de prestar compromisso. Ele pode falar o que ele quiser, inclusive. Então, essa figura de prestar compromisso é quando é testemunha. Para investigados em geral, ele só tem o direito ou de permanecer em silêncio, ou, se ele vai falar a verdade ou não, incumbem-se a ele as responsabilidades, porque ele está na qualidade de investigado.

Só fazendo essa retificação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei, Deputada.

O requerimento do Deputado Rui Falcão solicita a convocação, mas é omissivo na questão de investigado ou testemunha. Então, esta Presidência deferiu que o nosso depoente deverá depor na qualidade de testemunha. E, na qualidade de testemunha, é necessário que faça o compromisso de falar somente a verdade. Ninguém está aqui para constranger ninguém. Só queremos a verdade. O próprio advogado já disse que ele vai falar a verdade. Só queremos o compromisso. É um rito.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, o senhor mudou de ofício a qualidade dele de investigado para testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele está convocado como...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Como investigado. Não pode, de ofício, mudar para a qualidade de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No requerimento, segundo a Secretaria da Mesa, não há a palavra "investigado".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Autor do requerimento, por gentileza nos esclareça com relação a isso, porque não dá para, de ofício, mudar a figura jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estou ouvindo a Secretaria da Mesa, que diz não haver a palavra "investigado".

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Eu tenho quase certeza de que foi como investigado, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Investigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se foi como investigado, ele vai ser investigado. Não há problema.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O autor do requerimento me falou agora...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Pois é. Agora, não estou entendendo por que ele está na qualidade de testemunha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há como mudar de ofício isso. E o autor do requerimento acabou de me dizer que é na qualidade de investigado. Então, não há que se prestar compromisso. Ou fique em silêncio ou fale o que quiser. E não temos como...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, vamos ouvir o Deputado Rui Falcão, que foi o autor do requerimento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para que ele possa, então, esclarecer a respeito do requerimento da sua lavra.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Estou aqui para buscar a verdade, Presidente, seja em que condição a Mesa interpreta. Eu fiz um requerimento para que ele fosse ouvido. Não há menção nem de investigado nem de testemunha. Mas, na minha avaliação, ele tem o direito de ficar calado...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – É constitucional.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É o que o advogado pleiteou desde o começo. E não é uma decisão minha. Isso está previsto na Constituição Federal. É um direito inalienável de pessoas que vêm aqui.

Se ele não falar a verdade, isso vai ser averiguado posteriormente, como foi o caso da testemunha que esteve aqui semana passada. Mentiou, já havia mentido no Ministério Público, algumas coisas serão cotejadas com o Sr. Lindolfo hoje aqui.

E o senhor decide.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Éder.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem.) – Se o próprio Deputado Rui Falcão se posicionou dizendo que, no requerimento dele não consta nem testemunha nem indiciado, então, ele será ouvido em depoimento – em depoimento –, na qualidade de nenhuma das duas coisas. E aí a Mesa, e a CPI é que vai decidir depois se ele será apenas uma testemunha ou se será indiciado na CPI.

Então, fica a critério da questão que o próprio advogado já colocou de que ele não prestará o compromisso de falar a verdade. Portanto, ele se submete a mentir. Então, que fique ele a ser ouvido em depoimento para que posteriormente seja definido se ele será indiciado ou se ele apenas será testemunha que trará mentiras ou verdades a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Então, já que houve essa omissão por parte do requerimento do Deputado Rui Falcão, confirmado pela Secretaria da Mesa, eu vou deferir a questão de ordem do Deputado Éder Mauro. E vamos ouvir o depoimento do nobre Lindolfo Antônio Alves Neto.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, doutor.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Inicialmente, já que não ficou claro se está sendo ouvido na qualidade de testemunha ou investigado, como dito no início, o depoente vai colaborar. Inicialmente, o depoente gostaria de entregar à Mesa a relação dos Parlamentares que utilizaram os serviços da empresa na eleição de 2018.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre doutor, com certeza haverá perguntas a respeito disso. No momento adequado o nobre depoente poderá apresentar essa lista. Mas vamos dar celeridade aos trabalhos.

Eu queria saber do nobre depoente se ele tem algo a falar antes de serem feitas as perguntas a ele?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Boa tarde.

Meu nome é Lindolfo. Quero agradecer a oportunidade. E queria... *(Falha na gravação.)*

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Gostaria de fazer uma apresentação da empresa para que vocês conheçam um pouco melhor como que é feito o nosso trabalho, como funciona a plataforma e que também nós possamos elucidar alguns fatos operacionais aí, os quais nos trouxeram até aqui hoje. Eu preparei uma apresentação e gostaria de poder passar talvez no telão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Autorizo a Secretaria da Mesa a providenciar a tela para que o nobre depoente possa expor a sua apresentação.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Bom, é importante salientar que a Yacows é uma empresa constituída em 2011. Hoje nós temos algumas empresas, logo nós chamamos a Yacows de um grupo de empresas. A Bulk Services é uma plataforma de *marketing* direto que permite que pessoas possam utilizar para envio das mais diversas mídias, para os mais diversos meios de comunicação.

Então, nós estamos no mercado desde 2011, no desenvolvimento de soluções de *marketing* nas mais diversas empresas do grupo. A plataforma Bulk Services, que é uma plataforma de *marketing* direto, foi criada em 2015. A plataforma Bulk Services já ajudou mais de 8 mil empresas desde a sua criação a fazer simplesmente campanhas de *marketing*, sejam elas através de aplicativos, SMS e voz.

Pode passar, por favor.

Então, eu gostaria de esclarecer as vertentes de atuação de algumas empresas e deixar claro em que mercado elas atuam. Novamente, a Bulk Services não é uma empresa; ela é apenas uma plataforma de *marketing* direto, pioneira por alcançar os clientes nos mais diversos meios nos quais eles estão presentes, seja WhatsApp, SMS ou voz e ligações.

A Kiplix é uma agência de *marketing* digital. A Deep Marketing é uma empresa de soluções de *marketing* digital. E a Maut é uma empresa do grupo focada em soluções de *marketing* em geral, tá legal?

Por favor.

É importante dizer que, nos quase dez anos em que nós atuamos em todas as empresas do grupo, nós já tivemos mais de 500 funcionários, milhões em impostos arrecadados em nove anos. Até hoje tivemos apenas três ações trabalhistas. Foram disparadas pela nossa plataforma, enviadas mais de 900 mil campanhas para o pequeno, para o médio, para o grande empresário, para a pequena, para a média, para a grande empresa, resultando em milhões em termos de venda, ajudando o pequeno e o médio empreendedor a alcançar os seus clientes através dos aplicativos que eles utilizam.

Por favor.

Qual é o nosso mercado de atuação? Os mais variados. Praticamente nós temos desde a pessoa autônoma passando pela pequena empresa, um bar, um restaurante, passando por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas de cobrança, lembretes financeiros, mercado financeiro, *e-commerce*, saúde e educação.

Por favor.

Então, como é que funciona a nossa plataforma? A pessoa, após realizar o devido cadastro dentro da plataforma, tem a sua disposição a possibilidade de fazer o *upload*, ou seja, inserir os seus contatos dentro dessa plataforma. Nós temos aí tanto a plataforma em si como a possibilidade de integração entre conversas entre plataformas diferentes, nós temos inteligência de envio de acordo com o meio solicitado pelo cliente, pelo tipo de campanha que ele inseriu e, através do canal WhatsApp, SMS ou voz, a mensagem chega ao cliente final.

Por favor.

Alguns *cases*. Mais do que *cases*, nós queremos elucidar como é que chega a mensagem ao seu destinatário. Nós praticamente – como eu posso dizer, vamos fazer uma analogia – atuamos como os Correios: a pessoa chega aos Correios, fecha, lacra sua carta, coloca o selinho, coloca nos Correios, o carteiro leva até o destino e a pessoa do outro lado recebe a mensagem, seja ela qual for. Então, basicamente é isso o que a plataforma Bulk Services faz. Ela faz com que as mensagens, nos mais diversos meios, cheguem aos seus destinatários, e as empresas que utilizam as mesmas são responsáveis pela utilização das suas listas, dos seus cadastros, dos seus clientes e também pelo seu conteúdo, tá legal?

Por favor.

Aqui nós temos uma lista de empresas que utilizaram a nossa plataforma, direta ou indiretamente, e que trouxeram resultados... Tem empresas que são clientes há mais de cinco anos.

Pode passar, por favor.

E vem aqui à tona algo muito importante que é a questão relacionada, equivocadamente, a como são utilizadas e como são geradas as linhas para utilização na plataforma de WhatsApp. Eu acredito que não vão conseguir abrir pela apresentação. Então, há um segundo arquivo, que eu peço para poder abrir. É um vídeo com duração de sete minutos, com áudio. Se não tiver áudio, sem problema nenhum, eu posso explicar o procedimento feito pela área técnica de como são utilizadas as linhas sem a necessidade de utilização de cadastros, sejam eles quais forem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Um minutinho, por favor.
(Pausa.)

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Presidente, uma questão de ordem.

É muito importante a exibição deste vídeo. Este vídeo vai explicar que imputar à empresa a informação de que ela se utiliza de cadastro...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

O papel do advogado é se antecipar ao depoente? Será?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ele só está explicando!

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, mas eu acho que essas explicações cabem a quem vai mostrar o vídeo. Ninguém se opôs a que ele mostre o vídeo de sete minutos.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor.) – Sim, V. Exa...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, eu não vejo nada de mais. Essa questão é uma questão de ordem que o advogado fez. Não vejo nada que, com isso, vá atrapalhar os trabalhos, mas estou notando que a Secretaria está com problema no áudio. O vídeo não abre?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre depoente pode explicar, já que está havendo problema técnico e não se pode abrir o vídeo, por favor?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, sim, sim. O.k. Vamos lá. As operadoras ao registrarem um *chip*... Você compra, então... Na verdade, vou exatamente explicar conforme está gravado o vídeo. Nós pegamos um *chip* lacrado, comprado em qualquer banca representante de operadora; filmamos a abertura dele, o rompimento do lacre; e colocamos esse chip num celular. Após cerca de 15...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim? Vão passar o vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Parece que deram um jeito ali.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ah, legal. Então, por favor.

Como vocês podem ver, nós temos um *chip* lacrado, um celular... Nós usamos dois celulares para poder mostrar que um vai ser utilizado para fazer o que nós chamamos de subir o sinal ou algo do tipo. Desculpe, eu não tenho muitos detalhes operacionais, e por isso nós fizemos esse vídeo, mas de certa forma, no fim das contas, de uma maneira bem simples, ele vai se comunicar com as torres de celulares. O sinal vai aparecer neste celular pretinho e vocês vão ver que a operadora não solicita nenhum registro prévio para nós podermos realizar única e exclusivamente uma atividade: receber códigos de validação da conta dos aplicativos. Então, estamos inserindo o *chip*.

Esse vídeo é um pouquinho longo, tem mais ou menos sete minutos. Requer um tempinho até ligar.

Então, basicamente, foi inserido o *chip* e agora a primeira coisa que vai acontecer é o *chip* pegar o sinal da operadora. Pegando o sinal da operadora, a primeira coisa que a operadora vai se comunicar com o *chip* é basicamente pedindo que você dê um o.k. para ela confirmar a geração de um número que acredito ser randômico. Após isso, finalmente nós temos um número de celular, sem realizar nenhum tipo de cadastro. Então, já se comunicou com a operadora, selecionou e agora ele está realizando a comunicação com a operadora para aparecer o número disponível do *chip*.

Está pedindo para aguardar alguns minutos. *(Pausa.)*

Pois bem, após isso, com o número em mãos, o que nós vamos fazer? Nós vamos demonstrar lado a lado, dos dois celulares, a utilização desse número no Whatsapp, a linha, o número, e depois, na conclusão, vai chegar o SMS de confirmação do aplicativo, que nós vamos inserir. Ou seja, é um processo simples, no qual você acabou de adquirir uma linha e você quer utilizá-la no Whatsapp. Podem ver os horários, o número que a operadora gerou. Tudo isso sem nenhum tipo de utilização de cadastro ou qualquer outra questão pertinente a esse processo. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, agora reiniciou o celular. Você pode ver que a própria operadora precisa e habilita o número da linha para receber comunicações dos mais diversos tipos. Por exemplo, como que ela vai falar para a pessoa que ela está sem crédito? Como ela vai dizer, por exemplo, que a pessoa está entrando em *roaming* em outro país? Há uma série de tecnicidades nas quais se faz necessário ser habilitado, para que você possa estar recebendo esse SMS.

Agora nós vamos começar a fazer o cadastro no aplicativo, utilizando o número da linha fornecido pelo celular do lado. *(Pausa.)*

Estamos inserindo o número. *(Pausa.)*

Confirmamos o número do *chip* do lado. *(Pausa.)*

Vocês vão ver que, a partir do momento em que nós confirmarmos do lado no aplicativo, vai chegar um SMS com o código de verificação de segurança, que faz com que a sua linha possa ser utilizada no aplicativo.

Chegou agora o código de segurança. *(Pausa.)*

Foi inserido. *(Pausa.)*

Pronto, cadastro no WhatsApp foi concluído. *(Pausa.)*

O aplicativo está pronto para ser utilizado, sem a necessidade de nenhum procedimento adicional. *(Pausa.)*

Agora, que nós vamos realizar? Enfim, não há o áudio, mas depois esse arquivo vai estar disponível.

Nós vamos fazer uma ligação na qual a primeira mensagem que vai falar da operadora é: "Você não está com essa linha registrada, proceda ao registro". Para nós, a linha praticamente morreu, nós não utilizamos mais para nada. Então, o destino dela é ser descartada. O.k.? E é isso praticamente que o fim do vídeo vai demonstrar. *(Pausa.)*

A ligação agora foi concluída.

O que mostramos para vocês agora é que não existe a necessidade de nenhum tipo de cadastro, utilização de CPFs, para receber o código de verificação do aplicativo que nós utilizamos nas campanhas.

É isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para interpelar.) – Presidente, só rapidamente, para esclarecer, eu não entendi o final, quando você diz que a linha é descartada. Por que ela foi descartada?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Excelência, porque não tem mais utilização, simplesmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – A simulação presume que a gente usou a linha, depois descartou. É isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Na verdade, o que nós mostramos no vídeo é o simples processo que nós utilizamos para o aplicativo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Você está querendo mostrar que você consegue usar essa linha sem necessariamente associar um CPF a ela?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar sequência. Na qualidade de Presidente, irei fazer alguns questionamentos antes de passar a palavra para a nossa Relatora.

O nobre Senador Jean Paul ia fazer logo a primeira pergunta. Segundo vimos na sua exposição, o senhor habilita um *chip* numa operadora; a operadora libera um número, e não há necessidade de se colocar um CPF.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exatamente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – As empresas Yacows, Kiplix e Maut são todas do mesmo grupo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, elas são do mesmo grupo econômico.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os sócios são os mesmos?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Os sócios da Kiplix e da Yacows, sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há alguma hierarquia entre elas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – São prestadores de serviços entre diversos ramos e também com posicionamentos no mercado completamente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Especificamente no caso da Yacows, as decisões são tomadas em conjunto pelos sócios, ou algum sócio tem supremacia sobre outro?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Veja, nós temos praticamente... Eu sou um dos sócios e a Flávia é a outra. Cada um tem uma área de atuação. Então, praticamente, dentro de cada área de atuação, as pessoas podem tomar as suas devidas, enfim, tratativas. Ou seja, sim, eles tomam as ações de acordo com o que cada pessoa responde. Eu respondo pelo comercial, e, basicamente, a Flávia responde pelo administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Todos os procedimentos, contratos, clientes, todos os seus sócios igualmente sabem do que acontece com a empresa?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Apesar de ter reuniões que deliberam sobre como a empresa funciona, para onde ela vai, eu praticamente estou à frente do comercial da empresa, como um executivo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Sr. Hans River trabalhou por quanto tempo nas empresas do grupo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ele trabalhou especificamente em uma empresa do grupo, se eu não me engano por apenas 38 dias, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele foi demitido ou saiu voluntariamente?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ele foi demitido. Primeiramente, nós tivemos falhas operacionais, nas quais o determinado cargo que ele exercia não estava sendo compatível com o que a empresa estava solicitando. Em seguida, após novas falhas operacionais, ele foi demitido.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Bom, só para esclarecer um pouco, o senhor falou que ele trabalhou por quanto tempo na empresa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Por volta de 38 dias corridos. Pode ser que um dia ou outro tenha comido na falha de cálculo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Sr. Hans River entrou com um processo na Justiça do Trabalho quanto à sua empresa. No dia 26 de novembro sua empresa e o Sr. Hans River fecharam um acordo trabalhista. No mesmo dia, seus advogados fizeram uma petição solicitando segredo de justiça para o processo, que foi negado.

Eu gostaria de saber por que essa solicitação de segredo de justiça? Vocês tinham algo a esconder para pedir esse segredo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Olha, todo trabalhador tem o direito de buscar a Justiça para requerer seus direitos. Ao saber que ele estava entrando com esse processo, nós entramos em contato com nossos advogados e nós vimos que nessa mesma data, que nesse mesmo *range* de data, a imprensa estava nos procurando para saber mais especificamente sobre todo aquele processo.

O Hans River, acredito, se equivocou. Levou informações de propriedade da empresa, a forma como ela opera. Ele criou, de fato, uma forma que ele achava que a empresa trabalhava, tomou isso como verdade e quis colocar no processo trabalhista todas aquelas informações que, de forma alguma, no meu entender, têm a ver.

Sabendo disso – a imprensa obviamente tem todo o direito de investigar; nós acreditamos na imprensa, que ela tem esse poder, e não há problema nenhum –, começaram basicamente a ter contato com todos os executivos da empresa a fim de esclarecer. Então, para que isso não pudesse ter um entendimento de forma errônea, nós solicitamos que se pudesse haver o sigilo nesse processo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Além do acordado na Justiça, os senhores pagaram alguma coisa a mais pela rescisão do Sr. River, por fora?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Apenas o que está acordado na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu tenho aqui quatro vídeos que eu vou passar, são curtinhos, para, após isso, fazer mais quatro perguntinhas rápidas ao senhor.

Eu gostaria que a nossa assessoria colocasse o áudio 1, por favor.

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É só áudio, eu gostaria que aumentassem o volume. Comecem de novo aí, porque tem gente tomando até um susto.

(Procede-se à execução de áudio:)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor) – [...] esse andar era o 10º andar. Você consegue contar quantos *chips* tem aqui? Consegue? Consegue contar? Porque eu também não consigo. Tudo isso daqui são caixas. Os *chips* chegavam assim, desse jeito que você está vendo aqui, está certo? Desse jeito que você está vendo aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você para em alguma banca de jornal ou em qualquer lugar para comprar um *chip* para colocar no celular de vocês, o *chip* vem em um pacotinho. Imagina essa caixa cheia desses pacotinhos. Essa noite foi a noite do *chip* da Claro, quando compraram, não sei de que maneira, não sei como trouxeram...

De certa maneira, fica difícil explicar onde conseguiram essa quantidade absurda de *chips* [...]

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor) – Quem vai poder te dar mais informações, e até eu estou curioso para saber também sobre isso daí, é Lindolfo e Flávia.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Lindolfo e Flávia.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor) – São os dois que vão conseguir esclarecer essa dúvida sua e minha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – De onde vieram esses *chips*, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O senhor confirma que havia caixas e mais caixas de *chips*? Poderia nos informar de onde vinham, qual era a origem desses *chips*, e como foi efetivado o pagamento dessa compra, já que foram milhares de *chips*, segundo informação de um ex-funcionário da sua empresa?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Se me permite, Excelência, milhares e milhares e milhares de *chips* não saberia te dizer. Mas eu gostaria de puxar um pouquinho a questão sobre de onde vêm esses *chips*.

No mercado, esses *chips* são utilizados para diversas finalidades, nas mais diversas finalidades: *call centers* utilizam, empresas que disparam SMS utilizam. A grande maioria desses *chips*, até por questões econômicas e financeiras, são repassados para nossa empresa, ou seja, já tiveram outra finalidade. Se vocês notarem numa das imagens que foi enviada, enfim, mostrada, vocês vão ver que são *chips* que já estão riscados, *chips* que já estão sujos. Então, normalmente empresas têm caixas e caixas desses *chips* e nós somos uma das compradoras – outrora esses *chips* simplesmente seriam descartados.

Então, sim, tinha uma quantidade de *chips*, não me recorde de caixas e caixas. Isso... Voltando só uma questão, me perdendo no pensamento, as empresas... Cerca de 70% desses *chips* vêm dessas empresas que já utilizaram para alguma finalidade, tá? E os restantes são comprados: bancas de jornais, representantes de operadoras... Vocês podem ver que praticamente em metrô, Praça da República, em São Paulo, existem diversos representantes querendo vender, querendo bater a sua meta ali e fazendo praticamente aí a venda para nós, tá? Como é pago, praticamente existe aí uma relação financeira entre a empresa e quem fornece e nós fazemos aí o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esse pagamento, evidentemente, deve estar registrado na contabilidade de sua empresa. Já que o senhor falou no início, é tudo contabilizado certinho, dentro das regras. Então, não teria nenhum problema, caso necessário seja, V. Sa. informar a relação dos seus fornecedores de *chip*. Porque, se foi pago, só poderá ter sido pago em espécie, ou cartão de crédito, ou cheque, ou uma TED, ou um DOC, ou uma ordem bancária. Evidentemente, V. Sa. deve ter o registro dessas compras, porque não se tratou de um *chip*, se tratou de centenas, já que não foram milhares, segundo o senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Claro, devidamente. Pelo que eu possa conhecer um pouquinho do processo contábil da empresa, isso deve estar registrado, com certeza.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Gostaria de fazer uma pergunta ao depoente: deve ou está registrado? Ele é proprietário da empresa, sócio-proprietário lá da empresa. Deve é uma dúvida. Deve ou está registrada na empresa a compra dos *chips*?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estendo a pergunta do nobre Deputado a V. Sa.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Excelência... Está registrado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que nosso...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Presidente, um aparte. O Sr. Lindolfo, o depoente, disse que não tem recordação das caixas de *chips*, até discordou, que não se recorda de caixas e caixas. Nós temos imagens que foram colocadas numa audiência passada que eu acho que vale a pena serem colocadas aqui, projetadas nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aquelas fotos, não é?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Isso. (*Pausa.*)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O senhor tem recordação dessas caixas, Sr. Lindolfo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estão ali milhares de *chips*.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Se essas fotos são da sede da empresa, de dentro da empresa, se ele reconhece... O senhor reconhece que essas fotos são de dentro da sua empresa e as caixas de *chip* também?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, mas veja, as últimas caixas, por exemplo, eu me lembro bem, são caixas de telefones, IPs, que nós também comercializamos. Então, nem tudo aí é *chip*.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Presidente, me permite um esclarecimento rápido aqui?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Só conectando a sua primeira pergunta com essa agora...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É até importante essa interação para não haver repetição na pergunta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Senão a gente depois repete tudo, e o assunto se perde. É só para entender realmente tecnicamente a coisa.

A gente viu que você consegue acionar um *chip*, aquele *chip*, sem associar a um CPF. No entanto, quando você diz que compra um *chip*, um chip usado, esses *chips* que estão ali, o que é que garante que aquele *chip* foi de fato dissociado de algum CPF que o utilizou anteriormente e não está justamente aparecendo, na hora em que você faz o rastreio, que ele fica vinculado a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um CPF de uma pessoa que inocentemente está envolvida num processo, eventualmente podendo ser acusada até de falsidade ideológica porque simplesmente uma operadora ou um novo utilizante não zerou – digamos assim –, não dissociou aquele *chip* do meu CPF, por exemplo? Então, o que garante que aqueles *chips* todos que estão amontoados ali estão de fato dissociados, zerados de CPF?

A segunda pergunta é: é possível a gente receber uma mensagem de algum telefone, de algum *chip* que não tenha CPF?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar sequência. Depois ele vai lhe responder essa. Porque, na verdade, o nosso depoente falou que compra *chip* usado na Praça Brasil, na Praça da Sé...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Mas, Presidente, gostaria que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Apesar de que na caixa ali estavam bem claros os *chips* novos. Naturalmente, alguma operadora ou importaram alguma coisa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria também de reiterar essa pergunta, porque eu também anotei para fazer essa mesma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria até que os nobres colegas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – ... para que ele respondesse agora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... fizessem a pergunta em cima de um tema, porque se desviar aí fica ruim de responder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas é que ele já abordou esse tema, acho que tem vinculação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, vou fazer aqui a segunda pergunta, porque vai ser... Acho que vai ser até bem esclarecedora.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Deixe-me só... Complementando aqui essa pergunta feita, eu só gostaria de saber do Sr. Lindolfo: afinal de contas, quem fica, de quem é essa linha? Essa linha tem... Já que não é necessário o CPF... V. Sa. diz que solicita e não precisa do CPF, mas de quem fica essa linha registrada? A Anatel registra como essa linha?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Dos *chips* usados?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Excelência, esse *chip* acaba que não é de ninguém, ele é da operadora. Qualquer pessoa, por qualquer que seja a utilização ou queira utilizar... E respondendo, se não me engano, a uma outra pergunta conectada: você pode mandar SMS? Não sei te dizer especificamente, porque nós nunca tentamos fazer isso, não é nosso alvo de trabalho. Então, teria que realmente verificar essa informação. Acredito eu que, por não ter crédito, por não estar registrado, simplesmente não vai nem sair a mensagem do celular no qual ele está funcionando.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – É que, tirando aqueles fatos de *chips* novos, o senhor falou que há *chips* que são usados e riscados que vieram de fornecedores, de terceiros, de empresas que não utilizam mais. Nesse caso, a gente sabe que, para o cidadão comum, quando ele adquire um *chip*, ele tem que vincular a um CPF. Então, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses *chips* já foram usados, em tese eles estão vinculados a um CPF. Como é que vocês procedem nesse tipo de caso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Teria que verificar se realmente eles fazem parte de algum *chip*. Pode ser simplesmente que esses *chips* estejam há um ano sem utilizar, e do mesmo artifício que nós utilizamos para registrar, subir o sinal e receber esse código, ou seja, ele não está mais válido na operadora. Mas isso é uma coisa técnica que teria que verificar para saber realmente como é que funcionaria nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço à assessoria postar o segundo áudio, por favor, porque é interessante esse segundo áudio.

(Procede-se à execução de áudio:)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – [...] Como o senhor ficou sabendo dessa informação de que aqueles CPFs usados eram CPFs de pessoas idosas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Na realidade, esse caso é um caso muito complicado, porque... O que era trabalhado ali na empresa? A empresa... Você tinha o seu computador, e junto com o computador você colocava quatro ou cinco celulares emparelhados. Então, você abria o WhatsApp, você colocava o WhatsApp, fazia o cadastro do WhatsApp, você pegava um chip da TIM, da Vivo, da Claro ou da Oi ou números internacionais e você cadastrava no CPF que eles passavam, que a própria empresa passava.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – [...] as pessoas que tinham seus CPFs utilizados para os disparos de WhatsApp tinham conhecimento de que esses CPFs estavam sendo utilizados? Sim ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu aposto que não.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois é, como ouvimos, o Sr. Hans River, seu ex-funcionário, fez uma acusação grave contra a Yacows, a de que CPFs eram usados de maneira fraudulenta para cadastrar *chips*. O senhor confirma esse uso? Eram CPFs de pessoas mortas ou de pessoas que não sabiam do uso? Como vocês chegaram a essa lista de CPFs? Como vocês compraram esse *mailing* com esses CPFs dessas pseudopessoas mortas ou idosas para habilitar esses *chips*? Até então, pela nossa ignorância, somente como Parlamentar e não como pessoa que entende muito de telefonia, a meu ver um *chip* só pode ser habilitado mediante um CPF e não um CPF virtual – teria que ser um CPF real.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Excelência, como nós explicamos, a nossa utilização se dá de uma outra forma. Qualquer que seja uma outra utilização ou artifício nós desconhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas o senhor não respondeu à pergunta ou a todas as perguntas.

Os CPFs eram usados de maneira fraudulenta para cadastrar *chips*? Ou o senhor nega que não usou nenhum CPF?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nós desconhecemos esse procedimento dentro da empresa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O senhor não apresentou nenhuma lista de CPFs para os seus funcionários habilitarem *chips*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconhecemos esse procedimento operacional.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

Vamos ao terceiro áudio.

Algum membro quer aproveitar esse questionamento?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não... É só para observar que ele não está obedecendo o direito ao silêncio, que é um direito constitucional, mas em algumas respostas está tergiversando. Então, seria melhor permanecer em silêncio, porque essa tergiversação já levou a uma pergunta do Deputado Éder Mauro, por exemplo, para saber: "O senhor acha ou deve? Deve ou fez?" – por causa da tergiversação. E obteve ele notícia afirmativa, que "sim, que contabilizava tudo".

Então, talvez, por prosseguimento, fosse melhor, para evitar futuros problemas com o senhor, já que está sendo investigado em vários processos, que, antes de tergiversar, talvez ficasse em silêncio.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ao terceiro áudio aí. Por favor, assessoria.

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por favor, repita o áudio, assessoria.

(Procede-se à execução de áudio:)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O conteúdo da propaganda política eleitoral, quem é que entregava para o senhor?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O Lindolfo e a Flávia passavam para os supervisores; os supervisores despachavam para cada um fazer.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Certo.

Então, aí está, mais uma vez, o seu ex-funcionário falando que o senhor entregava, ou a sua sócia, todo o conteúdo para que fossem disparadas essas mensagens. O senhor se recorda... Aliás, o senhor confirma essa fala do seu nobre ex-servidor? E o senhor lembra também se tinha algum caráter eleitoral ou se algum candidato ou partido político utilizou dos seus serviços para divulgação de propaganda eleitoral no período das eleições?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Vamos lá.

A primeira pergunta, Excelência. Veja, nós não separamos absolutamente nada e mandamos para a equipe. Primeiro, é que nós não estamos na parte operacional e muito menos passamos isso diretamente. A empresa possui um corpo técnico, operacional, no qual praticamente o Hans não tinha contato. A plataforma disponibiliza após o cadastro dos clientes, sejam eles do setor privado, sejam de qualquer outro, para que as pessoas que estão na operação possam fazer os envios. Então, está um pouquinho... Como eu posso dizer, está meio errada essa afirmação dele, não era assim que funcionava. E frisando que, quando ele diz





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conteúdo, é a apenas o conteúdo da mensagem. Eu acho que, só para ficar bem claro, isso não tem a ver com listas de CPFs ou algo do tipo. Está bem claro para nós que conhecemos o que ele está dizendo no dia a dia. O.k.?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas o senhor, até então, não respondeu se o conteúdo das mensagens que seriam disparadas... Segundo o Hans, o senhor é que levava para os seus supervisores. Daí os supervisores entregavam aos operadores. O senhor lembra que realmente o senhor fazia isso, com a senhora Flávia? E, se lembra, se lembra de mais algum conteúdo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito, Excelência.

A plataforma disponibiliza isso para que os operadores automaticamente possam estar fazendo... Vamos fazer o *download* no seu celular e ir realizando o envio. Logo, nós não fazemos enfaticamente ou praticamente colocamos: "Toma. Dispare isso". Não, tem uma ordem, tem uma fila. A plataforma funciona praticamente com ordem de quem cadastrou primeiro a campanha, e ele faz isso de acordo com a demanda dele e de acordo com o que a pessoa direta a ele pede para ele estar fazendo: "A, primeiro; B, em segundo; na madrugada, o terceiro, a pessoa que está na fila; às 7h da manhã, a 15ª pessoa que está na fila".

Praticamente isso. Então, respondendo diretamente, ela, na verdade, é autônoma, a plataforma praticamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, o senhor não se lembra de nenhum conteúdo de nenhuma mensagem?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não, o conteúdo de nenhuma mensagem... Praticamente, existem muitas mensagens, milhares de mensagens.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas de pelo menos uma, duas, não consegue se lembrar, já que há milhares? Não é possível!

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Eu teria que verificar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O senhor trabalha para aquelas empresas todas que o senhor colocou na sua apresentação, várias empresas, inclusive multinacionais. Aquelas empresas lhe mandam conteúdo para que a sua empresa faça a divulgação. Pelo jeito, também você não sabe do conteúdo de nenhuma daquelas empresas. Ou seja, se alguém chegasse para o senhor e mandasse divulgar um *chip* sobre incentivo à pedofilia, à prostituição, praticamente, a sua empresa poderia fazer, já que ninguém faz um crivo para saber o que estava sendo divulgado. O senhor, na verdade, deixou subentender isso, que recebe o conteúdo, baixa um *download* no outro aplicativo, manda as mensagens, não sabe de nada, ou seja, não existe controle, não existe crivo.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – É importante frisar, Excelência, a questão quando o senhor fala sobre *chip*, "mandou colocar o *chip*". Não, isso é uma outra parte do processo operacional. São diversas partes que acontecem em diversos momentos. Voltando à questão da mensagem, nós podemos analisar quais foram as mensagens, sem problema, desde que exista um requerimento para isso, tá? Eu sou um executivo, estou à frente de outras empresas e não participo da parte operacional.

O senhor me desculpe.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Desculpe-me, Presidente. Só...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Pela ordem, rapidamente.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Éder Mauro.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Eu quero apenas poder ratificar e colaborar com a sua pergunta, Sr. Presidente.

O Sr. Lindolfo é sócio da empresa, participa da empresa e, com certeza, sabe, por exemplo, a questão dos *chips*... A gente não pode admitir, por exemplo, uma caixa de *chip* que é comprada usada, mas não é utilizada para disparo de mensagens naquele CPF pelo qual aquele *chip* já foi destinado junto à operadora. Não teria sentido ter caixas de *chips* e esses *chips* não serem utilizados. Para que uma empresa compraria uma caixa de *chips* utilizados? Então, não tem sentido. Esse é um ponto.

Na questão de conteúdo, já que o senhor está colocando e frisando, insistindo na pergunta, eu colocaria uma pergunta extra. Vocês trabalharam... Você diz que a empresa, desde 2011, trabalhou para mais de oito mil pessoas e empresas e que, politicamente, trabalhou também para políticos. Confere?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Políticos de diversos segmentos. Confere?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Minha pergunta é: vocês trabalharam para o PT, para o PCdoB? Sim ou não?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Para o PSL.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Com...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Depois vocês fazem a pergunta de vocês. Eu deixo vocês...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – A pergunta, por enquanto, é minha.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Todos terão a oportunidade de perguntar. Nós estamos economizando o tempo, porque há outra depoente após ele.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para não ter que todo mundo...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a pergunta é minha. A palavra está comigo. Eu deixo os colegas da esquerda, depois, livres para fazerem as perguntas deles. Eu só queria chamar a atenção para uma situação. O depoente já está prestando declaração. O advogado pode apenas, a partir do momento em que ele começa a prestar depoimento, e o advogado sabe disso, só pode acompanhar. Ele já teve tempo suficiente para instruir seu cliente. Então, ele não pode intervir em momento algum no depoimento do seu cliente agora.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Com todo respeito a V. Exa., não. De acordo com o art. 7º do Estatuto da Advocacia, inciso X, o advogado pode interromper...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não, não. Intervir direto, na hora em que ele está respondendo à pergunta, não pode.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – ... o advogado pode interromper, por uma questão de ordem, de direito e fática, a qualquer momento.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não, o senhor pode orientá-lo antes do depoimento.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – A qualquer momento!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Ele, em depoimento... Então...

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – Art. 7º, inciso X.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, o advogado não pode se envolver.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Mas, voltando...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – O advogado não pode ter direito à palavra na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou até complementar a minha pergunta juntando com a sua. O que eu perguntei ele não respondeu.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Deixe-me só concluir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Tumultuou a sua pergunta.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Deixa ele falar então.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Eu queria só completar.

O senhor, isto é, a sua empresa trabalhou, na questão política, para os partidos PT, PCdoB e PSOL? Sim ou não?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nós realizamos o disparo para diversos candidatos. Isso é importante. Eu acho que partido e candidato, no meu entendimento, é algo diferente.

Nós temos uma lista de todos os candidatos para os quais nós trabalhamos. Ela está disponível. Eu acho que, por respeito, isso seria interessante manter em sigilo, mas, obviamente, vocês, junto com o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. Lindolfo...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Mas aí o senhor não responde. Então, diga que o senhor não quer responder.

Eu vou voltar à pergunta, ou melhor, vou reformular: o senhor trabalhou especificamente para algum candidato do PT, do PSOL ou do PCdoB?

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – A lista está aqui, gente. Foi entregue a lista.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Só diga se sim ou se não.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – São listas públicas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Está tumultuando.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou aproveitar para fazer uma pergunta mais direta ao nosso depoente.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Aí vai atrapalhar o meu raciocínio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momento! Eu vou concluir aqui as minhas perguntas e passar para os inscritos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Ao encontro da sua pergunta... Ao encontro da sua pergunta, só um instante...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou terminar as minhas perguntas e vou passar para os primeiros inscritos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Permita-me apenas repisar, Sr. Presidente, a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para normatizar a Comissão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – É que a sua pergunta foi no seguinte sentido: Depoente, eu sou um cliente, cheguei à sua empresa agora, sou de um movimento ambiental ou um cliente qualquer... O senhor está ali com um PowerPoint bem bonitinho para vender o seu serviço, o senhor vai à minha empresa, e eu sou de um movimento ambiental. Aí, eu quero a seguinte garantia: "Sr. Lindolfo, eu vou contratar a sua empresa, mas eu quero a garantia 1: o senhor utiliza a identidade de outras pessoas para fazer os seus envios de forma a imputar a outras pessoas que nem sabem que são donas do *chip* ou que já foram? O senhor me dá essa garantia como cliente?" O senhor pode me responder "sim" ou "não". Se "não", é um péssimo serviço, porque eu quero essa garantia.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Segunda garantia: "O senhor me garante que o senhor não envia ou não enviou, ou não enviará, concomitantemente ao meu conteúdo, conteúdo completamente oposto, de uma mesmo *chip* de uma mesma pessoa, fazendo confundir toda a minha mensagem? O senhor pode me garantir isso?" Para me garantir isso, o senhor tem de ter um processo de triagem do seu conteúdo. Se você diz que não tem um processo de triagem do conteúdo ou não sabe, como gestor da empresa, a sua empresa não serve para me prestar esse serviço. Concorde?

Esse é um padrão de qualidade. Você tem de garantir para o seu cliente corporativo – não estou falando de política – que você não usa identidade falsa ou não usa indevidamente a identidade de alguém, e, dois, que você não passa mensagens que tenham completa incongruência ou contrariedade com a mensagem que eu, cliente, quero que você passe.

Estou refazendo a pergunta do Senador Angelo Coronel de uma outra forma, simulando uma situação.

Se você me diz "sim" para as duas perguntas, ou seja, "eu garanto", então, você tem um controle de triagem e, assim, você vê o conteúdo. Se você diz "não", você é uma péssima empresa para prestar esse serviço.

Então, agora, fica a seu critério.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Então, vamos lá. Nós temos controles para que esse tipo de erro operacional não exista e garantimos que nenhuma atividade ilícita é, de certa forma, realizada no disparo do nosso cliente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir aqui a minha intervenção, depois eu vou passar para a nossa Relatora...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora é a primeira inscrita.

Eu queria saber aqui, acho que o povo brasileiro que está nos escutando e nos ouvindo, nos assistindo neste momento, quer saber o seguinte: a sua empresa foi contratada pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

candidato Henrique Meirelles, Fernando Haddad, Jair Bolsonaro, Ciro Gomes nas eleições de 2018 para disparo em massa de mensagens de cunho eleitoral? E, se foi, quem pagou pelo seu serviço, porque de graça eu tenho certeza de que o senhor não iria fazer? Sendo o mais direto para poder ver se V. Exa. melhora um pouquinho o seu pensamento para abrir realmente e falar a verdade aqui para esta Comissão e para o povo brasileiro.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Vamos lá, Excelência.

Henrique Meirelles, sim.

Desculpa, qual que é o outro? Perdão, muitos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Henrique Meirelles, Ciro Gomes, Fernando Haddad, Jair Bolsonaro. E se tiver outro também pode declinar, não tem nenhum problema.

Não esquecendo, se positivo, quem pagou.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – É importante salientar que nós temos diversas revendas e agências que vendem os nossos serviços com os nomes deles.

Então, pelo que nós já disponibilizamos, na lista de clientes nós temos o Henrique Meirelles, perfeito; nós temos... Do Ciro Gomes não me recordo de absolutamente nada e não está na lista, logo, não fizemos. Fernando Haddad é um caso específico, porque uma agência que acredito que faça campanha para ele já utilizava a plataforma e utilizou a nossa ferramenta; então, logo, diretamente não foi feito, indiretamente sim. Logo não teve pagamento direto desses candidatos, apenas os que constam na lista aqui, Sr. Presidente.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E sobre a AM4, Sr. Presidente, que foi a empresa que prestou serviço para o candidato Jair Bolsonaro?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Só para complementar, Sr. Presidente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Ele não mencionou. A colega está querendo induzir, a colega está querendo induzir...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ter calma, todos os senhores estão inscritos.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Um minuto, um minuto...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem, pela ordem...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – V. Exa. falou na sua vez, agora eu não consegui falar aqui. Faz tempo que eu peço.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente, conclui o depoimento dele e dá sequência nos inscritos.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O Deputado pelo menos está inscrito? Porque está tumultuando tudo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Todos vão falar, todos estão inscritos, temos tempo bastante para ouvir todos enquanto houver a boa vontade e o nosso depoente estiver aqui para nos ouvir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Mas por que omitir o registro que está aqui escrito, por que omitir isso?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Na hora da sua pergunta...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Ah, o senhor não acabou de falar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Ele encerrou.
O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Ele não acabou de falar.
O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Ele encerrou, é a opção dele.
O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Ele não mencionou que tivesse...
A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...
O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Eu acho que o Deputado interrompeu o depoente.
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O depoente até então não confirmou se trabalhou para os quatro candidatos que eu citei...
O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Não, confirmou direta ou indiretamente.
A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Presidente, o Deputado está querendo tumultuar...
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Na hora da pergunta de vocês, vocês questionam ele.
A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, querido, mas você não me deixa falar, você só passa para ele. Ele não está nem inscrito.
A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está inscrito, Deputada. Não precisa ficar nervosa, vamos ter calma, haverá tempo para todos.
A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente Angelo...
O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Presidente, qual é a preocupação da Deputada? É porque não falaram o nome do Bolsonaro.
O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Deixe ele terminar a lista!
A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, ele vai falar... Ele não falou, porque ele não terminou de falar, e V. Exa...
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou concluir aqui e vou abrir para a nossa Relatora.

(Tumulto no recinto.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Ele falou, ele terminou. Falou que não tinha outro nome. Agora, na sequência, se ela quiser fazer a pergunta, ela faz!
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois é...
O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Na vez dela, ela faz a pergunta!
A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, na minha vez, não. Eu vou fazer a pergunta...
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou concluir, passar para a Relatora e, após a Relatora, na ordem de inscrição...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente Angelo, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho, nobre Deputada.
A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Pois não.
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Minha última pergunta aqui ao nosso depoente: o senhor autoriza a quebra do sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário seu e de suas empresas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Pela orientação do advogado, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, passo a palavra para a nobre Relatora.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, questão de ordem à Deputada Bonavides.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A questão de ordem...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sr. Presidente, é mais uma questão...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Qual o artigo do Regimento?

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, vamos abrir mão em prol dos trabalhos? Na sua hora? Abra mão, abra mão!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Deputada Bonavides vai abrir mão em prol dos trabalhos. Vamos encerrar as questões de ordem, passar para a Relatora e, pela ordem, para os inscritos.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É melhor, é melhor!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Todo mundo vai fazer questão de ordem. A gente não consegue trilhar o trabalho...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu vou submeter ainda. É uma questão de isonomia. V. Exa. permitiu que a Deputada Carol, o Deputado Éder, todos dialogassem com suas perguntas quando tinham estritamente a ver...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Deputado Rui também dialogou, o Senador Jean Paul também...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Posso concluir, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu abri dois de cada lado.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É só fazer a contabilidade, eu abri dois de cada lado.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dois de cada lado, dois de cada lado, eu abri na hora...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Era uma questão de isonomia.

Como é uma pergunta que tem estrita relação com o que o senhor estava perguntando, para que eu possa também fazer como tantos outros fizeram...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas a senhora vai abrir mão do seu tempo?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu espero receber o mesmo tratamento que os outros. Os outros abriram mão do tempo? Eu só quero ser tratada da mesma forma. É uma pergunta que tem total relação com aquilo que V. Exa. estava fazendo. Os outros tiveram essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas aí é uma questão de ordem, não é uma pergunta.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor está indeferindo, então?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estou indeferindo.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Está bom...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo agora para a nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata.

Antes, porém, quero salientar que eu não fiquei satisfeito com nada que o nosso depoente falou aqui hoje, mas espero que, ao final do relatório, possamos chegar à verdade, sem que ele tenha...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Acho que ele não terminou de falar a lista...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele falou? Não? A Deputada pergunta...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Ele foi interrompido quando estava respondendo, Presidente. V. Exa. devia ter insistido...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, por favor, eu vou fazer uma questão de ordem na condução desses trabalhos, e V. Exa. me perdoe a crítica.

Ao Presidente cabe ordenar os trabalhos, e a forma como V. Exa. está conduzindo, na minha modesta opinião, está fugindo ao ordenamento normal, regimental das CPIs. A CPI tem uma ordem. V. Exa. pode usar da palavra antes da Relatora, não há problema algum, mas V. Exa. atribuiu a si um novo formato de trabalho, em que as pessoas perguntam, e discrimina ao dizer "dois de cada lado". Isso não está no Regimento e, então, cria, em certa medida, involuntariamente, uma questão de desordem, me permita essa crítica.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, a Presidência...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, espere, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Presidência pode mudar o rito dos trabalhos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, não pode. Não pode, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero é celeridade!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Desde que com isonomia, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero celeridade! Eu quero celeridade nos trabalhos. Nós temos outra depoente...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, Sr. Presidente, me desculpe, me desculpe...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós temos outra depoente. Nós temos que dar celeridade...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Desculpe-me, Presidente, mas há uma ordem de trabalho definida regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra V. Exa. agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu sei que interessa a muita gente fazer a confusão, mas nós temos uma investigação, e uma investigação que tem uma linha. V. Exa. contribuiu muito. Eu anotei tudo o que foi respondido, como anoto da oposição, do Governo, seja de quem for. Agora, dentro dessa linha de investigação, a primeira afirmação, que eu queria deixar clara, é que a empresa não está sendo investigada pelo seu tipo de negócio. Os disparos, como um negócio, no Brasil, não são proibidos. Nem na última eleição era proibido. Naquela eleição de 2018 – já que nós estamos voltando a essa discussão –, o disparo coletivo era absolutamente permitido, desde que constasse na prestação de contas de cada candidato. O que se discutiria era se o conteúdo desses disparos se caracterizaria como propaganda eleitoral de cada candidato ou como uma propaganda contra outro candidato, com mentiras, com difamação, etc. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é que, além disso, a lei determinava que os disparos pudessem ser feitos por cada candidato com um cadastro fornecido por esse candidato, que seria em tese um cadastro partidário. A Deputada Caroline de Toni poderia, utilizando-se dessa empresa ou de qualquer outra, fazer disparos coletivos fornecendo um cadastro vindo de sua campanha, de seus eleitores, do que foi cadastrado no seu partido, dos filiados de seu partido. Nada disso é contra a lei, desde que ela, na prestação de contas dela, estivesse usando, determinando ou prestando contas desse valor que foi usado para esse serviço e para essa empresa.

No entanto, aqui, o senhor deixou algumas perguntas sem resposta... Eu não diria sem respostas, mas com respostas que intrigam o conjunto dos Srs. Deputados, porque aqui já foi afirmado: ninguém entende como é possível fazer os disparos sem CPF do *chip*, sem a existência inicial de um CPF.

Eu também queria lhe perguntar, a respeito da sua empresa, em outra direção. O senhor disse que se tratava – apresentou ali – de um grupo de empresas: a Yakows, a Kiplix, a Deep Marketing e a Maut, e afirmou que se tratava de empresas do grupo. Só que, do ponto de vista contratual, essas empresas têm CNPJs diferentes uns dos outros. Uma empresa, que é a Yakows, tem como sócios – eu queria que V. Exa. confirmasse – Flávia Alves e Lindolfo Antônio Alves Neto. O senhor confirma?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Confirmo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A empresa Deep Marketing tem um determinado CNPJ: 13.394.053/0001-86. Já a empresa Deep Marketing Ltda. tem também, nesse quadro de sócios, o senhor e a sua irmã, Flávia Alves, certo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Já na Kiplix o senhor é sócio de uma outra pessoa, o André Martins Simões.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desculpe, é a Deep Marketing.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A Deep Marketing?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – André Martins Simões?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Confirmo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

Já na Kiplix, que é a quatro, o senhor novamente tem como sócia a Flávia?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E, além disso, o senhor tem também uma outra empresa que foi citada aqui, a Maut, cujos sócios são... O senhor podia dizer o nome dos sócios?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Maria de Lourdes Alves e Flamarion Alves.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Que são seus pais? Ou é sua mãe e seu irmão?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Minha mãe e meu irmão.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pois é, mas todas elas têm CNPJs diferentes?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Constituindo-se diferentemente do que um grupo econômico se constitui.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – No meu entendimento, Excelência, um grupo econômico é uma empresa que faz negócio entre si. É esse o meu entendimento e baseada nisso foi a minha resposta.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas não como o entendimento da lei. A lei define grupo empresarial, grupo de empresas que pertencem ao mesmo grupo de maneira diferente.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então, registre-se, eu não sei bem o porquê desse movimento, talvez até seja uma questão fiscal, tributária, uma burla tributária. Isso nós vamos ver em outro tipo de infração.

Mas aqui, de uma maneira muito especial, a sua empresa foi acusada – e o senhor já respondeu na Justiça trabalhista – por um funcionário que o acusou aqui praticamente de trabalho escravo. Nós não estamos aqui para analisar essa acusação trabalhista em relação à sua empresa, no entanto eu queria lhe perguntar: quantos funcionários trabalhando na Yacows antes, durante e depois do período eleitoral de 2018?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Por volta, anterior a 2018, período eleitoral, cerca de cem.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Cem.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Durante as eleições, nós tivemos por volta de 250 pessoas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas veja bem, o senhor falou ali na sua apresentação que chegou a ter no grupo... O que dificulta analisar, porque nós estávamos chamando aqui para discutir a Yacows... Então, o senhor apresentou ali cerca de 600 funcionários.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Quinhentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito: dos nove anos, desde a criação da empresa...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Desde a criação, não foi durante...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – ... já passaram mais de 500 funcionários. Foi isso a que eu quis me referir, Excelência.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A fala do Sr. Hans disse que a Yacows tinha, naquele momento, durante o período eleitoral, enquanto ele esteve lá, cerca de mais de 500 funcionários naquele momento eleitoral. O senhor confirma isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não confirmo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

Quem exercia as funções de diretor, gerente, supervisor, coordenador e operador no período eleitoral? Se possível, os nomes completos.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Obviamente, eu, Lindolfo Alves, era um executivo da empresa, sócio; a Flávia, na sua parte administrativa, também era sócia. Não me recordo exatamente a hierarquia. Passaram-se muitas pessoas nesse período e, até hoje, há mudança do quadro de funcionários, ela foi constante. Não saberia lhe responder neste exato momento quais eram as pessoas no quadro operacional, Excelência.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Porque no processo trabalhista e aqui, foram citadas pessoas com quem o Sr. Hans trocou mensagens, e ele não soube declinar o sobrenome de cada uma dessas pessoas. Aliás, ele nem lembrava quais eram as funções. Chegou a se lembrar da função de uma moça, se não me engano de nome Sabrina, que seria do RH. O senhor confirma isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, ela era uma pessoa, na verdade, da parte administrativa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

O senhor disse que acha que... Usou a expressão grupo econômico em relação a essas empresas em função de que elas trocavam serviços entre si. Essa é uma função muito vaga, porque, senão, qualquer empresa e agência de publicidade que trocasse um serviço de contrato com o senhor poderia ser considerada do mesmo grupo. Mas quando o Hans vai à Justiça do Trabalho, ele se diz surpreso, porque, apesar de ter feito uma ação contra a Yacows, ele se vê diante de três ou quatro advogados empresarias da Deep Marketing, da Maut; ou seja: quem, afinal, o havia contratado? Chegou até a falar que havia um advogado da AM4. Quem, afinal, o contratou?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A Maut o contratou, Excelência.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A Maut contratou.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Isso.

Como acredito que ele tenha se equivocado também – após diversos contatos no nosso departamento pessoal, não compareceu à empresa nem para assinar os documentos de demissão –, ele provavelmente se equivocou por qual empresa ele tinha sido contratado e qual era a empresa dentro desse grupo econômico.

Referente a todas as empresas que ele cita, acredito eu que por dois motivos: primeiro que dentro da empresa todos sabem da existência de todas as empresas. Temos até grupos de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunicação com o nome Grupo Yacows, com os nomes das empresas. E, segundo, sobre por que talvez ele tenha citado, eu acredito que, quando nós fizemos o acordo trabalhista, dentro desse acordo trabalhista, acredito que advogados, por questões jurídicas – desculpe –, tenham colocado os nomes de todas as empresas no papel que ele assinou.

Se eu não me engano... Qual é a última pergunta? Perdão.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – É por que ele... Eu tinha perguntado qual empresa o contratou.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Maut. O.k.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas ele fez uma ação contra a Yacows. Ele disse aqui ter sido contratado pela Yacows.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Eu acredito que ele se equivocou e, obviamente, acredito eu que... Eu não posso explicar por que o advogado dele decidiu entrar contra a Yacows, se todos os registros, holerites tinham sido feitos em nome da Maut. O distrato do contrato, na Justiça do Trabalho, foi feito em nome da Maut.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A Yacows é contratada diretamente para o disparo de mensagens?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Grande parte, sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E, além disso, o senhor tem contrato terceirizado, ou seja, outras empresas, agências de publicidade contratam, fazem o contrato, tanto empresarial quanto no período de campanha, com o senhor?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor poderia dizer quais as empresas que fizeram o contrato com o senhor nesse período, as empresas de publicidade?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Empresas de publicidade eu teria que levantar, não me vem à...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor poderia nos enviar, enviar à CPMI o nome dessas empresas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Por orientação do advogado, não vamos enviar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Muito obrigado.

O senhor também se colocou contrário à informação dada pelo Hans de que havia, de que ele trabalhou, de que teve contato com um cadastro – foi assim que ele usou o nome – de CPFs de 10 mil idosos para habilitação de linhas celulares. Ele chegou até a definir o prazo: pessoas nascidas entre 1933 e 1953, se não me engano, ou seja, de pessoas acima de 65 anos. De que forma o senhor adquiriu esse cadastro? Como o senhor tinha acesso a esse cadastro, ele existia?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço esse procedimento, Excelência.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor nega, portanto, a existência de um cadastro com essa característica, com esse detalhamento feito pelo Hans?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A empresa não se utiliza desses artifícios. Como nós mostramos, nós não precisamos. Pela conta aqui nós conseguimos usar uma linha sem o cadastro de quem quer que seja, ou o CPF.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Como é essa infraestrutura? O senhor mostrou ali, mas eu queria que repetisse: como é a infraestrutura para a realização dos disparos?

Quantas linhas de celulares estão habilitadas para a realização dos disparos?

Essas linhas estão habilitadas em nome da empresa, de algum de seus sócios?

Como é que se dá esse processo de habilitação dessas linhas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito, vamos lá.

O procedimento operacional: a pessoa se cadastra na plataforma, correto? Nisso ela deixa nome, CPF, CNPJ, endereço, cria seu usuário e senha e confirma esse cadastro.

Entrando na plataforma, ela faz o *upload*, ou seja, envia para a nossa plataforma os números dos destinatários os quais ela deseja que receba essas mensagens. Esse é praticamente o segundo passo depois do cadastro.

O terceiro de passo é, de fato, ela criar essa campanha, seja pelo WhatsApp, SMS ou qualquer outro meio. Ela coloca o seu conteúdo, de acordo com o público que ela deseja alcançar, e envia. Então, isso, do ponto de vista do cliente, é o procedimento realizado.

Após isso, na nossa plataforma existe um painel operacional no qual os operadores podem fazer o *download* de acordo com a ordem de cadastro e prioridade que a plataforma define, e, dentro dos celulares, eles podem fazer os envios dessas mensagens. Então, dando como exemplo o WhatsApp, no celular, ela pega esse aparelho, há aquele processo do cadastramento da linha, sobre o qual nós falamos como é feito, e, após isso, ele configura o WhatsApp e faz os envios para esses destinatários que estão na agenda, que são os destinatários das campanhas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Essa plataforma, portanto, é o principal produto que a sua empresa oferece aos clientes – as plataformas Bulk Services e maestro?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – O maestro é uma plataforma que não existe. Na verdade, era um apelido interno – só para deixar claro – do painel operacional. Respondendo à pergunta: a Bulk Services, sim, é a plataforma de *marketing* direto e é o principal produto.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E o senhor acabou, portanto, de explicar como é que o cliente acessa a Bulk Services?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeitamente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Só mais um pouquinho aqui.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Claro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sobre o cadastro de *chips*, de telefones, pergunto novamente: como eram feitos? Quem participava desse cadastramento de *chips*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito. O cadastramento dos *chips*, como nós mostramos até no vídeo, é feito pelos operadores, que nós chamamos, de acordo com determinada campanha, quantas mensagens precisam utilizar, para quem precisa...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Operadores, no caso – desculpe-me interrompê-lo –, o senhor está utilizando no sentido daquelas pessoas que trabalhavam na empresa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Trabalhavam e trabalham atualmente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Trabalhavam e trabalham. Então, o Hans era um desses operadores?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exato.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – As operadoras utilizadas nos disparos foram todas as operadoras: TIM, Vivo, Claro?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Cada uma com o número máximo de quatro *chips*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desculpa, como assim quatro *chips*?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Cada operadora dessa o senhor usava?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não. Na verdade, tinha a quantidade "x" necessária para enviar às campanhas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Em cada uma das operadoras.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Na verdade, eram diversos *chips* de diversas operadoras. Eu acredito que a senhora queira se referir à questão de CPFs por *chip*. Como nós não usávamos CPFs e não usamos CPFs no cadastro, conforme nós demonstramos aqui no vídeo, não existe essa limitação. O.k.?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Em relação às linhas habilitadas em outros países para o envio de disparo, o senhor poderia explicar a esta Comissão como tais números foram obtidos e como se dá a infraestrutura para a sua utilização no Brasil?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Claro. Existe, mundo afora, a tecnologia que nós chamamos de Voz sobre IP, que o pessoal conhece como VoIP. Existem diversas plataformas em que você pode pegar uma linha dessa, que é uma linha virtual internacional, e pode realizar todo o processo de cadastro no WhatsApp, ou seja, não é um *chip* que está sendo utilizado. Ele nem é um *chip* de fato. Ele não é fisicamente um *chip*. Ele não é inserido dentro deste celular. Nós, simplesmente, usamos o segundo passo daquele vídeo que foi mostrado, que é realizar o cadastro de acordo com o número dado pela plataforma. Nós pegamos e inserimos no WhatsApp, recebemos dentro dessa plataforma o código e prosseguimos aí com o envio das campanhas dos clientes.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A quem pertencia o telefone: (011)98915-5543?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eles foram assumidos aqui pelo Hans que eram dos supervisores de sua empresa.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Da Yacows.

E o (11)9985-3203 e 36?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Esse é meu número pessoal há 15 anos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O seu número pessoal.

E (11)98608-8432?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Segundo ele... Aliás, eram do grupo da diretoria, todos esses números eram números de diretores de sua empresa – seu, de sua irmã e de mais algum diretor.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não, o telefone da minha irmã é outro, que não está listado aí.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Quando, em que mês e ano, Hans River foi contratado?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Olha, desculpa não saber exatamente, mas provavelmente entre fim de julho e início de agosto – não mais do que fim de agosto e início de setembro. Nós podemos verificar isso para disponibilizar essa informação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – O número que eu sei...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Essa contratação acontece com algum tipo de seleção ou algum nível de indicação de empresa, do que for?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – No caso específico do Hans, nós contratamos uma consultoria para nos ajudar a fazer a seleção à qual ele se candidatou e, após aplicados alguns testes e a pessoa tendo aptidão para executar o que nós precisamos, eles são passados para fazer uma seleção mais assertiva, juntamente com ou o gerente da área ou alguma outra pessoa que requereu essa vaga dentro da empresa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor pode dizer o nome completo de Daniel Hugo e Sabrina? São funcionários da Yacows?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sabrina... Meu Deus... Posso checar isso – Alcântara Machado, se eu não me engano.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E Daniel Hugo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – O Daniel Hugo, desculpa, desconheço.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Qual a relação de Richard William Lucio com a Yacows?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – O Richard? Richard William Lucio é o nome completo dele?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Richard William Papadimitriou Lucio.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ah, o.k. Ele é gerente de vendas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Gerente de vendas.

Para mim... Inicialmente... Se eu sentir necessidade de fazer outra pergunta depois, eu farei. Muito obrigada, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Rui Falcão, do PT, de São Paulo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODEMOS - MT. Pela ordem.) – Presidente, a Secretaria já está com a lista dos telefones?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Deputados, Senadores, Sr. Lindolfo Alves, boa tarde.

Eu queria começar, Presidente, Sra. Relatora, esclarecendo questões que muitas vezes não ficam claras. Primeiro que o envio de mensagens instantâneas geradas pelos candidatos ou pelas coligações na campanha de 2018 já estava regulamentado pela Lei nº 9.504, de 1997, e pela Resolução nº 23.551, de 2017. A regra geral válida é que o envio poderia ocorrer por base de dados do partido, desde que cadastrados legalmente.

A campanha Lula-Haddad, de 2018, realizou envio de mensagens instantâneas, obedecendo a essa regulamentação. Para tanto, contratou a empresa M. Romano Comunicação, que era responsável pela criação e gerenciamento estratégico de toda a publicidade da campanha presidencial. O senhor sabe que essas empresas cuidam basicamente de tudo numa campanha. E esse contrato está na prestação de contas nossa no TSE, pode ser lá verificado.

A empresa M. Romano subcontratou, porque o seu contrato autorizava isso, a empresa Um Por Todos Digital, que era uma empresa de conhecimento dessa agência, que já havia prestado anteriormente serviços para ela e tinha condições técnicas de enviar essas mensagens legalmente autorizadas. No entanto, em três oportunidades, a Um Por Todos subcontratou a Yacows para efetivar disparos.

Então, eu tenho aqui os disparos que foram enviados. São três disparos basicamente: um em 15/08, foram 100.343 envios; outro em 11/09, quando o Presidente Lula, até então candidato, foi substituído pelo companheiro Fernando Haddad, foram 99.970 envios. A primeira era: "Lula candidato, sim!". Note bem, em 15/08, até então Lula era candidato. A segunda foi: "Agora Lula é Haddad Presidente". E a última mensagem, com 299.868 envios: "Lula tem um pedido especial para você", propaganda eleitoral autorizada. Foram essas as relações que a campanha Lula-Haddad teve com a empresa Yacows, que tinha sido contratada terceirizadamente pela agência que prestava serviço para a campanha. Portanto, tudo dentro da lei, com prestação de contas aprovada.

Dito isso, eu queria agora dirigir algumas perguntas ao Sr. Lindolfo Alves.

Eu queria saber se a empresa AM4, que era a agência oficial da campanha à Presidência de Jair Messias Bolsonaro, em algum momento, contratou serviços da Yacows ou alguma das empresas da família.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – A empresa AM4 usou os serviços da plataforma Bulk Services?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor se lembra de quantas mensagens foram enviadas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Por volta de 900 mensagens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Para quantas pessoas? O senhor tem o registro disso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Para 900 destinatários, 900 pessoas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quem forneceu esse cadastro?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A agência provavelmente. Nós não tocamos...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – A agência do candidato Jair Messias Bolsonaro?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exatamente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Qual o conteúdo dessas mensagens?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não sei te responder no momento.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Por acaso o senhor se lembra... Aqui quem disse isto foi o Sr. Hans River. Então, vou perguntar...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Claro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – ... porque ele deixou inclusive uma foto, que é algo que dizia o seguinte: "Urgente! Marcelo Odebrecht delata Fernando Haddad". Embora isso não pudesse ser entendido talvez como *fake news*, mas isso era proibido pela lei eleitoral, que é imputar fato negativo a um dos candidatos. O senhor se lembra dessa mensagem?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não me recordo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Foi veiculada pela Bulk Services. Tenho aqui a foto. O senhor não se lembra, mas eu tenho aqui o documento.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Tá. Não me recordo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Matéria que foi publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* e pelo site UOL, em 26 de outubro de 2018, informa que foram apagados os registros de disparos realizados pela AM4 na plataforma Bulk Services. Os dados foram apagados após a publicação da reportagem da *Folha*, em 18/10, intitulada "Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp". O senhor sabe por que esses dados foram apagados?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço. Quando a pessoa faz o cadastro dentro da plataforma, ela é dona daquele cadastro, daquela campanha, ou seja, ela pode fazer alguma alteração.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Foi a própria AM4 que apagou ou foi a Bulk Services?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Matéria publicada, no dia seguinte, pelo *Valor Econômico*, em 27/10/2018, informou que a AM4, empresa responsável pela estratégia digital da campanha de Jair Messias Bolsonaro, notificou extrajudicialmente a Yacows e a Kiplix também, que é de sua propriedade, sobre as razões, notificou as suas empresas sobre quais as razões tinham levado essas empresas do senhor a apagar os registros dos disparos feitos pela campanha de Bolsonaro. Essa notificação aconteceu?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Aconteceu.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – E qual foi a resposta?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nós não respondemos, acredito eu.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não responderam, mesmo sendo notificados extrajudicialmente, não?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Acredito que não. Tenho certeza de que não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Na matéria... O senhor não sabe, não é?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Na matéria, a AM4 alega que não foi responsável por apagar os registros e que, abro aspas, "é preciso perguntar aos administradores da plataforma, cuja relação com a Yacows desconhecemos, para saber quem deletou a mensagem, que, repetimos, nada tinha de irregular", fecho aspas. Se não há nada de ilícito, segundo a AM4, por que o conteúdo foi apagado afinal?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito. Isso tenho que verificar, porque nós desconhecemos por que foi apagado ou quem apagou.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor não sabe também?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Foram realizados outros serviços para a AM4 por fora da plataforma Bulk Services?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Disso o senhor tem certeza. Do resto o senhor não sabe?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exato.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Que tipo de serviços foram fornecidos para a AM4, empresa que trabalhou na campanha de Jair Bolsonaro?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ela contratou a Bulk Services, um plano que nós chamamos de 20 mil disparos...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – De quê?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – De 20 mil disparos, 20 mil envios de mensagens, no qual utilizou apenas 900.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – A Kiplix fez campanha também para a campanha de Jair Bolsonaro?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Só uma questão, a Yacows e todas as empresas do grupo, nós não fazemos campanhas para ninguém.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sim, mas prestou serviços?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nós fomos contratados.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Prestou serviços.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A única empresa que prestou serviços foi a empresa na qual nós emitimos nota.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quem pagou?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A própria empresa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quem?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A AM4.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – A AM4 pagou, tem nota?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exato.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Foi só a Yacows que prestou serviço para a AM4?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não sei exatamente com qual CNPJ saiu a nota fiscal. Tá?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quer dizer, há um cipoal de empresas que dificulta o conhecimento, dificulta a emissão de notas, dificulta saber quem pagou. É isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não, não. Nós podemos disponibilizar para vocês esses dados.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Então, eu pergunto novamente, a título de retificação ou não pelo senhor: o senhor, para colaborar com o CPMI, estaria disposto a enviar toda a documentação e, portanto, nos dar acesso ao seu sigilo bancário, fiscal, telemático e telefônico?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – De acordo com o meu advogado, não posso liberar isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eu queria ouvir isso de novo, porque é importante que a gente tenha noção disso, não é?

Agora, eu tenho outras perguntas. Por exemplo: das 72 empresas que o senhor citou ali como clientes, e também dos objetivos das empresas coligadas, em nenhum momento fala de nenhuma empresa dessas mencionadas e também nada referente a campanhas eleitorais ou a prestação de serviços para candidatos ou candidatas. É uma omissão, esquecimento, são pequenos clientes?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Na verdade, nós disponibilizamos isso para vocês.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, não; mas ali quando o senhor mostrou não estava a Havan, por exemplo, mas havia várias empresas grandes e não havia nenhuma menção a outras empresas.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Certo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Nenhuma ligada a campanhas eleitorais...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Na verdade essa foi uma...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – ... agências?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desculpa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mas há, não é?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – O quê?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Algumas dessas empresas a que o senhor prestou serviço não constam ali do portfólio.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nós temos mais de 8 mil clientes. Então, na verdade, aquela é uma apresentação de *marketing* pronta.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor apresentou os maiores só, não é?

Eu queria saber se a Red Telecom Ltda., CNPJ 20.098.734/0001-62 é de sua propriedade ou de alguém da família?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Porque ela não foi mencionada?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Porque ela não foi alvo de citação aqui. Então, entendo que nós trouxemos os dados pertinentes ao que foi solicitado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O que faz exatamente a Red Telecom?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ela é uma empresa de telefonia corporativa fixa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Essa empresa adquiria os *chips*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quem adquiria os *chips*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – As empresas que trabalham com a plataforma Bulk Service.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Todas? Todas as empresas do grupo adquiriam *chips*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Basicamente a Yacows, a Kiplix e a Maut.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor nega ou confirma que havia uma lista ilegal de CPFs de pessoas com idade nascidas entre 1953 e 1962, inclusive algumas que teriam morrido, segundo afirmação do Sr. Hans River, o senhor nega isso? Isso nunca ocorreu?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor desconhece; não nega. Não é? Desconhece?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não nega?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – No momento eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à Deputada Carolina de Toni.

Antes, porém, o nobre depoente solicitou aqui que quer ir ao toalete.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO – Obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, Deputados e Senadores, Sr. Lindolfo, seu advogado, José Diniz Júnior.

O senhor comentou aqui, Sr. Lindolfo, o modo como a sua empresa trabalha, como ela presta serviço. Relatou aqui extensamente como se daria essa ativação dos *chips*. Sobre isso, ainda restaram dúvidas no procedimento porque o senhor comentou que a ativação dos *chips* não é feita por meio de um cadastro, via CPF.

Mas ela é feita com dois telefones – não é? – por meio... A ativação do WhatsApp no *chip*, ela é feita por meio de dois números. Como o senhor falou que compravam esses *chips* pré-utilizados, esses *chips* pré-utilizados já não estavam ativados? Aqui é no caso dos *chips* que o senhor comprava usados, porque o senhor disse que tinha vários fornecedores: bancas de jornais, fornecedores das operadoras. No caso dos *chips* já utilizados, eles já não eram ativados?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Provavelmente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Passavam por esse procedimento, daí, ou não?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Alguns, sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Por quanto tempo vocês usavam os WhatsApps ativados dessa forma que o senhor relatou no seu vídeo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Até o momento em que a linha é bloqueada pelo sistema de *spam* da ferramenta.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Por quanto tempo um WhatsApp ativado dessa forma permanece funcionando? O senhor sabe informar?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Por volta de quinze minutos, dez minutos, às vezes mais, às vezes menos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Normalmente eles enviam, pedem para enviar um SMS para confirmar. Como é que vocês fazem nessa forma?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Esse é o processo cadastral do recebimento do SMS. Perfeito? A sua pergunta, se não me engano, é quanto tempo dura essa linha. Correto?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tá. O senhor ativa o WhatsApp para poder utilizar o WhatsApp para disparar as mensagens?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Nessa ativação, o senhor não precisa ativar o *chip* necessariamente, não é?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ele já foi previamente ativado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não precisa de um CPF vinculado para ativar o *chip*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Como nós mostramos aqui, é perfeitamente possível receber os códigos de ativação do WhatsApp sem utilização de nenhum cadastro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Via SMS?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Recebe o código de confirmação do WhatsApp, via SMS. Perfeito.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Sem estar ativada a linha?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Conforme nós mostramos no vídeo. Então, sim, é perfeitamente possível.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então, os *chips* eram usados apenas para ativação do WhatsApp, via SMS? Certo? Foi o que o senhor falou.

Após esse uso, você fala que eles eram descartados pela empresa. De que forma era feito o descarte?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Lixo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Eles chegam a ser revendidos ou bloqueados junto à operadora ou destruídos?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Eles estão bloqueados. Então, vão para o lixo, lixo mesmo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não eram destruídos ou devolvidos para a operadora?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E nem reutilizados?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Também não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E nem revendidos?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Também não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Se os *chips* eram descartados sem serem ativados, os números correspondentes a essas contas de WhatsApp não existiam de verdade. Correto?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Na verdade, após a utilização... Tiramos a parte cadastral, ativamos a linha do WhatsApp, estamos utilizando a linha do WhatsApp. O WhatsApp vai pegar, em determinado momento... vai bloquear o uso dessa linha. Logo, a gente não consegue mais utilizá-los. Simplesmente, perdemos. Aquele *chip* que tinha aquele número também perdemos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Por quanto tempo o senhor disse que ele fica ativado?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Entre cinco a vinte minutos. Depende de uma série de fatores.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E nesse tempo vocês conseguem fazer o disparo das mensagens?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, algumas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Se não conseguir, desativa e joga fora, no caso. Basicamente, é esse o procedimento?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Basicamente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Se o *chip* for bloqueado ou ficar inativo por muito tempo, a operadora normalmente vende o número para outra pessoa e se essa pessoa instala o WhatsApp, vocês perdem a conta. Certo? Vocês perdem já em vinte minutos pelo que o senhor falou.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Nesse sentido, como vocês lidavam com muitos números sem *chip* ativo... Supõe-se que a perda das contas de WhatsApp era ativada de tal forma, aconteceria com certa regularidade. Isso acontece normalmente? Por exemplo, de *chips* que vocês já tinham pego emprestados, usados, quando você reativa o WhatsApp, esse WhatsApp pertenceu a outra pessoa, correto? No caso de *chips* usados, de outras pessoas.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Pode ser que sim, pode ser que não, porque a quantidade de números disponíveis hoje é gigantesca. São milhões e milhões e milhões de números. Então a probabilidade é bem pequena.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Você reconhece que nesses *chips* usados que vocês compravam, poderia haver *chips* ainda ativos?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ativos em que sentido? Ativos no WhatsApp?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Exato.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A partir do momento em que você usa uma linha que porventura estivesse habilitada em um outro dispositivo, o WhatsApp pede o processo de registro novamente. Logo, se você detém o *chip*, o número está apto a receber o código de confirmação do SMS, você vai utilizá-lo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O senhor confirmou aqui, na fala do Deputado anterior, ele perguntou se o senhor prestou serviço para a AM4. O Sr. Rui Falcão que perguntou, fez essa pergunta. O senhor chegou a fazer disparos para o Deputado Rui Falcão?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A empresa fez envios, sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Porque eu tenho aqui uma divulgação de candidaturas e contas eleitorais, em que consta inclusive o nome do Deputado. O senhor sabe precisar o valor dos disparos contratados?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não. Teria que fazer esse levantamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas confirma que foi prestado o serviço.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Há algum outro Deputado desta Comissão que tenha utilizado os serviços?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A lista, nós entregamos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Entregaram aqui na CPI?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim. A lista...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Ah, e foi entregue quando?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Por gentileza, eu gostaria de uma cópia dessa, enquanto eu faço minhas considerações.

O senhor conhece Marcos Aurélio Carvalho?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O Sr. Alexandre ou o Sr. Magno? Que tenha vinculação com esse Marcos Aurélio Carvalho, que o senhor desconhece?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço. Por nome...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor sabe dizer... Não tem conhecimento então de que eles são proprietários da AM4?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor já esteve na sede da AM4?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nunca.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Os proprietários já o visitaram na sua empresa?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor afirmou que já teve uma relação comercial; poderia declinar como foi essa relação comercial?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Veja, nós fazemos a venda pela internet. Logo, uma pessoa que está interessada vai nos achar em alguma mídia, nós fazemos propaganda em diversos meios. Eles vão ligar, nossa equipe de vendas vai proceder com toda a parte de cadastro da empresa e as questões financeiras, comerciais, para serem realizados os pagamentos. Após isso, havendo a confirmação, ele vai pegar, e vão ter acesso à plataforma, com os devidos créditos, que nós chamamos, para efetuar os disparos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor falou que a AM4 teria solicitado disparos da sua empresa; mas eu estou aqui com uma nota publicada pela empresa em 2018, ainda em outubro, final das eleições, quando veio, quando surgiu essa alegação. E nessa nota inclusive, há uma reportagem da própria *Folha de S.Paulo*, da data inclusive de novembro de 2018, em que há tanto essa nota quanto a fala da empresa, em que ela afirma que jamais utilizou qualquer banco de dados comprados para fazer disparos de WhatsApp por considerar a tática invasiva e, por isso mesmo, ineficiente. No caso de campanhas eleitorais, é ainda pior por constituir ilegalidade.

Já foi esclarecido também que o serviço contratado pela AM4 no dia 13 de setembro de 2019 foi para o envio de tão somente 8 mil mensagens para celulares de doadores de campanha previamente cadastrados para informar mudança no telefone de suporte. A cópia dessas mensagens e a nota fiscal de serviço no valor de R\$1.680 provam isso. A AM4 notificou extrajudicialmente a empresa responsável pelo sistema, Yacows, para que essa preste esclarecimento sobre o suposto pagamento de registros, se a informação procede e, em caso afirmativo, por que interesse do efetuado.

Quem teria contratado os serviços que o senhor alega que foram contratados? Qual pessoa da sua empresa contratou e qual pessoa da AM4 teria entrado em contato, então? O senhor desconhece os proprietários?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço quem são os proprietários. Veja, se eu não me engano, se eu interpretei certo, V. Exa. disse que a empresa foi contratada. Não. Nenhuma empresa do grupo foi contratada para fazer absolutamente nada. Eles contrataram a nossa plataforma Bulk Services, diante de alguns dos nossos CNPJs, e realizaram esses disparos, tá?

Sobre os registros, nós acreditamos que todos os clientes possuem seus registros de acordo com a lei. E eles que realmente fazem o *upload*, o envio dessas informações para a plataforma. Eles são os responsáveis.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tá. O senhor tem o contrato referente a uma nota, como comprovar esses serviços prestados, solicitados pela AM4?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Posso checar se tenho o contrato, mas houve a emissão da nota fiscal e o pagamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor trouxe a esta CPMI esse documento?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nota fiscal, sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Ela está onde? Está disponível hoje? Foi disponibilizada hoje? Qual o valor dessa nota?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Por volta de mil e poucos reais.
A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo. E foi para que tipo de serviço?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Envio de mensagens de WhatsApp.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor falou que desconhecia o conteúdo. O senhor sabe qual o conteúdo, se foi mudança de número, como afirmou a AM4?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Mudança de número... Ah, o.k. Desculpa. Sim. Desconheço o conteúdo da mensagem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E o banco de dados utilizado para enviar foram eles que forneceram?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Eles que forneceram. Desconheço de onde obtiveram.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas foi para quantas contas? O senhor confirmou?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Por volta de 900 destinatários, ou seja, 900 números de telefone, 900 pessoas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Que eles forneceram, no caso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exatamente

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor tem, possui... O senhor fez algum trabalho para o candidato à Presidência do Partido dos Trabalhadores?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Através de uma agência, sim, foi feito.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Qual foi o valor da contratação?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Preciso checar aqui os valores.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas em média?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Esse eu desconheço. Desconheço.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor ou sua esposa tem alguma proximidade, vínculo de amizade com candidatos ou com o próprio Partido dos Trabalhadores?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Nem filiação partidária?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor sabe precisar qual foi o valor de prestação de serviço feito ao então candidato Meirelles, em média?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Se eu não me engano, por volta de R\$2 milhões.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Durante a campanha eleitoral, não é?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Durante a campanha eleitoral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Todos os valores prestados à Justiça Eleitoral.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Prestados.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – De todos os candidatos à Presidência da República, todos foram prestados contas à Justiça Eleitoral?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Os que não foram contratados diretamente, sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Na pré-campanha, os senhores prestavam serviço aos candidatos? Como é o tipo de contratação numa pré-campanha?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Preciso checar. Não me recordo. (*Pausa.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluiu, Deputada? (*Pausa.*)

O próximo orador inscrito...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente, art. 14. Pela ordem. Art.

14.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para explicação pessoal.) – Eu fui citado pela Deputada, e, invocando o art. 14, queria agradecer a menção que ela fez, e o depoente confirmou, de que eu utilizei, durante a campanha eleitoral, de forma legal, os serviços da empresa Maut. Eu tenho em meu poder o recibo, a declaração prestada pela Maut, a nota fiscal, todos os cheques com que paguei, todas as mensagens que foram disparadas, todas legais, todas durante a campanha, e, se alguém, depois, tiver interesse, também posso disponibilizar. Então, achei...

Eu queira agradecer, Deputada, porque me deu a oportunidade de, quando o nome é jogado ao ar, para quem está havendo parece que houve, "ah, descobrimos o cara do PT e tal!"... Como eu disse antes, eram serviços legais...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone.*) – É a sigla. É a sigla que leva a constranger.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para explicação pessoal.) – Como eram serviços legais, eu utilizei, nem sabia qual era essa empresa Maut, fiquei sabendo depois que havia essa ligação, e eu tenho tudo documentado e impresso, em meio eletrônico. Se um dia a CPMI viesse a requisitar, estaria disponível.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Eu gostaria de saber, só para entender...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para explicação pessoal.) – No valor de R\$8 mil.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... qual a... A AM4... Ele disse que o Presidente teria, o PSL que contratou... Quem contratou por parte da campanha do Presidente, o nome da pessoa que negociou, que contratou os serviços?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desculpe-me. Desconheço neste momento. Podemos checar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas qual o CNPJ de suas empresas que foram contratadas? Qual empresa prestou o serviço?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nós temos a nota fiscal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – A Yacows?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Eu não me recordo. Uma das empresas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não, o senhor falou que era um disparo. Eu gostaria de saber qual empresa foi contratada do senhor.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Preciso checar. Foi a Yacows ou foi a Kiplix ou foi a Maut, uma das três.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas como o senhor tem conhecimento, então, se o senhor desconhece quem contratou e quem foi contratado?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não, não. Quem contratou foi a AM4, uma dessas três empresas que são minhas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E como isso chegou ao seu conhecimento?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Após a reportagem da imprensa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Carlos Jordy, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É Jordy. Só uma correção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Desculpe-me, vou botar um acento na próxima. (*Risos.*)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Lindolfo, recentemente, na semana passada, na verdade, o Sr. Hans River, que trabalhou na sua empresa, depôs... Aqui ele fez declarações, digamos, bombásticas, que até incomodaram muito o pessoal da oposição, o pessoal da esquerda, que queria que ele, na verdade, falasse a respeito de uma possível utilização dos seus serviços para envio de mensagens de forma ilegal pelo Presidente da República, e ele negou. Ele falou que não fez campanha para Jair Bolsonaro e falou que fez para o PT. Inclusive, ele até destacou aqui que havia feito para o Deputado Ruy Falcão, e aí muitos até falaram que ele estava cometendo calúnias, mentiras, que ele cometeu falso testemunho, e aí eu fui me aprofundar nisso.

Peguei algumas reportagens e tem uma reportagem do UOL, de 26 de outubro de 2018, que fala que o PT usou o sistema de WhatsApp. E, ainda nessa reportagem, diz-se que uma das agências que presta serviços à campanha de Fernando Haddad também confirma que usou o sistema da Yacows de disparos de mensagens pelo WhatsApp, mas afirma que usou somente contatos do próprio PT.

Você confirma essa informação de que só usou contatos do próprio PT ou utilizou contatos da base de dados que vocês fazem, que eu não sei se vai pelo caminho da ilicitude ou se é um banco de dados de clientes que vocês têm...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço de onde veio essa base, mas nós não fornecemos.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Tudo bem.

E, na mesma reportagem, diz aqui:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurada pela reportagem, a agência de comunicação digital Um por Todos encaminhou nota onde afirma que foi contratada pela agência M. Romano, relacionada na prestação de contas da campanha petista no TSE [...].

Engraçado: eu fui atrás dessa empresa Um por Todos e não encontrei nada, endereço.... Isso porque eu gostaria de convocá-los a vir aqui. Encontrei a M. Romano.

O senhor conhece alguma dessas empresas? A Um por Todos ou a M. Romano, ou os seus responsáveis?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – E como é que eles entraram em contato contigo? Quem entrou em contato foi a M. Romano, para fazer essa prestação de serviços?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

Nós fazemos as vendas da plataforma pela internet. Então, qualquer pessoa pode ser... Ao procurar no Google ou estar no Facebook, se tiver interesse, vai ver a nossa publicidade e vai entrar lá. Então, nós temos um corpo de provavelmente dez profissionais de vendas e praticamente quase todas as nossas vendas são oriundas desse canal de vendas.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Está bem.

E, nesse depoimento, o Hans também afirmou ter feito campanha, por meio de disparos, para o PT, como eu já havia dito, e também fez algumas declarações aqui, que desagradaram muitas pessoas, com relação à jornalista Patrícia Campos Mello. Ele disse que ela havia se insinuado para ele para que ela tivesse acesso a algumas informações a respeito da Yacows.

Ela alegou que muitas coisas que ele disse ali foram inverdades, mas... E a oposição até já – e não só a oposição, mas muitos membros aqui, como a própria Relatora – se anteciparam, fazendo um juízo de valor de tudo isso, e já colocaram como se ele tivesse cometido falso testemunho. Contudo, em nenhum daqueles *prints*, planilhas que a Patrícia Campos Mello divulgou, nada daquilo ali contradiz o que o Sr. Hans River trouxe aqui, nada daquilo demonstra que são mentiras a partir do Hans River.

Pelo contrário, quando ela diz que nada daquilo que ele disse ali era verdade, existe também uma reportagem de 18 de outubro de 2018, feita pela Patrícia Campos Mello, em que ela alega que empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp, afirmando categoricamente que a campanha de Jair Bolsonaro teria contratado serviços de forma ilegal da sua empresa. E, depois, ela veio desmentir dizendo que ela não obteve nenhuma informação nesse sentido através do Hans River, inclusive naqueles *prints* que ela destacou na internet.

Essas informações por parte da Patrícia Campos Mello procedem? Empresários bancaram campanha contra o PT de forma ilegal? Eles fizeram *fake news*, tiveram *fake news* sendo disseminadas a partir da sua agência Yacows?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não. Desconhecemos completamente e não fomos pagos por nenhum outro meio do qual nós acabamos de disponibilizar para vocês aqui. Respeito o trabalho da imprensa, da Sra. Patrícia. Toda tentativa de contato sempre foi no mais alto nível profissional, mas o que saiu na imprensa de maneira alguma aconteceu.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom, então, essa reportagem de 18 de outubro, entre o primeiro e o segundo turno, que a Patrícia Campos Mello, jornalista, fez





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusando levemente a campanha Jair Bolsonaro, o então presidente Jair Bolsonaro, de estar contratando serviços ilegais da Yacows é uma mentira.

E eu já reafirmei aqui... Aliás, já afirmei e vou reafirmar a necessidade de convocar a jornalista Patrícia Campos Mello. Por quê? Eu já fiz um requerimento, eu havia feito um requerimento e não estava...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Não. Convidada, não. Convidada, não. Se nós vamos aqui convocar, se vamos convocar – tudo bem, convidada; eu convoquei –, se nós vamos convocar aqui o Sr. Hans River porque queremos tirar, dirimir qualquer dúvida, ainda que alguns membros desta Comissão já estejam fazendo juízo de valor, inclusive como a Relatora Lídice da Mata, que inclusive já foi até à PGR para poder estar acusando como falso testemunho... Se vamos reconvocá-lo...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – ... temos que convocar também a Patrícia Campos Mello, a jornalista Campos Mello, para que a gente possa chegar à verdade dos fatos.

Esta Comissão, esta CPMI, não pode ser parcial, tem que ser imparcial. Fiz um requerimento... Inclusive, hoje eu fiz outro requerimento, tirei o requerimento em que ela estava sendo convocada, convoquei-a como testemunha: Requerimento 344. Eu acredito que esse requerimento tem que ser aprovado o quanto antes aqui. Acredito que não tenhamos mais tempo agora, antes do Carnaval, mas, após o Carnaval, vamos pautar esses requerimentos, já que querem reconvocar o Sr. Hans River. Tem o da Patrícia, o da empresa M. Romano e também o da Um Por Todos, para que a gente possa até fazer uma acareação. Podemos até mesmo reconvocar aqui o Sr. Lindolfo, da empresa Yacows, fazer uma acareação e, assim, não ficar somente nessa parcialidade, em que membros já saem dizendo à imprensa dizendo que houve um falso testemunho, fazendo juízo de valor, sendo que nada daquilo que a jornalista publicou desmentiu o que ele colocou nesta Comissão.

Então, reafirmo essa necessidade e vamos batalhar para que ela seja convocada aqui – Requerimento 344 – e, assim, demonstrar que esta Comissão está fazendo um trabalho sério, que quer fazer um trabalho sério.

Obrigado.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra pela ordem à Deputada Natália.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Obrigada.

É que eu também fui signatária dessa notícia-crime e, por isso, queria responder que o Deputado está mentindo e que várias das coisas que foram publicadas pela jornalista Patrícia contradizem o que o depoente Hans falou, inclusive em relação à mentira da insinuação sexual que ele afirmou...

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente, mentindo... Olha só, mentindo... Ela está querendo apelar!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Como eu também fui signatária dessa notícia-crime, eu estou aqui no direito de responder.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Isso é um juízo de valor dela, e eu faço o meu.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O que ele está falando é mentira...

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Agora, se ela quer ser mentirosa... Mentirosa é ela. Se ela quer acusar alguém de mentira, ela é que é mentirosa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... e o que consta na notícia-crime é uma prova de que o que Hans falou foi mentira.

Obrigada, Presidente.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Ele falou muitas verdades aqui. E nós queremos que ele venha novamente, assim como a Patrícia Campos Mello, para poder fazer essa acareação então. Então vamos fazer. Vai blindar ela por quê? Só porque ela é petista? É PT blindando PT. Não, vamos trazer aqui. Vamos trazer todos aqui então.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne Lins, do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente.

Boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, Deputada, eu queria até esclarecer ao Deputado Jordy que temos aproximadamente 100 requerimentos, que deverei pautar para a segunda reunião pós-carnaval. Há requerimentos de todo tipo. Caberá aos Srs. Parlamentares aprová-los ou rejeitá-los.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr. Lindolfo. Boa tarde, Sr. José Caubi, advogado do depoente. Boa tarde, nossa Relatora.

Bom, eu acho que a gente já está acostumado aqui... Já faz parte do método bolsonarista tentar falsear a verdade ou tentar fazer com que os fatos objetivos não valham nada. A gente já sabe que a turma dos robôs impulsionou milhares e milhares de informações dizendo que V. Exa. tinha citado Fernando Haddad, que tinha prestado serviço para ele, ou seja, para encobrir o que todo mundo sabe: que, de fato, os disparos em massa que foram divulgados pela UOL... Não necessariamente estou falando que foi a empresa de V. Exa. Eu acredito que um esquema desses, para chegar na quantidade de brasileiros que chegou...

Nós temos informações muito concretas, de plataformas e de universidades que estão trabalhando em cima disso, de que detectaram que, durante o período eleitoral, só em um mês de 2018, cerca de 12 milhões de brasileiros receberam algum tipo de *fake news*.

A gente sabe que não necessariamente o trabalho de divulgação de mensagem, SMS etc. é para isso. Na verdade, ele é um trabalho feito, de prestação de serviço, uma empresa pode fazer e não necessariamente foi... Como a Deputada Lídice da Mata colocou, não é por isso que V. Exa. está aqui.

A questão central é que as coisas são diferenciadas. O Deputado Rui Falcão aqui falou: não é ilegal, está regulamentada a questão dos disparos em massa, essa coisa toda, todo mundo sabe disso. Mas o que nos preocupa é que a jornalista Patrícia Campos Mello, que faz um trabalho excelente – vou insistir –, de jornalismo investigativo de alto nível, ela...

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É do PT.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Não, não é do PT não, querido. Infelizmente, não é não. Poderia até oferecer a ficha de filiação para ela. Mas não é do PT não. É porque a jornalista Patrícia não é terraplanista. Isso aí eu sei que ela não é. Eu sei que ela não acha que a terra é plana porque ela acha. Eu acho que ela vai lá, ela investiga. Ela tem tido um procedimento... Embora eu não a conheça, as matérias foram muito densas.

Então, a gente tem notícia das chamadas fazendas de celular, que eram exatamente aquelas fotos que foram mostradas aqui. Chega um momento em que queima, em que o *chip* está queimado. Aí muda de *chip*.

Mas eu queria registrar duas coisas, Sr. Lindolfo.

Primeiro, por requerimento meu, todas as telefônicas brasileiras foram convocadas para estarem aqui na semana passada. Elas afirmaram, de forma reiterada, que só é possível você habilitar um telefone celular, uma linha etc. se tiver o CPF. Então, esses CPFs que, por acaso, se prestam a disparos em massa, seja da sua empresa, seja de qualquer outra... Ou ele foi de alguém ou ele precisa ter um CPF. Se ele for novo, de acordo com aquela foto que a gente viu aqui, que o Sr. Hans River trouxe... Havia os que iam sendo queimados e os novos que estavam chegando, de todas as operadoras inclusive. Então, esses celulares tinham CPF ou iriam ter um CPF para poderem começar a fazer parte, digamos assim, do sistema da Anatel, senão eles não funcionariam.

Há uma outra coisa que eu gostaria de perguntar: dentro desse depoimento que o Sr. Hans River fez, uma das mensagens que as fotografias deixam... Pelo menos elas insinuam que foi uma mensagem que foi amplamente divulgada e que dizia o seguinte – está aqui, inclusive, na foto que ele fez –: "Urgente! Marcelo Odebrecht delata Fernando Haddad por WhatsApp", ou seja... Desculpe: "Marcelo Odebrecht delata Fernando Haddad", e isso estava presente aqui nas mensagens das fotos que o Sr. Hans River trouxe. Eu gostaria de perguntar: qual das suas empresas, ou de seus familiares, ou dos sócios, foi contratada para disparar esse tipo de mensagem?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço esse tipo de mensagem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – E uma outra coisa: também a AM4, no momento em que a AM4 diz que... Quando ela diz... Pela primeira vez admite que – depois das matérias da Sra. Patrícia Campos Mello – usou serviço de disparo em massa, alega que fez um único envio de mensagem por meio do serviço da Bulk Services, criado pela Yacows, e diz que a mensagem foi enviada para 8 mil doadores cadastrados na base própria da empresa. V. Exa. fala em 900. Será que 900 não é muito pouco para o tamanho do estrago que foi feito nesse processo de *fake news* no Brasil em 2018, até de conteúdos relevantes, digamos assim? Novecentos não é um número muito insignificante para V. Exa., já que o próprio proprietário que subcontratou a sua empresa disse que foram 8 mil?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Vamos lá, concordo que é insignificante o número. Pode ser que o número esteja um pouquinho para mais, um pouquinho para menos, mas, de fato, o que aconteceu é: eles compraram apenas a possibilidade de executar 20 mil envios. Pode ser...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Mas...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desculpa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Pois não.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Pode ser que, quando a lista que é enviada para os clientes vai para o sistema, existe uma validação para saber se existe WhatsApp ativo ou não. Pode ser que tenha uma diferença entre o que realmente foi disparado e o que subiu, pode ser. Precisaria chegar, Excelência.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Também gostaria de saber: de fato, quando a jornalista Patrícia Campos Mello faz a matéria, ela não fica só falando... Porque um repórter, um jornalista, é preparado para investigar. E, quando ela fez a matéria, ela disse que.... Inclusive, ela publica uma série de números de disparos na própria plataforma de V. Exa., Bulk Services, em que não existem mais todos os disparos feitos para a campanha do Sr. Jair Bolsonaro – não existem, foram simplesmente apagados. E ela nega que tenha negado qualquer registro no sistema da Yacows ou que tenha cometido qualquer ato ilegal.

A pergunta que eu gostaria de fazer: esses disparos continuam, permanecem registrados os disparos feitos durante a campanha eleitoral?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Estão registrados?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Então nós poderíamos ter acesso a todos os disparos que foram feitos, já que eles continuam registrados?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Aí cabe ao advogado analisar esse requerimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de que fosse levada em conta essa questão, porque aí não há mais discussão sobre para quem foi disparado. É bom deixar isso muito claro.

Foram apagados objetivamente não só os do Sr. Jair Bolsonaro. Foram também apagados os do atual Governador Dória. Foram também apagados os do Dória, porque foi feita uma investigação e todos foram apagados. Então, curiosamente, só ficaram, e aí é bom que as pessoas saibam disso... Só ficaram, de fato, não apagados, digamos assim, presentes, os de diversos outros políticos, talvez até os do Sr. Meirelles, e que talvez não tivessem nada de mais. Mas talvez as *fake news*, talvez aqueles que estavam falando da mamadeira de piroca, aqueles que estavam falando do *kit gay* etc., que de forma criminosa chegaram às famílias do povo brasileiro, esses, curiosamente, foram apagados.

Então, a gente já sabe que faz parte do *metier* de vários Parlamentares correr para as redes sociais e começar a inventar as coisas e fazer com que aquela... E a gente já sabe também, Sr. Presidente... A gente não pode deixar de ver... Porque uma CPI vai montando os pedaços. Ela vai montando, é uma investigação que vai tendo vários desdobramentos.

A gente não pode esquecer que foi uma Deputada, uma das principais bolsonaristas, a Deputada Joice Hasselmann, que veio aqui e colocou como se dá o processo de disparo em massa, que até hoje está presente. Ela mostrou como, em três minutos, uma *hashtag* contra ela chega ao Brasil inteiro e até em alguns países fora do continente latino-americano, de forma imediata. Isso não pode ser feito por pessoas de forma orgânica, é impossível isso ser feito, porque... De certa forma, Deputadas, os neurônios dialogam, não adianta vir para cá dizer que a Terra é plana, dizer que o mundo é amarelo, essas coisas todas...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu gostaria só que fosse garantida a minha... Todas as vezes que eu falo aqui, V. Exa. me...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Parlamentares, a Deputada está com a palavra.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Senão vou pedir para repor o meu tempo e, aí, vão ter que me ouvir tudo de novo.

Então, eu gostaria de dizer que esse obscurantismo que paira, em que as pessoas ficam para escapar, em que as pessoas ficam inventando situações, inventando coisas, inclusive... Ontem eu não pude vir, estava numa reunião. Mas eu soube, e é triste saber, que sete entre dez brasileiros hoje – isso feito por aquele sistema de imunizações que V. Exa. convidou aqui – estão com problemas e com desconfianças em relação às vacinas. Por quê? Por causa de *fake news* sobre vacinas, porque os obscurantistas, essa turma terraplanista, estão fazendo muito mal ao povo brasileiro. E uma prova disso é que um dos principais divulgadores, isso dito pela própria Deputada Joice Hasselmann, é o próprio Presidente da República, através dos seus filhos, através de Carlos Bolsonaro, que cria todo um sistema que dispara, que tem coordenação, funciona no gabinete do ódio. Está tudo dominado! A partir dali...

E eu quero só lembrar aqui ao Presidente que, na nossa audiência, quando o Sr. Hans River veio e falou da jornalista Patrícia Campos Mello... É importante dizer que a própria *Folha de S. Paulo* começou a analisar, a partir dos estudos feitos... É que há gente que acompanha esses grupos, essas comunidades, porque o WhatsApp é privado, ele tem um sistema que não dá para você detectar. A Justiça Eleitoral tem muita dificuldade de ver... Mas existem pesquisas das universidades, onde pessoas estudam isso há quatro anos. Eu mesma conheço uma pessoa da Universidade Federal do Ceará que estuda os grupos bolsonaristas desde 2012. A tese de doutorado dele foi em cima... Ele deve estar... Inclusive, está convidado para vir aqui. Foi em cima da movimentação dos grupos bolsonaristas. Antes de chegar a 2018 com Bolsonaro, começaram, em 2014, com o anti-PT. Em 2016 foi o auge do anti-PT, até poder chegar ao Bolsonaro em 2018. Então essas coisas têm um método, têm um método.

Eu posso até acreditar que V.Sa., por ser um empresário de várias outras empresas etc., executivo, não detinha conhecimento de todas as informações que passaram pela sua empresa – eu já vi a plataforma Bulk Services –, mas isso não quer dizer que não tenha sido utilizada para fazer disparos equivocados, tanto é que eles sumiram do sistema.

Por isso é que eu solicito, e gostaria de insistir, que, se por acaso for... Isso aí também é uma coisa que... Não necessariamente você vai ter esse poder de acompanhar tudo, mas nós sabemos que disparos em massa foram praticados contra o PT, contra o candidato Fernando Haddad, e que... Às vezes talvez não fossem nem para promover o atual Presidente da República, mas eram para desnortear, deixar as pessoas completamente sem entender o que estava acontecendo, atribuindo ao candidato Haddad maldades e mentiras, de forma descarada, para influenciar o processo eleitoral. Isso aí não é uma coisa, gente, que aqui e acolá... Não são 900, não; isso é um processo organizado. Isso é um processo...

Até porque a gente também tem que entender que os robôs em si não são o problema. O robô em si não é errado. Ele não é equivocado. Ele tem função do ponto de vista da comunicação, mas não para fazer disparo de *fake news*, disparos em massa contra candidatos para formar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdades e influenciar o processo eleitoral. Não é para isso. Mas os robôs, em geral, hoje têm todo... Você fala numa telefônica ou você fala numa empresa e percebe que normalmente há esse processo de robôs que participam, digamos, do processo geral.

Mas o que a gente sabe aqui, no caso, é que os robôs continuam ativos. Esses robôs que fizeram a campanha de Jair Bolsonaro, seja através da Yacows, ou de outras empresas... Falo isso... Existe um esquema montado. Quem está aqui ainda insistindo em dizer que não existe é porque está querendo fazer...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... as pessoas que participam da CPMI de bestas, porque já veio a Joice e já disse aqui, já veio o outro... O Sr. Hans River já veio, falou disso aqui, já foi mostrado aqui pela Deputada Joice como é que se processa o esquema dos robôs.

Eu só me preocupo porque isso vai ser sistemático daqui para frente. Se não houver um freio, isso vai ser sistemático. As pessoas vão se acostumar a mentir para enganar as pessoas. A mesma mentira que se fazia no palanque eleitoral, agora você manda diretamente para o eleitor.

Então é importante que a gente diga e que a gente coloque de forma muito clara que estão querendo misturar uma coisa com a outra. O disparo em massa está regulamentado. Ele não é...

(Soa a campanha.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Ele não é ilegal. Ele não é... O disparo de *fake news* que depois somem das plataformas etc. e tal: isso é crime, isso é criminoso. E foi em cima desses disparos que sumiram que elegeram o Presidente Jair Bolsonaro, que continua até hoje a fortalecer e a massacrar – finalizando –, fazer o que eles chamam aqui de linchamento virtual de todos aqueles que viram, porventura, discordantes do Governo e do esquema criminoso do Presidente da República, dos seus filhos e daqueles que estão em torno e que foram eleitos no mesmo esquema.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Só é importante frisar que nossa plataforma não fez disparos de *fake news*, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra à nobre Deputada Natália, do Rio Grande do Norte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele cedeu para V. Exa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu vou precisar de um eslaide. Se quiser ir seguindo enquanto a assessoria...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Já foi? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, aviso que estão na lista, após a Deputada Bonavides, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Jean Paul Prates, o Deputado Otoni de Paula, o Deputado Túlio Gadêlha e o Deputado Éder Mauro.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone.*) – Eu sou o último?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu recebo a lista pronta.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Pode passar para a segunda metade mais ou menos.

Pronto.

Presidente, vou iniciar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Queria perguntar ao depoente se ele reconhece essas imagens desses eslaides como imagens do ambiente de trabalho de uma das suas empresas.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – São imagens de celulares. Sim, são imagens da empresa. Sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo. Obrigada.

Há uma mensagem que consta em uma dessas imagens, Presidente, que é uma mensagem que é idêntica... O início dessa mensagem é idêntico àquele de uma mensagem que contém uma notícia falsa que a campanha do Bolsonaro disparou contra o candidato Haddad na época da campanha.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Então, que o seu sistema foi utilizado pela campanha para disseminar notícias falsas...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Só...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Presidente, eu gostaria de não ser interrompida.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor pode repor o tempo...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Presidente, eu gostaria que fosse garantida a minha palavra.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor pode até repor o tempo da colega.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Presidente, eu gostaria que

V. Exa. exercesse a sua autoridade.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Eu só quero saber da Presidência se foi autorizado...

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – O Deputado está tumultuando o tempo todo, fica interrompendo...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Presidente, eu gostaria que V. Exa. exercesse a sua autoridade. Não é a primeira vez que me interrompem hoje!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou manter a palavra da Deputada Bonavides.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Eu gostaria que fosse garantida a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está assegurada a sua palavra, Deputada. Tenha calma, não precisa desse nervosismo.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Ela está nervosa porque ela acha que a Terra é plana, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Presidente, V. Exa. vai exercer a sua autoridade?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estou exercendo. V. Exa. está com a palavra, Deputada. Eu só não posso botar zíper na boca de ninguém.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não pode, mas pode repreender quando isso acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada. Prossiga.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Gostaria que meu tempo fosse restabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza será restabelecido, com prorrogação se necessário.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Continuando: uma das mensagens que aparece em uma das imagens... O início dela é idêntico a uma das mensagens que foi disseminada pela campanha de Bolsonaro contra o candidato Haddad. Então, que o sistema do depoente foi utilizado pela campanha de Bolsonaro para disseminar *fake news*, isso já está posto, não é? Está posto, inclusive, nas imagens que foram aqui mostradas. Mas eu queria voltar a perguntar: quem contratou o disparo dessas mensagens, Sr. Lindolfo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço o conteúdo dessas mensagens. Agora, quem contratou em que sentido, fora a lista que nós enviamos, Excelência?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Quem contratou o envio de mensagens como a que estava na imagem, que contém *fake news* contra o candidato Haddad?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para expor.) – Desconheço a conteúdo dessa mensagem.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor, agora há pouco, afirmou que sua empresa não divulgava notícia falsa, mas agora está dizendo que, na verdade, desconhece o conteúdo das mensagens que foram enviadas. Como é possível o senhor afirmar que sua empresa não foi utilizada para divulgar notícias falsas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Eu desconheço...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Ou o senhor conhece o conteúdo das mensagens ou desconhece.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Eu desconheço o conteúdo mostrado aqui no telão.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Gostaria de rever?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Pode colocar de novo.

Enquanto isso, Sr. Lindolfo, pergunto o seguinte. Os serviços das empresas das quais o senhor faz parte se confundem tanto que um ex-empregado acha que trabalhou para uma, mas entra com uma ação contra a outra e, na hora da audiência, ainda se encontra com outra. Qual é a função da separação em vários CNPJs? É uma questão tributária?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Na verdade, a abertura das empresas foi ocorrendo em momentos diferentes, em vendas de projetos diferentes para clientes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, por questões de posicionamento... É a mesma forma... É como você tem uma linha *premium* de uma empresa e uma linha secundária. Nada mais que isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Alguma delas presta serviço de distribuição de SMS também ou é tudo por WhatsApp?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, através das operadoras.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – E como, então, vocês fazem a divulgação de mensagens dos clientes por SMS sem o cadastro de CPF dos *chips*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não usamos *chips*, usamos conexões diretas com a operadora.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Como funciona?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – É uma integração. Há como se fosse um *broker*, ou seja, uma empresa que compra altos volumes de disparo com as operadoras com as quais tem contrato, e nós os utilizamos, emitimos nota fiscal, realizamos os pagamentos.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Ainda sobre a utilização de CPFs: o senhor já respondeu algumas perguntas sobre isso, mas não fiquei satisfeita. O depoente da outra semana, Sr. Hans, seu ex-empregado, trouxe uma lista de cerca de 10 mil CPFs e afirmou que haviam sido usados para cadastro de *chip*. O senhor já viu essa lista?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Desconhece o quê?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Essa lista.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor desconhece que os seus empregados faziam cadastros de *chips* com CPFs que recebiam?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Isso não era operacional da empresa para estar realizando... Não era um método operacional.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Quem faz a triagem de que nenhuma atividade ilícita é cometida através do seu serviço?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não existe atividade ilegal.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Quem faz a triagem para garantir isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Os sócios têm responsabilidade nisso, Excelência.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Então, o senhor está dizendo que vocês têm conhecimento do conteúdo das mensagens que são enviadas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não, você disse da triagem de atividades ilícitas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Atividades ilícitas podem ser cometidas através do conteúdo das mensagens. Inclusive, é disso que trata o disparo de *fake news*. Existe alguém que trate disso na sua empresa? Existe alguém que tenha o cuidado de fazer esse controle de qualidade e de que tipo de serviço vocês estão prestando?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – O conteúdo, nós acreditamos que seja de responsabilidade das pessoas que estão contratando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Então, aquilo que o senhor afirmou há pouco, que garante que *fake news* não foram disseminadas através de seu sistema, na verdade, o senhor não tem como garantir. É isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Eu volto a garantir que conteúdo de *fake news* não foram disparados.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Eu vou pedir para o senhor explicar de novo. Se o senhor não tem acesso ao conteúdo, se sua equipe não faz nenhum filtro do conteúdo, qual é a metodologia que os senhores utilizam para o senhor chegar aqui e garantir que a empresa – através de seus clientes, que seja – não faz disseminação de *fake news*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

Depois que nós tivemos conhecimento, na imprensa, do que estávamos sendo acusados, nós procedemos a uma análise técnica do conteúdo das mensagens e, então, nós chegamos à conclusão de que não foram disparados conteúdos de *fake news* pela empresa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Vocês analisaram... O senhor havia dito que são milhares de mensagens que costumam disparar por mês. Vocês fizeram análise de todas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A AM4, no entanto, afirmou que as mensagens referentes aos serviços que ela contratou foram apagadas. Vocês conseguiram fazer análise dessas mensagens também?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não, não conseguimos.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não conseguiram.

Então o senhor está dizendo que, em relação ao conteúdo das mensagens que a AM4 – a empresa que prestou serviço para a campanha de Bolsonaro – pediu para vocês disseminarem, vocês não fizeram nenhum filtro de conteúdo, é isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Se o conteúdo não está mais na plataforma, nós não conseguimos. Eu acredito que cabe à AM4 apresentar o conteúdo que foi utilizado.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo.

Só para confirmar mais uma vez, porque, quando estávamos falando sobre isso inicialmente, o Presidente acabou não permitindo que o senhor respondesse à minha pergunta.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor confirma que a AM4, empresa que fez a campanha de Bolsonaro, contratou vocês na época da campanha...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – ...e que o conteúdo dessas mensagens foi apagado. O senhor não sabe como e vocês não têm acesso. Então, sobre elas os senhores não tem esse filtro de garantia de que *fake news* não houve?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – De alguma forma, elas não estão disponíveis; logo, nós não podemos afirmar.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Enquanto ainda me restam alguns segundos: "de alguma forma, elas não estão disponíveis". Como isso é possível? Como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é possível? Alguém apagou? Vocês não fizeram nenhum procedimento na empresa para entender? Algum funcionário apagou documentos, registros do serviço que vocês prestaram? Vocês abriram uma sindicância, digamos assim, para apurar o que aconteceu ou simplesmente foi apagada, vocês não têm mais informação e é isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nós podemos verificar, de fato, o que que aconteceu.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Vocês podem verificar.

Estou satisfeita, Presidente, não com as respostas, porque muitas ficaram não respondidas, mas, como o tempo se encerra, eu vou fazer um requerimento para que a gente peça para que essa apuração que a empresa vai fazer seja compartilhada com esta CPMI.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, da Rede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Lindolfo, queria inicialmente perguntar a V. Sa. se reconhece essas fotos.

Presidente, pode pedir para alguém apanhar aqui comigo? (*Pausa.*)

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Todas elas? De onde são?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Tudo indica que sim. Não reconheço essa última...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Sim ou tudo indica que sim?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não reconheço essa última, por exemplo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Não reconhece a última. As demais, reconhece?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, é no ambiente da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – É no ambiente da empresa.

Pode me trazer de volta?

Sr. Presidente, Sr. Lindolfo, essas fotos foram trazidas aqui pelo Sr. Hans no seu depoimento. E, quanto a algumas dessas fotos, o Sr. Lindolfo acabou de dizer que essas fotos são do ambiente da empresa. Pois bem, uma dessas fotos mostra um sistema... Se nós pegarmos em detalhes, veremos que uma dessas fotos mostra um sistema de distribuição de mensagens. E, no detalhe aqui, dá para perceber a seguinte mensagem sendo disparada: "Urgente! Marcelo Odebrecht delata Fernando Haddad", uma mensagem que ficou muito conhecida durante a campanha presidencial como campanha negativa contra o candidato Haddad. O senhor acaba de dizer que reconhece essas fotos.

É importante isso constar, Sr. Presidente, como... Eu acho que é uma das mais importantes contribuições que o depoente acabou de trazer a esta CPMI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Reconheço o ambiente; não reconheço o conteúdo, o.k.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor está mudando o que disse ainda há pouco.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não, eu reconheço o ambiente; não reconheço o conteúdo. É porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Então, o senhor reconhece o ambiente. O ambiente, o senhor acabou de dizer, é o ambiente de sua empresa, mas o senhor não reconhece que a sua empresa estava fazendo disparos em massa irregulares na campanha contra o candidato, certo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Veja, aqui eu não consigo nem ver o conteúdo, está borrado. Como eu posso dizer?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – A gente pode depois apresentar o *zoom* para o depoente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – É, a gente pode apresentar o *zoom*.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Mas eu acho que o depoente já deu a informação importante para esta CPML.

Sr. Lindolfo, o senhor pode me informar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, já fiz. Desculpe, perdão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Pois não.

O senhor pode me informar se sua plataforma prestou serviço para a AM4?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Para a AM4, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – A sua empresa prestou serviços para a AM4?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – A AM4 foi a empresa que prestou serviços para a campanha do atual Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Eu pergunto qual foi o serviço que sua empresa prestou.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ela fez envio de mensagens via WhatsApp.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Para o candidato?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A agência usou a nossa plataforma para fazer envios de disparo via WhatsApp.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Está registrado, então, que é o candidato Jair Messias Bolsonaro.

Mas V. Sa., me parece, não colocou o candidato Jair, o então candidato e hoje Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, como um dos clientes da empresa.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, porque nós, na verdade, disponibilizamos para vocês a lista das pessoas que tivemos faturamento direto. A AM4, provavelmente – provavelmente –, foi que prestou contas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Então, foi faturamento indireto, digamos assim? Se não foi direto, foi indireto. Prestou contas...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Pode ser que a AM4 tenha prestado contas. Eu sinceramente não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor sabe que isso é caixa dois?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Como assim?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Se não foi o recurso contabilizado na contratação da empresa por parte de sua agência...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre Senador está com a palavra. O orador, o inscrito, pergunta o que bem entender. Então, não podemos aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeitamente. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... fazer censura à pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado.

Mas eu acho que é importante constar esta segunda contribuição muitíssimo importante do Sr. Lindolfo para esta CPMI. Ele confirma nesta CPMI que a agência AM4, ou melhor, que a empresa AM4 utilizou a plataforma. Ele, na pergunta anterior, confirmou que reconhece as fotos que foram trazidas a esta CPMI pelo Sr. Hans. Uma dessas fotos trazidas a esta CPMI pelo Sr. Hans indica a utilização de disparos em massa contra um candidato à Presidência da República. É importante que se destaque isto: que isso foi confirmado pelo depoente.

Eu pergunto o seguinte. O Sr. Hans descreveu à CPMI e ao Ministério Público como era usado o CPF para registrar os *chips* e números internacionais. Hans mostrou fotos, como essas aí que eu apresentei para o senhor, e explicou como funcionava esse sistema. O Sr. Hans passou também uma planilha de dez mil nomes e CPFs e disse que eram usados para registrar os *chips*. Isso foi mostrado a esta CPMI, a planilha de troca de mensagens, e foi dito da planilha de nomes e CPFs no depoimento ao Ministério Público. Pergunto a V. Sa.: o que o senhor tem a dizer sobre essas informações do Sr. Hans? O senhor afirma que ele estava mentindo em relação à utilização disso por parte de sua empresa e de sua plataforma?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Primeiramente eu gostaria de dizer que nós não cometemos nenhum crime de caixa dois. Segundo: desconheço a origem dessa lista, a utilização dessa lista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor desconhece, mas o Sr. Hans acusa a sua empresa. Ele está mentindo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço a lista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Ele está mentindo em relação a isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – Excelência, é uma questão de ordem.

S. Exa., que eu respeito bastante, está querendo colocar palavras na boca do depoente. O depoente já respondeu que desconhece. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, com todo o respeito que eu tenho pela defesa: não é o advogado do depoente que está com a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Diniz! Dr. Diniz!

Dr. Diniz, quem pode responder é o depoente. V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, eu fui o primeiro a defender o advogado...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Está havendo um abuso aqui! Está havendo um abuso!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Está parecendo a Patrícia Mello querendo forçar o rapaz a responder...

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – O Estatuto da Advocacia...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Retorno a palavra ao nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Deputada, fica ruim a senhora também ser machista! Principalmente a senhora, que é mulher, não é? Fica ruim.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Se isso é ser machista, sou, *amore*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado pelo pronome de tratamento.

Eu pergunto ainda ao Sr. Lindolfo o seguinte. O senhor já perguntou e já confirmou sobre o uso da plataforma? O senhor afirmou já que todos os disparos foram legais, os feitos com a utilização de sua plataforma, mas há uma declaração do próprio WhatsApp, em outubro de 2018, afirmando que a plataforma foi usada de forma irregular, que a sua plataforma foi utilizada de forma irregular. O que V. Sa. tem a dizer sobre essa declaração da própria direção do WhatsApp?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Recebo com respeito a questão dos termos de serviço do WhatsApp.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor tem as notas fiscais de todo o envio de mensagens utilizadas pela plataforma?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – De todos os clientes?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Inclusive da AM4?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, está disponível para vocês, para V. Exas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Está tudo disponibilizado?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Além dos seus sigilos, bancário e telefônico, sem necessidade de esta CPI fazer a quebra?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Por orientação do advogado, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeitamente.

Obviamente, será objeto de análise por parte desta CPMI, Sr. Presidente, requerimento de nossa autoria para quebra de sigilo da empresa da qual o Sr. Lindolfo é sócio.

Sr. Presidente, circula a informação de uma planilha, vinda do Ministério Público Federal, que indica parte dos números que mais fizeram disparos em massa na eleição. Seria importante checar se o Ministério Público Federal tem, de fato, ou se já está essa planilha nesta CPMI, e eu farei esse requerimento a V. Exa. porque eu considero importante essa planilha indicar todos... Que essa planilha, a partir dos números, possa indicar todos os IPs de onde se originaram esses números. Se já não constar nesta CPMI, será objeto de requerimento que faremos.

Da mesma forma, vamos encaminhar requerimento às operadoras para pedir o endereço físico dos IPs, e isso não é nenhuma forma de censura, afinal de contas, trata-se de metadados e são todos disponibilizados.

Eu pergunto ainda, Sr. Lindolfo: o senhor conhece uma plataforma de *crowdfunding* chamada APOIA.se?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Não é do seu conhecimento, sua empresa nunca teve nenhum tipo de contato com essa plataforma.

O senhor conhece uma empresa chamada QuickMobile?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Sua empresa nunca teve nenhum tipo de relação com essa empresa também?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não me recordo desse nome.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Não se recorda ou não tem conhecimento?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria – não tenho mais perguntas – só agradecer ao Sr. Lindolfo. As duas primeiras respostas dele, eu acho que são de enorme valia para esta CPMI. Foi importante ele ter reconhecido as fotos disponibilizadas aqui pelo Sr. Hans como sendo pertencentes ao ambiente da empresa dele. E a resposta à pergunta seguinte, eu acho, é importante para o relatório que a Deputada Lídice da Mata...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Jean Paul Prates, do Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, obrigado ao depoente, obrigado à Relatora.

Rapidamente aqui, em perguntas zás-trás.

Em primeiro lugar, rapidamente, uma introdução...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, o nosso depoente quer ir ao toalete. Um instante para que ele possa atender as suas necessidades fisiológicas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Sem problemas. Eu não atendi as minhas, mas está tranquilo. É claro que não vamos oferecer esse sacrifício a mais ao depoente. *(Risos.) (Pausa.)*

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Podemos seguir? Sr. Lindolfo, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Retorno a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado ao depoente, obrigado à Relatora, obrigado à Deputada Caroline, que me deu uma turbinada com o seu chimarrão poderoso.

Vamos aqui às perguntas.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, queria, mais uma vez, reprisar para quem está nos assistindo e para o próprio depoente, para que se sinta mais confortável entre nós, que nós não estamos entendendo... Sabemos perfeitamente que não há crime, absolutamente nenhum, no envio, no disparo, de mensagens, seja por motivo comercial, seja por motivo eleitoral. E, mesmo dentro do próprio processo eleitoral, outros crimes, eventualmente, que possam ser praticados, são investigados fora da seara da sua maquinaria, do seu estabelecimento.

O que se está tentando olhar aqui, em termos de nexos causal e verificação, é se há um uso ilegal de identidade alheia. Isso caracterizaria... Imputaria a uma pessoa que é inocente, que está lá no interior sabe-se lá onde, o crime de enviar, eventualmente, uma mensagem criminosa, injuriosa, caluniosa etc. com seu CPF. Então, essa é a primeira coisa. Obviamente, o canal que faz isso ou que usa deliberadamente uma lista de CPFs, manda-a para os empregados e manda associar esses CPFs a *chips* simplesmente para fazer envio, comete crime.

A outra coisa que é crime é a disseminação do conteúdo, como disse aqui, injurioso, difamatório, calunioso ou de qualquer espécie próxima disso. Isso é crime. É crime, tanto quanto fabricar o conteúdo e enviá-lo, porque é um canal de disseminação. Não adianta dizer que é igual a um correio, com a carta fechada, porque não é, é um crime. E a empresa, como salientei anteriormente aqui, no controle de qualidade do serviço dela, tem que ser capaz de garantir aos seus clientes, inclusive corporativos e não apenas eleitorais, que ela não esteve cometendo crimes ou que não vai usar aquele mesmo *chip* para cometer um crime depois. Porque quem vai receber aquela mensagem de conteúdo ecológico, social etc. e tal depois pode vir a receber, do mesmo usuário, uma mensagem criminosa. Não vai entender nada, e isso vai depor contra a empresa que é sua cliente. Então, você tem que ter um controle de qualidade e, portanto, tem, sim, que conhecer o conteúdo das mensagens que manda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se você não manda... Se você, como sócio da empresa, não conhece, alguém conhece. Isso me leva à seguinte pergunta. Veio aqui esse funcionário, Hans, que tem lá seus motivos para estar chateado com o mundo e com todos, consigo principalmente, porque foi demitido, sabe-se lá que contrato ele tinha ou não tinha... Ele tem uma causa trabalhista contra a sua pessoa, as suas empresas. Esse camarada realmente sabe do que está falando?

Ele realmente sabe do que está falando? Ele entendia a metodologia toda da sua empresa? Ele recebeu, algum dia, uma apresentação como a sua, como você faz para um cliente, naturalmente, de como funciona a inteligência desse processo, a metodologia completa disso ou ele era um mero operador manual, contratado aí na rua, como vários outros ali, para ficar pegando o *chip*, voltando, tirando de um telefone, botando em outro e olhando, e está, na verdade, se aproveitando de um momento de exposição para virar uma celebridade em cima de um processo trabalhista?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ele tem, teve e tem, um conhecimento totalmente equivocado da nossa operação. Logo, ele desconhece completamente a forma como é feita a empresa e como ela trabalha como um todo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Ele está na ponta final, por exemplo? Ele é um executor de uma operação apenas, que é a final, que é o envio das mensagens, por exemplo.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – É uma peça minúscula de um sistema bem maior...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Corretíssimo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – ... pois a inteligência que está por trás é muito mais ampla do que o que ele expôs aqui. É isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Correto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Pois é.

Agora, ele, então, se arvora em dizer que o conteúdo era esse ou aquilo. Ele sabe mais do que o senhor, que é o dono da empresa?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – De maneira alguma.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Não deveria, não é? Muito bem. Deixo no ar isso aqui, só para a gente poder dar oportunidade também de dizer quem é a pessoa que o acusou.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Outra coisa, outro capítulo completamente diferente.

O senhor mostrou também um eslaide. Eu me atenho muito a essa questão da exposição de clientes. São mais de 60 clientes corporativos, de marcas bem conhecidas. E aí você colocou, entre aspas: "Utilizaram a nossa plataforma direta ou indiretamente". Isso significa que nem todas aquelas marcas faturaram. Você não faturou contra todas elas. Você faturou eventualmente para uma agência...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exato.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Não é isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Alguém intermedeia isso naturalmente, como faz a agência de publicidade, por exemplo, também.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exato. Nós temos algumas revendas que atuam marca XPTO, que usam a nossa plataforma. Nós falamos que são empresas que fazem *white label*, ou seja, botam a sua marca.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Perfeito. O.k.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Logo, elas podem ter sido contratadas e entram simplesmente como a agência XPTO ou a revenda XPTO, que está executando a campanha.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Uma agência de publicidade normal, corporativa – não estou falando de eleição; poderia até incluir eleição –, mas uma agência de publicidade normal poderia estar trabalhando para vários clientes dela, contratando a sua empresa?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – O.k.

O senhor tem nota fiscal, obviamente, de todos esses faturamentos e o atestado de serviço para colocar essas marcas no PowerPoint.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – O.k.

Essas notas, inclusive das agências, permitem que o senhor mencione o cliente delas como usuário do seu serviço?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – O nosso contrato permite.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – O.k. Perfeito. Não, tudo bem. É perfeito.

O senhor conhece ou prestou serviço, tem nas suas listas ou poderia verificar para nos dizer depois se a empresa Solução Propaganda e Publicidade Ltda., CNPJ 03067849000113, é cliente da sua empresa? Outra, FLM Propaganda e Publicidade Ltda., CNPJ 78667201000134.

Solução Propaganda e FLM Propaganda são seus clientes ou foram?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço essas empresas por nome. Podemos checar isso e informá-lo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Perfeito. Eu gostaria que nos fosse informado.

O senhor me confirma se é sócio, ou diretamente ligado – mas sócio, principalmente –, das seguintes empresas: Yacows, Data Stone, Deep Marketing, tudo o.k.?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Kiplix, Rap Telecom e Maut, através de Flamarion e Maria de Lourdes? É isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Quais dessas empresas faturavam clientes diretamente e quais não faturavam clientes diretamente? Havia uma lógica entre essas empresas: uma fatura cliente e outra emprega pessoas, por exemplo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Veja, tudo depende de acordo com o tipo de contrato. Por exemplo, nós temos clientes tem cinco anos. Se a gente entra num





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo administrativo para poder trocar essa empresa para qualquer outra que seja atual, não faz sentido; é muito trabalhoso. Então, praticamente não tem uma lógica. Isso é uma informação praticamente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – É um pouco aleatório.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – É, se eu te falar que tem uma lógica, não tem. Essa é a pergunta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Não, porque... Eu vi aqui que tem um certo padrão aqui, porque, por exemplo: a Deep Marketing só faturou Henrique Meirelles – 99% Henrique Meirelles e o nº 400 para o Senado, Maurren Maggi, mas muito pouco. Outras têm siglas mais, digamos, no espectro à direita, outras têm mais siglas à esquerda, enfim, não sei se tinha uma lógica nisso aí, de colocar pessoas mais afins numa pessoa jurídica e outras em outras.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Ou se as agências eventualmente faziam isso.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Isso não foi utilizado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Não foi.

Essas empresas, as cinco que mencionei mais a Maut, contratavam mão de obra diretamente ou tinham uma outra empresa para contratar mão de obra?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, nós temos. Praticamente todas as empresas, eu acredito, que tenham mão de obra...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Então, a maior parte dessas empresas vai ter um fluxo de caixa tal que ela consiga pagar os seus próprios empregados?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Não há transferência de dinheiro entre essas empresas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Pode haver?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Pode haver... Não sei. Teria que checar, Excelência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Perfeito. O.k. Não, não há problema. Veja, eu não estou aqui mexendo em nada que eu suspeite, não; simplesmente entendendo a lógica do sistema das empresas. E acho perfeitamente louvável se você tiver uma lógica para trabalhar com isso, com a mão de obra adotada, ou, por exemplo, um projeto que se abre novo, fazer uma empresa específica. Não há nada contra isso.

Por fim, outra pergunta era se haveria, se houve, se você trabalhou – se lembra disto, e isso não é difícil de lembrar, porque é uma coisa um pouco mais *sui generis* – de clientes do estrangeiro, ou seja, recebendo dinheiro de clientes de fora do País. E, esclarecendo às pessoas que estão nos assistindo, para isso não se emite nota fiscal. Normalmente a pessoa emite um *invoice* em inglês ou na língua que for, por fax ou PDF, etc., e há um contrato de câmbio no Banco Central, que fica registrado no Banco Central. Então, quando um cliente é estrangeiro – eu já tive empresa que faturava para cliente estrangeiro –, o registro da operação que leva ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposto, ao pagamento do imposto, não é uma nota fiscal, e sim um contrato de câmbio no Banco Central.

O senhor teve algum tipo de operação dessa? Recebeu dinheiro em dólar, ou criptomoeda, ou em libra esterlina, ou em euro, que gerasse algum tipo de contrato no Banco Central de câmbio?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não fizemos nenhuma transação no exterior; não recebemos nenhum tipo dessas moedas correntes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Perfeito.

Por fim, para não exauri-lo, como é que se comprova se o serviço... Se eu sou o seu cliente e quero que você me comprove que de fato fez aquele envio, aquele disparo, e que esses disparos atingiram tais e tais nichos que nós elegemos juntos numa reunião de pauta, como é que se comprova no final esse envio se você apaga os *backups* e apaga o registro do envio dos torpedos?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito. Nós não apagamos nada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Ah, bom. Perfeito.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Os relatórios de envios comprovam quantas pessoas utilizaram e quantas pessoas tiveram o WhatsApp inativo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Então todo cliente tem acesso a um relatório de envio no qual se mostra para quem foi enviado, para que região, como e o conteúdo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Então está tudo registrado lá?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Podemos solicitar esses registros?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – O advogado vai analisar.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para interpelar.) – Perfeito.

Obrigado.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado Túlio Gadelha. Aliás, desculpe, desculpe, ao Deputado Éder Mauro.

O Delegado Éder Mauro foi à toailete.

Então eu vou passar para a Deputada Carla Zambelli, após, para o Deputado Éder Mauro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, mas eu sei que V.Exa. estava agoniada, porque estava em último na fila. Agora é bom que a senhora antecipou.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Bom, o Éder saiu.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Chegou.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Quer falar primeiro, Éder?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não, pode falar.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Está bom.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É Lindolfo, não é?

Estou sem óculos, desculpa.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, Excelência.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Lindolfo, você falou que, teoricamente, foi contratado pela empresa AM4, que prestou serviço para a campanha de Jair Bolsonaro, certo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – No valor de R\$1.680. É isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Mais ou menos esse valor. Acredito que sim.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Você trouxe mais ou menos o valor que foi da empresa AM4, e a Carol de Toni, inclusive, a Deputada, falou, mostrou aqui as notas fiscais, que inclusive a gente pode disponibilizar para o senhor, que seria de disparos para atualização cadastral. O senhor tem como confirmar na sua empresa se esse trabalho da AM4, enfim, que foi contratado pela AM4 à sua empresa, foi para atualização cadastral ou se o conteúdo é outro?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Olha, o conteúdo não está mais disponível, mas nós podemos tentar fazer alguma coisa para verificar isso. Informo a vocês.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Por que alguns conteúdos não estão mais disponíveis e outros estão? Ou todos não estão disponíveis?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não, não, nem todos. Como nós explicamos no início, Excelência, algumas empresas podem entrar, na verdade, elas cadastram as campanhas, elas cadastram as listas e elas podem fazer a manutenção disso, ou seja, excluir, alterar, pausar a campanha, por exemplo.

A gente precisa apurar. E vamos verificar isso para saber se houve alguma coisa desse tipo ou se houve, de repente, algum erro técnico, uma falha de servidor, etc. e tal.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Com esse valor de R\$1.680, o senhor acha que é possível alcançar milhões e milhões de pessoas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Qual seria o alcance, mais ou menos?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Só teria possibilidade, pagando R\$1.680, que eu acredito que está-se referindo à nota, só poderia realizar 20 mil envios, nada mais do que isso.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Vinte mil envios! Certo. Vamos considerar que possivelmente uma empresa possa ter contratado disparos para realizar campanha para o Bolsonaro. Só alcançaria então, no máximo, 20 mil pessoas?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Com esse valor, sim.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Certo.

Já com o valor de dois milhões de reais, contratados pelo Henrique Meirelles, por exemplo, qual seria mais ou menos o alcance dessa campanha?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Preciso verificar mais ou menos o quanto foi concedido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Mas pode ser uma média ponderada entre: esses 1.680 estão para 20.000 assim como 2 milhões estão para "x".

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Por volta de 10 ou 15 milhões. Preciso verificar. Podemos verificar isso e...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Perfeito, ou seja, poderia ser impactante esse resultado, certo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não sei te responder isso, sinceramente.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Em média, umas 20 milhões de pessoas.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Uma média de pessoas...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Certo. Tem algumas coisas que acontecem na empresa do senhor de que o senhor não toma conhecimento? Ou o senhor acha que toma conhecimento de tudo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Se eu falar que sim, eu estou mentindo. É impossível! Nós temos um dia a dia que não dá para acompanhar 100% do que acontece da portaria até a operação, por exemplo.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Certo. Então, do operacional, por exemplo, já que o senhor diz que toma mais conta do comercial, pode ser que no operacional algumas coisas tenham acontecido que o senhor não tenha conseguido acompanhar diretamente?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Que tenham acontecido, não sei te dizer, mas nós temos o manual de operação, no qual diz exatamente o que a pessoa deve fazer do início ao fim do processo, o manual de procedimento operacional.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Perfeito. Existe alguma possibilidade de a AM4 ter contratado vocês para fazer esses trabalhos com o valor de R\$1.680 e, sem querer, vocês terem feito milhões e milhões de disparos de graça?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Impossível.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – A sua esposa, que vai ser a próxima depoente, tem mais contato?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Minha irmã.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Ah, irmã? Desculpa. Ela teve mais contato com o operacional no dia a dia?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Tá. A função dela na empresa qual é?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ela trabalha na parte administrativa, basicamente.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Certo. O senhor disse que o senhor cuida mais do comercial, é isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Hoje em dia, eu estou mais no nível executivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Tem alguém que cuida especificamente da área operacional?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Especificamente, não. Nós temos turnos. A responsabilidade é dividida de acordo com os turnos. Nós chegamos a ter, por exemplo, no período eleitoral, três turnos, ou seja, três equipes diferentes trabalhando.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Em cada turno.

O senhor soube, responda aqui para a gente, mais ou menos o valor, até porque a Carol de Toni trouxe para a gente já a questão da nota fiscal que foi... a nota da imprensa, desculpa, que saiu em 2018 da AM4, falando sobre os disparos que aconteceram. Então, a gente conseguiu, enfim, saber aqui o que houve. Afinal de contas, se pode ter havido alguma contratação para a campanha do então candidato Presidente Jair Bolsonaro. E já sabemos mais ou menos, se houve realmente essa contratação, o tamanho dela.

O senhor comentou que o PT contratou a sua empresa para fazer disparos também, né? A pergunta que eu gostaria de fazer é: provavelmente não foi uma contratação direta igual à do Henrique Meirelles, certo? O senhor saberia dizer qual empresa ele utilizou para fazer essa contratação?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim. Foi essa agência, empresa Um por Todos.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Agência Um por Todos. E você teria noção de qual o valor a agência Um por Todos utilizou para a campanha de 2018?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Preciso levantar, Exa. Não me recordo.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Está declarado R\$2 milhões.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Na agência. Porque tem uma declaração de R\$2 milhões no CNPJ da Deep Marketing.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Isso. A Deep Marketing, na verdade, atendeu o Henrique Meirelles.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – A minha colega está aqui me assoprando. Ela assoprou Henrique Meirelles. Então, o senhor não tem ideia nem de média? Porque, assim, existe uma ordem de grandeza de R\$1.680, que teoricamente está sendo levantada por um candidato; de R\$2 milhões para outro candidato. Teria pelo menos uma ordem de grandeza de quanto o PT contratou? A gente está falando em R\$100 mil, em R\$2 milhões, em R\$1.000, como aconteceu, por exemplo, com a Tabata Amaral – R\$1.680 com a Tabata Amaral?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Precisamos verificar. Vamos analisar isso e responder.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – E responder depois.

O senhor se sentiu em algum momento, nas últimas perguntas a que o senhor precisou responder, sentiu que já tinha respondido a pergunta e que voltavam a perguntar, tentando fazer com que o senhor respondesse uma outra coisa ou de uma forma diferente? Se sentiu pressionado na CPMI a responder de forma diferente da qual o senhor já tinha respondido?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Olha, eu acredito que cada Excelência aqui tem um entendimento diferente e busca entender de uma maneira totalmente diferente do que nós estamos dizendo aqui, que é a verdade. Então, eu acho que respeito, mas, enfim, respondemos tudo aqui de maneira simples.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Teve um Senador antes de mim que perguntou a respeito da AM4, o senhor respondeu que teve um faturamento para a AM4; ele te perguntou se a AM4 fazia a campanha do Presidente Jair Bolsonaro...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – ... aí o senhor disse que acredita que sim, e ele já fez a ligação direta de que o senhor afirmou então que a campanha foi para o Presidente Jair Bolsonaro e ainda o acusou de caixa dois.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não fizemos caixa dois.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – O senhor respondeu efetivamente que a campanha da AM4 foi especificamente para a campanha do Presidente Jair Bolsonaro? O senhor respondeu isso ou ele deduziu através de duas questões que o senhor tinha respondido?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Deduziu.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Certo. Eu acho que estou satisfeita.

Quer usar o meu tempo?

Vou transferir meus cinco minutos para Carol de Toni. Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, V. Exa. passou até do seu limite; como suplente, é a metade do tempo.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Cinco minutos ali?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, a senhora falou mais do que o tempo normal.

Concedo a palavra ao Deputado...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Só a última pergunta então: a origem de dados, a origem do banco de dados desses R\$2 milhões que o Henrique Meirelles gastou; foi fornecido pelo próprio candidato ou vocês usaram banco de dados próprio?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Fornecido pelo candidato.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Desculpa, eu não te ouvi.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Fornecido pelo candidato.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Pelo candidato. O.k.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro, do PSD, do Pará.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu gostaria que se fizesse presente a Relatora, até porque a Relatora é que vai relatar, logicamente, fazer um juízo do que ela acha disso ou daquilo. Então, a presença dela aqui é importantíssima para estar ouvindo e sentindo as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela foi à toaleta e está chegando.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Então, eu aguardo, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para questão de ordem.) – Inclusive, até uma questão de ordem.

Eu gostaria que depois o senhor analisasse as informações que estão na imprensa, Presidente, que falam sobre o fato de que a Relatora foi ao MPF, iria ao MPF, a partir da última oitiva que nós tivemos do Hans, meio que criminalizando já o que o depoente disse. Eu acho que a gente fica com uma situação aqui um pouco difícil porque nos parece, às vezes, que a Relatora já tem um lado, já escolheu o lado que ela quer. Acho que isso fica comprometido, compromete todo o andamento da CPMI. Entendeu? O senhor, como Presidente, até para manter a lisura desta CPMI, deveria garantir que a Relatora tivesse mais imparcialidade porque fica... Assim, está muito descarada a parcialidade da Relatora, sabe? A mentira precisa acabar. A Relatora...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, o que está acontecendo? Não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aguardando a Relatora chegar.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Aí, enquanto a Relatora chega, a outra fica falando mal da Relatora?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela pediu uma questão de ordem, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu não entendi que questão é essa. É falar mal da Relatora? Não entendi que questão é essa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E se V. Exa. desejar questão de ordem também...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu estou fazendo uma questão de ordem a respeito da relatoria.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu acho que dizer que está fazendo questão de ordem é sério. Não tem questão de ordem. Qual é a questão de ordem? Em cima de quê? Qual é o número?

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Senador Nelson Trad.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu não posso falar então?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Qual é o número...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Nelson Trad.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Porque, se está parada a sessão, está parada a sessão. Então, pronto.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A palavra está livre agora.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não adianta ficar... Se a palavra está livre, eu vou falar também.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Pode falar.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para questão de ordem.) – É um desrespeito. Vamos respeitar a necessidade fisiológica da Relatora.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Você fala de lá e eu falo de cá. Não tem problema nenhum. Fale de lá que eu falo de cá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Atendendo à questão de ordem do Senador Nelsinho, fica suspensa a sessão por um minuto, até a Relatora adentrar o Plenário.

(Suspensa às 17 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 04 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Reabro a sessão.

Com a palavra o Delegado Éder.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu não falei mal. Eu estava falando com o Presidente, não é? Ela pode assistir depois.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Democracia é isto mesmo: pode falar mal e bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Faz parte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Delegado Mauro.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Já posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode, à vontade.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Delegado Mauro com a palavra.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Angelo; Sra. Relatora, Deputada Lídice da Mata, obrigado por retornar, Relatora, porque a sua presença aqui é a mais importante de todas, porque a questão de justiça do que será feito, do que será colocado em um relatório para apreciação desta Comissão Mista, entre Deputados e Senadores, vai caber exatamente à senhora. E fazer justiça é muito importante.

Por isso, eu sempre coloquei aqui, em algumas vezes – e o Presidente sabe disso –, que eu me preocupava com o andamento desta CPMI, por algumas posições que se têm visto, de direcionamentos que nos levavam a crer que ela já tinha um lado. E um juiz, um gestor do Direito quando vai exatamente julgar alguém, e para isso criaram até o juiz de garantia, tem que ter a imparcialidade de fazer justiça. Isso é o mais importante nesta CPMI. Por isso fiz questão de aguardá-la, Deputada.

Eu iniciaria, Sr. Lindolfo e Dr. José Júnior, dizendo – e é a primeira vez que vocês estão vindo aqui, e eu já vim várias vezes... É a segunda?

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR (Para expor. *Fora do microfone.*) – Primeira.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Primeira.

Já vim várias vezes, e o meu posicionamento ainda continua esse. Vocês já viram que existe praticamente aqui um Fla-Flu nesta CPMI: tem o pessoal da Terra redonda e tem o pessoal da Terra plana.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Eu sou da Terra redonda.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – É.

Então, eu quero dizer a vocês... E espero de você, meu irmão, e de todos que vêm aqui depor, e alguns inclusive faltaram com verdade com o objetivo único e exclusivo de botar uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direção e tentar prejudicar alguém, exatamente fazendo aquilo que estão investigando, que são *fake news*, que são procedimentos através das internet da vida para jogar notícias falsas daquele ou daquele outro. Isso se viu muito na campanha, principalmente de candidatos majoritários. Eu já sofri isso quando fui candidato majoritário, sofro até hoje – sofro até hoje – e já aprendi até a conviver com isso. Quando a gente vê aqui depoimentos de pessoas fazendo essa direção única, aí é preocupante. Por isso fiz questão de a Relatora se fazer presente porque nós temos interesse de buscar, única e exclusivamente, justiça, de poder identificar aqueles que porventura tenham se utilizado de meios para fazer esse tipo de coisa.

Eu iniciaria, Sr. Presidente, perguntando ao Sr. Lindolfo... Melhor dizendo, não é nem uma pergunta, eu só gostaria que ele ratificasse o seu posicionamento, porque a Deputada Lídice, quando estava aqui presente, quando o Senador Randolfe esteve aqui, ele tentou induzir e impor ao depoente um posicionamento que ele não fez, primeiro, perguntando se ele reconhecia aquelas fotos. E o depoente – o senhor me ratifica se foi o que o senhor respondeu – reconhecia as fotos pelo ambiente do local do trabalho. E o Sr. Randolfe, Senador, colocou como se fossem as fotos como um todo.

Em seguida à pergunta das fotos, que foi não das fotos em si, mas do ambiente, ele perguntou ao Sr. Lindolfo se ele então admitia o conteúdo dentre os quais um que ele conseguia ler – que foi o único que conseguiu ler aqui – que denegria a imagem do então candidato Haddad. E o depoente – se puder ratificar – disse que não tem a menor condição de identificar o que ali estava escrito. Foi isso que o senhor respondeu?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Então, eu gostaria que a senhora computasse nas suas informações que a senhora anota, Sra. Deputada, que o depoente em nenhum momento fez qualquer comentário ou afirmou qualquer coisa que o Senador, que não está presente, tentou afirmar que o depoente o fez.

Então, eu gostaria de começar exatamente destruindo um posicionamento maldoso que o Senador Randolfe fez, ao tentar incriminar, inclusive falando em caixa dois aqui, que é, sem dúvida nenhuma, algo que muito fazem, a esquerda.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de perguntar ao Sr. Lindolfo se o senhor considera a sua empresa uma empresa séria. Sim?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – A sua empresa foi contratada pelo Deputado Rui Falcão?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Foi contratada?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Para fazer um trabalho de levar mensagens das quais ele enviou o conteúdo para vocês.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Confere? Sim.

Seria justo alguém chegar aqui e lhe perguntar se o Sr. Rui Falcão lhe encaminhou mensagens danosas a qualquer outro candidato, como, por exemplo: Bolsonaro é homofóbico,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro não gosta de mulher, Bolsonaro não gosta de negro... Seria justo essa pessoa afirmar e o senhor dizer que sim?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Seria uma inverdade.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Uma inverdade. E veja que foi o requerimento do Deputado Rui Falcão que lhe trouxe aqui.

Então, quero considerar que não só o senhor está dizendo que a sua empresa é séria, que seria uma inverdade que alguém falasse que ele disparou, através dos 8 mil que ele gastou com a sua empresa para fazer os disparos legais, que o Sr. Rui Falcão, Deputado, também o contratou, de forma legal, que o que ele lhe encaminhou como conteúdo foram coisas justas de campanha dele, confere?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Muito bem, eu faço um comparativo aqui, amigo, pela seguinte situação: o Sr. Rui Falcão gastou 8 mil para fazer propaganda de sua campanha, de forma legal, com prestação de conta e tudo. Eu lhe pergunto: a AM4, que foi uma espécie de terceirizada, que foi quem lhe contratou, ligada ao Sr. Presidente atual, Jair Messias, que gastou 1,6 mil, pelo que me passaram aqui, também usou os R\$1,6 mil para fazer disparo de conteúdo de campanha para denegrir imagem de algum candidato?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nós não tivemos acesso a esse conteúdo. Perfeito? Então, eu desconheço o conteúdo dessa mensagem. Confirmo o valor e confirmo a quantidade pequena de mensagens.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Então, foi só o uso da plataforma?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Muito bem.

Sr. Lindolfo, muito se prega aqui sobre a questão de *fake news*. Eu vi que, desde o início de tudo o que se falou aqui, de disparo, de compra de *chip*, e até desisti de perguntar sobre a questão de *chip*, de tudo isso, porque é o que menos nos interessa aqui, menos interessa... O que nos interessa aqui é saber se a sua empresa, através de alguém, disparou *fake news* contra algum candidato à época. E o senhor já foi claro aqui em dizer que nem para um, nem para outro. Confere isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Confiro, confere.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – A senhora ouviu, Sra. Relatora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Obrigado.

Então, eu fico, assim, abismado, Deputado Rui Falcão, de ver que a gente, às vezes, convoca ou convida alguém a vir aqui para fazermos uma série de questionamentos, e a gente não consegue definir exatamente uma direção.

Vejo eu, por tudo o que se viu aqui, que o depoente, através das suas inúmeras empresas, que parece que se transformam na Yacows...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Grupo Yacows, perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – ... Grupo Yacows, não falou, em nenhum momento, aqui que tenha usado as suas empresas para fazer disparo de *fake news* nem para uma pessoa, nem contra outra, nem contra outra.

Mas, para que a gente possa, Sr. Lindolfo, deixar bem claro, já que se falou aqui no Jair Bolsonaro, o atual Presidente, que muitos aqui, às vezes, quando vêm falar de qualquer coisa, misturam um monte de coisa para tentar denegrir a imagem, inclusive, agora, com a questão da jornalista, e eu sempre aprendi que a árvore que dá fruto é essa que é apedrejada, então, ele está dando muito fruto para este País. Ele, simplesmente, pela Legislatura passada, em que, só nas estatais, nós tivemos um rombo de 35 bilhões, em menos de um ano de governo, já deu um lucro de 70 bilhões só nas estatais. E isso, eu volto a afirmar aqui nesta CPI, foi por um único motivo: ele zerou a corrupção nessas estatais. É por isso que elas estão dando todo esse lucro.

E é exatamente por todos esses motivos e por esses ataques que a esquerda costuma fazer, de denegrir – e eu tenho inclusive um vídeo que me mandaram agora de uma reunião de alguém da esquerda junto com professores que foram chamados a essa reunião, em que essa pessoa diz que nós não precisamos fazer resistência ao Governo Bolsonaro, nós precisamos destruir o Governo Bolsonaro... É uma vontade muito grande, mas tenham a certeza de que jamais vão conseguir isso.

O que foi destruído é o que está lá fora, um preso solto. Um preso deste País, não é um preso de quatro paredes. É um preso que não consegue colocar o nariz dele na janela do esconderijo em que ele está; não consegue ir a um *shopping*, a uma feira, não consegue ir a lugar nenhum deste País, diferentemente do Presidente que está aí, que, aonde chega, é bem quisto e aplaudido.

Então, eu tenho cinco perguntas a lhe fazer para finalizar.

A sua empresa prestou serviço ao candidato Haddad?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Através de uma agência.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Primeira pergunta.

Segunda pergunta: a sua empresa prestou serviço ao candidato Haddad, do PT?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Através de uma agência.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Terceira pergunta: a sua empresa prestou serviço ao PT, através do candidato Haddad?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Os disparos foram feitos através de uma agência.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Quarta pergunta: a sua empresa prestou serviço ao Haddad?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Através de uma agência.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Última pergunta, Sra. Relatora. A sua empresa prestou serviço para o PT, através do Haddad?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Fizemos disparos de mensagens através da agência.

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Para finalizar: qual o valor desse serviço, se o senhor lembra?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Preciso verificar.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, o Deputado Rui Falcão, que foi citado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone.*) – Eu só falei bem do Deputado Rui Falcão, será que precisa ainda...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Eu não fiz nenhuma valoração da sua afirmação, Deputado, eu apenas fui citado...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone.*) – Ah, bom, porque eu só falei bem.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... e reivindico, pelo art. 14, poder me manifestar. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – É claro que o Deputado Éder Mauro procura aqui construir uma narrativa querendo estabelecer um paralelo entre a campanha legal que fiz, com os disparos que fiz, e disparos que estão disponíveis, diferentemente dos disparos feitos pela AM4, que foram apagados e que, portanto, nem o depoente nem nós, neste momento, podemos verificar qual é o conteúdo. Então, eu queria estabelecer essa diferença.

Segundo, para quem está agora, os brasileiros e brasileiras que estão nos ouvindo e veem falar o meu nome, eu quero aqui repetir a informação: contratei a empresa Maut, que é uma das empresas do grupo Yacows – na época desconhecia isso, era uma empresa que fazia serviços legalmente. Contratei, tenho o conteúdo dos disparos, paguei, tenho o cheque, tenho a nota fiscal, tenho o recibo e todo o cadastro de filiados e pessoas que estavam legalmente cadastradas por mim e para as quais enviei as mensagens. São mensagens de afirmação da minha candidatura, que pediam votos para o 1313, que era o meu número, que falava de alguns pontos da minha plataforma, e isso pode ser demonstrado a qualquer momento. Então, repito aqui a informação: contratei a empresa Maut, paguei, tenho recibo e fiz a prestação de contas devida no Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para a Deputada Bia Kicis.

Por último, o Deputado Túlio Gadelha, na tarde de hoje.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para interpellar.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sra. Relatora, meus pares aqui presentes, todas as pessoas que nos acompanham, convidados de hoje.

Eu percebo o seguinte: esta CPMI foi criada para que se buscasse de alguma forma cuidar ou coibir *fake news*, principalmente através das redes sociais, porque *fake news* traria desequilíbrio para o pleito eleitoral. Mas o que eu noto é que os convidados que vieram até aqui, como o Sr. Hans River, na semana passada, hoje o Sr. Lindolfo, da empresa, confirmam que fizeram disparos para o PT e para o candidato Haddad e também tenho aqui uma relação de inúmeros candidatos, como, por exemplo, a Deputada Tabata Amaral e vários outros Parlamentares que se valeram desse tipo de serviço para impulsionamento. Tudo legal, porque, se o banco de dados não é comprado, é um banco de dados fornecido pelo candidato, eu não vislumbro nenhum crime. E, com relação à questão de *fake news*, os convidados também não declararam... Declaram que desconhecem o teor das mensagens, que não estariam prestando serviço para disparar *fake news*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece é que, como sempre houve em eleições, mesmo antes de internet, um candidato fala mal de um, inventa uma história de outro, o outro inventa do outro, mas há um equilíbrio, porque todo mundo fala mal de todo mundo, todo mundo inventa uma mentira de todo mundo. Isso no geral, não todo mundo. Eu, por exemplo, na minha campanha, não falei mal de ninguém, não fiz *fake news* de ninguém, mas acontece no pleito eleitoral. Só que a questão de ambos os lados se utilizarem deste tipo de conduta acaba que torna um equilíbrio. Não há nenhum tipo de favorecimento de forma a gerar um pleito que foi marcado pela falsidade de um lado, pelas mentiras de um lado, que teriam mudado as eleições, os resultados das eleições, como a Petra enlouquecidamente, de forma totalmente irresponsável, disse numa entrevista: que o Bolsonaro só ganhou as eleições porque, às vésperas das eleições, falaram que o Haddad fazia rituais satânicos, e por isso pessoas que votariam nele mudaram para o Bolsonaro. A gente sabe que isso é mentira. Dá vontade de rir de uma coisa tão tresloucada dessa.

Então, se todos os candidatos... E aí não se provou que o Bolsonaro... Por exemplo, aqui a AM4 diz que foram R\$1.680 de disparos para o candidato Bolsonaro, mas o Sr. Lindolfo, como eu fui informada, afirmou que só 900 disparos foram feitos. Isso aí dá quatro grupos de WhatsApp. Como é que isso vai influenciar nas eleições? E mais, se não são *fake news* e não se provou que são, qual o problema de usar WhatsApp para pedir voto, para fazer postagem? Não tem problema nenhum, isso está na lei, é normal. A lei eleitoral prevê inclusive impulsionamento pelo Facebook, desde que você siga as regras. Eu fiz impulsionamento pelo Facebook, um valor pequenininho, mas fiz, aprovadas as contas pela Justiça Eleitoral, porque está previsto.

Aqui ninguém falou que houve utilização de disparos para *fake news*. Se os seus serviços tivessem mudado os resultados das eleições, o Henrique Meirelles, que gastou R\$2 milhões em impulsionamento, teria sido Presidente do Brasil, no entanto, ficou lá embaixo, não tendo quase voto nenhum. Ele gastou R\$2 milhões, Bolsonaro gastou R\$1.680. Onde é que está a utilização ilegal de um serviço para influenciar numa eleição? Eu estou achando melhor os candidatos não impulsionarem mais, porque, se impulsionarem desse jeito, vão perder a eleição, pelo visto.

E, hoje, uma coisa aqui que o...

(*Soa a campanha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O que o Deputado Delegado aqui falou, que é muito importante, é que a gente nota que o Presidente Bolsonaro, ao andar por este Brasil inteiro, é aplaudido, celebrado! Então, isso mostra que as pessoas que votaram nele estão aí nas ruas! Não há robôs, não há impulsionamento... Senão, ele seria um Presidente impopular. Todos os dias, ao sair do Palácio da Alvorada, ele é recebido por pessoas, dá entrevistas, faz *live*, está sempre ali com o povo.

Não há robô, não há *fake news*! Isso é balela desta Comissão que, lamentavelmente, deveria ser uma Comissão dedicada a investigar *deep web*, problemas de pedofilia, crimes nas redes. Só que ela não faz nada disso, não! Ela quer pegar o Presidente Bolsonaro e dizer que ele foi eleito com base em *fake news*, como, aliás, a Petra foi dizer lá fora, como outros foram dizer em Portugal. Uma outra atriz foi dizer para não usar os produtos brasileiros. Eles querem fazer o que o Deputado lá falou: "Vamos destruir o Governo Bolsonaro". Só que quem fala em destruir o Governo Bolsonaro está falando em destruir o Brasil, porque este é o Governo que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos, graças a Deus! E houve Governo anterior que, sem esse propósito, pelo menos declarado, fez exatamente isto: destruiu o Brasil! E o Governo Bolsonaro está dedicado a resgatar o Brasil!

Voltando ao tema de *fake news*, aqui não há nada. Com R\$2 milhões de impulsionamento, perdeu, não teve nada de voto. Teve quantos por cento de votos o Henrique Meirelles? Menos de 3%? E aí o que acontece: Bolsonaro, R\$1.680 e não tem nada de conteúdo de *fake news*...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para interpelar.) – Quatro grupinhos de WhatsApp estão ali para mandar mensagens, para pedir voto... Onde é que está *fake news*?

Por favor, vamos nos ater ao que interessa. Esta CPMI já deu o que tinha que dar, não conseguiu comprovar nada. Está na hora de encerrar isto aqui, porque o Presidente Bolsonaro foi eleito pela sua popularidade e porque o PT destruiu o Brasil. O povo estava cansado e quer mudanças.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado Túlio Gadêlha, o último orador inscrito deste primeiro depoimento. Com a palavra o Deputado Túlio.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu gostaria de saudar e parabenizar a todos os Parlamentares que estão aqui até esta hora; saudar a nossa Relatora e a V. Exa., que preside esta audiência.

Inclusive, Presidente, faço coro, sendo justo com a nossa Relatora, ao desagravo feito por ela, quando V. Exa. iniciou a inquirição do depoente, porque, muitas vezes... Sei que o nosso intuito é ter mais informações, mas desconstrói toda a estratégia elaborada pela Relatora na construção de um raciocínio que possa extrair mais informações do depoente. Por isso, sendo justo com ela, eu também acho muito importante que os trabalhos sejam orquestrados pela relatoria, mas comandados pela Presidência.

Indo para o Sr. Lindolfo. Sr. Lindolfo, eu agradeço sua presença aqui. Saiba que será tratado com muito respeito por minha pessoa. Da mesma forma, venho lhe pedir também respeito, e lhe pedir respeito não é só ser tratado com seriedade, mas é também ser levado a sério e não tentar nos fazer de tolos aqui. Eu falo isso, Sr. Lindolfo, com todo o respeito, porque a palavra mais escutada aqui, nesta audiência, em mais da metade das perguntas contabilizadas por mim, foi a palavra "desconheço". Sendo muito franco, a pessoa que é dona dessa empresa e que, segundo outros depoimentos, tinha conhecimento sobre as mais diversas atividades e sobre o funcionamento das estruturas da empresa, não pode chegar aqui e dizer que desconhece mais da metade das perguntas.

Eu percebo também uma falta de compromisso com a verdade aqui. Eu venho falar isso de maneira muito franca e peço a sua seriedade porque o que está em jogo é a democracia.

Queria pedir para a Mesa, inclusive, colocar a imagem que foi solicitada, enquanto nós fazemos aqui a inquirição do depoente. Aproveito para perguntar-lhe sobre essa imagem, que já foi colocada aqui algumas vezes, Sr. Lindolfo, e pergunto ao senhor se reconhece esse espaço, se esse espaço realmente pertence à sua empresa, essa mesa, essa sala?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim, esse é o ambiente que era da empresa.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando continuidade, Presidente, na apresentação do Sr. Lindolfo, ele iniciou com a explanação em que afirma que foram disparadas cerca de 900 mil campanhas diferentes, para os mais diversos públicos. Olha, eu vou repetir: foram disparadas mais de 900 mil campanhas diferentes, para os mais diversos públicos, mas desconheceu aqui o conteúdo e não soube exemplificar sequer uma dessas campanhas.

Eu quero lembrar que o lucro auferido dessa atividade pelo depoente, pelo Sr. Lindolfo, não é ilícito; o que pode ser ilícito são algumas práticas da empresa, e os desdobramentos dessas atividades também têm sido muito danosos à nossa democracia. Por isso, estamos aqui, nesta audiência, conversando com o Sr. Lindolfo, e esperamos sua colaboração.

Mas vamos lá! No depoimento do ex-funcionário Hans River, ele afirma que o senhor não era o responsável pelo conteúdo, mas que todo conteúdo passava pelo senhor. É verdade ou não?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não é verdade.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Não é verdade.

O senhor aqui, nesta audiência, afirmou que sua campanha não dissemina *fake news*. Que garantia o senhor nos dá, já que não é verdade que o conteúdo passa pelo senhor?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito. Por volta de outubro, início de novembro, a imprensa começou a noticiar essa matéria sobre vantagens indevidas, redes de financiadores e algo do tipo. Logo após a gente saber dessas questões, nós começamos a investigar; afinal, de maneira alguma nós poderíamos permitir que algo desse tipo, dessa magnitude tivesse acontecido.

Então, te respondendo, como nós temos certeza, após uma análise técnica dentro do conteúdo e também do início das eleições até o fim das eleições, nós constatamos que nós não tivemos, não fizemos, não enviamos *fake news*.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Certo. Então todo o conteúdo passou, de certa forma, por essa comissão, que fez essa análise técnica desses conteúdos. Correto?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeitamente.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – E esse conteúdo que foi analisado se encontra hoje armazenado em algum HD, em alguma nuvem?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Provavelmente deve estar em um sistema de armazenamento, seja nuvem, HD ou a própria cópia de segurança.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – O senhor saberia informar, depoente – desculpe interrompê-lo, é que eu estou preocupado com o horário –, o senhor saberia informar se é nuvem ou HD? Porque "provavelmente" não nos dá certeza de nada.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Provavelmente é nuvem. Provavelmente é nuvem.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Nuvem?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Então o conteúdo se encontra em uma nuvem. Perfeito.

Eu queria dizer aqui ao depoente, ao Sr. Lindolfo, que esse assunto é um assunto muito sério. Eu costumo dizer, Sr. Lindolfo, que a disseminação de notícias caluniosas, difamatórias,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provoca – e a gente tem comprovado isso aqui –, muitas vezes, a intolerância e o ódio entre pessoas. E isso chega a ser até mais grave porque o *cyber bullying*, que é uma prática hoje presente na sociedade, chega a levar muitas vezes ao suicídio de jovens e crianças. Por isso, não se trata apenas de campanha, de Governo, de lado aqui, de PSL, de PT, de eleição. Esta discussão aqui vai muito além da eleição. Esta CPMI tem o intuito de investigar essas informações para evitar que isso seja cometido aqui na nossa sociedade.

Mas eu queria me ater às ilicitudes. O senhor nega a existência de cadastros de CPFs falsos, correto?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito. Sim.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Como justifica, então, a presença daquelas caixas de *chips* ali, que o senhor mesmo afirmou serem da sua própria empresa?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Excelência, conforme eu demonstrei em um vídeo que está disponível, não é necessário que haja, que exista um cadastro de uma determinada linha de celular, no caso, para poder receber as confirmações de registros de aplicativos. Então, demonstrei claramente, nós pegamos uma linha praticamente que não tinha usado, lacrada, e iniciamos o processo do início ao fim, e em nenhum momento...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Sr. Lindolfo, na audiência passada recebemos empresas das companhias telefônicas. Não faz sentido falar em ativar *chip* sem CPF. Se o senhor consegue ativar *chip* sem CPF, o senhor tem utilizado conteúdo, material fraudulento. Isso o enquadraria, no caso, na Lei nº 10.703, de 18 de junho de 2003. Eu quero saber se a compra, a aquisição desses *chips* realmente não está ligada, vinculada a um CPF.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito. Nós não usamos a linha de celular para absolutamente nada, a não ser para o cadastro do Whatsapp. Logo, nós não realizamos nenhum tipo de uso dessa linha ou mesmo fizemos algum tipo de cadastro com algum CPF. Bem, nada...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Nem CNPJ?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Nem CNPJ. Nada melhor do que o vídeo para demonstrar que isso de fato funciona.

Como eu tinha explicado, Excelência, as operadoras precisam se comunicar com as próprias linhas para falar sobre as questões de *roaming*, questões de saldo, questões relacionadas a *marketing*, para que as pessoas percebam que elas não têm mais crédito e façam aí o cadastramento e até mesmo a aquisição de créditos. Então, nós usamos a linha absolutamente para nada, para nenhuma finalidade, para nenhum envio através da rede das operadoras de telefonia celular ou qualquer outro tipo. Nós não usamos para absolutamente nada. Nós só usamos um número, que é de usuário, digamos, dentro do WhatsApp, para poder disparar as mensagens, com conteúdo legal, de forma lícita.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Desculpe. Eu não entendi o final. Então, o senhor utiliza a linha para a utilização do WhatsApp?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeitamente.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Certo.

E quanto aos descartes dos *chips* colocados pelo senhor: qual a necessidade de descartes desses *chips* – aproveitando que V. Exa. dá um vistoso gole d'água? Qual a necessidade de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descartes desses *chips*, já que sua empresa possui CNPJ? Por que descartar esse material adquirido?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Porque, a partir do momento em que nós ligamos o celular, obtivemos o número da linha de telefone e fizemos a utilização dela no WhatsApp, aquele número de nove dígitos – DDD mais nove dígitos – simplesmente não vai mais ser aceito no WhatsApp. Logo, nós procedemos com uma outra linha, para poder registrar no WhatsApp e realizar os disparos.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Perfeito.

Na foto apresentada pelo Sr. Hans River, ele afirmou que várias caixas desse telefone eram levadas pela empresa Yacows ou Kiplix. Como o senhor falou, aquelas fotos são verdadeiras. Quantos *chips*, então, foram adquiridos pela empresa ao longo de 2018?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Isso nós podemos levantar e enviar para vocês sem problemas.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Certo.

O senhor não tem ideia, então?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desculpa. Não tenho ideia, com todo o respeito.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Nenhuma ideia se mil, 50 mil, 200 mil, 1 milhão? Não tem ideia?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Desconheço, neste momento, para lhe dar uma resposta mais exata, Excelência.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Tá o.k.

Onde esses *chips* foram comprados, Sr. Lindolfo?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Dentro do período eleitoral, V. Exa. quer dizer?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Durante o ano 2018.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Durante praticamente todo dia, toda semana. É uma...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Onde? Onde eles foram...

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Ah, onde?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Onde.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perdão. Ele é comprado primeiramente pelas empresas que já utilizaram para alguma finalidade, ele é comprado por empresas e indivíduos representantes das operadoras, ele é comprado em bancas de jornal. Nós temos foto, adquirimos bastante *chip*, logo nós temos a possibilidade de comprar de diversos... Imaginem que é um fornecedor de matéria-prima; sem a matéria-prima, eu não consigo executar o meu trabalho. Logo, nós temos dezenas de revendedores, vendedores, ambulantes, bancas do jornal que nos fornecem, Excelência.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Então, o senhor designava uma pessoa da sua empresa para ir às bancas de revista, aos vendedores ambulantes, à 25 de Março, com dinheiro no bolso, para sair comprando esses *chips*? Era assim que funcionava ou não?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Não, não, não, não.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Como funcionava?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Hoje, por praticamente o mercado conhecer a nossa atividade, eles praticamente que fornecem, vão até a empresa solicitar, e o pagamento é realizado de acordo com os trâmites normais de uma transação financeira. Normalmente, não é feito à vista, é feito a prazo, conta corrente, fecha no fim do mês, paga com 15 dias...

(Soa a campanha.)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – O senhor se recorda de alguma dessas compras, por exemplo, algum desses lotes de *chips* que foram comprados? Chega a recordar-se da quantidade de *chips* ou do valor pago pela sua empresa, do valor pago pela sua empresa, por exemplo, nesses *chips*?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Olha, existem lotes de mil, por exemplo. Existe uma determinada... um revendedor que atua na Praça da Sé, na Praça da República; ele tem cem *chips*. Tem pessoas que têm um poder maior, que fazem uma praça maior de vendas, elas têm mil *chips*. Agora, respondendo diretamente, com todo o respeito, eu não sei precisar exatamente a quantidade e também os valores envolvidos, Excelência.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Não sabe... Não sabe precisar a quantidade e os valores envolvidos na aquisição da sua empresa, então?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Quem era o responsável pela distribuição desses *chips* adquiridos para os funcionários da sua empresa? Existia uma pessoa responsável por fazer isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Uma pessoa responsável, não. Nós tínhamos praticamente três turnos; em cada turno, durante o ano de 2018, nós tínhamos um líder de equipe. Nós temos um estoque onde cada pessoa ao chegar, o líder de equipe ao chegar no seu horário pega uma determinada quantidade de *chips* – podem ser cem, podem ser quinhentos, podem ser mil *chips* – e distribui para os operadores.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Certo. E quem criou esse mecanismo que vocês utilizavam para ativação dos *chips* em escala? Como foi colocado pelo depoente Hans River em outra semana nesta Comissão, ele mostrou que eram utilizadas chipeiras e ali ele mostrou todo o processo de ativação do *chip*, como funcionava. Quem criou esse mecanismo de ativação? Vocês importaram de alguma empresa?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A Yacows foi a criadora dessa plataforma. As chipeiras nada mais são do que formas de melhorar o processo, de subir – no nosso jargão – subir as linhas de forma mais rápida do que a manual.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Por fim, eu queria fazer mais duas perguntas: primeiro, queria que o senhor explicasse como funcionava esse fluxo de produção das mensagens e dos conteúdos a serem disparados. O cliente sugeria à empresa, a empresa avaliava o conteúdo e disparava ou nem sequer avaliava e disparava? O conteúdo era de propriedade apenas do cliente?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito. A Yacows, e com a plataforma Bulk Services, só dá o meio de disparo; o conteúdo é totalmente de responsabilidade do cliente. Logo, nós não atuamos produzindo o conteúdo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Perfeito. Então, sua empresa pode tranquilamente disparar conteúdo de pornografia infantil se um cliente pedir? Correto?

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – Excelência, com todo o respeito...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não. Com licença que o depoente está falando aqui. Com licença o senhor.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – O senhor está fazendo uma...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – O senhor oriente o depoente. O senhor oriente o depoente.

O SR. JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR – O senhor está induzindo o meu cliente.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – O senhor não pode se manifestar no microfone. O senhor oriente o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Doutor, o nobre Deputado tem as suas razões. O senhor pode trocar informações aí com o seu cliente; agora, dialogar no microfone fica fora do *script* da CPML.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Permaneço calado, respeitosamente.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Eu fico indignado, mas satisfeito com as respostas, o que nos mostra, Relatora Lídice, que essa empresa precisa, de fato, ser investigada e criminalizada, se possível, porque esse tipo de conteúdo não pode ser admitido nessa Comissão, ser disseminado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente, pela ordem.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, para concluir, eu quero apenas agradecer ao proponente desta audiência, porque a cada dia percebo que nós estamos nos aproximando de apurar a verdade e de combater esse tipo de prática aqui no nosso País. Muito obrigado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Quero utilizar o tempo da Liderança do PT, breve.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado. Inclusive, a Deputada Caroline pediu também pelo tempo do PSL. Então, parece que vocês estão até combinando aí os horários e os questionamentos.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora tem precedência...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Pode ir.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É uma pergunta rápida e...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois de vocês dois, a nossa Relatora, para encerrarmos a oitiva do depoente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – O Sr. Lindolfo, logo no começo da apresentação, quando perguntado por que se solicitou o sigilo para o depoimento do Sr. Hans River, disse que ele havia levado informações de como a empresa operava, ou melhor, que ele "achava" que a empresa operava. O senhor disse isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Então, eu acredito nisso. O senhor estava preocupado em preservar o *modus operandi* da empresa. Agora, o que eu não consigo entender – talvez o senhor pudesse me explicar – é por que a AM4, que era a agência que fazia a campanha de Jair Bolsonaro; por que ela esteve presente na audiência com o Sr. Hans River na Justiça do Trabalho.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Certo. Olha, eu acredito que tudo o que saiu na imprensa, Excelência, eles tenham ficado interessados em saber qual era o conteúdo daquele acordo trabalhista.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Mas ele não era o funcionário da AM4!

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Pois é.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Mas o senhor então... O senhor não confirma... O senhor confirma que a AM4 esteve presente na audiência?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Na verdade, o que nós podemos ver, pelos autos – não é, doutor? –, eles compareceram.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Mesmo sendo a agência da campanha de Jair Bolsonaro, eles foram na rescisão de um trabalhador de três... Três reclamações trabalhistas, só, teve a sua empresa, segundo o senhor informou, e justamente nessa a AM4 resolveu comparecer?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Bom, eu queria encerrar então, Presidente, dizendo que estou aqui muito preocupado, porque, enquanto nós estamos aqui debatendo com o Congresso...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Encerrou?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Não, não. Não encerrei, não; estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – ... estamos aqui debatendo, o General Heleno, que é Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, faz ameaças ao Congresso, aos Deputados, às Deputadas, inclusive com palavras de baixo calão: "Não se pode aceitar esses caras" – que somos nós todos aqui – "chantageando a gente". E diz que quer que a gente se "f...". Quer dizer, não é uma pessoa qualquer: é o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ameaçando o Congresso Nacional de que nós temos que votar segundo os desígnios dele. É uma escalada autoritária militarizada perigosa.

Nós vimos esta semana o Presidente da República de El Salvador invadir o Congresso Nacional com a tropa do Exército salvadoreño, dizendo que, se os Deputados não votassem conforme os seus desígnios, ele ia fechar o Congresso de El Salvador. Invadiu o Congresso com militares e com a Bíblia na mão, desrespeitando, inclusive, a palavra do Senhor.

Então, eu estou muito temeroso. A gente está aqui fazendo a CPMI, o senhor controla o tempo, as pessoas se dirigem bem ou mal, mas estão falando com liberdade, tanto a oposição como a situação, e o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Presidente da República, depois de o Presidente da República ter se dirigido em palavras de baixo nível à jornalista Patrícia Campos Mello – está sendo, inclusive, interpelado por entidades internacionais –, vem esse senhor ameaçar o Congresso Nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que repelir esse tipo de ameaça, porque a democracia não tolera que o Congresso Nacional possa ser ameaçado. Já ameaçaram o Supremo Tribunal Federal, dizendo que pode ser fechado com um cabo e um soldado, e agora vem esse senhor aqui nos ameaçar. Repilo essas ameaças, e nós todos em conjunto...

(Soa a campanha.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... temos que fazê-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Caroline de Toni.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois dela, porque ela pediu primeiro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Não; pode ser, pode ser o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode ser? Então, Deputado Éder.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem.) – Obrigado, Caroline.

Eu quero aqui só repudiar as palavras do colega Rui Falcão em relação à General Heleno, que é realmente o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Eu não entendo qual é o receio da esquerda com o militar. Aliás, eu até entendo, porque eles passaram quase duas décadas ensinando nossas crianças, adolescentes e os estudantes universitários a odiar militar. A democracia nunca esteve tão segura como hoje está, tendo um Presidente que é um militar e tendo os seus ministros, na sua grande maioria, principalmente os do terceiro andar, militares.

O General Heleno é uma pessoa de alto nível, uma pessoa que quem o conhece pessoalmente sabe perfeitamente o tipo a pessoa que é, e de lidar com todo mundo.

Agora, o que não se pode aceitar realmente é o País estar querendo trabalhar andando para frente, quando há gente aqui, da terra plana, querendo andar para trás, querendo voltar ao passado. Vocês têm que entender que o povo já deixou esse passado lá para trás. Elegeu um Presidente, embora de forma democrática, com mais de 57 milhões de votos, não foi para colocar de novo as roubalheiras nas estatais; não foi para ensinar sexo para as nossas crianças nas escolas; não foi para deixar as pessoas jogadas nos corredores dos hospitais, como vocês deixaram; não foi para deixar um Governo com 15 milhões de desempregados. O povo elegeu exatamente o Sr. Jair Bolsonaro para mudar toda essa imundice que vocês da esquerda deixaram, ou vocês ainda não estão conformados com isso?

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui deixar o meu repúdio à palavra do colega em pensar que a democracia está ameaçada. A democracia esteve ameaçada sob a ditadura vermelha que passou aí quase duas décadas destruindo este País, ou alguém tem dúvida disso aqui?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Caroline.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Deputado Éder é do PSD, ela é do PSL, e o senhor, do PT.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Mesmo partido do Coronel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela Liderança.) – Pela Liderança, então, Presidente, do PSL.

Presidente, hoje, mais uma vez nesta CPI, nós vimos aqui a oposição se inflamar, tentando mais uma vez espalhar *fake news* e reforçar uma narrativa, que só tem se demonstrado falaciosa, acerca do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Eu estive pegando aqui, só para a gente ter uma ideia, os gastos de campanha de um e de outro candidato – para a gente mostrar aqui as evidências, porque só há narrativa, e não há provas nem evidências de nada do que a oposição alega. O Presidente Bolsonaro, o total de despesas da campanha dele foi de R\$2,4 milhões, em torno disso; o total de despesas da campanha dele. O total de despesas da campanha do Fernando Haddad foi de R\$37 milhões, sendo que desse valor, só de agência de publicidade – e daí não nos foi dito aqui quanto foi gasto pela agência de publicidade contratada com disparos, mas aqui o depoente disse que houve disparos –, pela agência M. Romano Comunicação, foram R\$4,834 milhões. Acreditamos que boa parte desse valor tenha sido investido nesse disparo de mensagens. Henrique Meirelles, já foi dito aqui, gastou R\$2 milhões com disparos.

O que a gente quer dizer? Em primeiro lugar, que o disparo de mensagens via redes sociais, via WhatsApp, não é crime, desde que, é óbvio, esteja na prestação de contas e seja uma lista de contatos, um banco de dados disponibilizados voluntariamente pelos apoiadores.

A narrativa que a oposição tenta criar aqui é que teria havido disparos em massa, que se teriam espalhado *fake news*, mas, quanto mais a gente avança nas investigações desta CPI, mais a gente tem demonstrado que a oposição acusa o Presidente do que eles fazem.

Então, o que a gente quer dizer aqui agora é que a própria MP fez uma nota à imprensa onde eles colocaram que foi unicamente contratado, por meio de nota fiscal, ou seja, devidamente declarado, devidamente legal, o valor de R\$1.680, que, segundo eles, eram para disparar para cerca de 8 mil mensagens para celulares de doadores de campanha, unicamente para informar a mudança no telefone de suporte, ou seja... E aqui foi declarado pelo depoente que, na verdade, esses R\$1.680 só foram responsáveis, só atingiram noventa e cinco contas, ou seja...

Vamos pegar as contas aqui de rede social do Presidente. Gente, o Presidente Jair Messias Bolsonaro tem, sabe, quantos seguidores no Instagram? Peguei agora no meu celular: 15 milhões de seguidores. Se ele posta uma coisa no Instagram dele, ele atinge 15 milhões de contas, e foram todos seguidores voluntários. O Facebook dele, atualmente, está em 9,9 milhões de seguidores, ou seja, quase 10 milhões de seguidores no Facebook. Twitter: 5,9, 6 milhões de seguidores no Twitter. E mais 2,65 milhões de seguidores no YouTube. Só fazendo uma conta aproximada aqui: 15 mais 10, mais 6... Dá praticamente 30 milhões de seguidores em redes sociais, ou seja, Jair Messias Bolsonaro não precisou, não utilizou, conforme declarou aqui, não precisou de disparo, entre aspas, "ilegal". Ele fez um disparo legal. Mas olha o Meirelles, como disse a Bia Kicis aqui antes, nobre Deputada: R\$2 milhões, deve ter atingido quase 10 milhões de contas. Ele não precisou.

Então está na hora de a gente parar de acreditar nessas narrativas falaciosas, porque, quanto mais o tempo passa, mais desmoralizada fica a oposição...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... porque se demonstra que o nosso Presidente fez disparo legal de R\$1 mil, que não é nem um pouco comparado com os opositores, e nada adiantou do que os opositores fizeram, porque ele continua firme e forte nas redes sociais com 30 milhões de seguidores, ou seja, atingindo o público, porque ele reflete os valores conservadores do povo brasileiro, e é isso que importa.

Então, mais uma vez, está desmascarada aqui a estratégia da oposição, que não passa de narrativa. E continuamos firmes e fortes aqui defendendo o nosso Presidente.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Abrindo aqui um precedente, já que tinha encerrado praticamente os oradores inscritos, o Deputado Otoni de Paula gostaria de acrescentar algo e pediu essa condescendência aqui da Presidência.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Antes... Só um minuto, Sr. Presidente, antes de continuarmos. É só para dar uma notícia, especialmente ao senhor, como Senador, de uma matéria que saiu agora. O Senador Cid Gomes foi alvo de um disparo durante manifestação em Sobral.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu estava lendo aqui.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Esse é um ambiente em que é muito difícil para o País viver e que nós não podemos continuar estimulando tanto nas nossas divergências políticas dentro do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, da fala do Deputado Otoni, eu quero propor aqui aos membros da CPML adiar o depoimento da outra convocada, que está numa sala ao lado, em virtude de o horário estar avançado, e agendaremos para uma outra oportunidade.

Com a palavra o Deputado Otoni.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, o nosso repúdio a esse ataque sofrido pelo Cid, o que não faz parte de um ambiente democrático. Aqui nós divergimos no campo das ideias, e não no campo pessoal.

Sr. Presidente, apenas quero saudar o Sr. Lindolfo, saudar o senhor, saudar também a Deputada Lídice da Mata e também os meus nobres colegas. Eu quero usar esses três minutos apenas para dizer algumas coisas para o Brasil. Primeiro, houve uma terrível manipulação daquilo que foi dito por Hans aqui nesta CPI e daquilo que foi dito pelo Presidente da República ontem, logo após.

Primeiro que, quando o Hans vem aqui e diz que a jornalista da *Folha* se insinuou para ele, primeiro que ela não tem como dizer ou pelo menos não provou que isso não aconteceu. É a verdade dele contra a verdade dela, mas a imprensa já elegeu o mentiroso. O mentiroso é o Hans, até porque repórter não mente, repórter não cheira cocaína, repórter não assalta ninguém, repórter não bate em mulher. Se tem um cidadão santo neste País, é repórter, é jornalista. Esse é um grupo de anjos altamente puros. Canhalhas somos nós.

Pois bem. O Presidente da República, se referindo a esse episódio, disse que "ela queria dar um furo a qualquer preço". Houve uma risada do povo que ali estava, por conta da maldade do pensamento, e o Presidente não riu, ele continuou sério, como quem estivesse falando algo sério. Reparem que ele disse que ela queria dar "um furo" a qualquer preço. Ele não disse que ela queria dar "o furo". Não; é um furo, um furo de reportagem. Mas, lamentavelmente, unindo-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a setores da extrema esquerda, a imprensa progressista resolve, deliberadamente, em conjunto com todos aqueles que são contrários ao Presidente da República, atacá-lo.

O que o Presidente disse – e aqui eu termino: "Ela queria dar um furo a qualquer preço". O Presidente disse: "Ela queria dar um furo", ou seja, um furo em termos de notícia. O Presidente falou "um furo", e eu acho que a esquerda entendeu "furico". O Presidente não disse "furico", o Presidente disse "furo".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – Só isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, pela ordem. Acho que realmente não é esse o nível que nós queremos que seja empreendido nesta Comissão.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – Mas não está tendo nível baixo aqui, não, nobre Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estou ouvindo, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu acho não foi esse o nível de trabalho conduzido até então nesta CPI.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – Nobre Deputada...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E eu quero, dessa forma, repudiar que esse tipo de manifestação seja feita aqui entre nós. Desculpe-me...

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – Nobre Deputada, a senhora tem todo o direito de repudiar...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Tenho todo o respeito pelo senhor como Deputado.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – E eu tenho pela senhora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu o respeito, agora, essa expressão não é uma expressão que nós podemos aceitar como usual entre Parlamentares e no Parlamento brasileiro. Eu sinto muito!

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – Deputada Lídice da Mata...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Muito menos – muito menos! –, muito menos aceitar que isso seja praxe nesta Comissão. Realmente, não posso.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – Deputada Lídice da Mata, eu respeito a sua fala...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu me recuso a isso.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – ... mas o que eu repudio a senhora poderia, também, repudiar: as manipulações e as mentiras, tanto quanto a senhora está sendo veemente...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente...

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – ... em repudiar também uma palavra que eu falei aqui, que foi "furico".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, inclusive, peço-lhe que observe o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra...

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para fazer a sua colocação, à nobre Relatora, para que a gente possa encerrar a reunião.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero me inscrever pela Liderança do PT.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada Bonavides.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deputada Bonavides, peço-lhe... É só para fazer uma última pergunta aqui ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Lídice.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Lindolfo, eu gostaria, novamente, que o senhor me explicasse para que eu pudesse entender: a plataforma, que é o principal serviço que V. Exa. oferece, dos diversos serviços...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Espera aí, Caroline, um minutinho.

... que V. Exa. oferece, pelo que eu entendi – queria que o senhor confirmasse –, eu posso chegar aqui, entrar na sua plataforma, cadastrar o meu CPF, enviar um disparo coletivo para todos nós, membros desta Comissão aqui, e depois pago, e depois eu venho e apago, porque o conteúdo é meu? Eu quero que isso fique esclarecido, por favor.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Veja, o procedimento não é exatamente dessa forma.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então explique melhor.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – A pessoa se cadastra, coloca as informações; um contato comercial vai ser elaborado através da nossa equipe de vendas; e aí a empresa, após adquirir os créditos, vai poder realizar uma mensagem, sendo responsável pelo seu conteúdo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo, mas então, entendendo que aqui a única diferença do que eu falei foi que há o contato comercial e há um pagamento, digamos que eu diga: "eu quero me comunicar aqui com dez celulares aqui". O seu contato comercial me dá o preço; eu elaboro a mensagem e coloco a mensagem. É isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pronto.

Então, depois de colocada a mensagem, eu posso concluir que já alcançou esse objetivo e eu, a partir daí, posso apagar o conteúdo da mensagem. É isso?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Existe essa possibilidade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Os senhores não guardam geralmente a mensagem?

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Temos a cópia dos dados.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Tem a cópia, mas não... Mas como tem? O senhor mantém isso por algum tempo? Por quanto tempo mantém? Porque, por exemplo, o WhatsApp tem um procedimento de manter por seis meses.

O SR. LINDOLFO ANTÔNIO ALVES NETO (Para depor.) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelência, eu precisava checar isso com o setor de tecnologia para te afirmar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então, o senhor não sabe responder.

Bom, eu queria, então, Sr. Presidente, responder... Não responder, mas afirmar aqui algumas coisas e me dirigir à Deputada Bia, que é uma Deputada muito competente, inclusive profissionalmente com muita capacidade de argumentação, e que afirmou aqui que esta CPMI não tem razão de existir. Eu queria ter a ousadia de contraditá-la, porque eu acho que esta CPMI está cumprindo uma função essencial no País, neste momento.

Nós tivemos por aqui especialistas de todas as áreas: especialistas em direito, em direito cibernético; especialistas em tecnologia de informação; especialistas em comunicação; empresas de tecnologia; empresas operadoras. Estamos aqui hoje investigando e debatendo... investigando a ação de uma empresa que tem servido de esclarecimento, que serviu para um esclarecimento muito grande de como operam essas empresas de disparos coletivos no Brasil. E, em função dos objetivos desta CPMI, que são o objetivo de investir o *cyberbullying*, tivemos aqui também audiências públicas sobre esse fato. Tivemos audiências públicas sobre os crimes perpetrados contra a infância – diferente do que foi dito aqui –, inclusive crime de suicídio, inclusive crime de autoflagelação em crianças e adolescentes, estimulados por campanhas nas redes sociais. Tivemos, infelizmente com a ausência de muitos, ontem uma ótima audiência pública, promovida sob o comando de V. Exa., solicitada por V. Exa., sobre a *fake news* na saúde e o seu impacto na saúde pública no Brasil, e pudemos constatar os efeitos absolutamente nefastos com que esse fenômeno tem impactado a saúde pública em nosso País. E hoje qualquer um membro desta Comissão está muito mais apto para entender o fenômeno da *fake news*, para poder efetivamente dar uma contribuição à sociedade no combate a esse malefício, que é de origem... É um fenômeno não apenas brasileiro, mas internacional.

Inclusive estamos – V. Exa. e eu – organizando, para meados de março, a vinda aqui do Damian Collins, para justamente falar da experiência do Reino Unido, inclusive de como se chegou à conclusão da participação da Cambridge Analytica, naquele momento, na política tanto dos Estados Unidos quanto do Reino Unido.

Então, diferente do que foi dito, esta CPMI tem utilidade para o Brasil.

Os órgãos de controle, como a Justiça, o Superior Tribunal Eleitoral, a Polícia Federal, o Supremo Tribunal, todos têm acompanhado o desenvolvimento desta discussão na CPMI, porque todos estão buscando verificar como nós vamos enfrentar esse mal que causa um prejuízo tão grande à sociedade brasileira, ao cidadão e, em especial, à política brasileira e à democracia brasileira.

Então, o mundo inteiro está discutindo, o mundo inteiro está tentando combater, o mundo inteiro está tentando legislar, está tentando regulamentar – ou não – as plataformas digitais. E acho que hoje esta CPMI indica que nós precisamos ter algum tipo ou de regulamentação ou de legislação que possa fazer com que as empresas de disparos coletivos sofram uma fiscalização maior do Poder Público, possam sofrer essa fiscalização, porque aqui foi quase afirmado que este tipo de empresa pode inclusive fazer disparos coletivos para disseminar outros crimes, como, por exemplo, o crime de pedofilia. E o seu dono se negou a confirmar isso. Por quê? Porque não pode gerar prova contra si mesmo. Não apenas fez isso, como respondeu evasivamente em outras questões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não o estou acusando aqui de pronto; eu estou dizendo apenas que está claro que este negócio, este modelo de negócio precisa de uma fiscalização mais apurada do Tribunal Superior Eleitoral e das autoridades, do Ministério Público, das autoridades do País. Nem chegando a incriminar, a indiciar nada da sua empresa, mas, só pelo tipo de plataforma que foi aqui caracterizada, dá para perceber as falhas que ela tem, a vulnerabilidade que ela pode ter, não é?

Uma última questão. Diferentemente do que aqui foi dito também – e eu avisei a ele que ia responder a ele, ao delegado –, a CPMI tem tentado evitar a discussão apenas eleitoral das duas candidaturas que aqui se pronunciaram. Em nenhum momento nós fizemos uma pergunta direcionada sobre este ou aquele partido ao depoente aqui. E dizer que a CPI ou eu posso estar tomando parte, em função do Hans... Se for assim, qual é o partido que o Sr. Lindolfo representa? Porque aqui ele desdisse diversas coisas que Hans disse. Isso não se trata de tomada de partido; se trata de garantir que a CPI possa perseguir a verdade.

Quanto às manifestações de baixo calão ou de tentativa de criminalizar, de desqualificar uma mulher pela acusação, sempre, de que é o uso, é a sua insinuação sexual, isso eu vou combater seja em Hans, seja em um Presidente da República, seja em quem quer que queira ter isso como discurso. Quase 40 anos de vida pública tenho. Comecei a minha vida pública combatendo esse tipo de manifestação machista e, provavelmente, vou encerrá-la em algum momento com essa mesma bandeira de luta, porque isso diz respeito à vida de milhares de mulheres que estão sendo molestadas, assassinadas, abusadas permanentemente, diariamente, até por hora neste País, sem que se entenda que a questão de uma cultura machista é fundamental para a manutenção desse tipo de comportamento, que infelicitiza mais da metade da Nação brasileira, de 52% da população, de mulheres.

Então, por isso, eu repudio completamente, seja quem for que venha. Assim como não vou coonestar nem conviver calada com esse tipo de manifestação que insiste em baixar o nível do debate político nesta Casa. Assim que eu acho que preservo a democracia do meu País: respeitando as instituições democráticas, respeitando o Congresso Nacional, respeitando a Câmara dos Deputados e as outras instituições.

Portanto, eu quero voltar a afirmar: esta CPMI tem razão de existir, tem avançado... Se as senhoras pedissem que eu fizesse hoje um relatório e entregasse a esta CPMI, nós teríamos o que entregar. Não acho que ela não tem objeto concreto; tem, e nós temos condição de dar uma contribuição a esse debate no Brasil. E encerrando hoje, encerrando em abril, encerrando em junho, encerrando no fim do ano, nós teremos cada vez mais contribuições maiores e capacidade de investigar esse fenômeno maléfico que vem assustando a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputada Bonavides, para encerrarmos.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, para encerrar eu queria dizer para o nosso público quem é a jornalista sobre a qual o Deputado que me antecedeu estava falando.

A jornalista Patrícia Campos Mello foi correspondente do *Estadão*, em Washington, ela cobria a Casa Branca, esteve na Síria, no Iraque, na Turquia, no Líbano, na Líbia, no Quênia, em Serra Leoa... Ela tem um dos mais extensos currículos do mundo de reportagem, é uma das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornalistas mais premiadas do País, é vista por seus colegas como uma das jornalistas mais respeitadas. Aliás, a solidariedade que ela tem recebido dos seus pares explicita isso.

Eu queria chamar atenção aqui Presidente. Aqui tem dois pilares na democracia liberal: um são as eleições periódicas, e o outro é o respeito à liberdade de imprensa. Eu queria dizer que a democracia não avisa quando está morrendo, e o que a gente está passando no nosso País hoje – que é explicitado em tantas áreas, em tantas faces desse autoritarismo que escala aqui no nosso País –, dessas várias faces, uma forte tem sido o ataque à imprensa, o ataque às jornalistas e aos jornalistas.

A gente está desbaratando aqui, nesta CPMI, como é que funcionam as milícias virtuais ligadas ao Bolsonaro. E uma coisa que é certa é que essas milícias atuam com força sempre que alguém que está fazendo um trabalho sério – como é o caso dessa jornalista – expõe os podres, os escândalos dessa família, que tem ainda a ousadia de dizer que em um ano de Governo não teve escândalo nenhum. Parece que eles não leem mesmo o jornal sobre si mesmos.

Então, Presidente, eu queria aqui registrar mais uma vez: o Parlamento tem responsabilidade com esse momento que a gente está vivendo no País. Esta CPMI faz parte, inclusive, dessa responsabilidade. É um absurdo se nós formos omissas e omissos com os ataques que quem exerce a atividade de jornalista está sofrendo hoje no País.

Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Para encerrar aqui rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputada Bia.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Só para dizer que quem sempre pregou regular a imprensa foi o ex-Presidente Lula. O Presidente Bolsonaro sempre defendeu a liberdade de imprensa. O fato de ele brincar, isso não significa... O problema não está na brincadeira; o problema é quando se vem com a mão de ferro querer regular.

E vamos comemorar, já que somos a maioria de mulheres no Brasil, vamos comemorar a queda do índice de morte violenta. Quando dez mil vidas foram poupadas no último ano, certamente mais do que cinco mil foram vidas de mulheres, mulheres que foram salvas graças à política do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que a esquerda insiste em chamar de machista. Ele, com sua política, está salvando vidas de mulheres.

Muito obrigada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu queria aproveitar que a Deputada tem um grande trânsito com o Governo e pedir para que o Governo reponha os recursos, por exemplo, da Casa da Mulher Brasileira, que teve zero de execução no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esta Presidência gostaria de informar – e isso é questão do meu eu – que democracia sem imprensa livre não é democracia; é prenúncio de ditadura.

Coloco em votação as Atas da 20ª e da 21ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a ser realizada no dia 3 de março, às 14h, para a oitiva dos sócios da empresa AM4 Brasil Inteligência Digital, de autoria do Deputado Rui Falcão.

E, no dia seguinte, dia 4, teremos uma reunião deliberativa. Espero que os Líderes partidários se reúnam para fecharmos a pauta do dia 4, em que temos 95 requerimentos protocolados. Caso não haja acordo, irei colocar em deliberação os 95 requerimentos que estão represados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando que todos vão para as suas casas com a benção de Deus.

(Iniciada às 13 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 17 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Roberto Rocha, reúne-se a Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Luiz do Carmo, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Eliziane Gama, José Serra, Tasso Jereissati, Major Olímpio, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Reguffe, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Afonso Florence, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Aguinaldo Ribeiro, Neri Geller, Marcelo Ramos, Hugo Leal, Hildo Rocha, Vitor Lippi, Tadeu Alencar, Mauro Benevides Filho, Luis Miranda, Léo Moraes, Augusto Coutinho, Santini, Clarissa Garotinho, Glaustin Fokus, Paula Belmonte, Alexis Fonteyne, Luis Tibé, Enrico Misasi, Joenia Wapichana, General Peternelli, Soraya Thronicke, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, José Nelto, Marcelo Freixo, Carlos Chiodini, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Cury, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Luiz Pastore, Jorge Kajuru, Jorginho Mello, Paulo Paim, Patricia Ferraz, Elias Vaz, Reginaldo Lopes, Dário Berger, Julio Cesar Ribeiro, Lasier Martins, Leila Barros e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Angelo Coronel, Otto Alencar, Marcos Rogério, Oriovisto Guimarães, Rogério Carvalho, Fernanda Melchionna, Marreca Filho, João Roma e Renildo Calheiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação. Finalidade:** Instalação. **Resultado:** Eleito Vice-Presidente o Deputado Hildo Rocha. Designado como sub-relator o Senador Major Olímpio. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento nº 01, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com a convidada Rita de la Feria, Professora de Direito Tributário na Universidade de Leeds." **Autoria:** Dep. Alexis Fonteyne. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Roberto Rocha

Presidente da Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/03/04>

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Boa tarde, boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião destinada à instalação da Comissão Mista Temporária criada pelo ato conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2020, destinado a consolidar o texto da reforma constitucional tributária.

Nos termos do mencionado ato de criação, a Comissão será presidida por este Senador, Senador Roberto Rocha, tendo como Relator o eminente Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro.

Realizaremos, então, a eleição do Vice-Presidente.

Eu sugiro o nome do Deputado Federal Hildo Rocha, como foi combinado na reunião anterior, eleição por aclamação. *(Palmas.)*

Eleito, por aclamação, o Deputado Hildo Rocha.

Eu acho que, para equilibrar um pouco, porque os dois desafios principais desta Comissão são o desafio federalista e o desafio regionalista, e para ela não nascer com nenhuma espécie de preconceito entre regiões, tendo em vista que o Presidente é do Nordeste, o Vice-Presidente é do Nordeste e o Relator é do Nordeste, eu quero sugerir o nome do Senador Major Olimpio, que é de São Paulo, para ser Sub-Relator desta Comissão. *(Palmas.)*

Esta Comissão política tem o objetivo de trabalhar politicamente a unificação do texto, de tal modo que sempre que a gente puder equilibrar as forças políticas, tanto melhor.

Eleito, portanto, como Sub-Relator, o Senador Major Olimpio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Deputado Hildo Rocha, Vice-Presidente, para compor a Mesa, e o Deputado Aguinaldo, que já está aqui conosco. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que os requerimentos somente poderão ser apresentados por membros da Comissão e que deverão ser protocolizados por meio do Sedol. Uma vez cadastrados no Sedol, os requerimentos deverão ser entregues à Secretaria da Comissão, na sala 15, subsolo da Ala Senador Alexandre Costa, após o encerramento desta reunião.

Quero passar a palavra para o Relator, o nobre Deputado Aguinaldo Ribeiro.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, eu quero iniciar este momento felicitando o Congresso Nacional, porque acho que este é um momento importantíssimo na história do nosso País. Esse é um tema que... Quando nós tratamos de reforma tributária, há uma descrença muito grande na sua concretização, apesar de ser sempre um tema que é tratado como prioridade e uma necessidade do País. Ocorre que, ao longo da história, não se permitiu criar condições para que tivéssemos uma reforma tributária aprovada no Parlamento brasileiro.

Acho que vivemos um momento diferente, um momento no qual há essa disposição, em virtude de um sistema tributário que se transformou num sistema caótico, que foi ao longo do tempo se transformando num sistema altamente complexo e que passa a ter hoje um papel de atraso na vida do País. Não há hoje referências no mundo em relação ao sistema que temos.

As propostas que tratam prioritariamente da tributação no consumo, de fato, tratam hoje do principal imposto do consumo, que é o ICMS, e que virou, sem dúvida nenhuma, um grande problema para a nossa Federação. Por essa razão, eu acho que chegamos a um momento muito importante: o Senado Federal discutiu a PEC 110, do nobre amigo Deputado Haully, proposta aqui pelos eminentes Srs. Senadores e Sras. Senadoras, e a PEC 45 foi discutida na Câmara Federal no ano passado também exaustivamente, projeto de autoria do eminente Deputado Baleia Rossi. Também tivemos na Comissão Especial uma discussão exaustiva, audiências públicas e seminários, e acho que o Senado também cumpriu esse mesmo papel.

Esse é um tema que, às vezes, eu escuto, como escutei hoje, pela manhã, algumas pessoas me indagando: "Olha, você não acha que é muito cedo para votar já uma reforma tributária?". Eu digo: após 32 anos, talvez seja a hora de votarmos uma reforma tributária, porque esse tema já vem sendo profundamente debatido no Parlamento brasileiro, na sociedade brasileira. O que faltava? O ambiente para que isso viesse a ser possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, nós temos, de fato, a disposição dos Estados brasileiros; os Governadores e os Secretários de Fazenda representados no Comsefaz têm à disposição e, vendo a necessidade da reforma tributária, estão cômicos de que é preciso reformar, sim, visto que a legislação do ICMS virou uma esquizofrenia no País e, quanto à guerra fiscal, como o próprio nome diz, talvez numa guerra não haja vencedor, só haja perdedor, que é o que acontece nesse caso.

Então, a nossa missão, Sr. Presidente... Eu quero aqui também agradecer e parabenizar os Presidentes, o Presidente Davi Alcolumbre e o Presidente Rodrigo Maia, os Presidentes das duas Casas, por tomarem iniciativa. E, quanto a esse tema, que é tão importante, nós estamos agora tratando de convergir, e será essa a nossa grande missão nesta Comissão, eu acho que de todos nós. Relatar uma matéria como essa é um desafio muito maior do que vários outros desafios. Eu costumo dizer que tratar da Previdência, Senador Fernando Bezerra, era uma decisão plebiscitária. Havia os que eram a favor e aqueles que eram contra. Na reforma tributária, nós temos uma compreensão quase que unânime de que é preciso reformar, de que é preciso um novo sistema tributário. A grande questão é: qual o sistema tributário que nós devemos adotar e devemos ter?

Então, esse é o desafio que nós teremos pela frente: convergir o texto da PEC 45, da PEC 110, a proposta que o Governo Federal está colocando. E claro que, mais do que nunca, este é o papel do Parlamento brasileiro: aprimorar as propostas que estão colocadas. Eu tenho a convicção. E, brincando com alguém, esses dias, que vinha para cá, eu disse: "Você está com pouca fé!". Eu sou um homem de fé e creio que nós vamos entregar, este ano, depois de 32 anos, ao País uma reforma no nosso sistema tributário que vai impactar positivamente a nossa economia.

Nós tivemos hoje o resultado do PIB anunciado: 1,1%. E nós dizíamos que reforma da Previdência tratava do fiscal, mas não era a solução. Muita gente achava que votar a Previdência iria significar que o País iria ter crescimento econômico. Não, nós vamos precisar de investimento no País, de retomar investimento e, inclusive, investimento do próprio Governo. E, mais que isso, nós precisamos ter, num momento como este, a continuidade das reformas. E a reforma tributária vai trazer um impacto positivo no PIB brasileiro. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. E é por isso que ela é tão necessária num momento como este.

Então, Sr. Presidente, quero também felicitá-lo – sei que esta Presidência está muito bem entregue nas suas mãos. Quero felicitar o meu Presidente da Comissão Especial da PEC 45, o Deputado Hildo Rocha, que também trabalhou na PEC 110 quando estava ainda a PEC do Haully na Câmara, naquela época, e que conhece tão bem essa matéria, por esse trabalho.

E quero aqui pedir, humildemente, a cada Parlamentar a colaboração, porque esse é um trabalho que será feito em conjunto. Não existe uma decisão aqui ou nenhuma vontade de um que vai se impor à dos outros. Aqui nós temos que respeitar as necessidades de cada Estado da Federação, de cada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município, de cada setor, mas pensando em ter um sistema tributário que seja neutro, que seja simples, que seja transparente e que seja justo. Eu acho que isso é fundamental.

Sr. Presidente, pensando nisso – não sei como V. Exa. vai orientar a condução –, preparamos aqui um pequeno esboço rápido de sugestão para que aqui nós pudéssemos nos debruçar sobre ele em razão desse trabalho que se nos apresenta, e um cronograma que é rápido, não é um cronograma demorado, porque essa matéria, como disse, vem sendo muito discutida.

A nossa sugestão de plano de trabalho seria termos, a partir do próximo dia 10, da próxima terça-feira, dia 10 de março, nesse mesmo horário, a participação aqui em uma audiência pública da Profa. Dra. Rita de la Faria, que é uma profunda conhecedora de IVA, talvez seja uma das maiores conhecedoras de IVA, de Imposto sobre Valor Agregado no mundo, é uma pessoa graduada em Oxford, professora licenciada em Oxford, mas que tem atuação no mundo todo. E seria uma grande oportunidade para todos nós, inclusive para mim, que pudéssemos aqui fazer um debate qualitativo sobre os modelos que hoje são adotados e que funcionam no mundo como um todo.

No dia 11 de março, Presidente, a minha sugestão seria ouvir – e eu já conversei agora há pouco com o pessoal da Economia – o Ministro Paulo Guedes, para a gente ter essa, vamos dizer, participação do Governo na discussão desse tema que é tão importante.

No dia 17 de março, às 14h30, nós ouviríamos o Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, o Secretário Rafael Fonteles.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB) – Dia 17 de março. Aí nós estaríamos ouvindo a União, estaríamos ouvindo os Estados.

No dia 18, estaríamos ouvindo aqui os Municípios através da CNM e da FNP, porque estaríamos ouvindo os Municípios menores e os grandes Municípios, com abordagem municipal.

No dia 24 de março, ouviríamos o setor privado. Acho importante. Escolheríamos aqui as entidades representativas. Sei que tanto o Senado quanto a Câmara já ouviram várias, já estivemos em vários eventos, mas também seria uma oportunidade de aqui se colocar esse posicionamento.

E, no dia 25 de março, a sugestão seria uma abordagem sobre a economia digital. Acho que esse é um desafio do mundo, mas também um desafio para todos nós aqui, no Brasil.

E, no dia 28 de abril... Aí, teríamos o tempo de 30 dias para sermos capazes de construir aquilo que nós desejamos, que é um texto convergente das duas Casas e que represente o desejo do Estado brasileiro. Que tenhamos aqui não um sistema tributário de Governo, mas um sistema tributário do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Estado brasileiro! É essa orientação que nós seguimos aqui neste calendário. No dia 28 de abril, nós apresentaríamos o relatório.

No dia 5 de maio, a ideia é nós votarmos aqui o relatório.

Nós teríamos um tempo e vamos discutir. Quero sempre frisar isto: vamos estar à disposição. Essa vai ser a nossa prioridade para nós construirmos o texto, que, como digo, represente o pensamento dessas Casas e do Estado brasileiro.

Aí, Presidente, no dia 6 de maio, estaríamos encerrando os trabalhos e encaminhando o texto para aprovação na Câmara e, posteriormente, no Senado, como havíamos acordado.

Vamos precisar também da ajuda fundamental do Senado, porque muita coisa tem a ver e conversa com a PEC do pacto federativo. Certamente aqui, quando nos aprofundarmos e formos discutir os fundos de desenvolvimento regional, Zona Franca de Manaus e fundo de compensação, em muitos desses temas será necessário estarmos conectados com o Governo, para que essa discussão possa, de fato, prosperar.

A ideia, Presidente, é de que no dia 6 de maio já encaminhássemos o texto aprovado nesta Comissão para a Câmara dos Deputados, onde tramitará, e, posteriormente, voltará ao Senado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. MAJOR OLÍMPIO (PSL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB. Como Relator.) – Fico à disposição dos senhores. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Só um minutinho.

Eu quero anunciar que esse plano de trabalho apresentado pelo Deputado Agnaldo, o Relator, foi discutido com a Mesa. Eu só chamo atenção do nobre Relator que, de fato, para fechar os 45 dias, prazo dado para a existência desta Comissão – ele se encerra dia 16 de abril –, a gente só precisa equacionar a questão final aqui do dia 24 em diante.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB. Como Relator.) – Eu pensei nisso, Presidente. Só para lhe responder, o que acontece? Nós vamos ter, nesse período de abril, a Semana Santa e o feriado do dia 21 de abril. Eu não gostaria de ter um texto que nós aqui colocássemos e ficássemos com um hiato muito grande para darmos consecução até a sua aprovação, mas eu deixo que a Comissão defina.

É que eu quero também dar o tempo necessário para que ninguém tenha oportunidade de dizer que nós estamos correndo. Apesar de estar amplamente discutido, eu acho que certamente vamos precisar de tempo para ajustar esse texto naquilo que é possível ajustar.

A minha sugestão naquilo que não for possível ajustar é que se levará a voto e se decidirá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (PSL - SP) – Pela oportunidade, Presidente, dentro do tempo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Pela ordem porque há uma lista de inscritos aqui. Se V. Exa. está pedindo pela ordem... V. Exa. quer falar sobre a matéria? Porque há uma lista de inscritos aqui. V. Exa. quer se inscrever?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quero me inscrever, Afonso Florence, mas, mais do que isso...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Eu quero me inscrever também.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – ... eu queria fazer uma pergunta a V. Exa.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente, para me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Está inscrito já V. Exa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu quero sugerir a V. Exa. que nos dê até a semana que vem para que apresentemos na forma de requerimento sugestões de adendo, de instituições para o plano de trabalho. Porque certamente há contribuições pertinentes sobre o tema.

E também, ainda pela ordem, ponderar com o Relator a possibilidade de termos sub-relatorias para temas específicos acordados entre nós.

Eu mantenho, Presidente, a minha inscrição, mas, pela ordem, eram esses dois pontos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Perfeito, o Relator está apresentando o plano de trabalho – apresentando. Claro que cada um dos membros vai ter oportunidade de discutir, propor e esse plano de trabalho será deliberado na próxima sessão.

O que eu espero que a gente tenha a oportunidade de deliberar hoje, com o quórum já alcançado, é para convidar a Sra. Rita de la Faria para falar aqui na próxima semana.

Nós temos aqui uma lista de inscritos...

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Presidente, Augusto Coutinho.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – Queria me inscrever também, Tadeu Alencar.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) – Augusto Coutinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pode ler a lista de inscritos, Presidente, só para nós sabermos e não ficarmos todos pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Somam 20.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Eu já tinha pedido para me inscrever. Não sei se o Presidente anotou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Senador Tasso, por favor. Senador Tasso, V. Exa. tem a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria também de sugerir ao nobre Relator. Por exemplo, aqui foi levantada pelo Deputado Afonso a possibilidade de sugestão de outros nomes. V. Exa. nos diz que nós teremos a oportunidade de sugerir. Mas, dentro desse calendário, faz falta a presença daqueles que hoje lidam dia a dia com o problema do tributo, que são os advogados tributaristas, os juristas tributaristas. Todos do Brasil têm contribuições e críticas a fazer. Eu não sei como o Relator considera de se fazer, talvez na mesma reunião, na próxima reunião com a especialista que V. Exa. traz, dois ou três tributaristas brasileiros que lidam com IVA, ou fazer uma reunião específica para advogados, juristas, que é de fato quem lida no dia a dia com a complexidade do sistema brasileiro.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem.) – Deputado Aguinaldo, quero lhe sugerir que já inclua no seu plano de trabalho uma palestra, uma sessão sobre tributação direta. Acho que é uma coisa muito importante, muitos Parlamentares são a favor. Há a Emenda Substitutiva Global da 45, a 178...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE) – Presidente, uma sugestão...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem.) – ... que é focada na tributação direta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Senador Fernando Bezerra, para podermos entrar na lista dos inscritos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE. Pela ordem.) – Uma sugestão, só para a gente dar velocidade às nossas deliberações. Acho que a gente deveria deliberar os dois primeiros convidados – os dois primeiros. Da próxima terça e da próxima quarta, pelo que eu entendi: a professora especialista na área tributária e o Ministro Paulo Guedes. Até a próxima semana, muitos Parlamentares aqui vão sugerir outros convidados, vão sugerir outras instituições que possam vir aqui para o debate. Então, que a gente deliberasse já agora os dois primeiros convidados. E daríamos o tempo, até terça, para, nas conversas direto com o Relator e o Presidente, a gente formatar esse plano de trabalho que seria deliberado na próxima quarta.

Essa é a minha sugestão só para a gente poder avançar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem novamente, só para complementar aqui.

Sinceramente, eu queria colocar para V. Exa. que só vejo sentido na vinda do Ministro Paulo Guedes se ele apresentar qual é a proposta do Governo. Nós estamos aqui discutindo sem termos uma proposta do Governo. O Ministro chegar aqui para dizer que, na semana que vem, vai apresentar uma proposta ou qualquer coisa nesse sentido vai ser perda de tempo.

Então, eu gostaria que V. Exa....

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE) – Desculpe, Senador Tasso. O Governo tem proposta. O Governo estava aguardando a instalação desta Comissão Mista para poder encaminhar sua proposta.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE) – Então, desculpe. Ela é desconhecida de todos nós, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE) – Com certeza.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE) – É uma proposta absolutamente invisível e secreta, porque ninguém tem conhecimento dela aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE) – Não é, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE) – Se ela vai ser apresentada...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE) – Ela será.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE) – Ótimo. Mas que hoje não existe proposta, eu ratifico. Não vi nenhuma proposta. Já pedi, já solicitei, e todos aqui. Então, eu colocaria isso bem claro. Se ela vai vir, eu parabenizo a V. Exa. por ter conseguido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Nós vamos ouvir a proposta do Governo quando ele tiver assento aqui na discussão, na primeira oportunidade. O Ministro, naturalmente, vem.

No nosso relatório, Senador Tasso, nós já incorporamos aqui na PEC 110 alguns conteúdos que foram encaminhados pelo próprio Governo, como o IVA dual, como o IS (Imposto Seletivo) e outros. Claro que o Governo tem propostas. O que ficou combinado é que o Governo não iria apresentar formalmente uma PEC porque, se o fizesse, enfraqueceria inclusive o Senado, na medida em que ela iniciaria na Câmara. A tentativa do próprio Governo é a de buscar um equilíbrio nisso. Há uma proposta na Câmara, há uma proposta no Senado, e estamos aqui para tentar buscar esse equilíbrio. Se o Governo manda uma terceira proposta, é claro que quem tem três não tem nenhuma. O Governo pode não ter uma proposta formal, nem deve ter. Senão é difícil, cada vez mais, buscar esse equilíbrio. Mas o Governo, claro, já tem apresentado alguns conteúdos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que já estão aqui inscritos 16 Srs. Parlamentares. Claro que, se todos forem falar, nós vamos seguir... A sessão do Congresso, daqui a pouco, estará em curso. Eu só quero não perder a oportunidade de deliberar sobre o requerimento de convite para a Sra. Rita de la Feria, que está vindo aqui, a oportunidade de ouvi-la – e ela, inclusive, fala português – é na próxima semana, ela estará no Brasil.

De modo que eu quero, se V. Exas. me permitem, colocar em votação este requerimento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, pela ordem. Permita-me antes da votação só... Eu fiz uma sugestão ao Deputado Aguinaldo Ribeiro de inclusão do tema da tributação direta, porque ele é polar. Então, quero sugerir o convite ao Prof. Eduardo Fagnane para ser incluída na votação e já, na próxima reunião, também ele ser convidado a palestrar. Eduardo Fagnane, sobre tributação direta.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (PSL - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Eu acho que, por uma economia até de tempo, em razão das nossas atribuições daqui a pouco numa sessão conjunta do Congresso Nacional, cada um dos Srs. Deputados e Senadores que tiver sugestões pode apresentar. Essas sugestões serão recolhidas, vamos compilar todas nesse plano de trabalho, e, ao longo da semana até o início da próxima audiência, a gente fala com cada um dos senhores, para poder apresentar aqui, na próxima reunião, um plano de trabalho ajustado e de comum acordo com todos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Eu quero deixar aqui a cada um esta proposta: cada um que deseje apresentar sugestões, que o faça para a Comissão, o.k.?

Eu quero colocar em discussão logo...

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, foi proposto um convite. Eu queria saber a quem e qual é o currículo dessa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Eu posso ler. Vamos demorar aqui até...

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Não é demorar. Eu quero saber quem é.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB) – Leia...

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Como?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB. Como Relator.) – Leia só a ementa do currículo, por que, se for ler o currículo, nós vamos perder a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Vamos perder, entrando pela noite...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-me aí meu celular, onde tem o currículo dela – no meu celular.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Bom, tenho aqui o requerimento do Sr. Deputado Alexis Fonteyne, extrapauta, que requer realização de Audiência Pública destinada a debater a experiência internacional em momentos de Reforma Tributária.

Senhor Presidente, requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão Mista Temporária com vistas a subsidiar os debates sobre a Reforma Tributária. Assim, solicito que seja convidada a especialista Rita de La Feria, Professora de Direito Tributário na Universidade de Leeds.

A Profa. Rita é catedrática de Direito Tributário na Universidade de Leeds e é investigadora internacional, associada no Centro de Estudos Fiscais da Universidade de Oxford. A sua investigação versa principalmente sobre o Direito e a política tributária, particularmente na intercessão entre Direito Tributário e Direito europeu; o Direito Tributário e a Economia; o Direito Tributário e a Criminologia. E publicou amplamente nessas áreas, incluindo cinco livros e mais de 60 artigos em revistas e livros internacionais.

Foi investigadora visitante na Universidade de Nova York, Faculdade de Direito; na Universidade de Nova Gales do Sul, Sidney; na Universidade de Montreal, no Canadá; e prestou consultoria sobre política tributária no Governo português, no Governo de Timor Leste, tendo assistido na reforma tributária. Em ambos os países, prestou consultoria sobre política tributária e assessoria na redação da legislação do IVA nos Governos da Turquia, Uzbequistão e Moçambique, sob os auspícios do FMI, e ajudou na elaboração dos códigos do IVA em Angola e São Tomé e Príncipe, novamente sob os auspícios do FMI.

Eu vou parando por aqui porque ainda há umas três páginas do currículo dela. Eu acho que isso é mais do que suficiente para a gente aproveitar a oportunidade da presença dela no Brasil e em Brasília, sem custo nenhum e em português, para que a gente possa ter a oportunidade de ouvi-la na próxima reunião.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****Requerimento Nº , de 2020**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer realização de Audiência Pública com a convidada Rita de la Feria, Professora de Direito Tributário na Universidade de Leeds.

Autoria: Senador Alexis Fonteyne

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Como não tem custo, Sr. Presidente, podemos fazer. Mas vai ser pura perda de tempo, porque ela não tem noção do que é o sistema tributário brasileiro. Não sabe o que é ICMS, não sabe o que é IPI, não sabe nenhuma dessas coisas. Nós vamos perder tempo em ficar ouvindo divagações genéricas sobre a questão tributária.

Agora, nós temos de fazer uma lista de pessoas especializadas que têm o que dizer, inclusive, sobre esta questão: nós vamos fazer uma reforma tributária de ponta a ponta? Na Constituinte, foram dois anos para o texto constitucional, sem falar depois nas leis e tudo mais.

Nós não vamos fazer até abril uma mudança tão profunda do sistema tributário sem dar besteira, sem dar bobagem! Inclusive, a questão básica que sempre se coloca quando junta a Federação é aumentar a fatia de Estados e Municípios em detrimento da União. Isso é mais ou menos inexorável. E aí vêm outras coisas conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Muito bem!

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Pela ordem.) – Então, temos de ir com calma para não perdermos tempo e para fazermos um trabalho responsável, que possa efetivamente oferecer subsídios e diretrizes para uma reforma tributária de longo prazo. Agora trazer um especialista que não tem noção do Brasil, que não tem noção do sistema tributário brasileiro ou que vai olhar na véspera duas ou três coisas não faz sentido! Acho que é perda de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Senador Serra, V. Exa. tem a oportunidade de votar contra, se assim desejar, o requerimento.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Para discutir.) – Não, nós estamos numa Comissão, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Agora, saberemos se ela sabe ou não somente quando a ouvirmos.

Eu queria colocar...

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Para discutir.) – É importante que as pessoas digam o que pensam e troquem ideias. Não é um problema de votação. V. Exa. fez uma proposta, nem conhece quem sai...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Sr. Presidente, eu posso ajudar no debate?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Sim, sim!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Para discutir.) – Isso não tem base nenhuma! E agora vai colocar em votação? Isso não faz sentido, não tem cabimento! Nós temos de ver...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Mas há um requerimento, Senador Serra!

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Para discutir.) – Temos que marcar uma reunião para definir quem vai...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Há um requerimento. E me cabe, como Presidente, colocar em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Para discutir.) – Tem de marcar uma reunião – insisto – em que se vai definir quem é que vai ser convidado.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Posso ajudar o Senador Serra?

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Acho que poderíamos ouvir os Parlamentares.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O Relator Aguinaldo acatou minha sugestão de Eduardo Fagnani também nessa mesma reunião? Ele é especialista em tributação direta.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Para esclarecer ao Senador Serra, se for necessário, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – O Deputado Mauro Benevides tem a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – Senador Serra, quero só ponderar que a Dra. Rita tem experiência em vários países do mundo que migraram dos seus sistemas existentes para o Imposto sobre Valor Agregado, o IVA. Aqui, nós estamos discutindo implantar o Imposto sobre Valor Agregado, que é exatamente a experiência que ela acumulou ao longo dos anos. E se vai dos mais variados sistemas preexistentes para a migração do sistema de IVA. Portanto, não é que ela não conheça o Brasil. É que a *expertise*, o tirocínio, como diz o meu pai, Mauro Benevides, e a percuciência dela estão presentes exatamente naquilo que nós vamos decidir aqui. Portanto, pondero que ela realmente é uma pessoa conhecedora dessa matéria.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Para discutir.) – Mas olha: o ICMS já é um IVA. Não sei se o nobre Deputado sabe, mas o ICMS é IVA, é um imposto sobre valor adicionado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para discutir.) – Está muito longe disso! Nunca o foi!

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Para discutir.) – O ICMS é um imposto sobre valor adicionado. É um imposto sobre valor adicionado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Presidente, eu acho...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Eu quero saber quem quer discutir. Nós estamos discutindo o requerimento...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Presidente, temos de ouvir os Parlamentares e seguir a lista dos inscritos.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP) – Vamos seguir a lista!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Esperem aí!

Nós estamos na discussão sobre o requerimento de convite da Profª Rita. Nós não estamos seguindo a lista de inscrição ainda. Nós estamos discutindo o requerimento.

Eu queria saber quem deseja fazer uso da palavra para discutir.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP) – Vamos votar, Presidente! Vamos votar!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu propus a inclusão de Eduardo Fagnani.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Acho que o Aguinaldo aceitou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir o requerimento...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu quero, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Então, V. Exa. tem a palavra.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para discutir.) – Na abertura, eu sugeri a inclusão do economista Eduardo Fagnani.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Então, V. Exa. apresenta o requerimento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para discutir.) – Não, eu sugeri ao Relator que ele acatasse e fizesse um adendo a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Não, não! Apresente o requerimento. Quanto a este aqui, já começou a discussão. Nós estamos discutindo-o aqui, Afonso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento de convite à especialista Rita de la Feria para participar de audiência pública nesta Comissão na próxima semana.

Em votação.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. *Fora do microfone.*) – Voto contra!

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu acho que nós vamos começar muito mal aqui...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Quem votou contra?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. *Fora do microfone.*) – Afonso Florence e José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Eu acho que esta Comissão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – O Afonso votou contra?

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Registro o voto contra do Deputado Afonso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É que não foi incluído verbalmente...

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – E o do Senador José Serra também.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O Deputado Aguinaldo não pôde nem responder. Ele sorriu e anuiu com a minha sugestão de votar em conjunto.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (PSL - SP) – Não! O Aguinaldo sempre sorri. (*Risos.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – Sr. Presidente, não custaria nada acrescentar mais um. Nós vamos fazer uma audiência pública para ouvir um?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Claro que não. Esse é o primeiro requerimento. Quem quiser fazer que o faça. Não vamos começar tumultuando a reunião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Vamos sim. Claro. Isso aqui é extrapauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresente outro extrapauta. Se apresentar agora, a gente discute. Não há nenhum problema.

Eu quero passar a palavra ao Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, em primeiro lugar, eu agradeço a indicação e a votação para ser Sub-Relator. Gostaria apenas de fazer, como sugestões para as pautas que virão...

O nosso Relator, Aguinaldo, falou de um dia para o setor privado, e nós temos uma gama tão grande do setor privado, que é quem realmente paga essa conta, que me preocupa nós termos só um dia para audiência pública, porque nós vamos à área da indústria e nós temos uma situação, com o combustível nós temos outra, com a área de serviço nós temos outra, com educação nós temos outra, então, uma ponderação para pensarmos, Sr. Relator, e nós termos mais de um dia. Num segundo momento, eu acho que a presença do Governo é fundamental.

O que o Senador Tasso Jereissati está encarecendo... E aí, Líder Fernando Bezerra, no momento em que o Ministro vier, se nós pudermos ter um pouquinho de tempo, o conteúdo, para ser realmente um debate dentro de fundamentação ou de critérios que o Governo já esteja colocando... E, num outro instante, quero dizer da presença fundamental dos técnicos e auditores da Receita Federal do Brasil, porque é muito bacana até termos uma autoridade internacional para elucidar, para fazer comparativos aonde o mundo realizou. Mas, se nós ficarmos... E aí faço coro à manifestação do Senador Zé Serra: se nós não colocarmos também quem atua e as possibilidades reais que tem a Receita Federal do Brasil e a pertinência de coisas que podem ser sugeridas, então eu vejo como fundamental a manifestação de responsáveis, seja o Secretário da Receita, aquele que for designado...

E uma outra coisa, aproveitando que está aqui o Senador Tasso Jereissati: Senador Tasso, V. Exa. até...

Ele fez uma ponderação, no dia em que estávamos discutindo isso, porque ele foi o Relator, aqui no Senado, da previdência, e nós precisaríamos discutir o custeio da Previdência Social.

Existem propostas, tanto na 110 quanto, eventualmente, na 45, nas quais se vai discutir a criação ou outras formas de tributação, desoneração de folha ou não. O fato é que nós acabamos de aprovar uma reforma da previdência dentro de uma expectativa. Então nós temos isso também.

Aí eu encerro colocando essa sugestão e fazendo um alerta aos demais Estados. Está aqui o José Serra, que foi Governador de São Paulo, vários Parlamentares de São Paulo. É uma situação só de São Paulo, mas que pode ser eventualmente um avanço para todo o Brasil: se acabar o ICMS em São Paulo, nós temos uma legislação em que 9,57% da receita corrente líquida do Estado são destinados às três universidades paulistas. É o que custeia a Unicamp, a Unesp e a USP, gerando receitas para 25% do conhecimento universitário produzido no Brasil. E aí, como se discutir também as alterações que forem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

realizadas, Sr. Relator, e como ficar consubstanciado na própria Constituição garantias de que não haverá diminuição para a área das universidades? Eu, pelo menos, desconheço outros Estados que tenham situação semelhante, mas, na evolução dos seus processos e pela valorização do que está na Constituição – independência orçamentária das universidades –, também devemos ter no bojo esse tipo de discussão. E também temos especialistas aqui para nos orientar sobre como nós poderíamos fazer isso.

Eu encerro as minhas considerações com isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Passo a palavra ao Relator, para falar rapidamente sobre o que ponderou o Senador Major Olimpio.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós vamos discutir o mérito? Como nós vamos fazer as reuniões aqui?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Alguns Senadores pediram inscrição e estão aqui fazendo algumas considerações. Em verdade, a gente apresentou um plano de trabalho, esse plano de trabalho vai ser distribuído a todos, que terão oportunidade de fazer sugestões. Na próxima semana, a gente delibera sobre o plano de trabalho, para poder também ouvir, por requerimento que já foi votado aqui, a Profa. Rita.

O SR. SANTINI (PTB - RS) – Presidente, só para...

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Presidente, eu queria que o senhor me inscrevesse, por favor.

O SR. SANTINI (PTB - RS. Pela ordem.) – Eu gostaria de sugerir a V. Exa., Presidente, que a gente pudesse estabelecer um tempo máximo de fala, porque todo mundo está ansioso para falar.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, inscrição.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB) – Eu quero só fazer uma...

O SR. SANTINI (PTB - RS. Pela ordem.) – Nós temos a sessão do Congresso acontecendo; se não se estabelecer tempo, vai...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Quero alertar que a sessão começou no Senado Federal, o Presidente já está lá, e se a gente der um minuto para cada, não vai haver tempo suficiente. Então, a gente precisa...

Quero passar ao Relator, então, para...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB. Como Relator.) – Só para fazer um comentário a respeito do que colocou muito bem o Senador Major Olimpio. Quando, inclusive, eu li a matéria que foi publicada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a questão das universidades de São Paulo, a decisão soberana do imposto permanece no ente a quem o imposto pertence, então continuará em São Paulo.

O que São Paulo vai ter que fazer é um decreto, e aí é o Governador que vai ter que fazer, substituindo o nome. Não vai ter mais ICMS, vai ser IBS, então vai-se fazer um decreto dizendo que, do IBS, aquilo que ele já concede permanece concedendo, porque aí é competência do Estado. Nós não vamos entrar na competência do Estado, nem do Município, nem da União. Nós vamos ter, pelas propostas que estão colocadas, um imposto novo que unifica cinco ou nove, que é o que está proposto aqui nas duas PECs, ou o que vier ainda do Governo... Estou falando tudo em hipótese porque a gente está começando o trabalho agora, mas não haveria prejuízo na solução que nós dermos aqui para aquilo que é compromisso dos Estados.

É por isso que, em qualquer proposta, nós temos um fator que é – só para destacar, Presidente – relevantíssimo, que se chama transição. A transição é o remédio, é a dose para que nós possamos resolver as questões que podem... Tudo que é novo gera... Vai mudar, vai mudar... Então gera desconforto. É a transição que trará essa segurança...

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Permite-me, Relator?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB) – ... em uma mudança de sistema tributário como o nosso.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Permite-me, Sr. Relator, uma observação? É uma observação à sua fala.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB) – Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Pela ordem.) – Uma observação à fala dele.

Acontece o seguinte, a transição aqui, que eu vejo nos diferentes *papers*, é de dez anos, vinte anos. Quer dizer, uma grande confusão no País. Imagine conviver com o sistema atual e com um sistema em transição. Isso vai ser complicadíssimo! Será pôr fogo na casa para assar o leitão, porque...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Se quiser entrar no mérito, eu entro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Não, não, não, não. Não é o caso agora, porque a gente não tem tempo. Nós temos ali uma sessão do Congresso em curso. Daqui a pouco, nós teremos de interromper abruptamente e eu não gostaria de fazer isso. Eu queria combinar de dar dois minutos para cada um companheiro, para fazer considerações sobre a instalação da Comissão. Nós não temos de discutir mérito agora, conteúdo agora.

Eu passo a palavra para o Deputado Alexis Fonteyne.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigado. Que esse momento histórico seja realmente histórico.

A minha sugestão para a Comissão, para a Presidência é colocar o retrato do sistema tributário brasileiro aqui, num cartaz, para a gente sempre lembrar, todo dia que formos fazer essas reuniões, do que é o sistema tributário brasileiro. Meio PIB, R\$3,5 trilhões em contenciosos nos tribunais, por causa da insegurança jurídica do atual sistema tributário. Toda vez que a gente pensar em que talvez não se avance tanto nessa reforma, vamos lembrar o que nós temos. Estamos na posição 184 do Doing Business, que faz com que o Brasil seja um péssimo lugar para se fazer investimento. Um sistema regressivo que gera desemprego. E não há nada mais regressivo do que o desemprego. Toda vez que a gente ficar tentado a não avançar e ficar achando que fará uma meia reforma, lembremos do que nós temos de sistema tributário brasileiro.

Essa reforma é para o cidadão brasileiro. Todas as reformas eram muito para arrecadação, arrecadação, arrecadação. Essa é para o cidadão brasileiro, que está cansado de ficar pagando tanto tributo, ter uma confusão absurda na apuração, consumição tributária, definição de alíquota, todo esse inferno que virou o sistema tributário brasileiro. E vamos ficar na sintonia das melhores economias do mundo. Não vamos inventar uma jabuticaba de três pinos tributária brasileira.

Portanto, vamos pensar em IVA. A doutora... Professora Rita de la Faria é uma especialista e estuda o nosso sistema tributário, porque é uma coisa única no mundo o que nós temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – O próximo orador inscrito é o Deputado Vitor Lippi.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Pela ordem.) – Senador Roberto Rocha, Deputado Aguinaldo, em nome dos dois quero cumprimentar todas as senhoras e os senhores.

Eu queria lembrar o seguinte, nós temos aqui, certamente, uma grande convicção, Senador, de que segundo o Banco Mundial, o Brasil é 184º pior sistema tributário do mundo. Nós temos a quinta população, a nona economia, e nós temos praticamente o pior sistema tributário do mundo, o mais judicializado, o mais inseguro, o que mais prejudica o crescimento das nossas indústrias. Nós criamos uma guerra fiscal fratricida nesse Brasil, que prejudica as empresas, as indústrias. O Brasil cresceu 50% menos do que a média do mundo, nos últimos 30 anos. Certamente, grande parte dessa responsabilidade cabe ao nosso sistema tributário, que é considerado praticamente o pior do mundo. Então, nós temos efetivamente que enfrentar esse problema.

Preocupa-me a gente ter um prazo de 45 dias. Parece-me uma coisa muito... Só para concluir, Senador. Parece-me um prazo pequeno. Eu sugeriria à Mesa que nós pudéssemos ficar um fim de semana



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aqui discutindo, com Mesas, sobre as dúvidas que nós temos, que são muitas. Nós temos uma convicção: precisamos fazer. Agora, as dúvidas precisam ser esclarecidas para que a gente busque o consenso. Então, eu sugeriria que nós passássemos pelo menos um fim de semana aqui, permanentemente, com os autores das matérias, para que todas as dúvidas possíveis fossem sanadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria cumprimentá-los pela instalação da Comissão. A nossa Comissão Especial está em boas mãos. O Senador Roberto Rocha fez um excelente trabalho aqui no Senado. Fizemos aqui exaustivos debates, audiências públicas. A matéria realmente está amadurecida, mas é verdade que não está pronta. Sei do trabalho que o Deputado Hildo Rocha, que o Deputado Aguinaldo Ribeiro também realizou na Câmara dos Deputados, e eu gostaria de tranquilizar aqueles que acham exíguo o prazo de 45 dias. Isso é para o texto-base. Nós não estamos aqui aprovando o texto da reforma tributária; nós estamos aprovando um texto-base que vai unificar a posição da Câmara e do Senado. O texto-base aprovado vai tramitar, na forma do Regimento, na Câmara dos Deputados. Ele volta à Comissão Especial, tem um parecer na Comissão Especial, e é votado duas vezes no Plenário da Câmara. Na sequência, vem para o Senado. No Senado, é remetido à Comissão de Constituição e Justiça. E lá, como a Senadora Simone Tebet tem feito nas três PECs que estão sob análise, nós teremos de novo um amplo debate sobre isso. Mas é importante que a gente possa ter a noção de que temos que cumprir esse prazo. Não podemos elasticar esse prazo de 45 dias. O Brasil reclama por um novo sistema tributário. O sistema tributário que está aí foi bom enquanto durou, mas hoje ele travanca o desenvolvimento nacional, ele cria insegurança jurídica, ele não oportuniza a retomada dos investimentos.

Por isso, eu quero saudar os dois Presidentes, Davi Alcolumbre e o Presidente Rodrigo Maia, pela decisão de tocar a reforma tributária. Este Senado Federal nesta Legislatura de fato vai marcar a história pela sua contribuição às duas mais importantes reformas por que o País ansiava: a reforma da previdência e a reforma tributária. E eu tenho absoluta certeza de que, pelos membros que têm assento aqui nesta Comissão e larga experiência no setor empresarial, no setor público, nos legislativos estaduais e aqui no Congresso Nacional, nós todos iremos ajudar a construir esse texto que a sociedade brasileira reclama.

Portanto, parabéns à nossa Comissão! Parabéns pela instalação.

E bom trabalho ao nosso querido Relator, que vai ter um grande desafio pela frente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Deputado Hildo Rocha, V. Exa. tem dois minutos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria só me inscrever – Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Está o.k.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para discutir.) – Quero saudar o Presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária, Senador Roberto Rocha; saudar o Relator Aguinaldo Ribeiro; o Sub-Relator, Senador Major Olimpio; cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Esta hoje é uma reunião deste Colégio, composto por Senadores e Deputados, que pretende construir um texto de consenso em torno de duas PECs que já tramitam no Congresso Nacional, a PEC 110, de autoria do Senador Davi Alcolumbre e que teve no Senado a relatoria do Senador Roberto Rocha, e a PEC 45, da Câmara, do Deputado Baleia Rossi – Relator, o Aguinaldo. Essa composição ocorreu graças a um entendimento entre a Câmara e o Senado, entre os dois Presidentes, Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia.

Nós sabemos que esta Comissão tem um desafio enorme. Nós sabemos também que hoje alguns brasileiros, e estrangeiros também, ganham fortunas com o sistema tributário existente, não tenham dúvidas.

Quero cumprimentar aqui o Haully, que foi, durante todos os seus mandatos, um grande estudioso, um trabalhador no sentido de mudar o sistema atual. Ele tem convicção de que esse sistema atrapalha o desenvolvimento do nosso País, impede o crescimento econômico e, portanto, o desenvolvimento social.

Há estudos no sentido de que temos uma sonegação de 500 bilhões com o sistema hoje existente. Os Governadores não querem mais o ICMS, porque o ICMS hoje só serve, e muito, para os escritórios de administração tributária.

Nós sabemos, Aguinaldo, que há empresários que não gostam de pagar impostos e têm seus representantes aqui, no Senado e na Câmara, que vão colocar dificuldades para o seu trabalho. Mas há também brasileiros honrados que conhecem o que é o sistema tributário e sabem que o Brasil precisa de uma reforma tributária já.

Contem com o apoio aqui do Deputado Hildo Rocha!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Eu quero comunicar aos Senadores, principalmente aos Senadores, que está em curso processo de votação nominal na sessão do Congresso o Senado, de tal modo que quero passar aqui a Presidência ao Deputado Hildo Rocha. Nós não podemos deliberar, claro, mas podemos discutir.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passo ao Deputado Hildo Rocha para poder ir lá, como Senador, votar e convido os colegas Senadores a fazerem o mesmo. Na sequência a gente volta.

O próximo inscrito é o Senador José Serra.

Eu consulto o Senador José Serra: tendo em vista a votação agora lá, V. Exa. não prefere passar para o seguinte? V. Exa. poderá exercer seu direito assim que retornar. O próximo é o Deputado Marcelo Ramos.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Se me permite, eu prefiro falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Prefere falar logo?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Qual é a minha inscrição, Senador Roberto Rocha?

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Leia só os próximos quinze inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. PSDB - MA) – Eu vou ler aqui os nomes dos inscritos, o.k.?

Senador José Serra, Marcelo Ramos, Clarissa Garotinho, Zenaide Maia, Reguffe, Augusto Coutinho, Tadeu Alencar, Afonso Florence, Santini, Mauro Benevides, Paula Belmonte, Omar Aziz, Reginaldo Lopes, Kátia Abreu, Eliziane Gama e Senador Tasso Jereissati. Por enquanto são esses os inscritos.

Com a palavra o Senador José Serra.

Passo a Presidência para o Deputado Hildo Rocha.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, a questão da reforma tributária é, talvez, a mais complexa hoje do Brasil, é uma tarefa realmente de grande envergadura reformular o sistema tributário.

Há pouco eu mencionei que, na Constituinte, foram dois anos para elaborar o texto constitucional e mais três ou quatro anos para fazer as leis que regulamentavam esse texto. Portanto, foram cinco, seis anos. Não, porque havia lentidão e incompetência; pela complexidade do assunto, por tudo o que implica do ponto de vista regional, federativo, social, etc.

Para que se tenha uma ideia, segundo estimativa do Ipea, se a reforma tributária fosse feita do dia para a noite, conforme um texto que se atribui ao Robert Appy, oito Estados e seus Municípios – oito! – perderiam 27,5 bilhões de arrecadação própria. Por exemplo, Minas Gerais, que possui o maior número de Municípios, vive uma situação fiscal delicada, perderia 4 bilhões de arrecadação própria; o Amazonas perderia R\$1,1 bilhão; isso sem levar em conta o desmantelamento da Zona Franca de Manaus. Isso na proposta que está sendo tida como uma proposta que pode servir de base para as nossas discussões e tudo mais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, mesmo com a transição, haveria perdas, haveria sérias perdas! Agora, a transição se estabelece entre 10 e menos 50 anos, e o valor a ser repostado pela transição, dessa de 10 a 50 anos, seria corrigido apenas pela variação da inflação nos Estados, desprezando o crescimento real do PIB e a elasticidade da arrecadação. Na prática, seja qual for o crescimento, estamos começando a sair de uma crise e talvez entrando em outra, a arrecadação estaria impedida de crescer, em termos reais, para esses Estados durante 50 anos. Isso é um despropósito, um despautério. E isso está numa proposta que está sendo considerada como uma das bases para que o assunto possa ser tratado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Não, eu não terminei ainda...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Passo a palavra para o Deputado Marcelo Ramos...

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Se me permite... Se me permite, eu vou concluir, Sr. Presidente. Eu não concluí.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Mais um minuto para o senhor concluir.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Para discutir.) – Sim.

Bem, eu estou aqui dando um exemplo. Então, nesse sentido, eu queria recomendar calma, não temos a obrigação de reformular o sistema tributário em dois, três meses, isso é impossível, é um trabalho de médio e longo prazo. É um trabalho... Mesmo pessoas convidadas, por exemplo, convidar uma professora de tributação que não tem noção do que é o Brasil, isso é coisa de *cucaracho*, nós estamos dando uma de *cucaracho*. Porque fala inglês, tem isso, tem aquilo, vai ser convidada; ela não conhece nada daqui. Tem que ser feita uma lista de convidados de gente qualificada, inclusive, em matéria do sistema tributário brasileiro. Temos que fazer isso com calma; isso não se faz assim, atropeladamente.

Então, eu proponho calma, proponho que pensem, que discutamos ao longo desse período, dessa semana, que façamos uma lista, trabalhando, de gente convidada, e possamos trocar ideias mais profundamente, inclusive, com o Relator, que é uma pessoa qualificada do ponto de vista político e por quem eu tenho um apreço, pelo trabalho político-parlamentar, muito grande. Eu acho que temos que levar com calma. É isso que eu quero propor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) – Calma, ponderação e pé no chão. Agora, não vamos começar com deslumbramentos de convidar gente que fala inglês, que não sabe o que é um ICMS, um IPTU, um PIS/Cofins, etc. Isso não adianta nada, vai vir aqui falar de banalidade e generalidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Senador José Serra.

Vamos passar a palavra agora para o Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero primeiro fazer três sugestões ao Relator. A primeira delas: nós já esgotamos, durante as audiências públicas da PEC 45 e da CCI do Senado, esse debate teórico. Nós precisamos de mais reuniões de trabalho e menos de um debate teórico. Então, eu queria fazer essa sugestão de adaptação ao plano de trabalho de V. Exa.

A segunda coisa é que eu entendo que nós temos uma premissa aqui. Nós estamos buscando um texto síntese das PECs 45 e 110. Para que nós iniciemos uma caminhada, nós temos uma decisão preliminar: se ela vai ser construída em cima de IBS único nacional ou de IVA dual – IBS único nacional é a proposta da PEC 45, e IVA dual, a proposta da PEC 110. Antes de resolver isso, nós não temos como caminhar para chegarmos à construção de um texto. Eu tenho a minha opinião, mas acho que temos de enfrentar esse debate...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – ... já no início dos trabalhos.

A segunda coisa é que nós não podemos construir todas as discussões só em cima de IVA, porque, na PEC 110, também há mudanças no sistema de impostos diretos, também há mudanças no Imposto de Renda e até no Imposto sobre Propriedade. Então, nós precisamos debater também os impostos diretos; não podemos construir toda a reflexão apenas sobre IVA.

Por fim, para que eu possa cumprir o tempo aqui, eu ouvi falar aqui em "jabuticaba". Nós estamos importando uma "jabuticaba" neozelandesa, porque imposto único com alíquota nacional única só há em um lugar: na Nova Zelândia.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado, Deputado Marcelo Ramos.

Passo a palavra imediatamente, também por dois minutos, à Deputada Clarissa Garotinho.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, é muito importante o debate sobre essa reforma que eu considero a reforma das reformas, a reforma de que a sociedade precisa. É evidente que toda novidade traz também...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Eu vou pedir silêncio porque há uma oradora falando, a Deputada, por favor!

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ. Para discutir.) – Srs. Deputados e Senadores, essa reforma eu considero a reforma das reformas, ela é urgente, ela é necessária. É evidente que tudo que é novidade,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que exige transição também traz certo receio do novo, mas eu não consigo vislumbrar uma reforma que não possa pensar sobre o que eu chamo 3D da reforma tributária. Acho que a gente tem que fazer uma reforma tributária 3D. O que é o 3D? Primeiro, distribuir. Não podemos pensar uma reforma tributária que não distribua as receitas tributárias, que não tenha uma visão municipalista do processo e que entenda que não podemos mais ter tantas receitas tributárias nas mãos da União, enquanto a vida do cidadão no dia a dia acontece nos Municípios. O segundo D seria desonerar. Não podemos também vislumbrar uma reforma tributária que não pense em reduzir essa carga tributária tão elevada que ninguém mais aguenta pagar. E o terceiro D seria desburocratizar. É inacreditável o tempo que se leva para calcular e pagar impostos no Brasil – inacreditável e inaceitável. Por isso, eu proponho que, no texto-base, a gente pense em fazer a reforma 3D: a reforma que vai distribuir, desonerar e desburocratizar.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Obrigado, Deputada Clarissa Garotinho.

Convido a Senadora Zenaide Maia, para fazer uso da palavra. V. Exa. tem dois minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, o meu vizinho Aguinaldo, Relator, eu queria dizer o seguinte: chamar atenção do povo brasileiro, que não tem noção de tributação, porque aqui se falou muito em insegurança jurídica, mas não se falou em exploração dos que ganham menos com tributação, porque o Brasil é o país que mais tributa o produto na cadeia final e serviços; ou seja, você dona de casa, mãe, avó – porque toda mulher é uma economista –, preste atenção no que esta Casa vai apresentar durante 45 dias, que eu acho um prazo mínimo, mas todos aqui têm ideia do que se deve fazer, porque existe o esqueleto disso aí: reduzir a tributação no produto final de consumo, ter uma tabela progressiva, porque é... Gente, lucros e dividendos, porque isso é simplesmente uma vergonha para este País. Então, eu clamo ao povo brasileiro que tenha um olhar diferenciado para, neste momento em que o Congresso Nacional tem uma reforma que não é só para tirar de quem trabalha... Porque até agora foi para tirar de quem trabalha! Desta vez, vamos ver o que é que o povo... Não é justo que eu, como Senadora, pague o mesmo imposto por uma lata de Leite Ninho do que quem ganha um salário mínimo. Então, o País precisa ver isso, saber o que é tributo e o que é imposto que ele está pagando. E aquele que não declara imposto porque não ganha o suficiente está pagando e acha que não está pagando e só aquele que faz a declaração no final do ano. É ou não é, Deputado Hildo?

Então, nós temos de partir disso. Isso não é uma coisa simplesmente burocrática, Brasil. Isso aqui faz parte da vida de cada um.

Eu quero chamar atenção para participação e quebrar essa caixinha de pandora sobre tributação. O povo brasileiro precisa ter conhecimento de como isso funciona. Por isso, precisa mudar, por isso quero parabenizar o Congresso Nacional por ter esse olhar diferenciado e quebrar este tabu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente! Agora, tem de ter coragem, porque os grandes não vão querer abrir mão do que têm. Mas nós estamos aqui para ter o lema da Campanha da Fraternidade: "Viu, sentiu compaixão e cuidou dele". E nós estamos aqui para fazer isso pelo povo, pelos mais carentes e vulneráveis deste País.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Convido o Senador Reguffe para fazer uso da palavra por até dois minutos.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vou tentar ser objetivo.

Em primeiro lugar, eu considero o tempo de 45 dias extremamente enxuto para essa revolução que pode ser feita por esta Comissão. O Poder Legislativo está tendo a chance agora de oferecer à população brasileira uma reforma tributária profunda que mude o nosso modelo tributário. O Poder Legislativo pode mostrar para a sociedade brasileira inclusive por que ele existe. Então, considero extremamente importante esta Comissão. Estou entrando nela com a grande esperança de que ela produza uma grande diferença para o povo brasileiro. E eu considero que 45 dias é muito pouco para revolução que a gente pode fazer nesta Comissão.

A segunda coisa que eu queria colocar é que não dá... Além da mudança total do nosso modelo tributário que precisa ser feita, eu gostaria que fosse levada em consideração pelo Relator desta Comissão a questão da correção dos limites de isenção da tabela do Imposto de Renda.

Há um estudo do Sindifisco, que é o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, segundo o qual, de 1996 ao final de 2019, a tabela do Imposto de Renda está defasada em 103,87%. Essa é uma forma de corroer o salário do trabalhador. Quando o Governo não corrige o limite de isenção da tabela, o que ele está fazendo é, de forma indireta e disfarçada, aumentar a carga tributária real deste País. Então, eu gostaria que fosse contemplada no relatório final desta Comissão a correção dos limites de isenção.

Inclusive, na campanha final, da campanha de 2018, os dois candidatos que foram ao segundo turno disseram ao povo brasileiro que iriam isentar de pagamento de Imposto de Renda quem ganhasse até cinco salários mínimos. Até agora isso não foi feito e não está sendo discutido. Então, eu espero que sejam corrigidos os limites de isenção.

Só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Concluindo.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Acho que precisa haver uma compensação e acho que com a compensação corrigindo os limites de isenção deixaria de pagar hoje, isento, quem ganha até R\$1.903, passaria a ser isento quem ganha até R\$3.881. Em troca, poder-se-ia tributar lucros e dividendos em 10%, isentando aí as micro e pequenas empresas. Eu acho que esse seria um caminho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último e para encerrar, eu considero que é importante também esta Comissão levar em consideração a tributação sobre remédios. Ninguém compra remédio porque quer, a pessoa compra porque precisa. Muitas pessoas às vezes têm dificuldade de comprar um remédio. A Inglaterra não cobra impostos sobre remédios, o Canadá não cobra impostos sobre remédios, a Colômbia não cobra impostos sobre remédios. No Brasil, 35,7% do preço de um remédio são apenas impostos. Eu não posso acreditar que todos esses países estão errados e só o Brasil que está certo.

Então, esta Comissão existe para isso. Eu tenho uma grande confiança, estou animado para participar desta Comissão, mas espero que ela produza um resultado prático para a população brasileira e que, ao final dela, a gente ofereça à população um novo modelo tributário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Obrigado, Senador Reguffe.

Passo a palavra ao Deputado Tadeu Alencar.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator Aguinaldo Ribeiro, é com grande alegria que participamos aqui desta Comissão Mista.

Eu quero cumprimentar o Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Senador Davi Alcolumbre, e o Presidente Rodrigo Maia pela iniciativa de dar efetividade a esse debate sobre a reforma tributária.

Nós passamos aqui o ano passado aguardando que esse debate pudesse avançar e lamentavelmente não tivemos a oportunidade de vê-lo avançar aqui nesta Casa.

Eu acho que esta Comissão tem uma tarefa da maior responsabilidade. Vejo que há uma convergência muito grande, eminente Relator, com relação à simplificação do sistema tributário brasileiro, que é barroco por natureza, que é complexo. Nós estamos entre os piores países do mundo no que diz respeito a uma grande compulsão à edição de normas tributárias, alterações de emendas constitucionais, medidas provisórias, instruções normativas e portarias. De modo que o investidor, principalmente o investidor estrangeiro, olha para esse cartório que é o sistema tributário brasileiro e sabe que ele é muitas vezes objeto de grandes injustiças.

Quero dizer que nós vamos participar aqui, o PSB com certeza vai participar e concorrer para fazer avançar as medidas que tendem a simplificar o sistema tributário brasileiro. Mas é meu dever também aqui, em linha com aquilo que defendemos, fazer com que haja uma reflexão aqui sobre a necessidade de que além da simplificação nós possamos ter um debate sobre a regressividade do sistema. Todos nós temos dito, vejo diversos Parlamentares de diversos partidos, inclusive as Lideranças desta Casa, para reconhecer que há uma tributação muito grande, um peso muito grande sobre os tributos diretos, indiretos e uma tributação muito grande sobre o consumo, a *contrario sensu* da necessidade de uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tributação mais onerosa sobre o patrimônio e a renda, que é a melhor forma de se fazer justiça fiscal, que é parte substancial da Justiça de maneira geral.

De modo que eu quero aqui dizer que nós vamos contribuir de maneira efetiva para criar convergências em torno desse esforço da simplificação. Mas, certamente, como subscritor inclusive de uma emenda aglutinativa global de nº 178, como Líder do meu Partido PSB, junto com os partidos de oposição, é uma emenda à PEC 45, que a gente possa fazer um debate profundo e também tendente a trazer mais justiça, diminuir a tributação sobre os pobres, a quem o sistema tributário brasileiro penaliza muito gravosamente. E eu penso que a essa discussão não pode se furtar aqui nos debates que estão sendo iniciados hoje.

Mais uma vez cumprimento o Presidente Roberto Rocha; o Vice-Presidente, Deputado Hildo Rocha; o Relator; e o Sub-Relator, Senador Major Olímpio.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Obrigado, Deputado Tadeu Alencar.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Afonso Florence, por até dois minutos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para discutir.) – Presidente Hildo Rocha, Deputado Aguinaldo Ribeiro, Relator, quero falar quatro coisas. A primeira é: protocolei o requerimento, consultei alguns líderes, peço que seja considerado aprovado e altere meu voto na ata para a favor de, na próxima reunião, ser convidada não só a economista indicada, que tratará da tributação indireta, mas o Prof. Eduardo Fagnani, que coordenou os estudos que subsidiaram finalmente a emenda substitutiva global, a Fenafisco, que foi uma luta pela justiça tributária. O Deputado Tadeu Alencar e outros Parlamentares aqui presentes, como o Mauro Benevides, são signatários. Essa emenda substitutiva global foi lançada aqui na Câmara com a presença do Deputado Aguinaldo Ribeiro, do Deputado Hildo Rocha, do Presidente Rodrigo Maia.

(Soa a campainha.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Aqui o Senador Reguffe acabou de se pronunciar em favor da tributação de lucros e dividendos. Claro que virá uma tabela depois. Então, quero sugerir a aprovação, por consenso, da inclusão do Prof. Eduardo Fagnani.

Quero também convidar para dia 11, às 9 horas da manhã, no Nereu Ramos, um seminário promovido pela Oxfam e pela Fenafisco sobre justiça tributária.

Há também uma ADF no Supremo questionando a legislação tributária vigente em decorrência de seu caráter regressivo.

Finalmente, por último, Deputado Aguinaldo Ribeiro, quero sugerir, nos temas, concordando com todos os que V. Exa. enumerou no plano de trabalho, que incluamos dois eixos: um contemplado com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convite, que é um requerimento apresentado e possivelmente, espero, aprovado, ao Prof. Eduardo Fagnani sobre o tema da tributação indireta; e o da tributação direta, que estejam presentes, que não esteja somente a tributação indireta.

Estamos propondo também a inclusão do debate sobre o financiamento das políticas sociais: educação, saúde e seguridade, para nós aferirmos como ficará essa transição e também o debate sobre a tributação da folha e as alternativas possíveis nesse outro modelo.

Também o debate sobre o Pacto Federativo, que considero estar contemplado na proposta do Deputado Aguinaldo.

Acho, Presidente Hildo Rocha, que é preciso um ponto de pauta sobre sustentabilidade ambiental. Essa é uma expectativa do mundo.

Finalmente, os benefícios tributários vigentes. Como ficarão, se na Constituição os extinguiremos? Considero que esse é um outro ponto.

E, por último, três outros itens: os impostos sobre exportação – nós temos que debater como eles ficarão, porque vigem leis que favorecem isenções e assim por diante; a tributação da era digital, que é fundamental para essa nova economia, o que, de alguma forma, está contemplado; e também é preciso, e faço um apelo, que nós incluamos um debate sobre a tributação das organizações da sociedade civil e das cooperativas, as entidades filantrópicas, um conjunto... Se nós não pusermos na pauta, depois elas entrarão por forçar a barra.

Portanto, quero sugerir a inclusão desses pontos em pauta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Estão encerradas aqui as inscrições dos oradores.

Eu queria dizer para o Deputado...

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. *Fora do microfone.*) – E eu?

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não, está encerrada a inscrição.

Quero dizer ao Deputado Afonso Florence que eu vou aguardar o retorno do Senador Roberto Rocha, para que a gente tome a decisão em relação à inclusão da sua...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Do Prof. Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Do Prof. Eduardo, que você está propondo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à mudança na sua posição na votação, eu determino que a assessoria mude, então, a posição na ata...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem.) – Se for feito o convite para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Ah, está bom. Então, vamos aguardar.

Então convido, para fazer uso da palavra, o Deputado Santini.

O SR. SANTINI (PTB - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente Hildo.

Quero, antes de mais nada, saudar aqui o Deputado Aguinaldo Ribeiro. Tenho acompanhado o esforço que ele tem feito com relação a esse tema. Deputado Aguinaldo, sei do compromisso de V. Exa., do quanto V. Exa. tem oportunizado que manifestações de todos os setores possam ser ouvidas, especialmente no que diz respeito à PEC que tramitava na Câmara.

Acredito, Deputado Hildo, que a expectativa que se criou sobre o imaginário dos brasileiros e das brasileiras nesta reforma é muito significativa para o trabalho que vamos fazer aqui. A imensa maioria da população brasileira, quando se fala em reforma tributária, pensa em desoneração, em produto mais barato na prateleira, num poder aquisitivo maior, na recuperação da capacidade de consumo. E aí, Senador Reguffe, entra aqui muito aquilo que V. Exa. defendeu e de que eu gostaria um esclarecimento ao final da minha fala...

(Soa a campanha.)

O SR. SANTINI (PTB - RS) – ... sobre a questão da tabela de Imposto de Renda. A desoneração dessas pessoas no Imposto de Renda, que eu também defendo, Senador Reguffe, eu acho que é fundamental, porque não há crescimento e desenvolvimento sem consumo. Não adianta nós apenas desonerarmos ou desburocratizarmos o setor produtivo, industrial, se nós não conseguirmos fazer com que essa reforma surta efeito lá na ponta, quando chegar na hora do consumo e do consumidor brasileiro.

Por fim, Deputado Aguinaldo, eu gostaria de fazer uma consulta a V. Exa., quanto à metodologia do nosso trabalho, porque eu havia entendido que esta Comissão apenas trataria das duas PECs e nós não teríamos a oportunidade de inserir nessa discussão outros temas que também estão à margem da reforma tributária ou que fazem parte do sistema tributário, para que a gente pudesse trazer sugestões. A primeira, então, delas é saber se nós vamos efetivamente ficar só em cima das duas PECs.

A segunda delas é saber se esta Comissão Mista vai poder contar com o apoio logístico também aqui da Secretaria do Senado, porque eu fui pedir um requerimento e me disseram: "Não, tem que ir lá no gabinete preencher e voltar para trazer o requerimento aqui". Isso, para nós que somos da Câmara, vai praticamente inviabilizar o nosso trabalho. Então, se é uma Comissão Mista, eu acredito que a logística possa ser utilizada de forma mista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, se nós estamos, aqui nas PECs, falando de desburocratização, de simplificação tributária, faltaram, muito antes do que as demais sugestões que vieram, aqui aqueles que operam o sistema, que são os contadores. Tem que se oportunizar, num desses debates, que se tragam aqui os contadores, para poder também nos ajudar nesse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado, Deputado Santini – inclusive, sua colocação é muito pertinente.

Quero convidar o Deputado Mauro Benevides Filho para fazer uso da palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que tem que ficar claro que esta Comissão não pode discutir somente imposto sobre consumo. O Brasil tem um sistema regressivo. Por que é regressivo? Porque a população mais pobre gasta o maior percentual da sua renda no consumo; o rico gasta menos. Portanto, temos que ter um olhar e buscar outras alternativas para poder reduzir a alíquota que será produzida para o IBS, lembrando que o IBS não terá alíquota única. Poderá haver uma alíquota para o Governo Federal, mas os Estados poderão ter outra alíquota, e os Municípios poderão ter outra alíquota também, porque assim está previsto nas respectivas PECs, tanto na PEC 45, quanto na PEC 110. Portanto, essa história de alíquota única não é verdadeira, porque os Estados vão ter autonomia para fazer essa questão.

Mas o bom disso é que nós vamos inserir, sim, a questão da propriedade e a questão da renda. Não faz sentido eu comprar um carro, pagar o IPVA dele, e o rico comprar um barco e pagar zero de IPVA!

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Isso não tem o menor sentido, nem muito menos pagar o ITCMD. Nos Estados Unidos, exemplo de todo o capitalismo mundial a que o brasileiro adora se comparar, a alíquota mínima de ITCMD é de 20%. Portanto, temos que avançar nessa questão.

Quanto ao Imposto de Renda sobre dividendos, somente o Brasil e a Estônia não cobram isso, mesmo que, para a sua inserção no sistema tributário brasileiro, se reduza o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Tudo bem, mas é fundamental que a cobrança do Imposto de Renda sobre dividendos seja importante.

Também há um perigo na reforma tributária, que são os produtos da cesta básica: hoje pagam 7% e, de uma hora para outra, vão pagar 25%. Mas, talvez, no lucro presumido, quanto ao PIS-Cofins, cuja alíquota é de 3,65%, vão pagar 8,65%. De uma hora para outra, vão pagar 25%.

A informação dos técnicos é a seguinte, Sr. Presidente: "Não, Deputado Benevides, isso não é problema, porque, depois, nós vamos devolver. Agora o pobre vai ter capital de giro, vai pagar primeiro,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para receber depois do Governo Federal". Isso não existe! Não existe capital de giro para quem vive só de um salário mínimo!

Portanto, temos que ter cautela, Sr. Presidente.

Por último, temos de tratar de dois pontos.

Caro e grande Deputado Aguinaldo Ribeiro, temos de acalmar o setor de serviços, porque eles estão preocupados com os 5% do ISS, com os 3,65% do PIS-Cofins. E, de uma hora para outra, eles estão vendo lá 25%. Já há alguém dizendo que são 27% ou 30%. Temos que ter muita cautela, temos que acalmar esse pessoal. Senão, poderemos inviabilizar isso, com a pressão que está sendo feita nesta Casa em função desse possível aumento de carga tributária que está sendo feito. E ninguém diz que aumenta a carga aqui, mas que tem que diminuir no IBS do consumo, porque senão vai haver uma elevação de carga tributária em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço.

Em relação à Digital Tax, que é a taxa sobre serviços digitais, nós não podemos perder este momento. Já temos oito países fazendo essa cobrança. A Itália ajustou a sua tarifa para 3% do faturamento do país para empresas como Facebook e Instagram e tudo mais. E, com certeza, o nosso grande Relator, Deputado Hildo Rocha, já está pensando em incluir isso no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides Filho.

Convido a Deputada Paula Belmonte para fazer uso da palavra.

V. Exa. dispõe de dois minutos.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para discutir.) – Boa tarde a todos!

Eu inicio minhas palavras pedindo para que Deus nos abençoe, abençoe os Srs. Presidentes e Relatores e abençoe todos nós que estamos nesta Comissão com o compromisso de fazer uma mudança verdadeira na vida das pessoas.

No dia em que tivemos a solenidade de abertura na Presidência do Senado, eu me emocionei por viver um momento histórico e um momento que vai, com certeza absoluta, ter impacto na vida da nossa população.

Eu consegui ver ali, naquele momento, crianças sorrindo, o País crescendo e o País se desenvolvendo. Este Brasil é rico, mas ele é um país continental.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma tributária é uma reforma que já há alguns anos se tenta fazer, e eu peço que a gente possa ter cautela em fazer esse plano base. Por quê?

Eu, como trabalho em construção civil, a gente sabe que não adianta um prédio bonito se não há uma fundação sólida. Então, esse texto básico é fundamental. Quarenta e cinco dias para que a gente possa tratar de assuntos tão relevantes e que trarão um impacto, realmente, na vida das pessoas é muito pouco.

Então, eu peço que a gente tenha essa cautela, para que a gente possa, realmente, desonerar, fazer o desenvolvimento econômico deste País e fazer com que este País seja reconhecido como um lugar de segurança jurídica e menos burocracia.

Contem comigo, contem com o meu trabalho. Acredito que todos nós estejamos unidos em prol do Brasil.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Obrigado, Deputada Paula Belmonte.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Senador Omar Aziz. *(Pausa.)*

Não estando presente, eu convido o Deputado Reginaldo Lopes.

Deputado Reginaldo Lopes.

Deputado Reginaldo Lopes.

V. Exa. dispõe de dois minutos.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero também corroborar aqui com os que falaram, porque nós não podemos perder esta oportunidade. Mas, mais do que não perder esta oportunidade, também nós não podemos vender para a sociedade brasileira que esta reforma em curso e que a ampla maioria – é a impressão que eu tenho – defendem uma reforma apenas no sistema tributário indireto.

Seria um grande equívoco, uma perda de oportunidade histórica, em especial, Deputado Afonso Florence, num sistema que propõe dez anos para unificar e 50 de transição com os entes federados, se essa reforma não ousar em direção à PEC 110.

Eu acho que o debate da PEC 45, Relator, seria um péssimo presente para a sociedade brasileira. A única coisa positiva é que o mais pobre teria certeza de que ele que é o único pagador de imposto no País, porque prevaleceria ali a injustiça no sistema tributário. E, na verdade, somando as desigualdades no Brasil, esse é o grande empecilho para o desenvolvimento econômico. Não há desenvolvimento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

econômico sem liberar consumo; não há desenvolvimento econômico sem combater as desigualdades. E não há nenhum instrumento de políticas públicas mais eficiente para enfrentar as desigualdades do que a reforma tributária.

Então, nós não podemos, de forma alguma, e esta Comissão Mista, Câmara e Senado, ousar não deslocar a incidência tributária no País! Por que que nós temos que deslocar incidência tributária no País? Porque é evidente que o Brasil não aguenta a diminuição dos repasses para os entes federados, que estão todos quebrados, mas também o povo não aguenta mais pagar imposto. Então, alguém terá que pagar! Em nome dos mais pobres!

Isso tem nome e CPF: são os mais ricos; são quem tem renda direta; são quem tem patrimônio. Não pode ser mais o consumidor; não pode ser o empresário, que gera emprego na folha de pagamento. Então, nós cobramos do sistema tributário, das bases tributárias...

Nós temos opção pelas duas bases mais regressivas do mundo, que é a folha de pagamento, que prejudica o empresário e o trabalhador na ponta, e o imposto sobre o consumo, porque nós não temos coragem de enfrentar os super-ricos neste País e cobrar da renda e do patrimônio.

Então, não tem sentido nós vendermos a imagem para a sociedade de que nós vamos melhorar a economia e de que a economia vai crescer sem enfrentar a regressividade, sem enfrentar o imposto sobre consumo neste País e sem desonerar a folha de pagamentos. Caso contrário, nós estamos enganando a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Convido para fazer uso da palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero desejar muito boa sorte ao Sr. Presidente Hildo Rocha, Vice-Presidente, e ao nosso Relator e desejar que Deus e o Espírito Santo o inspirem, e muito equilíbrio, que eu sei que o senhor tem, para que nós possamos fazer, Deputado Aguinaldo, Relator, uma das reformas mais importantes do País.

Com relação ao tempo, eu quero discordar, se me permitem os colegas, porque desde a Constituinte nós estamos – praticamente há 30 anos – discutindo o óbvio: PIS, Cofins, ICMS, e fim. Então nós não precisamos de mais tempo. No Governo Fernando Henrique houve uma tentativa; no Governo Lula, uma tentativa; no Governo Dilma tivemos a fatiada, então não há segredo. Não é um sistema tributário novo. Quem quer postergar é porque não quer fazer, essa é a impressão que dá – desculpem-me, e meus respeitos aos colegas.

Eu queria colocar três pilares que modestamente acho da maior importância nessa discussão toda, um texto-base para sair daqui e depois ter a participação dos colegas Deputados, Senadores, que vão



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

contribuir nesse texto-base. Não vamos imaginar que esta Comissão vai fazer tudo, 100%. Seria até mesmo ridículo. Agora há pouco um colega disse: "Eu pensei que não pudesse falar de outros assuntos". No Congresso Nacional e na democracia você pode tudo, certo? Você pode tudo dentro das regras e da lei, você pode propor o que você quiser, até o impossível.

Então, meus três pontos. Eu acho que nós temos os empresários, as empresas, os profissionais liberais, que querem uma coisa principalmente: simplificação. Se nós temos um sistema que se chama Simples, o outro sistema podia chamar "o complicado". Então, a simplificação é a demanda das empresas e dos profissionais do País. Se vai ser o IVA puro, se vai ser o IVA dual, se cada um vai ter a sua taxa... É importante.

O segundo ponto na simplificação, Relator Aguinaldo, além de definir qual o sistema mais provável para a gente deixar a proposta andar, o barco andar, é sobre o contencioso tributário. Eu acho que ele vai nos dar uma pista muito boa do que nós precisamos fazer. O CNJ e o Confaz não precisam ser chamados aqui. Eles podem mandar os relatórios, divididos por área tributária, para nós enxergarmos os temas que causam a maior demanda tributária do País.

Se você colocar os três entes federados, aqui no CNJ isso é 50% da demanda do tribunal. Se tirar só a União, vai dar em torno de 30% a 35% do contencioso. Temos hoje 60% de um PIB, R\$4 trilhões de contencioso. Eu acredito que o CNJ e o Carf, da União e dos Estados, podem, para nós... Uma encomenda oficial da Comissão, vamos pedir isso por temas, quantidades, tanto do ICMS como do PIS e Cofins. Eu acho que esse resumo é o suficiente para nós.

O segundo pilar dos mais afetados e interessados... Ninguém aqui vai ser afetado. O que não for bom para o Brasil não vai ser bom para os Governadores, o que não for bom para os empresários não será bom para o Brasil. Tem que ficar bom para todo mundo. Os entes federados, o que eles vão querer, sobre o que nós temos que raciocinar? Uma certa independência da nossa Federação, do nosso modelo federativo; eles vão querer uma compensação, se tiverem prejuízo, alguns Estados. Então, o Fundo de Compensação é importante. A definição sobre a cobrança origem e destino, que hoje há uma unanimidade no destino. Hoje, para se ter uma ideia, em Tocantins, que é um grande produtor de energia, cobra-se a energia no destino. Então, São Paulo leva vantagem. Na hora de seu consumo, aí é na origem e São Paulo leva vantagem; o meu Tocantins fica de novo com prejuízo e o seu Nordeste também.

Então, nós temos que definir.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Vamos concluir?

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para discutir.) – E terceiro, para concluir, o terceiro pilar é a justiça tributária. A justiça tributária começa com as desonerações, 4% do PIB. Nós temos que ter uma situação para uma regressividade nisso, para nós alcançarmos os 2% do PIB.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que convinha um estudo paralelo, na sua relatoria, com alguém que o senhor destinar, para ver como serão essas desonerações tão injustas, que chegaram a 4%; as taxas digitais, ditas aqui agora há pouco; lucros e dividendos e a relação com a regressividade. Hoje, dos 48% de bens e serviços, só os bens dão 34%, que é onde o povo pobre compra e onde come; e os serviços, a grande maioria dos serviços é consumida pelas classes mais altas e não pelos pobres.

Então, esses são os três pilares em que eu acho importante focar.

Agora, CPMF nunca mais, nem para compensar desoneração de folha, porque agora os trabalhadores contribuíram muito com a reforma da Previdência. Vamos aqui dar mão à palmatória. Nós tivemos que sacrificar a classe trabalhadora mais pobre. Agora é a vez de os empresários darem a sua contribuição, a sua compreensão. Não estou pedindo que os empresários paguem mais impostos. Todo mundo quer a reforma tributária, mas quando mexe no seu setor: "No meu não! No meu não!" Assim, nós não teremos um Brasil próspero e avante.

Boa sorte a todos!

E contem comigo no que for preciso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

Convido o Deputado Luiz Philippe Orleans e Bragança, para fazer uso a palavra.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PSL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

A consideração é um pouquinho do óbvio aqui, falando que a reforma tributária que nos foge da discussão é a de redução imediata de custos, uma reforma administrativa, e uma revisão das alíquotas atuais, algumas até chegando a zero. Isso equivale até a uma reforma tributária. O engraçado é que isso nem está sendo discutido. Querem manter o nível de despesas obrigatórias, com trilhões de reais removidos da economia, com trilhões de reais removidos da poupança dos trabalhadores, para financiar programas de Estado, que não são sustentáveis em nenhum modelo tributário. Então, que fique aqui registrado isso. Estamos antecipando a reforma tributária antes de colocar adiante uma reforma administrativa extremamente importante para este diálogo.

Muito bem. Então, já que estamos aí com a carroça andando antes dos cavalos, numa reforma tributária existem três aspectos aqui que eu queria ressaltar – em dois eu acho que já existe bastante convergência: a questão federativa, a questão da autonomia dos Estados e Municípios, para que esses sejam representados e que não percam autonomia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos o Sistema Federativo, cujo sistema político está completamente desalinhado com o sistema tributário e precisamos alinhar os dois, para justificar o fato de haver Estados, senão vou argumentar o contrário: que unifiquemos, então, que Estados voltem a ser territórios controlados pelo centro, porque é exatamente isso que temos como modelo tributário: é o modelo tributário centrista. Precisamos sair de qualquer opção que nos leve mais ao centrismo.

Segunda questão, que foi bem colocada aqui: a classe média brasileira, que é a pagante de impostos, é aquela que emprega, é a dos microempresários, aqueles que geram emprego, sim – segundo o Sebrae, de 60% a 80% dos empregos são gerados por microempreendedores. Temos que olhar um sistema tributário amigo desses microempreendedores, os pequenos empresários, e não um que só alimenta os grandes produtores. Temos que olhar essa dinâmica. Então, a classe média tem que ser contemplada nisso no final, no frigor dos ovos.

E uma terceira vertente, que acho que não foi discutida até agora, é a nossa competitividade, como país, internacionalmente. E a competitividade é de dois fatores. Primeiro, dos nossos produtos e serviços: que tenhamos produtos e serviços competitivos no mercado internacional; que o sistema tributário seja capaz de gerar isso, e não gere distorções e falta de competitividade dos nossos produtos e serviços. Segundo – que também se refere ao primeiro, ao segundo item – é a competitividade da nossa classe média. Temos uma classe média vasta, só que empobrecida. Ela precisa gerar riqueza, acumular riqueza e estabelecer padrões de consumo respeitáveis no mundo, porque as outras classes médias são as que geram riqueza para os seus devidos países.

Então, vamos contemplar isso, esses três pontos, considerando que já estamos antecipando aqui os cavalos antes da carroça... Ou, ao contrário, estamos antecipando a carroça antes dos cavalos. E espero que esta Comissão tenha o bom senso de fazer o justo de tudo isso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado, Deputado Luiz Philippe.

Convido agora o Deputado Léo Moraes para fazer uso da palavra.

O SR. LÉO MORAES (PODEMOS - RO. Pela ordem.) – Bem, Sr. Presidente em exercício, colega Deputado Hildo Rocha; meu amigo também Aguinaldo Ribeiro, a quem eu desejo muito sucesso na condução desse trabalho da nossa Comissão mista; saúdo os demais Parlamentares, que muito bem explanaram seus devidos pontos de vista a respeito desta Comissão.

Nós estamos tratando de duas PECs, a 110 e a 45 – a 45, do Deputado Baleia Rossi.

Entendemos que existem dificuldades de avançar em matérias que não atendem à sociedade, que não tratam especificamente de política social. A gente também tem que entender, sem entrar no caso mais importante, que é a tecnicidade e o interesse a respeito desta Comissão, se realmente o Governo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer avançar com essa pauta. Em que pese exista a independência dos Poderes, mas nós ficamos meses e meses patinando, no ano de 2019, sem a devida remessa, o envio do projeto do Poder Executivo.

Nós sabemos que o Ministério da Economia...

(Soa a campainha.)

O SR. LÉO MORAES (PODEMOS - RO) – ... pela origem do Ministro, entende muito de crédito, de fluxo de caixa. Será que também entende de tributos?

Temos que saber que a simplificação não pode ser a única finalidade desta Comissão. Nós temos, sim, que discutir a regressividade. Nós temos, sim, que rediscutir o interesse de tributar a renda, e não somente o consumo. O mundo tem rediscutido o neoliberalismo. O mundo tem discutido o poder do capital. Os grandes bilionários, que, na maior parte das vezes, fazem as maiores doações voluntárias a entidades, estão tentando entender esse novo modelo, em que a discrepância é tão grande, a desigualdade social é tão abissal, que eles ficam sem ter mercado futuro em médio prazo. A gente tem visto as caridades justamente desses bilionários que têm falado sobre isso. E o Brasil talvez queira se limitar em relação à reforma das reformas, que é essa reforma tributária.

Nós temos que rever a questão de o aumento... Por exemplo, a Senadora falou e, na minha opinião, foi muito feliz: nunca CPMF. Nós temos que discutir a tributação de grandes fortunas? Sim. Também tributar os dividendos? Sim, por que não? É o momento de nós mediarmos.

O que acontece? Todos sangrarem, de repente todos se sacrificarem no momento das reformas, se não for para entregar um resultado social à população? Daqui a pouco vamos ter um colapso mundial, em que o mercado interno precisará estar aquecido – e o PIB se retraindo a todo ano em nosso País! Como vamos crescer 3% a 4%, nos próximos anos, se nos limitarmos a falar sobre simplificação, seja do IVA ou do IBS, o que também deixa margem ao aumento de alíquota dos próprios Estados?

Nós temos, de uma vez por todas, que atender à sociedade de forma equânime, linear, atender a quem precisa, porque não faz sentido a pessoa que recebe um salário mínimo pagar o mesmo valor pelo seu sabonete ou por seu xampu – se é que consegue comprar xampu – que todos nós, por exemplo, Parlamentares ou grandes empresários, que temos um salário acima da média nacional.

Portanto, o partido Podemos quer debater, mas entende que o proposto na PEC 45 é prejudicial. Muitas vezes trata mais da especulação e, muito mais indiretamente, de interesses de poucos, como do sistema bancário, do que propriamente do interesse de consumo de toda a sociedade brasileira, inclusive falando dessa guerra fiscal.

A literatura majoritária condena a guerra fiscal, mas nós temos que entender o regionalismo, nós temos que entender as dificuldades do nosso Brasil continental. E dou o exemplo da Suframa, da Zona Franca de Manaus, que gera oportunidade de disputa para os empresários e os comerciantes na Região



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Norte, que podem disputar com outros Estados de outras Regiões. E a gente tem que ter muita coerência, porque, se aquela Região foi habitada, foi porque, nos idos da década de 70, havia o lema "Integrar para não Entregar". Entregue-se, sim, para que se possa ocupar essa terra e tomar conta da nossa Região fronteira.

Fica aqui o recado quanto à necessidade de nós avançarmos muito mais do que, propriamente, o texto dessas duas PECs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado, Deputado Léo.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Vou responder ao Deputado Afonso Florence: infelizmente não vou poder lhe atender, porque o Senador Roberto Rocha, que é Líder do MDB e que é o Presidente, não vai voltar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Faço uma sugestão: o senhor consulte os Líderes; se ninguém se pronunciar contrariamente...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não há mais Líderes aqui, a não ser o Líder Léo. Além disso, já houve o início da Ordem do Dia no Congresso: não podemos mais deliberar.

Então, eu declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 33 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

